

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO ENTRE 2000 - 2018

Dissertação apresentada à
Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade
de São Paulo, no âmbito do
Programa de Pós-graduação
em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Habitat

Mestranda
CARINA SERRA AMANCIO

Orientador
PROF.ª DR.ª ERMINIA
TEREZINHA MENON MARICATO

SÃO PAULO, 2022

**MOVIMENTOS SOCIAIS
URBANOS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE
SÃO PAULO ENTRE
2000 - 2018**

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo, no âmbito do
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Habitat

Mestranda
CARINA SERRA AMANCIO

Orientador
PROF. ^a DR. ^a ERMINIA TEREZINHA MENON MARICATO

SÃO PAULO, 2022

Figura 1 - A TOUPEIRA



aquela época eu achasse isso daora, porque tinha uns bares, também era uma barbárie, mas era um pouco diferente porque eram narrativas da época. Eu vejo avanços quando meu filho - ele é filho de angolano, ele é negro retinto - consegue entrar em determinados espaços, sem medo de sofrer racismo, por exemplo. Ele vê uma Érica Malunguinho, ele vê um Jesus dentro de uma Câmara do Legislativo, quando ele entra em alguns espaços ele vê uma Família Ribeiro. A herança desse processo, que a gente vem ao longo dos anos, o Brasil ainda tem muito a ganhar que avançar nessa discussão racial e de gênero, houve sim pontos positivos. Primeiro, esse processo de informação alternativa, que a gente tem ainda mas quebradas, acho que com o celular - é fato, né?! -, com a vinda dos youtubers, por mais que as pessoas achem inutilidade. Porocê discutir hoje em dia estética negra?! Onde é que o negro podia falar que é daora ter o cabelo dele, do jeito que é? Mesmo o desemprego e o funk eu acho daora, porque também é uma forma de jogar na moça cara, enquanto ativistas, enquanto militância, que esses espaços são espaços potentes, que as pessoas também constroem, mas é aí?! A gente dialoga?! Como que a gente acessa esses espaços também? Ou, como também, a gente abre outras possibilidades para essas pessoas fazerem e terem os seus direitos preservados? Porque eles estão fazendo algo que o governo não faz, que deveria, teoricamente, na legislação fala que todo cidadão tem direito à cultura. É o fazer cultural. Eu vejo isso de forma positiva, esse avanço das discussões das narrativas que não tem governo fascista que derrube isso, porque tá posto. Como é que você vai tirar isso do corpo de alguém? Não tira, tira matando, mas nós somos vários. Eu gosto de falar dessa alternância de poder para a gente se ligar, também, o quanto fomos omissos em relação nas moças quebradas, e agora a gente ter que voltar pra quebrada, fazer discussão é nos reorganizar. Não está sendo um processo fácil, mas é um processo possível, porque hoje, quando os memimos na escola olham olha, a gente quer um espaço para treinar a dança do passinho, porque a gente acha importante, lógico que é importante, porque papel da escola! É um processo de aprendizagem, ele entender o corpo dele como ele sendo protagonista, e não o professor. Então hoje, a gente tem autonomia para fazer essa discussão, os avanços nas narrativas eu acho que é algo positivo dessa construção histórica que a gente vem passando aí. Eu penso que a gente não tem que abrir mão de nenhum espaço. Como eu falei lá no início da moça conversa, por todos os meios necessários, inclusive respeitar o direito do indivíduo querer estar nesse espaço institucional. Agora, como que a gente se fortalece como faz esse processo dialético de entender, fortalecer vou falar do que a gente vive atualmente, a gente tem construído um grupo que chama Periferia é o centro. Essa ideia de entender que periferia é o centro, que a gente tem que fortalecer as potencialidades que a gente tem, dentro desses espaços periféricos, para ocupar espaço de decisão. Não tem mais como a gente fugir desses espaços institucionalizados por mais que sejam espaços difíceis, e que nos violentam, a gente tem sim que fortalecer esses processos. Hoje, com a Érica Malunguinho, com a Bancada Ativista - que a gente faz esse fórceps -, mesmo sabendo das limitações, a gente entende que eles tem que fazer essas construções com as quebradas. Não dá para ficar dentro do legislativo achando que está fazendo política sem dialogar com as bases, pelo contrário, é mais que levar a quebrada pra dentro daquele espaço. A gente tem que se apropriar desses espaços, não tem que ter medo de entrar nesses espaços e falar, porque geralmente a gente se acovarda. Não quero fazer essa discussão, e eu não estou falando de discussão partidária, estou falando de direitos mesmo. Eu ainda penso que todos os meios são necessários, não dá para a gente querer ter só um lugar de escolha porque isso vai nos invisibilizar cada vez mais, como sempre acontece dentro do processo histórico. Não dá pra gente fazer essa discussão dentro de moças bolhas, a gente tem que gritar, tem que se reunir dentro da favela, a gente vai se reunir lá pra fazer essa discussão com a população, porque a igre já está fazendo essa discussão política lá, a televisão, a Record está fazendo essa discussão. Entre na minha casa! E a gente?! Tá onde? Fazendo essa discussão nós por nós mesmos? Não dá mais, então, por todos os meios necessários. Por mais que tá posto o retrocesso de políticas públicas que a gente conquistou - não sei se pode falar em conquista - mas a gente conseguiu sim alguns avanços. O aumento pelo número de negros dentro de espaços, que a gente a gente não via, de mulheres também. Quando a gente fala hoje de aquilombar-se, não significa da gente fechar as portas e ficar na moça bolha, não. Nós vamos nos aquilombar em todos os lugares, nós vamos nos aquilombar no legislativo, nas favelas, por todos os meios necessários, inclusive, dentro da igre já. A gente tem que se despo e fazer discussão dentro das igrejas, porque elas estão nas quebradas. Vejo que a gente tem se despo um pouco mais, tem se permitido dialogar certas coisas que a gente antes não dialogava, que antes tinha medo. É como fazer a discussão da intolerância religiosa, como não entrar, porque a maioria de nós somos cristãos, e antes a gente demonizava, também, os terreiros. Hoje não, hoje meu filho, minha mãe que é batista -, ela fala não, a gente vai entrar no terreiro, a gente vai dialogar, porque inclusive foi ensinado que na bíblia a gente tem que respeitar todas as religiões. Se a gente não tiver nesses espaços, cada vez mais os nossos vão se perder e o processo de alienação vai se tornar muito maior - não falando que as moças discussões têm mais relevâncias que daquela mulher que tá na igre já evangélica, mas falando que é importante, também, problematizar nesses espaços para ela pensar também em outras perspectivas. Nós acreditamos que a periferia

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Amancio, Carina Serra
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SÃO PAULO ENTRE 2000 - 2018 / Carina Serra Amancio;
orientador Erminia Maricato. - São Paulo, 2022.
264.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: Habitat.

1. Movimentos Sociais. 2. Periferia. 3. Espaço Urbano. I.
Maricato, Erminia, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<http://www.fau.usp.br/fichacatalogica/>>

“Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço
do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os
negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às
cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma
insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças
avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no
mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o
tédio, o nojo e o ódio.”

Oswald Andrade,
A flor e a náusea, 1945.

à Daniela, quem me ensinou que saudade é
também nunca caminhar sozinha.

AGRADECIMENTOS

“O luto é uma forma cruel de aprendizado. Você aprende como ele pode ser pouco suave, raivoso. Aprende como os pêsames podem soar rasos. Aprende quanto do luto tem a ver com palavras, com a derrota das palavras e com a busca das palavras”

Chimanda Ngozi Adichie.

Antes de iniciar os agradecimentos, peço licença à banca examinadora e todas as pessoas que me acompanharam nessa caminhada. No decorrer do texto, não levantarei esses nomes, muito menos buscarei compensar toda a ajuda que tive ao longo da elaboração da pesquisa, que não foi pouca. Aqui, responderei unicamente a uma pessoa, que, talvez sem intenção, me moldou enquanto pesquisadora. É um texto sobre minha busca incessante por palavras.

Ao longo de minha caminhada acadêmica, nunca tive muita clareza do porquê escolhi ser pesquisadora. Ao contrário de muitos colegas, a processo acadêmico não acompanha minha trajetória familiar. Então, por que mergulhei tão a fundo na vida que hoje levo? Escolhi sem olhar para trás. Parecia que me foi dado, concedido e agarrei sem soltar uma única vez. Mas acontece que nada foi empurrado. Foi o inverso. É minha busca incessante por palavras, as mesmas que perdi há 12 anos atrás, quando vivi o luto que me marcaria para o resto da vida.

Numa manhã de domingo, enquanto lia Chimamanda Ngozi Adichie, compreendi o que me fez, quase intuitivamente, escolher a minha caminhada. O luto é uma busca por palavras que ficam perdidas quando alguém muito amado é arrancado de nossa vida. Obviamente, eu ainda não as encontrei. Mas eu entendi que, ao menos parte delas, eu venho recuperando.

A investigação, e as palavras, se tornam uma maneira de expor, não só a perda, mas o amor, a continuidade. É um ato de resistência e de recusa: é a dor te dizendo que acabou, o seu coração dizendo que não; a dor tentando limitar o amor ao passado, e o coração dizendo que amor é no presente e futuro. E, de repente, uma voz nova se faz pre-

sente através da pesquisa. Uma urgência nova. Senti que precisava escrever tudo a partir daquele momento, pois as palavras também mostram que as *coisas* aconteceram e que as transformações sempre estão à espera de serem reivindicadas.

Não haveria, portanto, outra maneira de agradecer e honrar meu processo de pesquisa e minha trajetória militante. É o que me moldou e me molda. O processo de luto que não é a perda, mas a busca, o caminhar e o reencontro. O reencontro com quem deixou heranças formidáveis na nossa vida e história, e também com a gente mesmo. Com quem deixei de ser, e nem quero voltar a ser, mas com a parte que me faz querer compreender o que acontece para, então, transformar. Para isso, a minha pesquisa se faz cheia de proximidade com a morte e com a vida, da consciência da mortalidade, delicada, mas no presente e com esperança.

Continuarei nessa busca, provavelmente até sempre, honrando Daniela. Tudo que vivi e não vivi com essa alma que me acolhe até hoje. Sinto saudades, mas também uma gratificação enorme por esse luto me empurrar numa empreitada tão linda da vida: o conhecimento.

As impressões digitais

“Eu nasci e cresci debaixo das estrelas do Cruzeiro do Sul.

Aonde quer que eu vá, elas me perseguem. Debaixo do Cruzeiro do Sul, cruz de fulgores, vou vivendo as estações de meu destino.

Não tenho nenhum deus. Se tivesse, pediria a ele que não me deixe chegar à morte: ainda não. Falta muito o que andar. Existem luas para as quais ainda não lati e sóis nos quais ainda não me incendiei. Ainda não mergulhei em todos os mares deste mundo, que dizem que são sete, nem em todos os rios do Paraíso, que dizem que são quatro.

Em Montevideú, existe um menino que explica:

— *Eu não quero morrer nunca, porque quero brincar sempre*”

Eduardo Galeano, 1989



RESUMO:

Movimentos Sociais Urbanos na Região Metropolitana de São Paulo entre 2000 - 2018.

A presente pesquisa se propõe a contribuir para a investigação das características dos movimentos sociais surgidos entre os anos 2000 – 2018 na região metropolitana de São Paulo. Em contexto de grande mudança econômica, social e política, nacional e internacional, os movimentos sociais ligados às pautas progressistas, inseridos na chamada “periferia” urbana, têm protagonizado parte das expressões mais contundentes desse novo ciclo social, político e urbano. Destacam-se as jornadas de junho de 2013, as mobilizações no contexto da Copa do Mundo e das Olimpíadas e os diversos levantes que ocuparam as ruas de todo o Brasil com reivindicações pelo direito à cidade.

O estudo desses movimentos sociais surgidos a partir do século XXI foi desenvolvido tomando como referência o trabalho de Eder Sader - Quando novos personagens entram em cena (1970-1980). Buscou-se compreender as transformações nas condições de vida urbanas no período levantado e sua relação com as matrizes discursivas que buscam representá-las e orientar a ação política dos movimentos estudados. Em particular, foi analisado o conceito de periferia. Embora historicamente se encontre associado à carência de infraestrutura, no novo contexto, percebeu-se que passa a descrever a falência de um projeto desenvolvimentista e de integração nacional e a ser reivindicado enquanto “potência” pelos novos movimentos. A pesquisa sobre esses novos movimentos ou levantes se deu por meio de bibliografia, entrevistas, análises das condições de vida urbana e revelou a centralidade da pauta urbana nas reivindicações atuais.

Palavras-chave: movimentos sociais, periferia, questão urbana, transformação social.

ABSTRACT:

Urban Social Movements in the Metropolitan Region of São Paulo between 2000 - 2018.

The present research aims to contribute towards investigating the characteristics of social movements that arose in the São Paulo metropolitan area between the years 2000 and 2018. In a context of great economic, social and political change, both national and international, social movements linked to progressive agendas and emerging from the so-called urban “periphery” have spearheaded some of the most pointed expressions of this new social, political and urban cycle. A few standout examples are the countrywide demonstrations of June 2013, as well as those organized in the contexts of the World Cup and Olympic Games and various other uprisings that occupied the streets across Brazil demanding the right to the city.

The reference for developing the study of these social movements that emerged from the 21st century onward was the work of Eder Sader - “Quando novos personagens entram em cena (1970-1980)” (“When new characters take the stage (1970-1980”). We sought to understand the transformations in urban living conditions during the surveyed period, as well as their relation to the discursive matrices that aim to represent them and, in doing so, guide the political actions of the movements in question. The concept of periphery was analyzed in particular; although historically it has been associated with a lack of infrastructure, we have noticed that in the new context it has come to describe the failure of a developmental and national integration-driven project and to be claimed as “potency” by the new movements. The research about such movements or uprisings was carried out through bibliography, interviews and analysis of urban living conditions and has revealed the centrality of the urban agenda in their current demands.

Keywords: social movements, periphery, the urban issue, social transformation.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - EXPANSÃO URBANA DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO, 1980.

MAPA 2 - CONCENTRAÇÃO DE EMPREGOS E INFRAESTRUTURA X ÁREAS DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa Nacional de Desocupação 2002 - 2009

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - A TOUPEIRA | AUTORIA DA AUTORA

Figura 2 - O PASSE LIVRE EM JUNHO DE 2013

Figura 3 - II FÓRUM NACIONAL DO BRCIDADES

Figura 4 - CURSO ZONA LESTE VIVER NA CIDADE

Figura 5 - O PASSE LIVRE EM JUNHO DE 2013

Figura 6 - OCUPE ESTELITA, RECIFE, 2014

Figura 7 - OCUPAÇÃO 9 DE JULHO

Figura 8 - OCUPAÇÃO 9 DE JULHO, LANÇAMENTO AGENDA URBANA BRCIDADES

Figura 9 - SECUNDARISTAS

Figura 10 - FRAMES DO CADERNO “AÇÕES BRCIDADES 2017 - 2021”

Figura 11 - GREVE I DE MAIO 1980

Figura 12 - METALÚRGICOS, 1979 - Estádio Vila Euclides, São Bernardo do Campo.

Figura 13 - CARTAZ DE ELIFAS ANDREATO PARA O FUNDO DE GREVE DOS METALÚRGICOS

Figura 14 - MOVIMENTO CONTRA O CUSTO DE VIDA, CATEDRAL DA SÉ, 1978

Figura 15 - CEB'S E MUTIRÃO

Figura 16 - REUNIÃO CEB'S

Figura 17 - MOVIMENTO CONTRA O CUSTO DE VIDA

Figura 18 - MOVIMENTOS DE BAIROS

Figura 19 - OBRAS DA UNIVERSIDADE DO ABC, EM 2017

Figura 20 - Empreendimento Residencial Saudade, em Biguaçu - SC, 2016.

Figura 21 - RESIDENCIAL SÃO CRISTÓVÃO, EM ANÁPOLIS, GOIÁS, 2016.

Figura 22 - “Brasil decola”, capa do jornal The Economist em 2009.

Figura 23 - JORNAL O GLOBO - CAPA “PROTESTOS DERRUBAM AUMENTOS EM SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO”

Figura 24 - PROTESTOS NA VILA AUTÓDROMO, EM 2015

Figura 25 - MANIFESTAÇÃO OCUPE ESTELITA, 2015

Figura 26 - MANIFESTAÇÃO MPL, EM SÃO PAULO, 2013

Figura 27 - ENTREGADORES DE APLICATIVOS EM GREVE NO DIA 19 DE MARÇO DE 2019, EM SÃO PAULO

Figura 28 - METRÓPOLE DE TRABALHOS PRECÁRIOS

Figura 29 - AUDIÊNCIA PÚBLICA CIDADÃ DO MCP EM SÃO PAULO

Figura 30 - SARAU DA COOPERIFA, EM 2010

Figura 31 - Paul Singer no encontro de fundação do Partido dos Trabalhadores do Colégio Sion, em São Paulo, 10 de fevereiro de 1980.

Figura 32 - FHC NO SEMINÁRIO DA USP EM 1970

Figura 33 - MILTON SANTOS EM 1970

Figura 34 - Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

Figura 35 - Filme Fim De Semana

Figura 32 - Filme Fim De Semana [2]

Figura 33 - Nabil Bonduki, Luiza Erundina e Erminia Maricato, meados dos anos 1990

Figura 38 - Michael Löwy, Roberto Schwarz, Gabriel Bolaffi e Maria Rita Eliezer na Praça da República, 1959

Figura 39 - Racionais MC's | Álbum Sobrevivendo no Inferno

Figura 40 - EP “ESCOLHA SEU CAMINHO”, 1992

Figura 41 - RACIONAIS EM “HOLOCAUSTO URBANO”

Figura 42 - Fotomontagem Jornal da USP | JORNAL E REVISTA | RACIONAIS

LISTA DE SIGLAS

AMPVA - Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos

BNH - Banco Nacional de Habitação

Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEF - Caixa Economica Federal
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
ECAUSP - Escola de Comunicação e Artes da USP
EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUPAM - Fundação para Pesquisa Ambiental
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERJ - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
LGBTQIA+ - Lésbica, gay, Bissexual, Travestis, transexuais e transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexual, +
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MinC - Ministério da Cultura
MPB - Música Popular Brasileira
MPL - Movimento Passe Livre
NEC - Núcleo de Estudos Conjunturais
OGU - Orçamento Geral da União
ONG - Organizações Não Governamentais
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-UAP - Urbanizações de Assentamentos Precários
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCC - Primeiro Comando da Capital
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PEA - População economicamente ativa
PLANHAB - Plano Nacional de Habitação
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Polop - Política Operária
PPP - Parceria Público Privada

PPPpop - Parceria Público Popular
PRODEUR - Programa de Estudos em Demografia e Urbanização
Pronaf - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProUni - Programa Universitário para todos
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A
RMR - Região Metropolitana de Recife
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Seppir - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHs - Unidades Habitacionais
UNEafro - União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
Unifesp - Universidade Federal de São Paulo
UPE - Universidade de Pernambuco
VAI - Programa de Valorização em Iniciativas Culturais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A CIDADE E A TOUPEIRA • 20

CAPÍTULO 1

O PONTO DE PARTIDA: UMA RECONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 • 32

1. Entre o conformismo e a resistência: quando o cotidiano e os discursos entram em cena • 34

2. Condições de vida na metrópole pujante: das dinâmicas de reprodução urbana ao modelo de trabalho fabril • 37

2.1. Metrópole paulistana: urbanização dos baixos salários, voragem do progresso e padrão periférico de urbanização • 39

2.2. Expansão urbana e autoconstrução da casa própria • 43

2.3. O mundo do trabalho • 46

2.4. O processo de migração para a metrópole paulista • 50

3. Os personagens que entram em cena: esferas de organização social e contexto de emergência • 52

3.1. As Comunidades de Base • 53

3.2. A esquerda dispersa • 57

3.3. O “novo sindicalismo” • 61

3.4. Movimentos sociais: uma promessa radical de transformação política e social • 64

CAPÍTULO 2

O BRASIL DO FUTURO QUE AFINAL CHEGOU • 68

1. As transformações das condições de vida no Brasil: uma breve retrospectiva dos anos 2003-2018 • 72

1.1. Uma breve apresentação sobre o “lulismo” • 72

1.2. As políticas urbanas e de habitação e seus impactos nas condições de vida 2003-2018 • 75

1.3. O mundo do trabalho e as políticas redistributivas • 79

1.4. Produção cultural: resistência e mercadoria • 83

2. Para não dizer que não falei de flores: os levantes que tomaram as ruas nas últimas décadas do Brasil. • 86

2.1. Breve contextualização • 86

2.2. Megaeventos, movimentos sociais e o urbano no Rio de Janeiro: o caso da Vila Autódromo. • 88

2.3. Movimento Ocupe Estelita e a disputa pelo urbano na Região Metropolitana de Recife • 91

2.4. Quando as ruas estremeçeram todo Brasil em junho de 2013 • 93

3. Para não dizer que não falei de flores: os levantes que tomaram as ruas nas últimas décadas do Brasil. • 95

3.1. Os sujeitos que nasceram e cresceram na metrópole paulista: estudos sobre o cotidiano e as transformações sociais e urbanas recentes. • 95

3.2. A expansão vertiginosa da Grande São Paulo: a voragem do progresso após os anos 2000. • 98

3.3. Preocupados em sobreviver: informalidade laboral e desigualdade urbana • 105

CAPÍTULO 3

QUANDO O URBANO ENTRA EM CENA: SOBRE O CONCEITO DE PERIFERIA E OS NOVOS PERSONAGENS DA LUTA SOCIAL. • 112

1. De dentro da universidade: análise da construção teórica sobre periferia entre as décadas de 1970 e 1980 • 115

1.1. O urbano e os intelectuais do Cebrap • 116

1.2. Periferia: crescimento e pobreza • 121

1.3. Fim de Semana • 126

1.4. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial • 130

2. “Só quem é de lá sabe o que acontece”: a periferia • 142

2.1. A criação do rap enquanto ruptura do projeto de “ganha-ganha”. • 147

2.2. Racionais MC’s e a construção de um discurso que mudaria a concepção de periferia: de Holocausto Urbano (1990) à Sobrevivendo no Inferno (1997). • 149

2.3. Sujeito Periférico: análises sobre as transformações do termo “periferia” de 1990 até os dias atuais. • 152

3. Das análises aos discursos: reflexões em torno dos discursos recentes dos movimentos sociais surgidos após 2000. • 157

3.1. Douglas Belchior • 158

3.2. Renato Almeida • 162

3.3. Elaine Mineiro • 166

CONSIDERAÇÕES FINAIS • 172

BIBLIOGRAFIA • 182

ANEXOS • 191

INTRODUÇÃO

A CIDADE E A TOUPEIRA

A toupeira é um pequeno mamífero de corpo cilíndrico, olhos pequenos e grandes garras nos membros anteriores, que vive debaixo do solo. O animal nunca fica parado porque cava túneis e, vez por outra, mostra sua cabeça na superfície. Seu trabalho subterrâneo e quilométrico, e, sobretudo, com seus aparecimentos imprevisíveis, foi provavelmente o que fez Karl Marx¹ escolher a citação de Shakespeare desse simpático bicho para simbolizar a Revolução: “belo buraco, velha toupeira. Você trabalha tão depressa no interior da terra! É uma notável sabotadora”.²

Frágil e míope, a toupeira cava seus túneis com paciência e persistência, e, quando se retira do subterrâneo, o faz somente para poder cavar ainda mais fundo, sem nunca retomar o caminho já percorrido. A figura da “velha toupeira” também foi retomada pelo sociólogo brasileiro Emir Sader, que, na ocasião, sublinhou: “quando não se deixa ver, não é porque desapareceu, mas porque simplesmente se torna invisível. A toupeira sempre está cavando”.³

*

Lendo o texto de Carlos Vainer presente na coletânea “Cidades Rebeldes”, dedicada às jornadas de junho de 2013, me deparei pela primeira vez com a metáfora da “velha toupeira”.⁴ Vainer afirma que o pequeno mamífero parecia, enfim, mostrar a cabeça sobre o solo da história brasileira: “promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios”.

De partida, é possível afirmar que esta pesquisa não pretende estudar os sentidos da Revolução, muito menos considerar que as mobilizações sociais dos anos recentes são, efetivamente, parte de um projeto revolucionário em andamento. Ainda assim, ao me debruçar sobre o artigo de Vainer novamente, já perto de concluir esta dissertação,

1 MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Germinal: marxismo e educação em debate, 2016, 8.1: 187-266.

2 SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Penguin, 1998.

3 SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. Boitempo editorial, 2015.

4 VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.



Figura 2 - O PASSE LIVRE EM JUNHO DE 2013

FONTE: Brasil de Fato, 2013.



Figura 3 - II FÓRUM NACIONAL DO BRCIDADES

FONTE: BrCidades, 2019.



Figura 4 - CURSO ZONA LESTE VIVER NA CIDADE

FONTE: BrCidades, 2018.



Figura 5 - O PASSE LIVRE EM JUNHO DE 2013

FONTE: Mídia Ninja 2017.

pude identificar que esse estudo nasceu de uma percepção de que junho de 2013 poderia, sim, significar um aceno da “velha toupeira”.

Enfrentei, ao longo de três anos, diversos percalços na formulação e delimitação do objeto de análise. No projeto de pesquisa protocolado em 2019, apontei que diversos movimentos sociais surgidos após a virada do século XXI traziam em suas bandeiras reivindicações pelo direito à cidade. Me propus a estudar os elementos que compuseram suas formas de organização, assim como levantar alguns estudos de caso que pudessem nortear a investigação sobre estes movimentos sociais na cidade de São Paulo. Aqueles escolhidos eram a rede Uneafro e o Levante Popular da Juventude. O que pretendia era desenvolver uma análise comparativa entre os dois que, em comum, contavam com ampla participação da juventude periférica da cidade de São Paulo em suas bases.

A partir do primeiro trabalho programado deste mestrado, um levantamento detalhado dos movimentos sociais e coletivos existentes em São Paulo, bem como da análise teórica sobre a produção do espaço, percebi a necessidade de alargar tanto a escala territorial da pesquisa, para abarcar a região metropolitana de São Paulo, quanto o próprio objeto, para além de uma análise comparativa de dois movimentos específicos.

O campo dos movimentos sociais era muito vasto: de um lado me deparava com a emergência de movimentos ligados à juventude, à cultura e com pautas ligadas à identidade, de outro, movimentos mais antigos pelo direito à moradia, com pautas como a implementação da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) ou pela regularização fundiária, que já faziam parte do campo do estudo do urbano desde as dé-

cadadas de 1970 e 1980. Assim, me via dividida entre as exigências do rigor científico, que requer uma delimitação mais precisa do objeto de pesquisa, e os impulsos do interesse político de minha trajetória militante, que levavam a uma interrogação mais abrangente. Ademais, como não sabia se a pesquisa científica iria, de fato, revelar a efervescência de movimentos sociais após os anos 2000, como observava no trabalho militante, nesse período inicial as investigações se fizeram sobre aspectos variados e sem um recorte pré estabelecido.

Assim, fui levada a percorrer um longo percurso intelectual em busca de caminhos mais precisos para estudar esses movimentos. Para compreender os surgidos após os anos 2000, me dediquei a estudar e levantar bibliografias que analisassem os levantes das décadas de 1970 e 1980 da metrópole de São Paulo, visto a incidência que tiveram sobre a luta social brasileira. Optei por me respaldar no trabalho de Eder Sader, em sua pesquisa “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-80”, para investigar as características desses movimentos, bem como me familiarizar com as metodologias de investigação.

Paralelamente ao trabalho acadêmico, fui levada a viver uma densa experiência fora da universidade: a construção da rede BrCidades, que se propôs a repensar as cidades brasileiras. Por meio dessa experiência participei de debates, fóruns nacionais e regionais, produção de documentos, artigos para jornais e revistas, cursos de formação popular, além do acompanhamento de 17 núcleos estaduais nas várias regiões do Brasil, o que foi de grande relevância e me permitiu ter um panorama do estado da arte das lutas sociais em escala nacional., Sobretudo, a própria formação da rede nacional auxiliou

no desenvolvimento desta pesquisa. Isto porque ela nasceu em um período em que lideranças, técnicos, acadêmicos e diversos outros sujeitos sociais engajados na luta social buscavam saídas para a derrota das forças progressistas no Brasil, com o golpe de 2016 e as eleições de 2018, mas também no mundo com o avanço do neoliberalismo.

A rede BrCidades, formada em 2017, surgiu como resposta a um convite feito pela Frente Brasil Popular para as professoras Ermínia Maricato e Karina Leitão, com o objetivo de auxiliar na elaboração de um projeto para as cidades brasileiras como parte integrante de um projeto para o Brasil. Rapidamente, poucos meses após o lançamento do manifesto “BrCidades - um projeto para as cidades do Brasil”, em maio de 2017, durante o XVII ENANPUR, em São Paulo, a rede ganhou adesão de vários estados da Federação. Como avalia Maricato, isso parece ter ocorrido devido ao poder de aglutinação das lutas em torno do direito à cidade. Também a construção rápida e massiva da rede alimentava meu objeto de pesquisa: algo estava acontecendo em torno das mobilizações sociais e eu buscava compreender o que era. Assim, pouco a pouco fui buscando vincular meu trabalho externo à universidade com uma pesquisa de campo na periferia da RMSP.

No decorrer do primeiro ano desta pesquisa, meu segundo enquanto colaboradora da BrCidades, busquei produzir um trabalho que pudesse fomentar tanto minha pesquisa acadêmica quanto meu interesse militante. Nesse contexto, criei e coordenei a primeira série de podcasts da rede. Através de contatos com algumas lideranças populares, resultante do trabalho coletivo com diversas entidades, movimentos sociais e universidades, o Podcast rendeu, inicialmente, mais de 20 entrevistas e 11 episódios.

A partir dos depoimentos, colhidos sem roteiro pré estabelecido, com perguntas diferentes a depender do entrevistado, procurei captar os significados presentes nas experiências de vida urbana dessas lideranças, bem como levantar tanto as bandeiras que reivindicam, quanto suas perspectivas sobre as transformações urbanas recentes sobre as condições de vida. Nesse momento, começaram a se desenhar com mais precisão o objeto, a questão e o roteiro da pesquisa. O objeto foi definido em torno das características dos movimentos sociais urbanos surgidos entre os anos 2000 e 2018 na região metropolitana de São Paulo. Optei por não me debruçar sobre os movimentos de moradia, mesmo que estes façam parte de maneira mais direta do campo do urbano, visto que grande parcela destes surgiram antes da virada do século XXI.

Através dos depoimentos coletados e da pesquisa de campo, percebi que grande parcela dos sujeitos que vinham ganhando corpo e visibilidade após os anos 2000 na região metropolitana de São Paulo, e que protagonizaram parcela considerável dos levantes das jornadas de junho de 2013 e em torno da Copa do Mundo e das Olimpíadas, traziam consigo reivindicações urbanas através da identidade, sejam elas raciais, de gênero, além de manifestações no plano da cultura ou da juventude. Desta forma, busquei compreender o contexto em que esses sujeitos estavam inseridos.

As questões centrais começaram com a interrogação sobre as formas com que os movimentos sociais urbanos vêm construindo seus espaços políticos nas cidades, em um momento em que a perspectiva de uma transformação social parecia ter perdido força. Passadas quase quatro décadas dos expressivos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, o que restou na arena política das mobilizações recentes? O contexto recente incidiu no exercício de reivindicação social, seja no desmanche ou no surgimento de novas mobilizações? Como? Por que a questão urbana se faz tão presente nas bandeiras dos movimentos sociais estudados?

Optei por seguir uma metodologia semelhante à de Eder Sader. Dividi o trabalho em três partes: 1) a reconstituição, através do trabalho do autor, das características dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, a fim de compreender as implicações dessa herança histórica nos levantes atuais e os métodos empregados pelo autor para analisá-las; 2) o levantamento de um panorama abrangente das condições de vida entre os anos 2000 - 2018, para compreender as experiências da condição da classe trabalhadora na Grande São Paulo; 3) a investigação dos discursos elaborados por esses sujeitos inseridos na luta social, a fim de compreender os significados sobre o urbano em suas reivindicações.

Ao final de seu livro, Sader faz um estudo sobre quatro movimentos sociais na região metropolitana de São Paulo, reconstituindo as dinâmicas de organização e elaboração das experiências do cotidiano a partir das particularidades de cada um. No entanto, ao longo desta dissertação, optei por não levantar as formas de organização de movimentos particulares, ou estudar suas histórias de formação. Primeiramente por uma razão de economia textual: as limitações existentes no desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado obrigam o pesquisador a hierarquizar suas prioridades e fazer

recortes. Também porque o período dessa pesquisa é outro, e trata, ao contrário do que Sader pesquisou, de um momento em que os levantes ainda não alçaram voos para elaboração de um projeto unificado, bem como estão sob impacto, pelo menos a curto prazo, de derrota das forças progressista, decorrente do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, e da eleição do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, em 2018.

Por essa razão, escolhi iniciar esta apresentação em torno da “velha toupeira”. Os levantes que tomaram as ruas em 2013, ainda que não sejam o objeto de minha pesquisa, evidenciaram que a toupeira seguia viva e acenava para entrar em cena. Me propus a examinar os movimentos sociais que surgiram depois da virada do século XXI, não para dirigir meu olhar sobre suas particularidades e trajetórias, mas para compreender as condições em que estes estavam sendo gestados. A “velha toupeira”, que parecia invisível na arena política, vem trabalhando sob o solo urbano e mostrou, em junho de 2013 e em diversas outras ocasiões, que se preparava para sair da toca e reivindicar o direito à cidade. A partir disso, me propus a identificar as características inscritas nesses movimentos sociais surgidos entre os anos 2000-2018 e suas imbricações com as transformações urbanas.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No capítulo 1 deste trabalho abordaremos os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, que construíram a luta pela redemocratização do Brasil, à luz do trabalho de Eder Sader. A fim de compreender a memória da luta popular que ficou inscrita até os dias atuais, resgataremos o contexto histórico daquelas décadas, abordando tanto as condições de vida da classe trabalhadora, quanto as características dos sujeitos inseridos nas lutas sociais e suas formas de organização.

O autor argumenta que a emergência desses sujeitos abriu um novo período na história das classes trabalhadoras em todo o país. Para isso, Sader investiga as características das condições de vida que esses sujeitos experienciaram, bem como seus discursos, que denomina como “matrizes discursivas” e, por fim, quatro estudos de caso dos movimentos sociais da Grande São Paulo: o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a oposição metalúrgica de São Paulo, os clubes de mães da periferia sul de São Paulo e as

“comissões de saúde” da periferia leste.

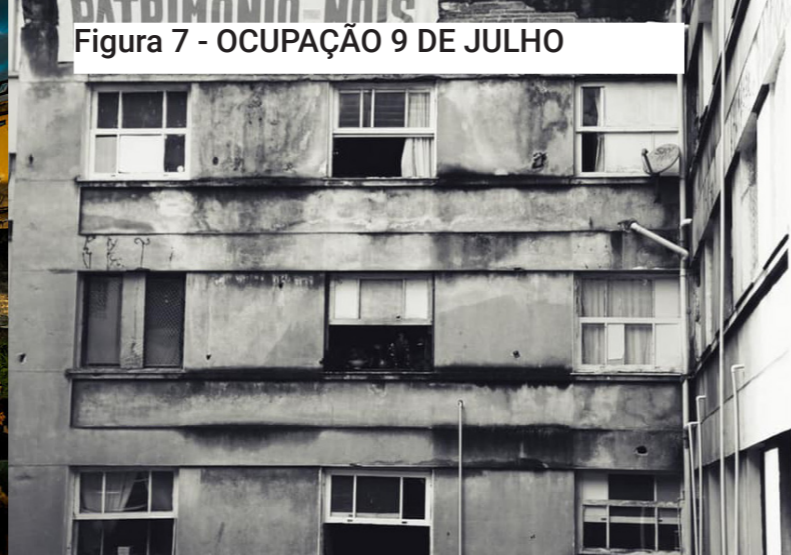
O trabalho de Eder Sader aborda, sobretudo, a hipótese de que os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 trazem evidências da elaboração de “novas configurações de classe dos trabalhadores”. Essa conceituação feita pelo autor é descrita pelas transformações nos tipos de representação das condições de classe, quando comparadas ao tipo predominante antes de 1964. Para Sader, esses movimentos sociais, ainda que abordassem pautas distintas, cada qual com sua reivindicação particular, foram capazes de produzir novas formas de identidade coletiva, criando referências comuns mais abrangentes e unificadas, como se deu com as greves operárias de 1979 e 1980. Em cada forma de organização havia uma preocupação com a própria autonomia, e se privilegiavam as “ações diretas”. Como mostraremos, os movimentos sociais expressaram tendências profundas de descontentamento com o sistema político instituído, e, por isso mesmo, passaram a representar uma promessa de transformação social. A partir das mobilizações nas demais esferas de organização social, seja nos sindicatos, nos serviços públicos, nas fábricas ou nos bairros, esses sujeitos reivindicavam uma intervenção direta na democracia e nos mecanismos de participação.

Para compreender esse processo, iremos reconstituir o estudo de Sader e também levantar a bibliografia que trata sobre as condições de vida da classe trabalhadora urbana daquelas décadas. Vamos resgatar as pesquisas de Ermínia Maricato, Gabriel Bolaffi, Sérgio Ferro e Lúcio Kowarick para compreendê-las, visto que teremos como enfoque as dinâmicas urbanas e sua incidência nas experiências e elaborações dos movimentos sociais.

No capítulo 2, retomaremos o recorte temporal desta pesquisa, do ano 2000 até o ano de 2018. Abordaremos algumas características que indicam as transformações recentes sobre as condições de vida urbana das classes trabalhadoras. Levantaremos, inicialmente, algumas dessas mudanças no âmbito nacional, tendo como principal foco análises sobre o “lulismo” e seus impactos sobre o mundo do trabalho, a reprodução do espaço urbano e a implementação de políticas culturais nas periferias. Em seguida, levantaremos como tais mudanças podem ter incidido na região metropolitana de São Paulo e nas condições de vida urbana da metrópole, recorte territorial desta dissertação.



FONTE: Mídia Ninja, 2014.



FONTE: BrCidades, 2020.



FONTE: BrCidades, 2020.



FONTE: El País, 2015.

O recorte temporal foi escolhido a partir das mudanças recentes observadas na arena política do país, e particularmente em São Paulo. Partimos do que pareciam ser algumas evidências: a efervescência das mobilizações de rua, em especial as jornadas de junho de 2013, que apresentavam pautas em torno do direito à cidade; o crescimento desenfreado da metrópole paulista e seus impactos sobre dinâmicas urbanas; o descontentamento de parcela da sociedade civil sobre as condições de vida urbana, sobretudo em torno dos transportes públicos; e a crítica inscrita nos mais diversos campos analíticos, inclusive progressistas, sobre o “afastamento das bases”.

Esses acontecimentos foram tratados pela bibliografia que será mobilizada: pesquisas sobre as políticas urbanas e habitacionais, hipóteses sobre os impactos do denominado “lulismo”, o ressurgimento de setores conservadores na arena política, o refluxo dos movimentos sociais do campo progressista e as mudanças no mundo do trabalho. Optamos por focar essas transformações em torno das condições de vida da classe trabalhadora e os vínculos desses impactos no urbano. Usaremos como referência, sobretudo, as produções de Ermínia Maricato e as pesquisas que a autora utiliza para desenvolver a tese de que a crise urbana no Brasil é o motor dos novos movimentos sociais.

Para tratar das experiências das condições de vida dos trabalhadores na Grande São Paulo entre 2000-2018, lançaremos mão de depoimentos pessoais, feitos pela série de podcast da rede BrCidades e reportagens jornalísticas, além da bibliografia. Buscaremos respaldo, principalmente, nas dinâmicas urbanas e seus efeitos no cotidiano desses sujeitos.

Vale destacar que após a eleição do presidente Jair Bolsonaro no fim de 2018, junto à pandemia da COVID-19 em 2020, as dinâmicas de sociabilidade e os impactos políticos geraram um ônus social significativo, que necessitaria de uma outra pesquisa que desenvolvesse suas características e as mobilizações sociais recentes. Nesta pesquisa, nosso recorte não abordará tais mudanças.

No capítulo 3, buscaremos compreender os discursos e reivindicações que acompanham os movimentos sociais surgidos após a virada do século XXI. Os depoimentos serão encarados como dados da interpretação e representação da realidade. Assim como aponta Éder Sader, “nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos”. Ou seja, há uma defasagem entre realidade e interpretação, entre fato e discurso, ainda que muitas vezes não seja possível separar um do outro. Ao usar suas palavras para nomear conflitos, onde se enfrentam interpretações antagônicas, os sujeitos das lutas sociais transformam os sentidos dessas mesmas palavras para reivindicar determinadas práticas de resistência e projetos de ruptura. Nesse sentido, os discursos que serão tratados implicam nas lutas sociais e abrem espaços para a elaboração de experiências até então silenciadas ou compreendidas de outra maneira. Implicam, também, na origem de sua própria formulação, tanto do ponto de vista do próprio sujeito formulador, quanto do contexto histórico em que a abordagem da realidade é feita. Afinal, as transformações de significados só se configuram como transformações quando o que era indizível passa não só a ser dito, mas também reivindicado.

A partir disso, buscaremos identificar quais são os conflitos mais presentes nos discursos desses sujeitos políticos e as progressivas mudanças de significados dos discursos dominantes, produzidos nos enfrentamentos sociais e reivindicações. Mesmo que em cada situação do cotidiano exposta na bibliografia, ou nos depoimentos coletados, a atenção se volte para diferentes problemáticas (seja da desigualdade territorial, do aumento da violência urbana e do racismo, da falta de infraestrutura urbana em bairros afastados do centro ou até da representatividade política desses sujeitos), foi possível identificar uma transformação discursiva em comum: o significado social sobre o termo “periferia”.

Em primeiro lugar, isso implica reconhecermos as características de onde essas falas eram produzidas, tanto nos espaços internos que lhe eram referidos, quanto na sua relação com o meio e sua inserção no debate público. Aqui, a mudança do próprio formulador, que passou de atores envolvidos no contexto acadêmico e universitário para os próprios “sujeitos periféricos”, foi considerada uma ferramenta importante para compreender o deslocamento do significado de “periferia”. Em seguida, implica reconhecer quais eram os projetos de transformação social inseridos nessas formulações ou, em outras palavras, quais rupturas de projeto político estavam constituídas no entendimento sobre o termo e quais reivindicações eram reformuladas. Não se trata apenas de uma transformação teórica ou linguística, mas dos efeitos da dinâmica da vida urbana sobre a sociedade e do entendimento sobre as condições de vida da classe trabalhadora. De que forma as experiências de vida recente contribuíram para a reelaboração dos significados

de periferia? Por que a “periferia” se faz tão presente nos discursos e reivindicações levantados? Quem são esses formuladores e qual condição política lhe é atribuída? E, por fim, quais projetos políticos são visados e reivindicados, através dessas transformações de significado?

Ainda que, ao seguirmos a metodologia usada por Sader, as esferas de organização social em crise (Igreja Católica, Sindicalismo e Esquerda Revolucionária) tenham tido um papel relevante para identificação desses discursos nas décadas de 1970 e 1980, atualmente não há elementos suficientes para identificarmos a emergência de expressões próprias de instituições, ou as demais esferas de organização. Se, por um lado, diversas organizações estão em crise nos últimos anos, sejam elas do campo universitário, do poder público, do sistema jurídico ou de demais esferas de organização, por outro lado, ainda nos parece precoce apontar discursos internos suficientemente consistentes para transformar os significados sobre a realidade urbana.

Por fim, buscaremos apresentar as noções de “periferia” a partir do contexto histórico vivido pelos próprios pesquisadores ou formuladores da terminologia, bem como as disputas inseridas nas definições. Para tanto, utilizaremos dois recortes temporais: das décadas de 1970 e 1980 e de 1990 até 2018. O contorno temporal aqui proposto não dará conta de cobrir todas as formulações existentes em torno do termo “periferia”, muito menos de esgotar as disputas dos campos discursivos distintos. O que cabe a esta pesquisa é compreender as transformações recentes em torno deste termo polissêmico a partir das mudanças nas condições de vida e imbricações políticas contidas nas disputas.

Figura 10 - *FRAMES DO CADERNO*
“AÇÕES BRCIDADES 2017 - 2021”

Caderno elaborado pela autora.
FONTE: www.brcidades.org

ATIVIDADES DOS NÚCLEOS



NÚCLEO DISTRITO FEDERAL

O núcleo DF do BrCidades foi formado em 2017 com ajuda de militantes de movimentos sociais, estudantes, jovens e professores. O núcleo já elaborou três fóruns regionais abrangendo diversas temáticas em torno do urbano, além de executar diversos debates periódicos com atores sociais que desenvolvem atividades no Distrito Federal. Neste ano, além do terceiro fórum organizado pelo núcleo, debates em torno do meio ambiente, direito à cidade e saneamento tomaram a agenda dos participantes.

CAPILARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

MEIA HORA COM BRCIDADES

Em 2020 o BrCidades organizou o programa "MEIA HORA COM



1. O PONTO DE PARTIDA:

UMA RECONSTITUIÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DAS
DÉCADAS DE 1970 E 1980

Neste primeiro capítulo, teremos como objetivo recuperar as experiências dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, à luz dos trabalhos de Eder Sader. Ainda que nosso recorte temporal se volte para os anos 2000 - 2018, o ciclo de lutas das décadas anteriores instituiu um novo elemento de vida política do país que repercutiu até os dias atuais. Foi a primeira vez na história do país que os movimentos sociais, propriamente urbanos, ganharam protagonismo na cena política, a ponto de alterar os rumos da luta sobre a ditadura militar. As formas de expressão desses sujeitos políticos, com práticas renovadas, geraram perspectivas de uma grande parcela da sociedade de transformação dos instrumentos de decisão e de participação social tradicionais. Independente dos resultados, o ciclo de lutas dessas décadas ficou inscrito na memória coletiva, alterando as formas de expressão, configuração e no próprio entendimento do papel dos movimentos sociais urbanos nos processos de reprodução social. Para que possamos compreender os levantes surgidos após a virada do século XXI, retomaremos a herança de suas práticas, geradas na luta pela redemocratização brasileira.

O trabalho de Eder Sader foi escolhido como o principal referencial para abordarmos e retomarmos o ciclo de lutas dessas décadas. Em seu livro “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-80”, publicado em 1988, o autor analisa as diversas esferas de organização social que lutavam contra a ditadura militar, que foram capazes de elaborar um sujeito coletivo em torno da luta contra a ditadura militar e por melhores condições de vida urbana. Seu trabalho foi paradigmático não só para os estudos em torno dos movimentos sociais, mas também para colocar em perspectiva a vida nas cidades e o impacto que aquele novo contexto, um país que estava se tornando urbano, se deu na elaboração de “uma nova configuração de classe.”

A partir desse entendimento, levantaremos bibliografias que auxiliem na compreensão dessas transformações. Quem eram os sujeitos que entraram na cena política naquelas décadas? Quais eram as condições de vida urbana que se apresentam para esse movimentos? Quais foram as metodologias utilizadas para compreender esses levantes?

Dividiremos o capítulo em três partes. Na primeira delas, vamos introduzir escolhas teóricas que irão nortear o trabalho. Retomaremos os conceitos de “cotidiano”,

“configuração de classe” e “matriz discursiva”, utilizados por Sader e também por bibliografias de apoio. Com isso, buscaremos compreender quais bases teóricas essas análises mobilizam para explorar o surgimento desse “novo sujeito coletivo”. Na segunda, buscaremos compreender as condições de vida na Grande São Paulo naquelas décadas. Para tanto, retomaremos os trabalhos de orientação marxista produzidos por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) naquele período. Sobretudo, as análises elaboradas por Ermínia Maricato irão nortear o entendimento do urbano enquanto eixo estruturador das condições de vida da classe trabalhadora. Por fim, na terceira parte, iremos apresentar as esferas de organização social que foram capazes de retomar a redemocratização brasileira. Aqui, através de Eder Sader, levantaremos como se deu o processo de renovação do “novo sindicalismo”, das Comunidades Eclesiais de Base e da “esquerda dispersa”, bem como suas características que deram suporte para o autor apontar a existência de uma “nova configuração de classe”.

1. Entre o conformismo e a resistência: quando o cotidiano e os discursos entram em cena

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por expressivas mobilizações sociais que lançaram na arena política novos personagens. As configurações desses movimentos sociais, desde então, foram tema de diversos trabalhos. Alguns dos quais as avaliam com entusiasmo, enquanto outros apontam suas críticas. Essas críticas, em geral, foram estimuladas pela posterior incorporação dos sujeitos políticos dessas mobilizações nas instituições, e o concomitante esvaziamento de suas ações políticas nos territórios. Não é uma tarefa simples diagnosticar se o resultado dessas efervescências sociais foi bem sucedido ou não. O que nos interessa é levantar as características que fizeram dessas mobilizações sociais paradigmáticas para os estudos sociais e urbanos, bem como as características que traçaram um novo sujeito político, com particularidades discursivas e práticas renovadas que deram base para sua projeção na cena pública.

Através do trabalho de Eder Sader¹, nos foi possível levantar as particularidades das mobilizações das décadas de 1970 e 1980 que permitiram caracterizar o sujeito so-

1 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

cial da época como “novo”.² Quando os movimentos sociais daquele período foram categorizados como “novos”, não era apenas uma demarcação de novidades nas formas de ação ou organização, ou nas metodologias próprias de elencar lideranças partidárias, mas também na capacidade de influenciar a opinião pública e criação de novos espaços de exercício na política. Espaços onde, naquele momento, a política institucional ainda não circulava: os da experiência do cotidiano popular. Os levantes foram capazes de convergir diferentes discursos, que se originaram em locais distintos, em uma mesma arena política, criando condições para o exercício da democracia. Sader identificou uma nova configuração de classe, expressando uma tendência de transformação do espaço político.

A leitura de Sader nos permite uma compreensão dessa nova configuração de classe e dos movimentos sociais a partir das particularidades do *cotidiano* - conceito utilizado pelos próprios movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, entendido como uma instância de resistência que expressa as desigualdades urbanas e sociais. Sader retoma a partir do cotidiano a ambiguidade do “conformismo e resistência” abordados por Marilena Chauí em 1986.³

Chauí identifica esses dois termos como parte da relação entre *cultura de massas* e *cultura popular*. A primeira sendo uma elaboração e imposição da classe dominante e a segunda uma “prática local e temporalmente determinada” da classe dominada, tendo parte de sua expressão aquém da cultura dominante. A Cultura Popular, ainda de acordo com a autora, é ambígua, pois sua composição não é consensual, mas composta por uma “consciência fragmentada”, sendo “tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar”.⁴

As décadas de 1970 e 1980 trouxeram transformações urbanas e sociais profundas. O aumento exponencial da industrialização nos anos anteriores mudou a paisagem

2 Importante ressaltar que pude amadurecer as concepções teóricas em torno das categorizações de quais movimentos são “novos” ou “antigos”. exploradas em diversos trabalhos desde Eder Sader, através de Feltran, cuja contribuição foi aproveitada em todo o trabalho. Ver mais em: FELTRAN, Gabriel de Santis, et al. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 312.

3 MARILENA, CHAUI. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

4 Ibidem. P. 124.

urbana e intensificou a ideologia do progresso; o crescente aumento do perímetro urbano e da segregação territorial aumentou as distâncias entre casa e trabalho e consolidou o processo de autoconstrução de moradias; o aumento da migração aprofundou as diferenças culturais entre o meio rural e urbano; o consumo individual aumentou; surgiram novas formas de exploração, em empregos informais ou sub remunerados e na falta de suporte do Estado sob os bens de consumo coletivo; também o desemprego era parte do cotidiano da classe proletária⁵. Ainda que o cenário adverso daquele período pudesse ter resultado num conformismo coletivo, os movimentos sociais foram capazes de reelaborar os significados sociais e as estruturas de desigualdades contidas em cada situação, possibilitando alcançar a instância de resistência da cultura popular.⁶

Nas lutas sociais, os sujeitos inseridos se expressam de acordo com concepções culturais particulares, dadas pelo momento histórico e local onde vivem, e pelas experiências vividas. Nesse sentido, os discursos desses sujeitos são elaborados por percepções que muitas vezes desordenam as noções do que é privado e público, do que é realidade e representação, sendo difícil de identificar suas diferenças.⁷ As palavras se tornam mecanismo de disputa de interpretações, trazendo significados que representam valores discursivos nas lutas sociais. Sader utiliza o conceito “matriz discursiva”, que seria um modo de abordagem da realidade, cuja relação entre o sujeito e o meio estabelece novas percepções da realidade do cotidiano, termo que se verá muito presente ao decorrer da pesquisa.⁸

5 A deterioração dos padrões de vida urbanos e os conflitos sociais foram abordados extensamente no livro KOWARICK, Lúcio; DES NATIONS, Palais; WARNING, Scam. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

6 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 142.

7 Gabriel Feltran reconstitui a confusão e o antagonismo existente entre privado e político nos discursos dos sujeitos inseridos nas lutas sociais. Ver: FELTRAN, Gabriel de Santis, et al. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2003.

8 Ainda que neste texto eu recupere o conceito de Sader de “matriz discursiva”, outras bibliografias recentes utilizam o termo “narrativa” para descrever tal conceito. Este último é fundamentado em Ibidem, cuja descrição perpassa pelas formas de reconstituir o passado e presente dos padrões de vida dos próprios sujeitos. Além disso, a concepção de narrativa também é vista em BENJAMIN, Walter, et al. *El narrador*. Ediciones/Metales Pesados, 2008, tendo relação direta com a *experiência*. O conceito, de acordo com Benjamin, carrega um significado histórico-sociológico, cuja crise da modernidade levou à dificuldade da percepção da experiência coletiva. Ainda assim, o autor deixa em aberto a possibilidade de uma nova revalorização da *narrativa* em tempos adversos.

Em busca de compreender os novos significados dos discursos dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, bem como sua dimensão de luta política, Sader identifica três frentes de elaboração discursiva, “desiguais em consistência interna e incidência social”⁹: as comunidades de base, a esquerda desarticulada e o “novo sindicalismo”. As três esferas de organização social levantadas pelo autor deram base para uma abordagem política do cotidiano e de produção de projetos de ruptura. A maneira que os sujeitos inseridos nessas organizações abordaram a realidade conduziu a novas formulações de seus discursos, abordando noções não só da desigualdade social vivida na esfera particular, mas também de sua relação com o meio e com as reproduções históricas de desigualdade social e urbana.

Antes de abordarmos mais atentamente os significados discursivos das três esferas de organização social, retomaremos as condições de vida urbana daquelas décadas para compreender as circunstâncias que alavancaram o processo de formação dos sujeitos políticos e culminaram nos levantes dos movimentos sociais da época. As determinações sociais macroestruturais não serão o foco deste trabalho - o processo desigual de formação das cidades do Brasil, assim como a origem escravocrata da sociedade brasileira, e seus impactos ainda longe de ser superados, são de suma importância -, mas, nesta pesquisa, reconhecemos as reivindicações das lutas sociais também como produtos das experiências cotidianas do sujeito, muitas vezes de maneira dispersa, e que tem as condições macroestruturais apenas como pano de fundo.

2. Condições de vida na metrópole pujante: das dinâmicas de reprodução urbana ao modelo de trabalho fabril.

No dia 1º de maio de 1980, em São Bernardo do Campo,¹⁰ diversos movimentos de bairros se reuniram em um ato em solidariedade à greve dos metalúrgicos que então se realizava e já durava quase um mês. Conforme relata Sader, a somatória dos pequenos grupos logo se revelou uma multidão de 120 mil pessoas. Esse Dia do Trabalhador representa para o autor um momento de convergência entre diversas lutas: o encontro “parecia conden-

9 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 19.

10 A paralisação se deu por 41 dias ininterruptos.

Figura 11 - GREVE 1 DE MAIO 1980



FONTE: Jornal "A verdade", 1980.

Figura 12 - METALÚRGICOS, 1979 - Estádio Vila Euclides, São Bernardo do Campo.



Foto de Fernando Pereira. FONTE: Memorial da Democracia, 1979.

Figura 13 - CARTAZ DE ELIFAS ANDREATO PARA O FUNDO DE GREVE DOS METALÚRGICOS



FONTE: Memorial da Democracia, 1979.

Figura 14 - MOVIMENTO CONTRA O CUSTO DE VIDA, CATEDRAL DA SÉ, 1978



Foto de W. Santos. FONTE: Memorial da Democracia, 1978.

sar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol". A luta social se expressava de diferentes formas, o que é interpretado pelo sociólogo como uma prova de o "conflito fabril ter extravasado o contexto sindical". Ou seja, a força da paralisação se deu não só pela capacidade de mobilização da organização sindical, mas também pela luta social construída nos bairros populares da cidade, quebrando a divisão entre bairro e fábrica.¹¹

Inúmeras eram as reivindicações: a construção de creches, postos de saúde e escolas, implementação de pontos de ônibus, pavimentação de ruas, transporte público para os bairros mais afastados e, de um ponto de vista de maior transformação estrutural, a regularização dos loteamentos clandestinos. Ainda que as bandeiras estivessem em torno da melhoria das condições de vida urbana, isso não quer dizer que os movimentos sociais de bairro daquele momento fossem "meros tributários dos embates que se processam no âmbito da exploração do trabalho",¹² muito menos secundários à contradição fundamental entre capital e trabalho. O que abordaremos neste capítulo é a igual importância e relevância dessas bandeiras, que foram capazes de convergir as reivindicações urbanas locais e as reivindicações em torno das condições de trabalho.¹³

Como já antecipamos, são muitas as causas que levaram a uma crescente precarização das condições de vida na metrópole paulistana. Nos tópicos seguintes, levan-

11 KOWARICK, Lúcio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente*; BONDUKI, Nabil Georgs. *Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra*. IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 1989.

12 Ibidem, p. 49.

13 As contradições urbanas são foco de um estudo relativamente recente e suas considerações serão levantadas no próximo capítulo, quando tratarei da denominação de *periferia*.

taremos aquelas presentes na bibliografia e que relacionam, especificamente, a formação dos sujeitos sociais e políticos com as experiências de vida na metrópole: o processo exponencial de crescimento da grande São Paulo, a migração do campo para a cidade, a precarização do trabalho e aumento do desemprego, os problemas habitacionais e, transversalmente, o papel desempenhado pelo território nestes conflitos.

Esses problemas não podem ser analisados isoladamente. A chamada "espoliação urbana"¹⁴ e o processo de autoconstrução da casa própria, processos que serão abordados adiante no texto, não podem ser compreendidos sem levarmos em conta os baixos salários pagos pela indústria, que inviabilizam a aquisição da casa própria através do mercado formal de habitação. Também a atuação do Estado e os preços da terra serão levados em conta nessa análise. Não por acaso, Maricato cunha o termo "urbanização de baixos salários" para retratar esses processos.¹⁵

2.1. Metrópole paulistana: urbanização dos baixos salários, voragem do progresso e padrão periférico de urbanização

A partir de 1950, o processo de industrialização nacional mudou, alterando a configuração do mercado interno e externo: o Brasil passou a produzir bens duráveis e bens de produção com abertura ao capital internacional. Se em 1949, a indústria têxtil correspondia a um quarto do valor industrial da cidade, uma década depois passou a representar ape-

14 KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

15 MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

nas um sétimo desse valor. Enquanto isso, as indústrias de material de transporte e de material elétrico elevaram 10,6% do produto industrial nesse mesmo período.¹⁶ Conforme aponta Maricato, essas alterações afetaram o modo de vida e a cultura nas cidades:

“Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel produzido por essa grande indústria fordista promove, a partir dos anos 50, mudanças significativas no modo de vida dos consumidores (que inicialmente eram restritos às faixas de maior renda) e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, mudam radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homoganeamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passam a integrar um cenário em que a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia”.¹⁷

Essa mudança do paradigma econômico, que segundo Ferreira garante o “milagre econômico”, era baseada na inserção subordinada do país dentro da divisão internacional do trabalho, mantendo o atraso tecnológico brasileiro através da importação de tecnologias prontas.¹⁸ A dependência, portanto, se aprofundou. Com a industrialização, a população pobre rural, em busca de melhores condições de vida, migrou vertiginosamente para as cidades, alimentando um processo de superexploração do trabalho ligado ao excedente da reserva de mão-de-obra.¹⁹ Isto é, a vinda das multinacionais não só enfraqueceu o desenvolvimento nacional, como estava condicionada ao pagamento de baixos salários, o que permitiu o aumento exorbitante da extração de mais-valia e, conseqüentemente, a alta taxa lucros das multinacionais.

A evolução migratória do rural para o urbano, em uma escala nunca vista antes, somada às condições de exploração do trabalho, à falta de serviços de consumo coletivo

16 SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da revolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. Biblioteca universitária 2.-Ciências Sociais; 22, 1974.

17 MARICATO, Erminia. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. Link de acesso: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4M-P8B/?lang=pt>. Acesso em 23 de maio de 2021.

18 FERREIRA, João Sette Whitaker. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

19 KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Editora Paz e Terra, 1980, p. 58.

e à ausência de reforma agrária permitiram a extração de excedente econômico, promovendo a concentração de renda e a desigualdade urbana.

Em 1940, a população urbana brasileira era de apenas 26,34%; já em 1980, apenas quatro décadas depois, passou a ser de 68,86%. Em apenas 10 anos, de 1970 a 1980, o número de cidades com mais de um milhão de habitantes dobrou.²⁰ Esse crescimento foi marcado pela formação de bairros periféricos, caracterizados pela autoconstrução de moradia, pelos índices de doenças infecciosas e respiratórias e pela precariedade urbana. São marcas da denominada “industrialização com baixos salários”.²¹

Vale pontuarmos que o termo cunhado por Maricato é ligado ao pagamento de salário direto e indireto. Ou seja, o pagamento direto, provido pelo capital industrial, não dava conta de prover um padrão mínimo de subsistência social, enquanto o pagamento indireto, que consiste nas condições básicas de sobrevivência do trabalhador urbano, como educação, saúde pública, habitação e mobilidade, não foram dados pelo Estado e não eram cobertas o pagamento do salário. As condições básicas de reprodução dos trabalhadores passaram então a ser providas por eles próprios.

A “voragem do progresso”, descrita por Sader como o processo de crescimento vertiginoso da metrópole, que nesse período teve de “destruir e refazer constantemente seu ambiente construído”, muitas vezes desconsiderando as vontades dos indivíduos, provocou grandes transformações urbanas em São Paulo.²² Na década de 1950, a capital paulista alcançou uma taxa de crescimento anual geométrico de 5,6%. Nas décadas seguintes, de 1960 a 1980, a população residente aumentou mais de duas vezes e meia.²³ No mesmo período, o aumento relativo da região metropolitana foi ainda maior. Enquanto na capital a taxa de crescimento geométrico da década de 1960 a 1970 era de 4,79%, na região metropolitana a taxa chegou a 5,44%. De 1970 a 1980, os números também in-

20 Dados retirados de Erminia Maricato, *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*, Hucitec, São Paulo, 1996 e de FERREIRA, João Sette Whitaker. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

21 MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência*. Capital & Class, v. 23, n. 3, p. 182-185, 1999.

22 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 66..

23 Ibidem. p. 67.

dicam um crescimento maior na Grande São Paulo: na capital a taxa era de 3,67% e na região metropolitana de 4,46%.²⁴, o que aponta o deslocamento da população para os outros municípios da Grande São Paulo.

A evolução da população residente para as margens da cidade não estava vinculada com o esgotamento da capacidade demográfica da capital paulista, mas com o alto preço dos aluguéis que a “voragem do progresso” produzia na cidade. O processo de expulsão dos trabalhadores, que não podiam mais pagar os preços cobrados, é característico do denominado “padrão periférico de urbanização”.²⁵

Bolaffi cunhou o termo para descrever um “padrão descontínuo de expansão da mancha urbana”,²⁶ formando grandes *periferias* habitadas pelo contingente da população de baixa renda que não conseguiu se inserir nas áreas providas de infraestrutura.²⁷ Enquanto a *periferia* surge e se amplia, as distâncias aumentam, encarecendo os investimentos públicos e condenando o poder público à “incapacidade permanente de resolver o problema que, paradoxalmente, o crescimento econômico e demográfico somente contribuíram para agravar”.²⁸

Na leitura de Bolaffi, o problema habitacional é associado à distorção do papel econômico do solo urbano, que deixa de ser uma utilidade para converter-se num objeto de ação econômica puramente especulativa. São Paulo é um exemplo flagrante de como o padrão periférico de crescimento desencadeou uma precarização das condições de vida urbana da população de baixa renda. Com o surto industrial da década de 1950, as novas indústrias foram empurradas para as margens da cidade, fazendo com que as famílias operárias seguissem as mesmas rotas. Nesse período, os investimentos públicos abasteciam essas localidades, permitindo que os núcleos industriais se estabelecessem, mas a infraestrutura não acompanhou o espraiamento e, paradoxalmente, foram

24 Ibidem, p. 67.

25 MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

26 Ibidem, p. 57.

27 O termo periferia e seus diferentes sentidos serão objeto de análise do terceiro capítulo desta dissertação. Adianta-se que a expressão não se refere apenas às bordas geográficas da cidade, mas também aos locais da

28 Ibidem, p. 58.

criadas novas periferias e cidades-dormitórios.²⁹ As décadas da “voragem do progresso” (1960-1970) foram ainda mais intensas no que diz respeito à remodelação urbana. Na construção de grandes avenidas, quarteirões foram postos abaixo e novos bairros foram construídos. Tratava-se de um grande “fazer e refazer”, presente em toda a cidade naquele período, que marcou a dinâmica do cotidiano urbano.³⁰

2.2. Expansão urbana e autoconstrução da casa própria

A partir do mapa da expansão da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo, é possível verificar o espraiamento dos trabalhadores para as cidades do entorno da capital paulista. O maior vetor de expansão se deu na direção leste, a partir dos bairros de Ermelino Matarazzo e Vila Matilde. Isso se deu por dois motivos correlacionados: o esgotamento de moradias baratas na região da Penha, Vila Prudente e Tatuapé, e a abertura da avenida Radial Leste nos anos 60, facilitando a locomoção.

Na região nordeste, outro vetor de expansão foi acompanhado, também, pela construção da via Dutra, cuja abertura está ligada à instalação de grandes indústrias, criando em Guarulhos a principal zona industrial da época. A oeste, Osasco, já existia um importante centro industrial que levou, progressivamente, à expansão urbana naquela área. Na direção sul, o vetor de crescimento foi acompanhado pela abertura da Avenida Marginal, ampliando o acesso à região.³¹

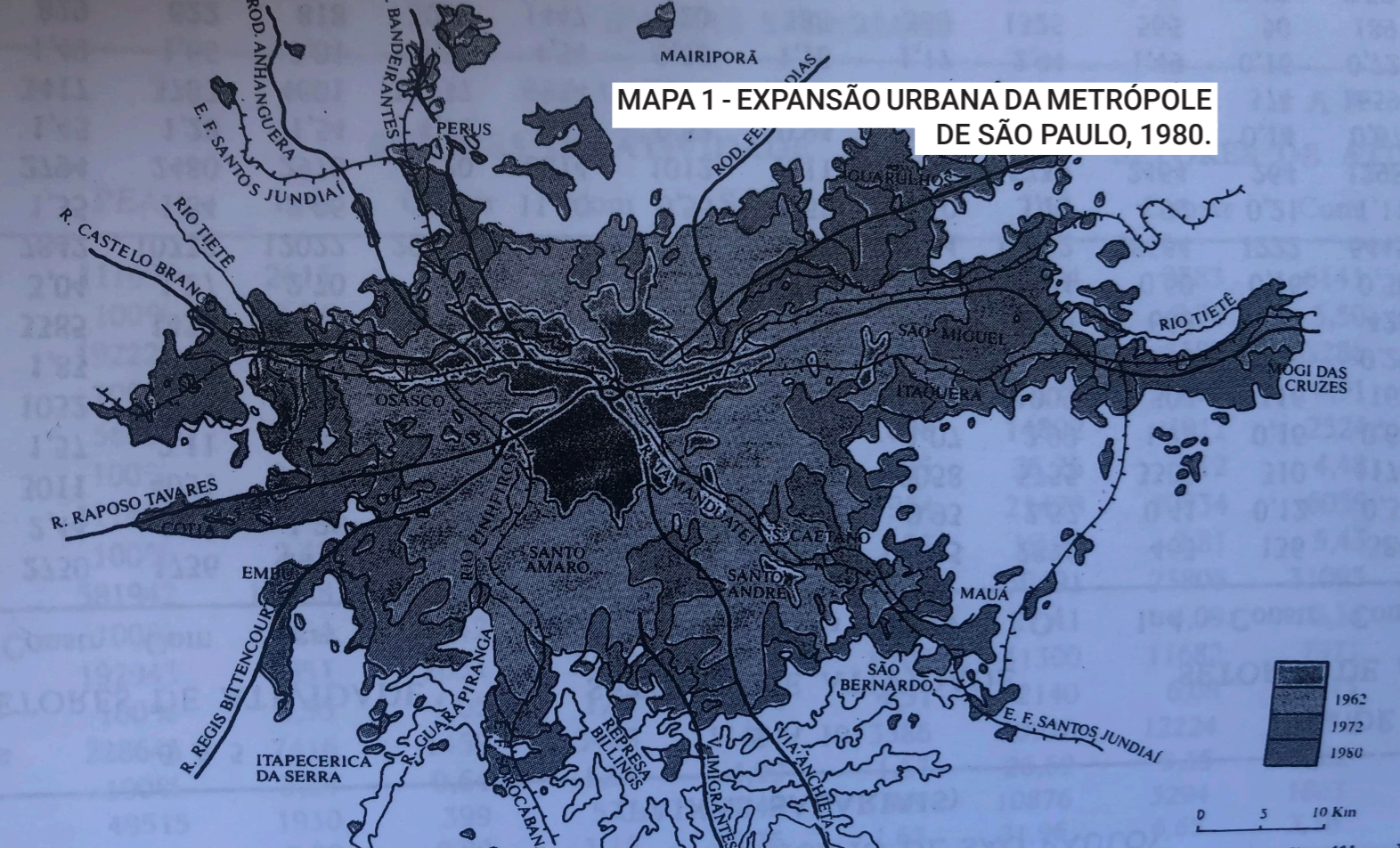
Os trabalhadores, então, foram ocupando as regiões menos valorizadas, mais distantes dos centros urbanos e, muitas vezes, locais que não interessam ao mercado imobiliário formal construir. Foi o caso das imensas ocupações entre as represas Billings e Guarapiranga, enfrentando as legislações de proteção dos mananciais. O contingente de mão-de-obra, sem possibilidade de se inserir no mercado formal de habitação, construiu suas próprias casas em loteamentos periféricos sem infraestrutura e irregulares. É o que foi chamado de “autoconstrução”.

A autoconstrução é o processo de construção de casa, própria ou não, feita pelos

29 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

30 Ibidem, p. 67.

31 Ibidem, p. 135.



Mapa elaborado por Flávio Villaça. FONTE: SADER, Eder, 1988.

próprios moradores, amigos e vizinhos. Diferente do mutirão, que engloba o sentido de solidariedade e permite maior contato do morador produtor com o produto e com o conhecimento sobre o processo de desigualdade estrutural, a autoconstrução é um mecanismo de subsistência destes trabalhadores. Junto à construção de moradias, as massas assalariadas constroem poços para abastecimento de água, fossas para esgoto, buscando mecanismos de sobrevivência, cujo o Estado ignora, ou reforça, a condução das necessidades de reprodução da força de trabalho. Sérgio Ferro ainda vincula a esse processo à falta de espaço para a criação, um processo de construção feito com o que é possível: materiais de construção disponíveis no depósito mais próximo, construído sobre o lote possível, com a técnica mais conhecida e sem riscos, com o que for possível no momento.³²

Para Maricato, os esforços do Estado e suas experiências mal sucedidas para superar os problemas habitacionais daquele período ficam claros: o Banco Nacional de Habitação (BNH), a partir de 1969, fixou em cinco salários mínimos a renda mínima para participação do subsídio estatal, excluindo uma grande massa da população que não re-

32 FERRO, Sérgio. *Reflexões para uma política na arquitetura (1969/70)*. São Paulo: Revista Projeto, 1986.

cebe o valor estipulado e, muitas vezes, nem está vinculada ao trabalho formal. Na região da Grande São Paulo, 84,9% da população tinha rendimentos que não chegavam a cinco salários mínimos. É justamente esse contingente que apela para o processo de autoconstrução. Em São Bernardo do Campo, município de ocupação recente daquelas décadas, que teve grande concentração operária, 16,6% de todo lote urbano continha mais de um domicílio. A autora também reconstituiu o levantamento feito pela EMPLASA, hoje extinta, que mostra que quase 50% das casas da Grande São Paulo foram construídas pelos próprios moradores, com exceção apenas dos municípios de São Paulo, Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo - municípios mais urbanizados onde a renda média da população era mais alta.³³

Do ponto de vista da condição de vida, os resultados da autoconstrução são alarmantes: o congestionamento habitacional, ocasionado pelo alto número de habitantes por área construída, a insalubridade, a falta de iluminação e ventilação, a disposição de tempo dos finais de semana para construção, falta de acesso de transporte público, inexistência de coleta de lixo, o estigma da marginalidade, a falta de endereço formal (dificultando acesso ao trabalho formal e até recebimento de contas), são elementos de uma lista ainda maior.³⁴

As formas precárias de moradia são resultados claros da “voragem do progresso” ou, em outras palavras, da assimetria entre os que progrediram e os que perderam. O progresso trouxe melhorias para a pequena camada da sociedade que pode dele se aproveitar, mas também significou sacrifícios e perdas compulsórias para outra grande parte da população. Esse enorme contingente de pessoas que precisou vender a força de trabalho por um preço baixo, garantiu a manutenção do desenvolvimento “desigual e

33 Importante ressaltar que o recorte temporal utilizado pela autora foi das décadas de 1970 e 1980. MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, 1982, 2: 71-93.

34 Outra forma de habitação da massa assalariada muito comum foi o cortiço. Kowarick, Bonduki e Ant elaboraram um estudo específico para tratar sobre o contingente de trabalhadores que procuraram contornar as longas distâncias entre trabalho e casa. Casarões antigos eram transformados em cortiços, chegando a alta porcentagem de 80% dos velhos casarões localizados nas áreas centrais de São Paulo sendo transformados em cortiços. Os problemas respiratórios, como a tuberculose, eram recorrentes devido a falta de luz, baixa ventilação, umidade e a aglomeração de pessoas em um ou dois cômodos. Ver mais em: ANT, Clara; KOWARICK, Lúcio. *Cem anos de promiscuidade: O cortiço na cidade de São Paulo*. In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. Editora Paz e Terra, 1988. e; BONDUKI, Nabil. *Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra*. In: *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 95-131.

combinado”.³⁵

2.3. O mundo do trabalho

Para compreender os resultados das condições de trabalho fabril sobre as condições de vida, Sader resgata o texto mimeografado de um jovem metalúrgico que trabalhou em indústrias da Grande São Paulo, intitulado de “Uma experiência junto ao proletariado”. O depoimento trouxe aspectos da desmoralização que o desempregado sofria por não corresponder à identidade do “trabalhador honesto e responsável”.³⁶

O drama se aprofunda ainda mais quando a grande massa de mão-de-obra se debatia com a concorrência no mercado de trabalho. Os processos de seleção dos empregos incluíam inúmeras fases com diferentes testes: desde prova de aptidões a exames psicotécnicos. A metodologia de escolha incluía características ideológicas delimitantes, com perguntas sobre a participação ou não do candidato em sindicato ou associação política. Ao final do longo processo, as empresas reuniam os novos empregados recrutados para discursar os motivos que os haviam escolhido e os significados que isso encobria: eram funcionários mais capacitados e mais inteligentes que iriam participar da fábrica no plano mundial. Eram postos como participantes e formuladores de um processo de gestão, mas que, na prática, desenvolviam tarefas simples, manuais e com uma carga de trabalho exorbitante e precária.

A promoção ideológica das fábricas modernas marcaram as diferenças nos novos empregos, comparando às empresas menores. Além do recrutamento competitivo que promovia o “orgulho dos profissionais e a instabilidade dos peões”³⁷, como pontua Sader, o sistema repressivo interno e externo contra qualquer tipo de organização operária produziu sensações de subserviência, ressentimento e insegurança. No interior das indústrias, as redes de repressão começavam pelos chefes e supervisores, que “mantinham a ordem” proibindo discussões políticas ou sindicais, discriminando os funcionários que

35 A questão do desenvolvimento “desigual e combinado” será tratada com mais atenção no terceiro capítulo. DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

36 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 70.

37 Ibidem. P. 88.

faziam parte dos sindicatos, ou que potencialmente tinham relação com o movimento comunista, dos trabalhadores responsáveis que obedeciam as ordens internas. Destes últimos, grande parte se vinculavam às chefias, informando internamente, e também à polícia, tudo o que se passava nos salões fabris. Já a ação do sistema externo era feita com a instalação do DOPS dentro da própria empresa, que interrogava os operários para descobrir quem estava por trás das organizações de resistência e muitas vezes chegavam a prender e torturar os que eram delatados.

Os sujeitos que conviviam no espaço fabril eram condicionados a um estado passivo de existência, ao conformismo. A disciplina e ordem estabelecidas vinham de autoridades desconhecidas, mas que se faziam presentes a todo instante. Outro aspecto importante, no que diz respeito às condições de trabalho, foi a “versão nacional do taylorismo”. Sader, ao resgatar as análises feitas por Afonso Carlos Fleury, levanta duas características particulares de organização das fábricas brasileiras para lançar mão do que veio a chamar de uma “variante do taylorismo”: a racionalização e a rotinização do trabalho.³⁸ As “fábricas modernas” utilizavam a mão-de-obra desqualificada em tarefas simples e repetitivas, permitindo a substituição temporária ou permanente de qualquer operário. Mesmo com o medo inerente ao trabalho fabril, o contingente de mão-de-obra, por não ter outra escolha e pela sua substituição recorrente, se submetia às normas.³⁹

Além do cotidiano fabril, é importante levantar os outros espaços onde se produziram aspectos importantes em torno das ordenações de trabalho e das condições de vida na Grande São Paulo nesse período.

Dentre as diversas experiências de trabalhos precarizados, levantaremos, por fim, a do chamado setor informal, ou setor marginal.⁴⁰ Ainda que as alterações nos se-

38 Ver mais em FLEURY, Afonso. *Rotinização do trabalho: o caso das indústrias mecânicas*. In: *Organização do trabalho: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Atlas, 1983, 84-106. *apud*. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

39 É importante ressaltar que, além do alto desemprego e baixa oferta de trabalho, a grande “vantagem” do emprego na indústria moderna era a diferença salarial em relação às aos pagamentos mais antigos. Sader destaca que enquanto salário mínimo real “cairia em mais de 25% entre 1959 e 1973, o salário médio real de um operário da indústria madeireira permanecia praticamente estagnado, e o de material de transporte se elevava em 70%”. Ver mais em: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 79.

40 A terminologia “setor informal” é muito utilizada por economistas, e denomina o contingente de mão-de-obra que não é absorvido por empresas organizadas, tendo que se reorganizar em trabalhos sem vínculo empregatício legal, sem garantia de condições básicas das leis trabalhistas, ou do próprio salário mínimo. Por outro lado,

tores das profissões liberais, como engenheiros, médicos e professores, sejam significativas para compreender amplamente as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora das décadas de 1970 e 1980, o que nos interessa especificamente aqui são as experiências do cotidiano do contingente de mão-de-obra periférico, que fora mais afetado pela “voragem do progresso” e pelo “padrão periférico de crescimento” da metrópole de São Paulo, e cujos descontentamentos se transformaram em reivindicações capazes de alterar a arena política daquelas décadas.

De acordo com Sader, em 1980 cerca de 11% da população economicamente ativa da Grande São Paulo recebia uma renda média mensal de menos de um salário mínimo legal, sendo que grande parte dessa parcela se concentrava no setor da construção civil. Isso se dava pela incorporação expressiva de trabalhadores sem necessidade de especialização e pelo contingente de migrantes que não tinham qualquer perspectiva de emprego formal ou até local de moradia. Restava à massa de migrantes o setor mal remunerado, sem vínculo empregatício e sujeito à alta rotatividade. Além disso, os empregadores da construção civil ofereciam abrigos aos recém-chegados, o que aumentava, por outro lado, ainda mais a expropriação das condições de trabalho - viravam vigias e estavam disponíveis a qualquer momento.

Ressaltamos a pesquisa de Licia Valladares que, ao tratar sobre as condições de vida dos trabalhadores da construção civil no metrô do Rio de Janeiro em 1979, mostra que 67,4% dos trabalhadores moravam em alojamentos dentro dos canteiros de obras. A autora discorre ainda sobre as condições desses locais: os acessos se davam apenas por uma ou duas entradas; a circulação de dentro dos alojamentos eram controladas,

a denominação “setor marginal” é proposta por Milton Santos, em sua obra “O espaço dividido”. O autor utiliza a especificidade dos países subdesenvolvidos, onde as cidades não podem ser entendidas como um bloco único, mas sim a partir de dois diferentes tipos de sistemas: o circuito superior e o circuito inferior, que funcionam de forma combinada a partir da realização do consumo e da produção, comandados pela grande indústria. O circuito superior, que nos interessa aqui, é caracterizado pelo moderno. O processo de funcionamento é vinculado à marginalização dos trabalhadores, que acabam aderindo às regras das grandes empresas para se manter no mercado de trabalho. A crítica de Santos quanto à denominação “setor informal” é justamente nas imbricações que o mundo do trabalho moderno oferece, e suas diversas gamas: empresas que contratam formalmente alguns trabalhadores também utilizam da força de trabalho sem contratos legais, baseadas em relações de confiança. Uma atividade recorrente deste tipo é a de mototáxi, pagos formalmente por determinada empresa, mas que também são utilizados por clientes indiretos das empresas contratantes, pagos desta vez através de diárias e que efetivam sua mão-de-obra para diversas tarefas, não só a de locomoção. Ver mais em: SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. In: *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2 ed; 2008.

com agentes de segurança das empresas vigiando os passos dos operários; incêndios nos dormitórios, feitos de madeira, eram recorrentes e se alastravam rapidamente, gerando milhares de vítimas.⁴¹

As condições de trabalho na construção civil foram tema de críticas de pesquisadores do campo da arquitetura, como Sérgio Ferro e Rodrigo Lefévre, que destacam o fetiche do desenho arquitetônico constituído por uma produção de dominação social. De acordo com Ferro, o desenho do produto reflete o desenho de sua produção. Com isso, o autor advoga pelo comprometimento do ato de projetar com o reconhecimento do processo de trabalho e da mão-de-obra que executa o projeto. No entanto, segundo Ferro, grande parte dos desenhos, do projeto arquitetônico da unidade formal, acabava se distanciando da produção, o que determinaria uma divisão rígida entre quem pensa e quem executa. Essa distinção entre o “desenho e o canteiro”, juntamente com a produção de dominação, foi característica do modelo marxista de análise da “divisão manufatureira do trabalho”.⁴²

Além da construção civil, a massa de trabalhadores classificada como de “baixa especialidade”, de acordo com a pesquisa sobre Origem e Destino dos Passageiros da Grande São Paulo feita pela Emplasa e analisada por Sader, chegava a 25% do total da mão-de-obra assalariada, sendo 11,5% classificada como autônoma. Destes últimos, 56% eram empregadas domésticas e 31% desempenhavam as atividades típicas do ‘setor informal’: ambulantes, carregadores, engraxates, mototaxis.⁴³ De um lado, os assalariados sem especialização eram submetidos às condições de desemprego por conta da alta rotatividade, ou não tinham vínculo legal empregatício, condições de segurança e estabilidade; de outro, os autônomos também estavam condicionados a encontrar saídas “criativas” para assegurar o mínimo de subsistência, sendo assim, em condições ainda mais precárias e incertas.

São diversas as características da ordenação de trabalho analisadas e as experiências que dali surgiram. Existem os assalariados, que se vincularam aos processos

41 VALLADARES, Lícia do Prado. *Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro*. Ciências Sociais Hoje Mov Sociais Urbanos Minor Étnicas Outros Estudos, 1983, 113-43.

42 FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. Projetos Editores Associados, 1982.

43 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 81.

produtivos, e os que foram postos na reserva, com altas taxas de rotatividade. Se uns provaram do benefício do “progresso” e da “modernização” em detrimento de outros, estes últimos foram inseridos na produção, na mão-de-obra mal remunerada, na precarização constante do trabalho, e na piora da condição de vida urbana. Neste lugar, a submissão assume muitas formas, desde a insegurança retratada na obediência até o descontentamento e o ressentimento transformado em resistência. Aqui é possível retomarmos Marilena Chaui e o conceito da “consciência fragmentada”, que entende ser a cultura popular composta por indivíduos divididos entre a ignorância e o saber, o atraso e o desejo de emancipação. Nesse cenário multifacetado começaram a surgir experiências fragmentadas que, aos poucos, foram assumindo identidades coletivas.⁴⁴

2. 4. O processo de migração para a metrópole paulista

Ao olhar para as mobilizações sociais, a trajetória dos migrantes para a Grande São Paulo ganha especial importância. O efeito das migrações atravessou todos os processos relacionados às condições de vida da metrópole paulista. Em primeiro lugar, porque grande parte do contingente de mão-de-obra viveu a experiência da condição proletária na situação de migrante; em segundo, por conta das condições adversas que a massa de migrantes enfrentou, sem mediação qualquer do poder público, restando as relações pessoais, de vizinhos e familiares, para auxiliar no processo de integração da sociabilidade urbana.

As características das condições de vida ligadas à migração vão além das circunstâncias materiais, da desigualdade territorial e da ordenação de trabalho. As experiências do dia a dia, a busca por trabalho e moradia e a dinâmica urbana foram vividas em conjunto com um processo de busca de identidade e de ressocialização. A massa de migrantes buscava melhores condições de vida na cidade, muito influenciada pela ideologia do progresso e da mobilidade social que poderia ser oferecida pela industrialização e urbanização daquelas décadas.

No entanto, a realidade era muito diferente. Ao chegar na cidade, o migrante enfrentou uma cultura estranha, sem qualquer posse material ou conhecimento que pu-

44 Ibidem, p. 88.

desse auxiliar no trabalho urbano, o que Lúcio Kowarick denomina de “perda de propriedades cognitivas”.⁴⁵ Isto é, o conhecimento adquirido nas práticas do campo e nas pequenas cidades não tinha grande serventia para a racionalização e rotinização do trabalho industrial. O migrante enfrentava uma adaptação voraz tanto em relação à urbanização, do ponto de vista do trabalho, quanto em relação à sociabilização, o que implicava na absorção da postura, linguagem e aparência da modernização metropolitana.

Muitos dos migrantes vinham com seus familiares. A tentativa de mantê-los como unidade de produção na metrópole tinha muitas dificuldades, principalmente em relação às mulheres. Para elas, o aprendizado rural estava ligado ao trabalho doméstico e à lavoura. A oferta de trabalho na cidade, que já não era abundante para toda a camada de migrantes, se restringia basicamente à mão-de-obra braçal que absorvia fundamentalmente os homens. A mulher acabava ingressando na estrutura produtiva urbana pelos serviços domésticos, utilizados pelas camadas de renda média e alta.⁴⁶

Para compreender como ocorria a sociabilidade dentro do espaço restrito de convivência das mulheres e também de todo o contingente de migrantes, Sader identifica as dinâmicas “pessoalizadas” de adaptação e sobrevivência na metrópole. Os migrantes, em busca da integração na sociedade urbana, recorriam a padrões comunitários constituídos anteriormente no universo rural. As relações pessoais viravam instrumentos de busca de emprego, moradia ou qualquer outra necessidade que o cotidiano urbano impunha, já que essa massa de pessoas não tinham mediadores, padrinhos ou mesmo patrões:

“Assim, o drama dos migrantes não é o de enfrentarem uma sociedade racionalizada, impessoalizada, mas, pelo contrário, de aparecerem como ‘indivíduos’ num mundo altamente ‘pessoalizado’, onde as asperezas das relações burocráticas são contornadas pelas relações pessoais”.⁴⁷

Eram os familiares, vizinhos e outros migrantes que constituíam a base de apoio para o enfrentamento das condições de vida urbana precária. Ainda de acordo com Sa-

45 KOWARICK, Lúcio. *Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho*. In: HOGAN, Daniel. *Cidade: usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 15.

46 Ibidem, p. 101 - 105.

47 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 97.

der, “trata-se aqui de uma reelaboração desse padrão de relações primárias”. As formas culturais vividas pelos migrantes mostram a mudança da vida social da metrópole, bem como as noções de sociabilidade e de solidariedade que estarão presentes nas matrizes discursivas e nas organizações populares das décadas de 1970 e 1980.

Antes de retomarmos as matrizes discursivas, cabe levantarmos que esses espaços de sociabilização foram reinterpretados não só pela grande parcela de migrantes, mas também por todo o conjunto da classe trabalhadora. Além da particularidade que destacamos em torno da integração do rural com o urbano, a “voragem do progresso”, com as suas grandes obras que mudaram a paisagem urbana, afetou todo o conjunto da classe trabalhadora.

A destruição física dos espaços públicos pelas grandes obras e o espraiamento da metrópole, dificultando o deslocamento, levaram à dissolução dos espaços de convívio e a uma maior segregação territorial e social na Grande São Paulo. Nesse cenário, Sader descreveu que as feiras livres, salões de beleza, pontos de ônibus, igrejas foram se constituindo como espaços de encontros, onde os sujeitos trocavam informações cotidianas, sobre futebol, novela, a creche do filho, a nova construção viária do bairro, a falta de emprego, a dificuldade de conseguir documentação para o trabalho. Os espaços urbanos de convívio se reformularam, tornando as dinâmicas do cotidiano uma ferramenta imprescindível para as formulações das matrizes discursivas dos movimentos sociais daquelas décadas.

Até aqui, procuramos reconstituir a partir de análise bibliográfica as condições de vida material e imaterial dos trabalhadores urbanos. Agora, levantaremos os significados elaborados pelos próprios sujeitos, à luz dos depoimentos coletados por Sader, a fim de compreender as formulações que deram base para lançar na arena política os “novos personagens”.

3. Os personagens que entram em cena: esferas de organização social e contexto de emergência.

Conforme apresentamos anteriormente, as três esferas de organização social identificadas e estudadas por Sader são: as comunidades de base, a “esquerda dispersa” e o

“novo sindicalismo”. Suas formas de incidência social e suas formulações discursivas são bastante distintas, mas, em comum, as três apresentaram renovações frente ao cenário de crise institucional e social de cada uma. As comunidades de base emergiram da perda de influência da Igreja católica junto ao povo. Já a denominada “esquerda dispersa”, que estava desarticulada após o golpe militar de 1964, emerge à procura de novas formas de integrar e formar os trabalhadores. O “novo sindicalismo”, por sua vez, surgiu do esvaziamento dos sindicatos e das repressões do regime militar dentro das fábricas. Cada instituição em crise procurou reelaborar seus discursos e suas ações de incidência, produzindo novas matrizes que serviram de base aos movimentos populares daquelas décadas.

Para compreendermos os sentidos dessas matrizes discursivas retomaremos a metodologia de Sader: 1) identificar as motivações que levaram cada agência a elaborar novas formas de organização, tendo em vista a crise vivida em cada uma delas; 2) reconhecer o modelo ideológico, ou doutrinário, que as influenciaram; 3) levantar os principais conteúdos e temas nos discursos que daí emergiram.⁴⁸ Iniciaremos pelas comunidades de base, seguindo para a esquerda desarticulada e, por fim, para o “novo sindicalismo”.

3. 1. As Comunidades de Base

As comunidades de base, surgidas da Igreja Católica, se originaram através da “tomada de consciência” da própria igreja sobre sua influência social perdida.⁴⁹ Essa perda se deu, sobretudo, a partir dos anos 50, causada tanto pelo crescimento do pentecostalismo quanto pelo afastamento da população das práticas religiosas. Em contrapartida, o interior da instituição eclesial, em busca de incorporar novos fiéis, criou iniciativas para renovar sua incidência e influência. Os grupos leigos da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica se juntaram às lutas populares, manifestando progressivamente posicionamentos de contestação política. Já o Movimento de Educação de Base, criado em 1961 no Nordeste, se inspirou no método Paulo Freire para oferecer vias alternativas de transformação social. Tais iniciativas iam em sentido antagônico às direções dadas pela hierarquia

48 Ibidem, p. 150.

49 Ibidem, p. 150.

da igreja, que buscavam fazer frente ao crescimento da esquerda e combate ao marxismo:

“Enquanto a ala conservadora não encontrava (ou não produzia) um espaço social por onde recuperar a influência perdida da Igreja, novas levadas de militantes católicos preferiam lançar-se a atividades nas quais se opunham à ordem vigente, correndo os mesmos riscos que a militância de esquerda. Retomavam a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa.”⁵⁰

Muitos dos estímulos desses grupos se deram através da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em 1969 na cidade de Medellín, na Colômbia, e da Declaração ali produzida. Na Declaração, constava o chamamento para uma presença renovada da Igreja, a crítica às injustiças sociais existentes, e que os “leigos” passassem a ser agentes ativos e não apenas passivos, à margem da doutrina imposta. Na introdução, o documento assinalava: “novo povo de Deus, não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se dá o ‘verdadeiro desenvolvimento’, que é, para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas”.⁵¹ O “novo povo de Deus”, conforme aponta Sader, referia-se a todo sujeito que se reunisse em uma comunidade em torno da “palavra de Deus”, atribuindo noções de emancipação e coletividade. O “humano” não se restringiria mais ao “divino”, mas também nas noções materiais e de subsistência de cada pessoa. Muitas análises foram feitas em torno da Declaração de Medellín e deram base para uma nova matriz discursiva nas Comunidades de Base. O tema “Justiça”, presente no primeiro capítulo do documento, trata a miséria como “fato coletivo”, e traz o combate à fome e à opressão, cuja origem, segundo a Declaração, se dá pelo “egoísmo humano”. Mais à frente do documento são apresentadas as condições de “salvação”, que também indicaram transformações na conduta eclesial: a “salvação” não se daria pela individualidade, mas através de comunidades. Tais comunidades deveriam elaborar estudos para conhecer a religiosidade popular e até formar manifestações coletivas, como as peregrinações.

Ainda que a Declaração de Medellín traga outros aspectos além dos apontados, é possível identificar as transformações ocorridas no seio da Igreja Católica. A formação

50 Ibidem, p. 151.

51 Ibidem, p. 152.

das Comunidades Eclesiais de Base não significou simplesmente a substituição das atividades antigas e conservadoras que não conseguiam angariar novos fiéis, mas interferiu na própria organização interna da Igreja, alterando o funcionamento da organização e o papel do clérigo.

As CEBs se espalharam rapidamente pelo território nacional, inicialmente na zona rural e posteriormente nas periferias urbanas. Suas constituições variavam: algumas eram constituídas por 10 ou 15 pessoas, enquanto outras chegavam a 300 participantes. A noção de autonomia dos fiéis dentro da organização influenciou diretamente na multiplicação das comunidades. De acordo com Sader, havia uma “recusa dos militantes das CEBs em reconhecer diferenças de níveis entre seus membros”, já que seus participantes eram motivados a participar pela atuação ativa e viam as CEBs como “comunidade de iguais”.

As comunidades surgiam a partir de qualquer atividade solidária e de luta popular que se inspiravam no Evangelho, tendo um agente pastoral como precursor. A comunidade de Santa Margarida, em Vila Remo, por exemplo, surgiu a partir de um padre local que criou encontros para refletir sobre as mudanças na Igreja à luz do Concílio Vaticano II e da experiência de Medellín. Os grupos começaram a se encontrar e ressignificar seu papel dentro da comunidade e da Igreja: tratava-se uma Igreja preocupada com as necessidades do povo e que formava politicamente seus integrantes. Na mesma comunidade de Santa Margarida, foi formado um clube de mães, criando espaço para reflexão e formulação prática para os problemas das mulheres.

O método de debate usado pelas CEBs costumava pautar-se na identificação crítica de seus problemas e de possíveis soluções práticas, de modo que suas condições de vida precárias não fossem encaradas apenas como fatalidade, mas como expressão da estrutura desigual e dominante da sociedade. Ainda que o modo de elaboração da realidade usado pelas comunidades estivesse amparado pelo que foi descrito como sendo um “populismo teórico”, voltado para a valorização do “saber popular” a partir de uma legitimação teológica, o reconhecimento da realidade vivida pelo povo e a busca por alternativas para transformar a realidade tratada desencadeou uma formação de massa crítica e de “capacitação transformadora” nos integrantes de cada CEBs.⁵²

52 Ibidem, p. 160.

Dentre as ambiguidades da cultura popular descritas por Marilena Chauí e já pontuadas anteriormente neste texto, o conformismo costuma ser uma elaboração da realidade sem possibilidade de mudança, exemplificado na frase: “as coisas são assim porque sempre foram”. Mas, dentro das CEBs, a concepção do que acontece e a possibilidade de mudança através da consciência coletiva desencadeou transformações na constituição dos sujeitos “de fé”, que naquele momento lutavam por justiça social.⁵³ O que permitiu, sobretudo, a mudança social nas comunidades foi a noção de “libertação” e o “despertar da consciência” imbuído na teologia da libertação. Tal modelo ideológico consistia no reconhecimento do povo como portador da vontade de Deus, tomando como ponto de partida o entendimento das condições de vida da população expressas pelo próprio sujeito que as vivencia, seguido pela confrontação da realidade das escrituras sagradas e a formulação, pela comunidade, de projetos de ruptura e superação da realidade imposta.

A estratégia da libertação desenvolveu fundamentos para alterar as situações injustas vividas pelo povo. Se na “igreja velha” a atenção aos pobres vinha com a caridade, na nova igreja a libertação possibilita os fiéis serem conscientes de sua própria emancipação.⁵⁴ A noção de libertação estava vinculada à noção de “revolução” dos discursos da esquerda, relacionada à realidade social. No relatório das comunidades do Estado de São Paulo de 1978, também levantado por Sader, as reflexões tiradas pelos participantes das comunidades refletem as transformações aqui assinaladas: dentre algumas perguntas, a questão “quais os sinais de libertação e quais critérios para defini-los” desencadeou respostas como “sinais de escravidão”, ou “fome, desemprego, ao salário baixo” e “capitalismo, onde o valor único é o lucro”. Já em relação às proposições, as respostas foram “início de tomada de consciência da realidade”, “através das ações, o povo vai percebendo a força da união e vai formando grupos solidários” e “todas as vezes que saímos do egoísmo ajudando na solução dos problemas do irmão damos passos de libertação”.⁵⁵ As condições da realidade eram vistas como algo a ser superado, e tal superação seria pos-

53 Ibidem, p. 161.

54 BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Publicações CID/Teologia, 1986.

55 Relatório das comunidades in SEDOC, outubro de 1978, pp. 327 *apud* SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 97.

sível a partir da ação conjunta entre os “irmãos” das CEBs.

A partir da constituição da “nova Igreja” mobilizada pelas comunidades eclesiais de base, a população participante começou a atuar em diversas atividades que pudessem alterar a condição de vida própria e da comunidade. Foram feitos mutirões para levantar salões paroquiais e creches, mobilizações para reivindicar linhas e pontos de ônibus, criação de movimentos de proteção aos moradores de loteamentos clandestinos, ou pelo direito à saúde e educação.⁵⁶ Assim, os discursos religiosos produzidos no interior das CEBs iniciaram um processo de mobilização social. Os sujeitos que antes eram passivos às doutrinas religiosas vindas da hierarquia do clérigo, passaram a ajudar na formulação discursiva e na aplicação da justiça social pela luta terrena. Eram o “povo da comunidade” em busca da libertação.

3. 2. A esquerda dispersa

As execuções do líder da oposição armada ao regime militar, Carlos Lamarca, e do estudante José Carlos Barreto, no sertão baiano, pelo Exército Brasileiro, em dezembro de 1971, simbolizam para Sader o fim do ciclo da chamada “esquerda revolucionária” dos anos 60. A também denominada “nova esquerda” foi fruto das revoluções cubana e cultural chinesa, se inspirava nas ações e escritos de Che Guevara, nas guerrilhas latino-americanas e nas ações de maio de 68. Surgida de uma oposição interna do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que apontava o conformismo de parte do partido, ela “viveu e colocou a revolução como tema de atualidade”.⁵⁷

Essa mobilização da esquerda chegou ao seu apogeu durante os anos de 1968 a 1971, com as lutas de rua e a luta armada. Os enfrentamentos que pareciam impulsionar e fomentar as mobilizações esquerdizantes começaram a gerar perdas mais intensas, a partir das prisões de militantes e torturas realizadas pelo regime militar. O aprofundamento da repressão e a visível derrota da esquerda a partir desses anos deu visibilidade para a crise que as mobilizações de esquerda viviam.

56 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 162.

57 Ibidem, p. 168.

Sader destaca que a derrota da “nova esquerda” foi também em parte produzida pela falta de participação das massas nos enfrentamentos sociais. As “ações revolucionárias” seriam a abertura para uma guerra revolucionária iminente, que posteriormente abriria espaço para a intervenção das massas populares. Com o aprofundamento da repressão, os grupos de esquerda acabaram se restringindo, devido às torturas e prisões, e os revolucionários acabaram dispersos.

Se, por um lado, Sader destaca as motivações da crise da esquerda nos anos próximos às décadas aqui estudadas, Roberto Schwarz frisa relações que tiveram fundamentos anteriores ao início do regime militar. De acordo com o autor, já antes de 1964, o socialismo difundido no Brasil era anti-imperialista e fraco na organização da luta de classes. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), grande formulador das diretrizes revolucionárias a partir dos anos 1950, pregava a aliança com a burguesia para superar o subdesenvolvimentismo e a dependência nacional. Sua estratégia conciliatória desencadeou um “complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante”.⁵⁸ O ponto combativo era ligado à luta contra o capital estrangeiro e à reforma agrária, já o aspecto conciliatório ligava-se às pautas do movimento operário, que se davam na luta dentro “dos limites de reivindicação econômica”. O PCB distinguia o setor agrário como atrasado e pró-americano, enquanto o setor industrial seria o moderno e nacional. Ainda em Schwarz, o Partido era “muito mais anti-imperialista do que anti-capitalista”, e sua estratégia nacionalista, que descartava possíveis contradições, credibilizou cegamente sua aliança com a burguesia, sem prever que a mesma ideologia nacionalista e modernizadora iria desencadear o golpe militar.

Ainda sem antecipar o que viria pela frente, a ideologia nacionalista e anti-imperialista formulada pelo PCB teve predominância teórica no campo de esquerda do país. A literatura anti-imperialista foi massivamente traduzida, os jornais publicaram diversas notas e reflexões em torno do tema. Consolidava-se a noção de que as reformas necessárias no país não seriam possíveis dentro do limite do imperialismo. Após o golpe, a convicção marxista não foi posta em dúvida pelos quadros técnicos, a vanguarda operária e a classe estudantil militante, e o que fora desaprovado por esses setores sociais era

58 SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. In.: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 63.

a estratégia aplicada pelo PCB. A partir de 1964, as tônicas das críticas passam a ser em torno, além do anti-imperialismo, do anticapitalismo. No entanto, a ideologia marxista não saiu das fronteiras das universidades ou de pequenos grupos de intelectuais ou profissionais insatisfeitos - setores poupados da repressão no início do regime militar.

“Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados. Cortadas naquela ocasião as pontes entre movimento cultural e as massas, o governo Castelo Branco não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente.”⁵⁹

O distanciamento entre a massa popular e a “vanguarda revolucionária” gerou uma grande crise de identidade na esquerda. Vale destacarmos que Sader denomina “vanguarda revolucionária” o setor social que comandou as ações revolucionárias e que integravam a uma classe social mais privilegiada: estudantes, grupos técnicos, professores, lideranças populares e partidárias. No início dos anos 1970, ao tomarem consciência das crises vividas, os grupos de esquerda passaram a procurar saídas para romper o afastamento do povo e das vanguardas. Foi a partir da autocrítica destes grupos que o renovado modelo ideológico capaz de influenciar e elaborar novas matrizes discursivas surgiu.

O movimento de autocrítica foi disseminado entre as organizações revolucionárias. Apesar das divergências políticas e estratégicas entre cada grupo, houve uma clara tentativa de reaproximação com a classe operária e também com a organização popular nos bairros. A Ação Popular, que desde 1968 buscou integrar seus militantes nas fábricas e bairros populares, após cisões internas somadas com o ostensivo aumento de prisões e mortes, passou a se concentrar em sua própria reconstituição através das lideranças da classe operária. A Política Operária, ou “Polop”, retornou em 1970 em defesa da atuação conjunta com as lideranças populares. Já a Ala Vermelha e o PCdoB buscaram trabalhar internamente nas fábricas, formando núcleos de formação política. Muitas foram as estratégias tomadas pelos grupos revolucionários em busca da reaproximação com a massa.

59 Ibidem, p. 62.

Os militantes organizados, a partir de então, passaram a acompanhar as pequenas atividades de reaproximação com os trabalhadores, cada organização no setor que considerava mais estratégico. No entanto, na medida em que os militantes se inseriam nas comunidades, a reprodução da ideologia revolucionária como estratégia de organização produzia, nas palavras de Sader, uma “esquizofrenia ideológica”. As divergências teóricas que eram debatidas no interior dessas organizações não encontravam espaço nas experiências cotidianas dos trabalhadores, o que desencadeou um processo de desvinculação dos militantes em suas organizações e seus deslocamentos para as atividades de formação popular junto às massas.⁶⁰ Os militantes não negavam suas formações políticas e reivindicações estratégicas aprendidas, mas, ao se depararem com a falta de adesão de seus discursos nas esferas populares, preferiram deixar os temas divergentes em espera e se debruçaram sobre as atividades junto ao povo.⁶¹

A partir do método Paulo Freire de alfabetização, as salas de aula foram um dos lugares que contribuíram para a reelaboração das experiências populares das décadas de 1970 e 1980. Porém a disseminação dos grupos revolucionários e de seu público não era de fácil implementação. A repressão e consequente clandestinidade dos militantes, repôs os locais de disseminação discursiva e formação dentro de outras instituições, como as CEBs, salões das fábricas e até mesmo dentro do ambiente profissional dos militantes com formação intelectual.

Ainda que a arena pública tenha sido usada por outras instituições, o discurso marxista dos militantes de esquerda foi o que deu base para as reelaborações das experiências populares. As pastorais, e até mesmo alguns sindicatos, não tinham um discurso capaz de refletir e levantar saídas para os conflitos de classe e da sociedade capitalista. A partir dessa lacuna, os discursos esquerdizantes dos militantes dispersos foram instalados e disseminados, ou, nas palavras de Sader, “entraram desarticulados dos seus

60 Sader ainda vincula como parte desse processo de saída dos militantes de suas organizações para inserção às atividades das massas a constante interrupção ou ameaças dos grupos que se vinculavam abertamente às organizações revolucionárias. Ver mais em: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos*

61 Muitos militantes utilizaram a alfabetização popular para se aproximarem da massa popular. Através da metodologia de Paulo Freire, os educadores puderam instruir elaborações críticas e coletivas através da alfabetização, cuja demanda era grande e a implementação da atividade podia ser feita pelos próprios militantes sem serem vinculados diretamente com alguma organização revolucionária.

discursos de origem, montados como programas e estratégias revolucionárias”.⁶²

3.3. O “novo sindicalismo”

Em julho de 1977, a Folha de São Paulo divulgou um relatório secreto produzido pelo Banco Mundial a respeito da política econômica brasileira. O documento questionava os critérios utilizados pelo governo para calcular a inflação e o consequente reajuste salarial.⁶³ Os dados fornecidos pelo governo foram severamente questionados pelo jornal, o que levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a solicitar imediatamente um estudo do DIEESE para averiguar as distorções dos índices de inflação fornecidos pelo governo. O reconhecimento público da manipulação dos dados desencadeou uma maior legitimidade da luta do movimento sindical pela reposição das perdas salariais. Nesse contexto, descrito por Sader em seu livro, o “novo sindicalismo” aproveitou o clima de distensão política e se colocou como o centro de mobilização dos trabalhadores. Assembleias foram feitas, abaixo assinados disseminados, pronunciamento dos líderes sindicais divulgados na imprensa. Uma mobilização que simbolizou o fim do silêncio dos sindicatos na arena política.

Se o “novo sindicalismo” conquistou, naquele momento, visibilidade e expressão política, isso se deveu ao fato de seus participantes conseguirem explorar brechas legais, elaborando ações que atendiam aos anseios de suas bases ao mesmo tempo em que buscavam manter-se dentro dos marcos da legalidade. Essa disputa marcou a capacidade dos denominados “autênticos” (ou “novos”) sindicalistas em incorporar a pressão das bases e direcioná-las para dentro do aparelho sindical.

Nos primeiros anos do regime militar, o contexto de repressão e controle das atuações sindicais desencadeou um processo de esvaziamento do caráter de contestação desses aparelhos, o que levou grande parte de seus dirigentes a se ocupar de funções bu-

62 De diversas produções da esquerda naquelas décadas, os trabalhos mais significativos e de impacto dentro dos movimentos sociais foram sobre o “populismo”, o golpe de 1964 e a greve de Osasco. Ver mais em: *Ibidem*, p. 178

63 Em 1965, a Lei 4725/65, que propunha alterações à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foi sancionada, modificando o funcionamento da Justiça Trabalhista nos casos de ações coletivas propostas por categorias profissionais. Segundo o novo diploma legal, o reajuste salarial das categorias deveria ser determinado através da soma do “salário real médio” dos 24 meses anteriores à uma na taxa que seria estipulada pelo Conselho Nacional de Economia e corresponderia ao aumento da produtividade nacional do ano anterior.

rocráticas e assistenciais. Na contramão, em busca de superar a crise e o esvaziamento do aparelho sindical, a atuação foi diferente nos sindicatos que tiveram uma base de oposição capaz de enfrentar seus dirigentes “acomodados”, ou nos sindicatos em que as próprias direções absorveram as reivindicações das bases e lançaram mão de uma transformação interna à prática sindical (como foi o caso dos “novos sindicatos”). Foi a partir dessa corrente que se deu a emergência dos sindicatos com práticas renovadas.

Diversos foram os casos de sindicatos que buscaram, através das brechas legais, recuperar o caráter reivindicativo existente nas mobilizações das bases. Os discursos que daí surgiram foram formulados dentro dos próprios sindicatos, bem como no interior do poder público. Daí a necessidade de equilibrar as reivindicações e buscar implementar transformações em torno da legalidade. As falas que surgiram dos sindicalistas tinham caráter conciliatório, “de agenciadores dos conflitos trabalhistas”.⁶⁴ Para Sader, ao contrário das limitações que o aparelho institucional condicionava até então, o “novo sindicalismo” foi capaz de elaborar uma potencialidade discursiva da instituição, com discursos e ânimos renovados.

Dentre os dirigentes sindicais, Luiz Inácio Lula da Silva, que tornou-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1972, foi um daqueles que expressou essa renovação.⁶⁵ No Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a reconstituição da realidade e suas abordagens reivindicatórias foram mais expressivas para compreender as transformações das matrizes discursivas do “novo sindicalismo”. Esse processo de elaboração foi construído através de três grandes temas pela Tribuna Metalúrgica (órgão oficial do sindicato): o orgulho institucional que o sindicato proporcionava, reivindicações feitas através do apoio público ao governo e a defesa pelos direitos dos trabalhadores.

O orgulho institucional era vinculado às possibilidades que a estrutura sindical proporcionava. Tome-se como exemplo o projeto audacioso da nova sede, que contava com farmácias, laboratórios, dentistas, departamento jurídico, escola, biblioteca, e que fora estampado nas páginas da Tribuna com indicações de uma construção conjunta do

64 Ibidem, p. 183.

65 A diretoria junto à qual se elegeu deu continuidade à plataforma que havia sido implementada pela gestão anterior, encabeçada por Paulo Vidal, de revogação da política salarial, contratos coletivos de trabalho, plena liberdade sindical e com trabalho direcionado às bases dentro da fábrica.

sindicato, “será nossa futura sede: ajude o sindicato a construí-la”.⁶⁶ A magnitude que a estrutura oferecia estava à mão dos operários e expressava a importância da própria classe.

A segunda frente temática aparecia através de propagandas do regime militar. Matérias elogiosas sobre a Transamazônica, o projeto Pró-Terra, a animação em torno do “progresso” foram chamadas positivas ao governo e bastante presentes no jornal dos metalúrgicos. No entanto, tais chamadas eram acompanhadas da indicação do papel dos operários nesse processo “glorioso”. Os metalúrgicos, cientes de serem produtores de riquezas, reivindicavam conjuntamente a valorização de seu trabalho.

O terceiro e último tema, a “defesa dos direitos dos trabalhadores”, aparecia vinculado especialmente com a política salarial e o reconhecimento do trabalho operário. O mote é firmado por análises meticolosas das leis que criaram condições para reivindicar transformações concretas no trabalho, como a utilização do departamento jurídico do sindicato contra as manobras dos patrões ou pagamento dobrado das férias.⁶⁷

Os discursos traziam uma noção de dignidade e mérito da classe operária, elaborando progressivamente falas mais reivindicativas e menos coniventes ao governo. Aos poucos, os discursos moldados projetavam a possibilidade dos trabalhadores superarem a situação de subalternidade. Assim, as experiências vividas pelos operários ganhavam potência na arena política e os trabalhadores se tornavam sujeitos públicos.

Sader traz como exemplo os discursos feitos por Lula durante a greve dos metalúrgicos em 1979. Contrapondo-se aos setores repressivos do Estado que caracterizavam a mobilização como sendo “política” e “contra o regime”, interpretação que o sindicalista contestava em seu discurso como sendo “de ma-fé”, Lula definiu a greve como um momento de “reivindicação”, mas não de “enfrentamento político”:

“(…) nós nunca desafiamos ninguém. O que nós desafiamos, isso sim, foi a nossa capacidade de luta, foi a nossa capacidade de reivindicação, e por isso, nós nos propusemos vir aqui e aqui viemos durante dias, e se Deus quiser, quem sabe ainda, vamos vir a partir de amanhã [...] O que

66 Ibidem, p.186.

67 Ibidem, p. 187.

Figura 15 - CEB'S E MUTIRÃO



Foto de Nair Benedicto. FONTE: SINGER, Paul. São Paulo: o povo em movimento. Petrópoles: Vozes, 1981.

Figura 16 - REUNIÃO CEB'S

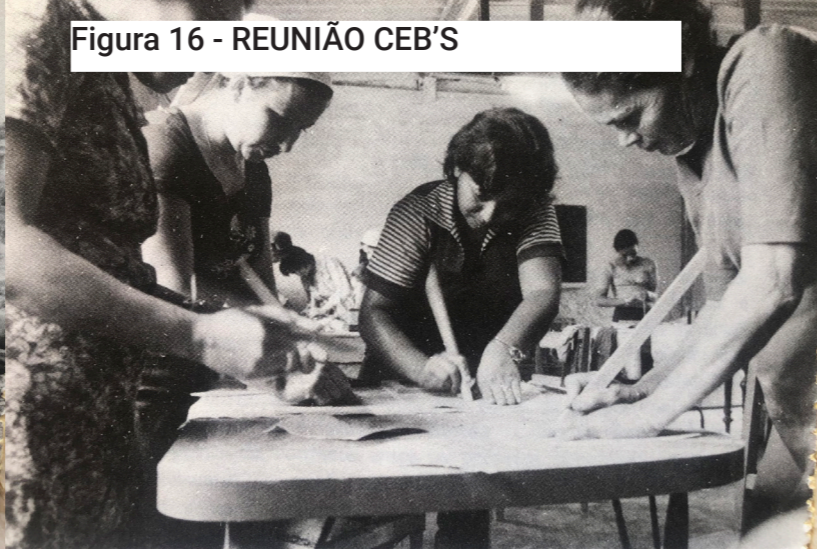


Foto de Juca Martins. FONTE: Ibidem.

Figura 17 - MOVIMENTO CONTRA O CUSTO DE VIDA



Foto de Juca Martins. FONTE: Ibidem.

Figura 18 - MOVIMENTOS DE BAIROS



Foto de Juca Martins. FONTE: Ibidem.

nós fizemos aqui foi uma verdadeira demonstração de grandeza.”⁶⁸

Para Sader, ao identificar a greve como reivindicação, mas não como enfrentamento político, Lula renovou o discurso sindicalista, fortaleceu a capacidade organizativa da classe trabalhadora e criou um canal capaz de incorporar um “desejo social difuso”⁶⁹ que até então não tinha sido elaborado coletivamente. A partir daí, seu discurso deu base para a elaboração de um campo discursivo que dava conta das diversas pautas dos movimentos sociais surgidos daquelas décadas. Em sua maioria, os grupos de oposição ao novo sindicalismo ou se dissolveram ou foram incorporados às novas gestões.⁷⁰ Assim, as experiências vividas pelos operários ganhavam potência na arena política e os trabalhadores se tornavam sujeitos públicos.

3. 4. Movimentos sociais: uma promessa radical de transformação política e social

Até agora procuramos reconstituir as condições de vida da classe trabalhadora que in-

68 GUIZZO, J. *Lula Entrevistas e Discursos*. In: *O repórter de Guarulhos*, São Paulo, 1981. O discurso também foi abordado em SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 192.

69 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 193.

70 No Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, o presidente Benedito Marcílio, que em 1965 fora vice-presidente da chapa opositora à da esquerda católica e marxista, nas eleições de 1967 passou a compor com o PC, reformulando a chapa inicial.

fluenciaram na emergência dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Levamos em conta, também, as formas que as esferas de organização social em crise encontraram para assegurar sua incidência social e a repercussão de seus discursos na arena política. Buscamos, tanto quanto o possível, reconstituir análises teóricas de estudiosos do campo dos estudos urbanos e das ciências sociais que marcaram os estudos dos movimentos sociais e das condições de vida daquelas décadas, bem como levantamos análises dos próprios sujeitos que constituem a denominada “classe trabalhadora”, à luz dos depoimentos coletados por Sader. Dentro disso, nos foi possível identificar e reconstituir características que expressassem “uma nova configuração de classe”, ou seja, novos tipos de representações da condição de classe.⁷¹

Frente às experiências do autoritarismo, o discurso de autonomia em relação à esfera estatal ganhou força dentro dos movimentos sociais, criando uma profunda desconfiança institucional e a valorização das práticas de auto-organização. Foi justamente no empenho de manter essa autonomia que a noção de política acabou se alargando e ressignificando as esferas do cotidiano dos sujeitos inseridos nessas organizações.⁷²

Muitos foram os movimentos formados, bem como diferentes foram as produções de identidades e reivindicações: movimentos de bairro pela regularização dos loteamentos clandestinos, pela abertura de creches, postos de saúde e escolas, por melhorias nos transportes públicos; as oposições sindicais e os grupos operários que reivindicava-

71 Sader ainda faz uma análise comparativa para constituir essa “nova configuração de classe” com os movimentos sociais surgidos antes do ano de 1964. Ver mais em SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 311.

72 SINGER, Paul Israel. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Vozes, 1981.

vam direitos trabalhistas e legitimidade dos operários nas decisões de poder dentro das fábricas, formando greves e campanhas salariais; o movimento negro e o movimento feminista, com ações coletivas baseadas na conviência social e solidariedade, com protestos e revoltas; as mobilizações dos sanitaristas, que contavam com técnicos preocupados com a prevenção social das enfermidades e com as condições precárias nas periferias, com táticas de formação da sociedade sobre os serviços de saúde como um direito da população.

Ainda que a emergência dos movimentos sociais tenha se dado de forma fragmentária, a incidência de seus discursos na arena política abriu um campo semântico entre os diversos movimentos sociais, criando referências compartilhadas e abrangentes. Foi o caso das greves de 1979-1980, que, sem dissolver a singularidades dos movimentos sociais, foram capazes de formular um “momento de fusão”⁷³ e criar “formas de identidade coletiva”.

Mas também já vimos que essa multiplicação e crescimento dos movimentos sociais foi forjada pelo papel político e social das esferas de organização social em crises que abriram espaço para a atuação desses novos sujeitos políticos.⁷⁴ Os discursos que daí surgiram deram base para a constituição de sujeitos por excelência da transformação social, formando forte oposição ao Estado, com nova forma de fazer política e práticas renovadas de sociabilidade. Nas palavras de Ruth Cardoso, os movimentos sociais apareciam “como algo dominante, novo, de caráter mais puro”, que iria transformar os instrumentos de decisão e participação social tradicionais. Tal quadro promissor teria gerado expectativas exageradas sobre o papel dos sujeitos sociais e sua incidência de transformação dentro de uma sociedade historicamente marcada pelo autoritarismo e clientelismo.

Na literatura vigente em torno dos movimentos sociais, que, em um primeiro momento, produzia análises mais engajadas e menos críticas,⁷⁵ começou-se a perceber

73 A noção de “momentos de fusão” foi retirada de SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 312, cujo sentido foi replicado do significado de “estuários conjunturais” de Lúcio Kowarick, tendo como entendimento as lutas sociais que caminhavam paralelas, “como diversidades que temporariamente apresentam elementos aglutinadores”.

74 SINGER, Paul Israel. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Vozes, 1981.

75 Ver mais em CARDOSO, R. C. L. *A trajetória dos movimentos sociais*. In: DAGNINO, E. (org.) Os

que havia certa disparidade entre as análises teóricas e as empíricas. As primeiras muitas vezes tomavam os discursos dos sujeitos sociais como realidade, o que provocou uma confusão analítica em torno dos movimentos sociais e sua incidência na arena política. Segundo o cientista político Thiago Trindade, quando esse processo se tornou evidente a ponto das análises acadêmicas não conseguirem mais ignorá-lo, as críticas sobre os movimentos sociais foram ostensivas:

“os analistas foram, no geral, categóricos: a aproximação entre os movimentos sociais e o Estado foi interpretado como um refluxo e um enfraquecimento da mobilização coletiva, sendo que alguns autores chegaram a decretar o “fim” dos movimentos sociais em razão do estabelecimento de uma interface com a esfera estatal”.⁷⁶

Trindade ainda aponta que tal processo também está ligado com as influências teóricas na formação dos pesquisadores brasileiros, fato que não cabe aprofundarmos aqui. O que nos interessa é apontar que a promessa dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 transformarem a política e a cultura democrática, rapidamente tornou-se história.⁷⁷

O projeto político renovado que eclodiu nas greves de 1979-1980 sofreu uma derrota no exato momento em que seus discursos e reivindicações foram absorvidos nas instituições, bem como os seus próprios representantes. Para Sader, ainda assim, apesar das “ilusões” e de possíveis erros de avaliações do campo teórico, as formas de expressão dos movimentos sociais daquelas décadas ficaram inscritas na memória coletiva e passaram a constituir um “elemento de vida política do país”. Os sujeitos que protagonizaram a arena política daquelas décadas, mesmo que tenham se deslocado para o plano institucional, deram base para a formulação política dos movimentos sociais surgidos após a virada do século, objeto de nosso estudo.

anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

76 TRINDADE, Thiago Aparecido, et al. *Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática = o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

77 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.314.

2. O BRASIL DO FUTURO QUE AFINAL CHEGOU¹

¹ O título foi retirado da entrevista que o filósofo Paulo Arantes deu à Boitempo. ARANTES, Paulo. O futuro que passou. Entrevistador: Ivan Marsiglia. Blog da Boitempo [S/l], 17 jun 20213. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/27/o-futuro-que-passou/>. Acesso: 03 set de 2021.

“Se deixou de entender o povão, já era. Se nós somos o Partido dos Trabalhadores, o partido do povo, nós temos que entender o que o povo quer”, exclamou o rapper Mano Brown dirigindo-se à multidão que assistia ao comício em apoio ao candidato à presidência Fernando Haddad, no centro do Rio de Janeiro, na noite de 23 de Outubro de 2018.¹ O rapper referia-se ao que muitos teóricos brasileiros também pontuavam como um indicativo da transformação organizativa petista: o diagnóstico de que o PT e algumas lideranças sociais das décadas de 1970 e 1980 estavam afastados das bases populares e apoiados nas instituições.² Poucos dias após o comício em apoio ao candidato petista, a derrota das forças progressistas se concretizou com a eleição do candidato de oposição, Jair Bolsonaro.

A eleição de Jair Bolsonaro simbolizou a vitória de uma agenda conservadora, respaldada em discursos contra os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ e em campanhas “contra a corrupção” e “a favor da família”. Não nos deteremos aqui em uma leitura sobre a direita e a extrema direita, mas buscaremos compreender as mudanças entre a esperada transformação social do final da década de 1970 e o desmanche³ dos movimentos sociais dentro da arena política nos anos recentes. Passado o último ciclo democrático, até o ano de 2016, o que restou na arena política dos movimentos periféricos urbanos? Quais características econômicas, sociais e, sobretudo, urbanas, podem explicar as bandeiras dos movimentos sociais surgidos após a virada do século? Ou ainda, o contexto recente incidiu no exercício de reivindicação social, seja no desmanche ou no surgimento de novas mobilizações?

As confrontações só são possíveis de ser entendidas depois de reconstituirmos

¹ RANGEL, Sérgio; VETORAZZO, Lucas. Em comício no Rio, Mano Brown critica PT e é defendido por Chico e Caetano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-comicio-no-rio-mano-brown-critica-pt-e-e-defendido-por-chico-e-caetano.shtml>. Folha de SP. Acesso: 23 out 2018.

² Francisco de Oliveira apontou o desaparecimento dos movimentos sociais na agenda política quando, já no primeiro mandato, o ex-presidente Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas, bem como inseriu outros sindicalistas à frente dos fundos de pensão estatais. Ver mais em: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, 21-27; DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/Oornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015. Mais recentemente o cientista político André Singer ainda utilizou o termo “arbitragem de cima” para explicar o afastamento das bases historicamente orgânicas do Partido dos Trabalhadores. Em SINGER, A. “A ideia de lulismo”. *Em: Cinco mil dias: o Brasil na Era do Lulismo*. São Paulo: ed. Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017, p. 26.

³ RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

e combinarmos as contradições do denominado lulismo⁴ com as condições de vida nos bairros populares de São Paulo. Primeiro porque as particularidades do contexto social e político recente, amparados nas políticas públicas do governo federal, geraram transformações urbanas e sociais significativas. Segundo porque essas mudanças impactaram diretamente as condições de vida e a cultura popular. A partir de levantamento e análise bibliográfica, mostraremos que nos primeiros anos dos anos 2000 foram implementadas políticas de redução da desigualdade pelo governo federal, capazes de diminuir consideravelmente o quadro de extrema pobreza brasileiro, mas que não desenvolveram um projeto de transformação social estrutural. Esse cenário, combinado com as políticas urbanas implementadas que não reverteram, e frequentemente acentuaram, a segregação socioespacial, gerou ambiguidades na elaboração política dos sujeitos inseridos nas cidades. De um lado, as políticas econômicas e sociais, principalmente no que diz respeito às educacionais, possibilitaram a construção de uma vida mais politizada, principalmente, entre jovens. De outro, o avanço do ideário neoliberal e do individualismo, que se acentuaram ao longo dos anos, produziram a despolitização desses sujeitos ou a sua captura por outros campos do espectro político, como a extrema direita. Em todo caso, como levantaremos através de bibliografia, esse quadro evidenciou a regressão das condições de vida urbana e sua relação com o surgimento de movimentos sociais recentes.

Se levarmos em conta a concepção de “conformismo e resistência” de Chauí, apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação, a cultura popular, ambivalente em seu desejo “de atraso e de emancipação”, quando alimentada pelas contradições do lulismo, pode ter expressado contradições e confrontos mais evidentes entre os atores políticos periféricos e suas perspectivas sobre uma agenda de transformação social. Para expor as particularidades históricas e as condições de vida em que os movimentos sociais periféricos atuais surgiram, e que deram espaço para a clivagem do conformismo e da resistência, bem como a ruptura do horizonte emancipatório em 2018, dividiremos este capítulo em três partes.

Na primeira, buscaremos reconstituir brevemente o contexto social, político e urbano no Brasil entre os anos 2003 e 2018, por meio das bibliografias vigentes. Sem

4 Termo cunhado por André Singer. Ver mais em: SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

pretendermos aqui desenvolver mais um balanço de tantos eventos estudados, levantaremos um panorama geral das ditas “contradições” existentes no lulismo para compreendermos o cenário de acirramento social iniciado, de forma expressiva, nas jornadas de junho de 2013 e que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Tendo ainda em vista o recorte de estudo desta pesquisa, trataremos, principalmente, de quatro mudanças, à nível federal, ao longo do período, que podem ter impactado diretamente nas condições de vida dos sujeitos periféricos: a produção de megaobras através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a mudança no mundo do trabalho; o aumento expressivo do acesso às universidades; e os impactos das políticas públicas no plano da cultura.

Na segunda parte, ainda com análises em contexto nacional, resgataremos brevemente algumas mobilizações sociais que ocorreram nas primeiras décadas do século XXI e que tiveram relação com as transformações urbanas recentes. O intuito não é desdobrar todos os sentidos que levaram milhares de pessoas, especialmente jovens, a ocupar as ruas em diversas cidades do Brasil, mas analisar alguns dos levantes paradigmáticos que demonstram a relação entre o urbano e as mobilizações sociais recentes. Apresentaremos os levantes surgidos no contexto dos megaeventos, em especial a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, como o caso da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e o Movimento Ocupe Estelita, de Recife, surgido em 2008. Por fim, as paradigmáticas jornadas de junho de 2013. Não buscaremos fazer, no caso de junho de 2013, uma análise extensiva sobre as muitas leituras existentes, mas organizar nossa análise em torno das condições de vida urbana e os efeitos sobre as mobilizações de rua organizadas, sobretudo, por jovens que nasceram e cresceram nas cidades.

Na terceira parte, buscaremos levantar a experiência da condição de vida periférica na metrópole paulista. Aqui, nos deteremos, especificamente, no recorte territorial da pesquisa. Retomaremos estudos e depoimentos coletados que expõem o crescimento acelerado da expansão territorial da Grande São Paulo através do mercado formal de moradia sobre as periferias consolidadas; a piora significativa das condições de vida urbana; e as transformações no mundo do trabalho, como as saídas de emergência encontradas pela classe trabalhadora vestidas de empreendedorismo ou de “viração”.⁵

5 GEORGES, Isabel; CABANES, Robert; DA SILVA TELLES, Vera. *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015; COSTA, Henrique. *Sobrevivendo ao colapso*:

Figura 19 - OBRAS DA UNIVERSIDADE DO ABC, EM 2017



Foto de Ricardo Stuckert. FONTE: Biblioteca digital da presidencia da república.

Figura 20 - Empreendimento Residencial Saudade, em Biguaçu - SC, 2016.



Foto de Felipe Cemin Finger. FONTE: SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês, 2018.

Figura 21 - RESIDENCIAL SÃO CRISTÓVÃO, EM ANÁPOLIS, GOIÁS, 2016.



FONTE: Jornal do Estado de Goiás, Portal 6.

Figura 22 - "Brasil decola", capa do jornal The Economist em 2009.



FONTE: jornal The Economist, 2009.

Para tanto, utilizaremos de uma metodologia ainda não usada até esse momento da pesquisa: análises das transformações através da trajetória dos sujeitos inseridos nas lutas populares. Por essa razão, iniciaremos a terceira parte deste capítulo com um depoimento pessoal coletado de uma liderança que viveu e cresceu na metrópole paulista e experienciou as mudanças que até então expusemos por meio de bibliografia. Neste passo, pretendemos identificar as condições de vida da classe trabalhadora da metrópole e os significados que dali surgiram, a fim de levantarmos tanto as transformações no cotidiano desses sujeitos quanto os significados que as experiências vividas produziram.

1. As transformações das condições de vida no Brasil: uma breve retrospectiva dos anos 2003-2018

1.1. Uma breve apresentação sobre o "lulismo".

“Em nenhum momento de nossa História, foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”⁶. Celso Furtado, em seu livro “O Longo Amanhecer” de 1999, expõe a dificuldade crescente de uma possível emancipação nacional. A superação do subdesenvolvimento brasileiro, almejada por parte das forças progressistas do país, tomou

empreendedorismo, engajamento e gestão da precariedade na periferia de São Paulo. In: 43º Encontro Anual da Anpocs, 2019, Caxambu, MG. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

⁶ FURTADO, Celso. O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

rumos distintos após a década de 80, quando o ensaio da autonomia produtiva chegou ao fim.⁷ Os anos que seguiram após a redemocratização, ao contrário do esperado, não alçaram voo para uma transformação social e política, mas foram no sentido oposto ao almejado pelas forças progressistas: a privatização das estatais (ou internacionalização, nas palavras de Furtado), o sobreendividamento da dívida pública na tentativa de controlar a inflação, e o aumento do controle do capital estrangeiro sobre parte do capital produtivo são exemplos do avanço do neoliberalismo que, a partir da década de 1990, teria transformado o Brasil num “ornitorrinco”, segundo Francisco de Oliveira.⁸ Foi nesse cenário de “terra arrasada” que se configurou o lulismo, como ordem de pós-desmanche.⁹

A partir da leitura de André Singer, o lulismo, embora tenha sido gerado a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não representa apenas a gestão do ex-presidente, mas um modelo político caracterizado pelo apaziguamento das classes, “um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida”.¹⁰ O caminho de conciliação, costurado com a manutenção da política econômica de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e as políticas de

⁷ É preciso registrar também que, de acordo com Celso Furtado, o esforço estatal de implementar o desenvolvimentismo à contragosto da classe média e rentista possui raízes na história brasileira. Desde o Brasil Colônia, com o entreposto comercial, o capitalismo se desenvolveu sem trava e gerou uma má formação na sociedade nacional, sem qualquer aspiração de uma nação emancipada. Ainda que o projeto desenvolvimentista quase tenha chegado a se consolidar na revolução de 1930, fora interrompido com o golpe militar em 1964. A interrupção produziu um efeito ideológico significativo, sem deixar perspectivas concretas de uma transformação da nação. Ao fim do período ditatorial, a sociedade civil encontrou um capitalismo bruto, consolidado e globalizado. *Ibidem.*

⁸ DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

⁹ SINGER, Andre; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo Editorial,

¹⁰ SINGER, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos estudos CEBRAP, p. 83-102, 2009. p. 84.

redistribuição do governo Lula, produziram diversas contradições e insatisfações, dentro e fora do campo político progressista.¹¹

O cientista político André Singer, ao batizar o termo “lulismo”, caracteriza os diversos programas sociais e econômicos implementados durante os anos de 2003 e 2016 como “reformismo fraco”, visto que as políticas voltadas para redução da desigualdade, ainda que tenham diminuído consideravelmente o quadro de extrema pobreza brasileiro, não foram capazes de transformações radicais, nem de sua superação. O lulismo seria um governo apoiado na política do “ganha-ganha”. Ou seja, ganha a classe trabalhadora que ingressa no mercado de trabalho, virando consumidor, ganha a burguesia que lucra comercialmente, e ganha o capital financeiro, que mantém sua parte do orçamento para quitação da dívida pública. Essa “arbitragem” entre capital e trabalho, ainda de acordo com Singer, empurrou o conflito da luta de classes para o fundo da cena. Da mesma maneira em que as políticas econômicas e sociais abriram caminhos para a construção de uma vida mais politizada, dando espaço para a elaboração de resistência nas periferias, também produziram a despolitização do sujeito, enredados pela lógica mercadológica e do individualismo.

Do ponto de vista da política urbana e habitacional, a retomada de investimentos sociais em nível federal e em larga escala, não garantiu melhoria das condições de vida urbana para a classe trabalhadora.¹² O projeto desenvolvimentista, praticado principalmente após a crise mundial de 2008, resultou na elaboração de massivos investimentos públicos nos programas PAC e MCMV, com obras que, em grande medida, ficaram à cargo de grandes empreiteiras e resultaram na chamada “dispersão urbanística”. É possível ainda dizermos que os carros chefes do projeto desenvolvimentista foram a construção

11 O clima de descontentamento teve seu ápice no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, que ao procurar acelerar o *lulismo* e alinhar uma política de modernização emancipatória com o desenvolvimentismo, criou barreiras com antigos aliados do governo Lula.; Dilma, ao buscar saídas para a crise financeira mundial, tentou retomar a intervenção sistemática do Estado na economia. A iniciativa da ex-presidente foi de “cutucar as onças com varas curtas”: pressionou instituições privadas a reduzir seus lucros, com a mudança nas regras da poupança e suporte dos bancos públicos. No entanto, logo em seguida o Banco Central (BC) voltou a aumentar a taxa Selic, devolvendo ao mercado financeiro o controle da política econômica. Os avanços e recuos, somados às pressões políticas sociais e midiáticas, acabaram desembocando no impeachment de Rousseff em 2016. Ver mais em: SINGER, André. *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. 1. Novos estudos CEBRAP, p. 39-67, 2015.

12 A denominação “classe trabalhadora” é entendida aqui num sentido amplo, incluindo os formais, informais e terceirizados.

civil e a indústria automobilística,¹³ com forte efeito nas condições de vida urbana e na produção do espaço. Esses investimentos impactaram diretamente no processo da reprodução da força de trabalho, tendo em vista que o maior aumento na renda do trabalho se deu nas ocupações de baixa remuneração - de 1,5 salários mínimos -, muito vinculadas ao mercado de construção.¹⁴

No entanto, são as políticas sociais e as políticas urbanas que incidem diretamente na reprodução social da classe trabalhadora. Transporte coletivo, equipamentos sociais, infraestrutura, saneamento, habitação, educação e saúde são necessidades que continuam como questões cruciais da luta social no mundo todo. E os seus impactos agem diretamente na taxa de salário, pois constituem o salário indireto. Os altos preços da habitação e do transporte público, por exemplo, não são absorvidos pelo salário real, forçando para baixo o preço da oferta de trabalho, como afirma Francisco de Oliveira.¹⁵ Nessa balança, o Estado tem papel cada vez mais importante na produção do espaço urbano, pois é dele o controle do fundo público para investimentos e sua regulamentação. Há, portanto, um impacto relevante da política urbana nacional das últimas décadas sobre as periferias urbanas.

1.2. As políticas urbanas e de habitação e seus impactos nas condições de vida 2003-2018

Para compreendermos o contexto e os impactos das políticas urbanas e de habitação após os anos 2000, resgataremos, sobretudo, algumas leituras elaboradas por pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV), criado em 2009, foram caracterizados pela retomada massiva de investimentos em infraestrutura urbana, que haviam estagnado na década de 1980. De acordo com a pesquisa elaborada por Ermínia Maricato e Luciana Royer,

13 MARICATO, Erminia; ROYER, Luciana. *A política urbana e de habitação. Maringoni G, Medeiros J. Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, 147-165, p. 156.

14 POCHMANN, Marcio: *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.

15 DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015.

no texto “A política urbana e de habitação”, a atuação do PAC foi estruturada em três diferentes eixos: infraestrutura logística (investimentos voltados para ferrovias, portos, rodovias, hidrovias e aeroportos), infraestrutura energética (a geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, refino, gás natural, petroquímica, revitalização da indústria naval e combustíveis renováveis), e por fim, infraestrutura social e urbana (Luz para Todos, metrô, recursos hídricos, saneamento e habitação).¹⁶ Vale ressaltar que, ainda de acordo com as autoras, o PAC I, entre os anos 2007 e 2012, as ações de desenvolvimento urbano vinculadas à urbanização de favelas, tiveram resultados “significativos em todo o território nacional”.¹⁷

Para a execução do programa, os recursos alocados vieram de fontes já habituais, como o FGTS.¹⁸ A realocação orçamentária só foi feita em programas de larga escala, com a utilização de recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). No PMCMV a situação foi a mesma, mas com uma diferença significativa: “teve forte influência do mercado em seu desenho, obedecendo a uma padronização excessiva e trazendo de volta formas de ação que estavam presentes no BNH”.¹⁹ Os programas passaram a ter tratamento generalizado, ignorando as especificidades locais, conforme abordaremos a seguir.

Em um país marcado pela autoconstrução, com significativa parte da população fora do mercado formal de habitação, o PAC cumpriu um importante papel nos projetos de urbanização de favelas em todo o país. Conforme a leitura de Caio Santo Amore e Karina Leitão, a partir da criação do programa, os recursos federais destinados à urbanização de favelas “somaram 82% do total de investimento, enquanto o período de 1995-2006, totalizaram apenas 18% do que já foi investido no país em assentamentos precários (análise para o período 1995-2014)”.²⁰ Ainda que o montante investido repre-

16 Ver MARICATO, E.; ROYER, L. *A política urbana e de habitação*. In.; *Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 153.

17 Ibidem, p. 156.

18 Em 2004, o governo federal executou mudanças legais para facilitar as ações do mercado de crédito para compra de habitação no mercado formal. O Projeto Moradia (2000) já apontava a restrição da oferta habitacional pelo mercado imobiliário - nem a classe média conseguia acessar as poucas unidades habitacionais produzidas, ou condições favoráveis de crédito. Com isso, a partir de 2005, as contratações com recursos do SBPE e do FGTS atingiram um ápice que ficou conhecido como o boom imobiliário do governo Lula.” Ver mais em: Ibidem. P. 153.

19 Idem Ib., p. 156.

20 . AMORE, C.; LEITÃO, L. *O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de*

sentasse um valor histórico, é importante ressaltarmos que o setor de Urbanizações de Assentamentos Precários, o PAC-UAP, seguiu as tendências dos investimentos nos setores de saneamento e habitação do início da gestão federal de 2003.²¹ Em 2014, houve uma estagnação de investimentos voltados à urbanização de assentamentos, tendo no mesmo ano suas contratações encerradas.

No que diz respeito ao PMCMV, os valores contratados evidenciaram a priorização da construção de novas habitações para a população de maior renda, fenômeno que se acentuou após 2016; no ano de criação do programa, R\$10,16 Bilhões do valor contratado estavam destinados para a Faixa 1, R\$11,01 Bilhões para a Faixa 2, e menos de R\$5 Bilhões para a Faixa 3, em um montante total de R\$269 Bilhões.²² Já no ano de 2016, o valor da Faixa 1 caiu para R\$1,51 Bilhões, enquanto o da Faixa 2 subiu para R\$35,89 Bilhões, com o total de R\$47,28 Bilhões.²³

Ainda assim, o PMCMV trouxe investimentos maciços. O programa chegou a produzir cerca de 5 milhões de unidades entre seu lançamento e o ano de 2018. Entretanto, por não conseguir equacionar o manejo fundiário a cargo dos municípios, resultando em grande liberalidade da iniciativa privada na escolha dos terrenos, a formulação de projetos e execução das obras acabaram por reproduzir a urbanização dispersa e segregadora, que lança as camadas populares para as franjas urbanas.²⁴ O mercado fundiário explodiu, influenciando os preços imobiliários, de tal modo que os valores de venda subiram de duas a três vezes mais do que a inflação média no período.²⁵ O pesquisador Paolo Colosso denominou tais processos como “desenvolvimentismo anti-urbano”.²⁶

Os resultados no cotidiano urbano não foram poucos. Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), houve uma queda nas condições de mobilidade habitacional social e na urbanização de favelas. In: *Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. Autonomia Literária, 2018, p. 219.

21 . Idem Ib, p.. 221.

22 Ibidem, p. 229.

23 Dados coletados do SISHAB. Disponível em <http://sishab.cidades.gov.br/>. Acesso dia 19 de Novembro de 2019.

24 SHIMBO, L et. al(org). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

25 Dados retirados de COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

26 COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. 2019. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

nas cidades brasileiras. Em São Paulo, no ano de 2012, a velocidade média dos automóveis, entre 17h e 20h, foi de 7,6 km/h, o que quase corresponde à velocidade a pé. Em 2016, o tempo de deslocamento diário médio também foi alarmante, chegando a 2h53 - fenômeno em grande parte causado pela hegemonia dos transportes motorizados individuais.²⁷ A política de desoneração fiscal para a compra de automóveis em 2012 também teve sua responsabilidade, potencializando a preferência da população por veículos privados.

Já no Rio de Janeiro, os megaeventos de 2014 e 2016 - Copa e Jogos Olímpicos²⁸, resultaram em grandes investimentos públicos de infraestrutura que impactaram diretamente a estrutura urbana. De acordo com o economista e sociólogo Carlos Vainer, o reflexo foi rápido; os preços dos imóveis aumentaram 190% no período entre 2009 e 2013.²⁹ Em contrapartida, o processo de contenção do déficit habitacional e do aumento da pobreza ficaram a cargo do Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV), cujo impacto promoveu uma expansão sem precedentes da malha urbana. Maricato e Royer apontam que as comunidades inseridas nos quadrantes desses megaeventos foram afetadas diretamente, sendo obrigadas a se locomoverem para os conjuntos habitacionais excluídos das áreas centrais metropolitanas: mais de 40 mil pessoas foram removidas de suas casas, e realocadas para as franjas urbanas.³⁰

Ainda que a questão fundiária seja de competência constitucional dos municípios ou do governo do Estado - nos casos das regiões metropolitanas -, nenhuma instância federal retomou ou implementou as propostas da Reforma Urbana.³¹ Maricato afirma:

27 Em 2003, o número de automóveis em 12 metrópoles brasileiras era de 23,7 milhões. Em 2013, passou para 45,4 milhões, ou seja, o número quase dobrou. Todos os dados podem ser vistos no Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP. Disponível em: <http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-damobilidade/apresentacao.html>

28 Em 2007 o Rio de Janeiro sediou os Jogos Pan Americanos, em 2011 os Jogos Militantes, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e dois anos depois as Olimpíadas. Veja mais em VAINER, C. et al. *O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual*. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 15., 2013, Recife. *Anais do XV ENAnpur*. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em:

<<http://unuhoospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>>. Acesso em: 13 jan. 2020

29 Id., ibidem.

30 MARICATO, E.; ROYER, L. *A política urbana e de habitação*. In.; *Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 156.

31 A luta pela Reforma Urbana teve seu início com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) realizado em 1963. Com o golpe militar, em 1964, teve a agenda interrompida, mas em meados da década de 1980

“Em relação ao poder local, houve um retrocesso. O ‘modo petista de governar’ recuou. A centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Aparentemente a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento. Os planos, como sempre, cumpriram o papel do discurso e não orientaram os investimentos (Villaça, 2012). Outros fatores como os interesses do mercado imobiliário, o interesse de empreiteiras, a prioridade às obras viárias ou de grande visibilidade deram rumo para a aplicação dos recursos.”³²

A alavancagem das obras urbanas teve impacto significativo no mundo do trabalho. Em grande medida porque grande parte da população que migrou da condição de pobreza para a base da pirâmide estava empregada na construção civil. A partir daqui, abordaremos as transformações no mundo do trabalho e do acesso à educação superior, para compreendermos as condições de organização que os movimentos sociais populares encontraram a partir da virada do século.

1.3. O mundo do trabalho e as políticas redistributivas.

De acordo com o economista Marcio Pochmann, dos anos 2004 a 2010, a participação dos salários na renda nacional subiu 10,3%.³³ Isso se deu por conta da reestruturação produtiva, e o consequente crescimento econômico no começo dos anos 2000, após quase duas décadas de baixo crescimento.³⁴ Nesse primeiro momento da gestão petista, houve uma melhora nas condições de vida na base da pirâmide social, um crescimento da renda per capita e uma valorização dos salários acima da média geral³⁵. Em grande

retornou à cena política dentre os mais diversos campos da luta pela redemocratização. O Movimento Social da Reforma Urbana reunia diversos atores em busca de um projeto progressista para o país: movimentos sociais, estudantes, pesquisadores, entidades profissionais e sindicatos. Esse movimento chegou a conquistar importantes marcos institucionais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades (2003).

32 MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 40.

33 POCHMANN, Marcio: *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.

34 POCHMANN comparou o crescimento da participação dos salários na renda nacional com o peso relativo da propriedade. “Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. Com isso, a repartição da renda nacional entre rendas do trabalho e da propriedade de 2010 voltou a ser praticamente igual àquele observado em 1995, início da estabilização monetária”. Ibidem, p. 10.

35 POCHMANN, Marcio: *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo,

medida, por conta do crescimento da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, que aumentou, e da diminuição do grau de desigualdade na distribuição da renda, que reduziu em 10,7%³⁶. O aumento na renda do trabalho se deu, no entanto, entre as ocupações de baixa remuneração, como o capital imobiliário. Entre os postos de salários de base (1,5 salários mínimos), a maioria se deu na faixa etária de 25 a 34 anos e 77,2% para a população dita “não-branca”.³⁷

Ainda que parcela considerável da força de trabalho tenha conseguido superar a condição de pobreza, Pochmann demonstra que essa classe social não pode ser considerada “classe média”. O autor verificou que o Brasil, na primeira década dos anos 2000, conseguiu reduzir o desemprego junto ao crescimento do emprego formal, mas com o trânsito da população pobre para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração.³⁸

Juntamente com a expansão de empregos de baixa remuneração, houve políticas de apoio à população que se encontrava na base da pirâmide social brasileira. Nesse momento estruturaram-se programas sociais importantes que deram base à transformações nas condições de vida dessas camadas sociais, como o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universitário para todos (ProUni), o Programa Luz para Todos e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)³⁹. Esse fenômeno é denominado por Márcio Pochmann de “reforço das camadas que se encontram na base da pirâmide social”. A “extrema pobreza” diminuiu de 37,2% para 7,2%.⁴⁰

Também nesses anos o país assistiu a uma ampliação do acesso à educação, com aumento significativo nos recursos destinados à área da educação, com bolsas e isenções às universidades privadas e abertura de mais de 20 universidades públicas.⁴¹ Em 2001,

2012.

36 Dados e análises resgatados de Márcio Pochmann. Idem ib, p.19.

37 Ibidem ib.

38 A forte expansão do conjunto de ocupações de salários de base se deu através do setor terciário, da construção civil e da indústria extrativa. Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, cerca de 2 milhões estavam na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal. Ibidem ib, p. 22.

39 MARICATO, E. *Para entender a Crise Urbana*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2015.

40 POCHMANN, Marcio: Idem ib.

41 A ampliação de recursos para o ensino básico se deu sobretudo por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). O acesso ao ensino superior privado, que até 2017 representa 75% das matrículas e o destino da maior parte dos

o número de universitários ingressantes no Brasil era de 1 milhão; em 2011, era de 2,3 milhões. A escolaridade transformou o perfil das classes trabalhadoras - especialmente nos estratos de menor renda - e a relação desta com o restante da sociedade.⁴²

Em contrapartida, a ampliação do acesso ao ensino superior desses jovens veio combinada com a “entrada subalterna no mercado de trabalho”.⁴³ Os jovens trabalhadores universitários que parte do dia trabalham e, em outra parte, estudam, encontraram na entrada no mercado de trabalho, mesmo que formal, baixo rendimento do salário indireto. Isto é, os custos do transporte, dos planos de saúde privados, da moradia e da educação (visto o aumento de ingressos em universidades privadas) não estavam incorporados no rendimento do salário dessa camada da população jovem brasileira. Não à toa, a ampliação dos empregos de baixos salários, com perfil predominantemente jovem (25 a 34 anos), não branco, mais escolarizado e com tendência à terceirização teve efeito significativo no cenário das inquietações sociais urbanas recentes.⁴⁴

Para o sociólogo Ruy Braga, o ciclo de formalização do trabalho recente gerou a “impressão de que a proteção social do trabalhador estaria avançando, quando, na realidade, uma nova onda de mercantilização do trabalho enraizava-se na base do modelo de desenvolvimento brasileiro”.⁴⁵ O autor cita ainda que essas transformações vieram combinadas com a substituição do trabalho formal por contratos comerciais e de terceirizações.⁴⁶ A transformação não foi exclusividade brasileira. As condições de trabalho se

recursos, deu-se via incentivos fiscais às empresas de educação e bolsas parciais e totais, com os programas Prouni e Pronatec. Andrea Caldas e Luiz Araújo fazem o balanço dessa “forma híbrida de expansão” do ensino em “Na educação, avanços e limites”. In: Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Fundação Lauro Campos/Boitempo, 2017.

42 VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

43 BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. *Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora*. Caderno crh, 2015, 28: 529-544.

44 De acordo com Singer, as mobilizações de junho de 2013 foram exemplo da inquietação da juventude trabalhadora, nas ruas estavam jovens, universitários, com empregos de baixa remuneração. SINGER, André. *Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo*. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (orgs.). *Classes? Que classes?* São Paulo, Fundação Perseu Abramo/ Fundação Friedrich Ebert, 2014.

45 BRAGA, Ruy. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 75.

46 Braga também reconstitui obra de Francisco de Oliveira, que aponta o problema da “dominação do atrasado sobre o moderno na semiperiferia do sistema”. OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis : Vozes., 1988.

alteraram também no cenário internacional, com a construção do modelo de terceirização no “regime de acumulação pós-fordista e financeirizado”.⁴⁷

O modelo pós-fordista apoiado na concentração de renda e na precarização do trabalho teve início nos anos 1990, quando as políticas de ajuste estrutural implementadas pelos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso triplicaram a taxa de desemprego aberto da população economicamente ativa (PEA).⁴⁸ A financeirização da economia, também nesses anos, promoveu a inserção do Brasil na mundialização capitalista através de elevadas taxas de juros, da independência do Banco Central e da política de flutuação cambial.⁴⁹ Somou-se a isso a diminuição significativa dos ganhos reais de produtividade brasileira, causado pela desindustrialização após os anos 1980 e o avanço do neoliberalismo nos anos 1990. Isto é, como mencionamos no início deste texto, o lulismo se configurou na ordem pós-desmanche.

Ricardo Antunes descreve o processo do “novo tipo de trabalho”, a partir da década de 1990, como a

“intensificação da lean production, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, [...] em que empresas tradicionais, como a indústria têxtil, de calçados, automotiva etc., sob imposição da concorrência internacional, passaram a buscar, além de isenções fiscais, níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, combinados com uma força de trabalho sobrando, sem experiência sindical e política, pouco ou nada taylorizada e fordizada e carente de qualquer trabalho.”⁵⁰

A transformação global do trabalho causou uma deterioração do trabalho contratado e regulamentado, até então dominante no século XX, e substituído pelo “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” e “trabalho atípico”.⁵¹ Ou seja, ao mesmo tempo em que o lulismo aumentou o trabalho formal de baixos salários, hou-

47 BRAGA, Ruy. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 76.

48 A taxa de desemprego aberto foi de 3% para 9,6%. *Ibidem*, p. 60.

49 *Ibidem*, p. 61.

50 ANTUNES, Ricardo LC. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez Editora, 2015, p. 126.

51 *Ibidem*, p. 129.

ve um avanço global do neoliberalismo com a informalização do trabalho, precarização e rebaixamento salarial acentuado. Por isso é tão difícil sintetizar o que aconteceu.

No plano cultural, a confluência entre o “reforço das camadas que se encontram na base da pirâmide social” e o processo de precarização do trabalho talvez seja o exemplo mais eloquente, uma vez que os programas de incentivo à cultura durante os governos petistas nasceram como instrumentos de democratização cultural mas, após 10 anos de criação, passaram ao mercado a responsabilidade pela cultura brasileira através das leis de incentivo - como veremos a seguir.

1. 4. Produção cultural: resistência e mercadoria

A partir das entrevistas coletadas, percebemos que as transformações em torno da cultura, bem como as políticas públicas implementadas a nível federal nesse mesmo campo, impactaram significativamente a mobilização e organização dos movimentos sociais surgidos após os anos 2000. Desta maneira, buscamos levantar brevemente algumas dessas transformações a fim de compreender tais processos e seus impactos sobre as condições de vida dos sujeitos inseridos nas lutas sociais.

Segundo Heloísa Buarque de Holanda, a produção cultural pós-1968, em todo o globo, deixou de lado sua autonomia, o que causou, não o seu desaparecimento, “mas a sua prodigiosa expansão, a ponto de a cultura tornar-se coextensiva à vida social em geral: agora todos os níveis tornam-se acumulados (...), tudo afinal tornou-se cultural”.⁵² Apesar da busca, empreendida pelos atores progressistas, da universalização da cultura, de sua expansão a todas as camadas sociais, o que houve nas décadas recentes foi sua utilização como recurso econômico, como mercadoria na nova rodada do capitalismo. Na verdade, a produção cultural, antes vinculada à liberdade criativa, passou a ser predominantemente gerida pelo empresariado, aos altos custos da regulação do trabalho imaterial e do domínio das tecnologias de comunicação, de informação e dos próprios processos de organização.⁵³

52 HOLANDA, Heloísa. “Periodizando anos 60”. In: *Heloísa Buarque de Holanda: Pós-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. *apud* ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Entrevista com Otilia Beatriz Fiori Arantes. *Rapsódia*, 2002, 2: 221-264.

53 *Ibidem*, p. 262.

No Brasil, essas transformações foram sentidas mais recentemente, particularmente com o avanço do gerenciamento empresarial nos projetos de incentivo à cultura voltados à periferia. Vale reforçarmos que, apesar de algumas medidas tomadas pelo governo federal no período analisado, a lógica do “empreendedorismo” vem avançando globalmente, principalmente com o neoliberalismo. Ainda assim, neste momento de pesquisa, iremos analisar as políticas públicas federais de incentivo à cultura, e seus desdobramentos, para buscar compreender as alterações da dinâmica de reprodução da classe trabalhadora nas periferias.

De acordo com a socióloga Cibele Rizek, logo no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, o Ministério da Cultura (MinC) foi caracterizado pela máxima “fazer política cultural é fazer cultura”, proposição feita pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil. Em seu discurso de posse, o artista ressaltou que a sua gestão seria voltada para ampliação do conceito de cultura, bem como para sua democratização.

No artigo “Políticas culturais no governo Dilma”, de 2015, ainda que as gestões do MinC entre os anos 2003 e 2010 tenham sido reconhecidas por diversos estudiosos e movimentos sociais da cultura como bem sucedidas e de caráter transformador, algumas fragilidades também foram apontadas.⁵⁴ Os canais limitados de participação; as dificuldades dos agentes de cultura, incorporados no programa Cultura Viva (2004), em atender as demandas administrativas; e a dificuldade de implementar processos democráticos a partir das altas taxas de desigualdade e especificidades locais são exemplos das críticas em torno das gestões.⁵⁵

De acordo com a pesquisa, durante o governo Dilma as contradições e dificuldades aumentaram, mas não nos deteremos a tais contextos. O que nos interessa é criação das leis de incentivo,⁵⁶ que acentuaram a distorção entre o papel do Estado e do capital privado.

“Desde a perversa instalação das leis de incentivo, que contaminaram toda a arquitetura institucional de financiamento à cultura, existem graves problemas neste registro. As leis de incentivo, na sua singular

54 As gestões foram compostas por Gilberto Gil (2003 - 2007) e Juca Ferreira (2008 - 2010). As duas gestões mantiveram o mesmo projeto político-cultural. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia. *Políticas culturais no governo Dilma*. EDUFBA, 2015.

55 Ibidem.

56 É importante lembrarmos que as leis de incentivo foram criadas no governo Collor, em 1991.

configuração brasileira, sofrem a tentação de esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas deprimem a democracia ao introduzir uma potente distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas. Elas passaram a ser, na prática, decididas pelas empresas e seus departamentos de marketing. A ausência de uma nova política de financiamento corrói as iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o Estado assumir um papel mais ativo na cultura, além de criar obstáculos consideráveis para a preservação e promoção da diversidade cultural, devido à incompatibilidade entre políticas culturais e de financiamento.”⁵⁷

Retomando a leitura de Rizek, vemos que as conexões entre o Estado e as “comunidades culturais” inseridas nos programas e financiamentos foram “deixadas de lado”, sem acompanhamento do próprio poder público sobre os projetos em desenvolvimento. Isso levou a constituição de um novo protagonismo do Estado, que ao invés de inovar a produção cultural e “fazer política cultural”, passou a ser alvo de manobra na disputa de recursos ou fundos públicos. Essa inversão e desestabilização das políticas culturais ganhou peso e forma com a criação da Secretaria de Economia Criativa, em 2012.

A Secretaria foi implementada com discursos e práticas a favor do “incentivo à competitividade e à inovação dos empreendimentos na inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural brasileira”.⁵⁸ Dentre os programas desenvolvidos estavam o Guia do Empreendedor da Cultura e a promoção do desenvolvimento intersetorial para economia criativa, este último junto a diversos institutos e organizações, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Caixa Econômica Federal (CEF) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O importante a destacarmos aqui é: o deslocamento da política cultural para a criatividade e empreendedorismo gerou a regulação do trabalho cultural pelo empresariado e pela lógica do mercado.⁵⁹

A autora ainda aponta que, possivelmente, um dos exemplos mais expressivos seja a promoção da exportação do trabalho cultural brasileiro, através de Centros Voca-

57 Ibidem, p. 20-21.

58 RIZEK, Cibele Saliba. *Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo*. In: SINGER, A. Loureiro, I. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016, p. 190.

59 Ibidem.

Figura 23 - JORNAL O GLOBO - CAPA
“PROTESTOS DERRUBAM AUMENTOS EM
SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO’
Protestos derrubam aumentos
em São Paulo e Rio de Janeiro

Paes, Cabral, Haddad e Aécio cancelam reajuste de ônibus, metrô, trem e barcas. BH deve fazer o mesmo
 Prefeitos afirmam que, para compensar, terão de reduzir investimentos em outras áreas. Apesar do recuo dos governantes, líderes do Movimento Passe Livre dizem que manifestações vão continuar, com novas reivindicações; hoje, devem acontecer em 80 municípios



Em Niterói, Ponte e barcas são fechadas

Após uma manifestação pacífica em Niterói, que reuniu de 7 a 8 mil pessoas, um grupo de 200 fechou a Ponte por uma hora e invadiu a estação das barcas. Depois, tentou incendiar um ônibus e virar o veículo. Um shopping entrou em pânico. **MARIA**

Enquanto isso,

FONTE: Acervo de fotos “Jornal O Globo”, 2015.

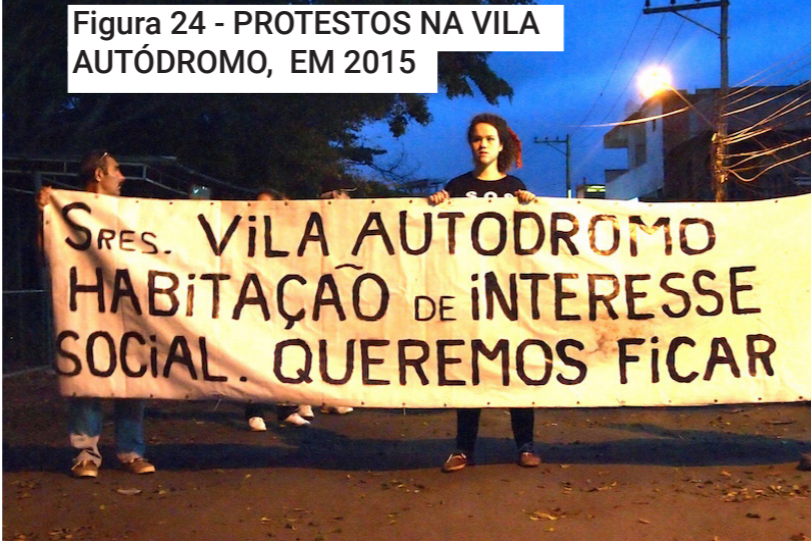


Figura 24 - PROTESTOS NA VILA AUTÓDROMO, EM 2015

FONTE: Blog “Rio On Watch”, 2015.



Figura 25 - MANIFESTAÇÃO OCUPE ESTELITA, 2015

FONTE: Facebook do “Movimento#OcupeEstelita”, 2015.



Figura 26 - MANIFESTAÇÃO MPL, EM SÃO PAULO, 2013

FONTE: Blog da Boitempo, 2015.

cionais e da criação de incubadoras. É o que teria acontecido no programa Cultura Viva, que foi absorvido para produção de insumos de exportação dos produtos criativos, a fim de promover a marca Brasil Criativo.⁶⁰ Ainda que seja possível argumentarmos que a ampliação de incentivos à geração de renda através da cultura, bem como a difusão da produção cultural nacional, pudessem produzir a elaboração de uma vida mais politizada desses sujeitos culturais, dando espaço para a elaboração de resistência, a pesquisa de Rizek argumenta que a dominação do trabalho cultural pelo capitalismo, produziu, em grande medida, a despolitização do sujeito, enredados pela lógica mercadológica e do individualismo.

2. Para não dizer que não falei de flores: os levantes que tomaram as ruas nas últimas décadas do Brasil.

2. 1. Breve contextualização

“Quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações que impactaram o país em meados de junho de 2013”. Em artigo publicado no livro “Cidades Rebeldes”, Ermínia Maricato analisa a relação das transformações das condições de vida urbana com as jornadas de junho de 2013.⁶¹ A autora coloca a questão urbana como uma das principais motivações para que milhares de jovens fossem às ruas naquele período. Os efeitos da implementação do PAC e do PMCMV, o boom imobiliário,

60 Ibidem.

61 MARICATO, Ermínia. *É a questão urbana, estúpido*. Le Monde Diplomatique, São Paulo, ed. 73, ago. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: abr. 2022.

a desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte público são exemplos que já vimos das transformações recentes que influenciaram as mobilizações nas ruas de todo o país. Os sentidos desse fenômeno, passados quase 10 anos, ainda estão em disputa, e não nos interessa nesse momento da pesquisa destrinchá-los, mas vale apontarmos as mobilizações de rua que expressaram, e expressam, o descontentamento da população em torno da cidade que vem sendo produzida, denominada por Carlos Vainer, de “cidade de exceção”.⁶²

Até aqui, vimos como o cenário nacional e os impactos das políticas econômicas, sociais e institucionais influenciaram no agravamento da crise urbana.⁶³ Agora, levantaremos brevemente algumas das mobilizações nacionais que eclodiram nas primeiras décadas do século XXI. O intuito não é desdobrar todos os sentidos ou levantar hipóteses sobre o que levou milhares de pessoas, especialmente jovens, a ocupar as ruas em diversas cidades do Brasil, mas analisar alguns dos levantes paradigmáticos que demonstram a relação entre o urbano e as mobilizações sociais recentes. Vale lembrar que a grande maioria dos jovens que ocuparam as praças, ruas e avenidas, diferentemente dos personagens que surgiram nas décadas de 1970 e 1980 estudados no primeiro capítulo deste trabalho, já nasceram nas cidades. A rua foi palco de mobilizações políticas antagônicas, com projetos da extrema direita à extrema esquerda, e essas eclosões sociais não podem ser reduzidas às agendas conservadoras que desencadearam a derrota progressista em

62 Falarei mais adiante sobre a denominação “cidade de exceção”, já descrita em VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. 2011.

63 Ver mais sobre a “crise urbana” em MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. CaderNAU, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

2018. O que mostraremos aqui é a busca pela retomada do urbano através dos próprios sujeitos progressistas que ocuparam as ruas no período ora analisado.

Dentre os diversos levantes que tomaram as ruas nesses anos, nos deteremos nas mobilizações em torno dos megaeventos, em especial no Rio de Janeiro, naquelas capitaneadas pelo movimento Ocupe Estelita, em Recife, e nos levantes em torno da mobilidade, que iniciaram as jornadas de junho de 2013 em São Paulo. Em primeiro lugar, porque as três mobilizações explicitam em suas denúncias e reivindicações a piora das condições de vida urbana e as contradições das políticas sociais e econômicas implementadas nas últimas décadas. Em segundo, porque as mobilizações sociais fazem parte do recorte temporal desta pesquisa e simbolizam os sujeitos políticos já nascidos nas cidades e que trazem a pauta urbana no centro do debate político. É preciso registrar ainda, como faz o filósofo Paolo Colosso, que no âmbito internacional, o avanço da globalização financeira, a ação ideológica dos Think Tanks e as explosões conhecidas como Primavera Árabe ou o Movimento Occupy, entre outras, geraram um “fio historicamente demarcável” sobre todo o globo, impactando consideravelmente as mobilizações sociais.⁶⁴

2. 2. Megaeventos, movimentos sociais e o urbano no Rio de Janeiro: o caso da Vila Autódromo.

No caso dos levantes em torno dos megaeventos, mais especificamente a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, as disputas sobre a reprodução do espaço urbano estavam no centro do debate das lutas sociais. No livro “Brasil em jogo”, Vainer, Whitaker, Maricato e outros pesquisadores demonstram que os interesses do capital financeiro, internacional e nacional, o mercado imobiliário e o fetiche do urbanismo do espetáculo, como lembra Maricato, concorreram com os interesses da população, especialmente a de baixa renda, sobre a cidade. Mas o que foram as obras provocadas pelos megaeventos, e por que a resistência popular? Vainer os descreveu brevemente como:

⁶⁴ Mesmo que o recorte desta pesquisa seja nacional, após os anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, os acontecimentos no cenário internacional influenciaram de forma significativa não só as lutas sociais, mas também as políticas institucional, econômica, política e ideológica no Brasil. Ver mais em ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes 2002; COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo Direito à Cidade*. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019, p. 293.

“Intervenções urbanas de grande porte, processos complexos cujos impactos e consequências sobre a vida urbana somente podem ser analisados e compreendidos de forma adequada à luz de uma abordagem que considere suas múltiplas dimensões.”⁶⁵

A resistência popular aos megaeventos teria se dado principalmente pela falta de participação social nas decisões sobre as construções, pela falta de transparência do poder público em relação à utilização de recursos públicos nas obras, e pelos ônus sociais causados pelas grandes construções urbanas, dentre eles os massivos despejos de milhares de famílias.⁶⁶

De acordo com Maricato, o preço de aluguéis e imóveis aumentou cerca de 185% no Rio de Janeiro entre 2009 e 2012, o que fez com que parte da população trabalhadora fosse expulsa para novas fronteiras da periferia urbana, “ampliando a extensão das cidades e comprometendo áreas de proteção ambiental ou de risco geotécnico”.⁶⁷ Para Vainer, a possibilidade de realização tanto da Copa quanto das Olimpíadas contribuiu para a efervescência das mobilizações que já há anos eram organizadas para reivindicar direitos e recolocar na agenda política um projeto de reforma urbana.⁶⁸

No Rio de Janeiro, um exemplo paradigmático de mobilização em torno dos megaeventos se deu no caso da Vila Autódromo. Situado no limite norte da região administrativa da Barra da Tijuca, o local é uma área pública, descrito pelos próprios moradores como “loteamento popular”, pelo IBGE como “aglomerado subnormal”, e pela prefeitura como “favela”.⁶⁹ Segundo Vainer, a Vila Autódromo nasceu na década de 1960 e, com os massivos investimentos públicos na Barra da Tijuca ao longo das décadas seguintes e a

⁶⁵ VAINER, Carlos. *Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas*. Brasil em jogo. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁶⁶ Mais de 40 mil pessoas foram removidas de suas casas, e realocadas para as franjas urbanas para que as obras urbanas fossem feitas - intensificando ainda mais a piora nas condições de vida. MARICATO, E.; ROYER, L. *A política urbana e de habitação*. In.; *Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 156.

⁶⁷ MARICATO, Ermínia. *A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana*. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*, 2014, pp. 17-24.

⁶⁸ VAINER, C. et al. *O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual*. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife*. Anais do XV ENAnpur. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em: <<http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>>. Acesso em: 13 jan. 2020

⁶⁹ Ibidem.

construção do Autódromo do Rio de Janeiro, na década de 1970, os moradores tiveram que migrar para a área vizinha, sem infraestrutura e em loteamento aberto.

Seus moradores participaram ativamente do processo de redemocratização do país. Muitos foram os processos de mobilização e reivindicação nos quais se engajaram: a fundação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), em 1987; o apoio do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ); e, durante as disputas pelo território, no contexto do projeto olímpico, a criação de um Plano Popular. Este último foi feito em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscava reivindicar o direito dos moradores de permanecer naquela área, propondo alternativas à remoção involuntária dos moradores. Não cabe aqui detalharmos o processo de construção do Plano Popular, mas ressaltar a mobilização massiva em torno da disputa pela cidade e o descontentamento da população com as remoções e obras públicas que não atendiam a população, mas sim aos interesses do capital imobiliário e internacional mobilizados no projeto olímpico.

Durante as obras em 2016, o movimento Fica Vila Autódromo ganhou repercussão internacional. Artistas e personalidades vinculadas à luta pelo direito à cidade, como o geógrafo David Harvey, se engajaram na campanha “Urbanize Já”, a favor da execução do referido Plano Popular. Vídeos, fotos, entrevistas, artigos e o mote “Urbaniza já! A vila vai ficar!” foram divulgados nas redes sociais. Ações programadas com os moradores, como festivais de cultura e eventos artísticos, também ganharam bordões em torno da luta urbana, como “pela paz + habitação”, “Rio sem remoções”, “+ respeito e direitos”.

Ainda que o Plano Popular não tenha sido implementado, tendo a comunidade passado por um intenso processo de remoção, restando atualmente poucas famílias no local, a abertura do debate contra as remoções e a política urbana dos megaeventos acabou potencializando o caldo de mobilização social daqueles anos e sua experiência ganhou notoriedade pública.

2. 3. Movimento Ocupe Estelita e a disputa pelo urbano na Região Metropolitana de Recife

As disputas em torno do Cais Estelita começaram em 2008, quando o governo federal levou à leilão a área, que até então estava sem uso e era patrimônio da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Naquele momento, o crescimento econômico nacional capitaneado, sobretudo, pelo capital imobiliário, alavancou um grande volume de investimentos privados, voltados para empreendimentos imobiliários industriais, de serviços e residenciais, também na região metropolitana de Recife. De acordo com Varejão, Rafael e Araripe, a aceleração do processo de crescimento foi acompanhada “da ampliação do poder e da influência das empresas de construção civil e outros grupos econômicos sobre as estruturas do poder público”.⁷⁰ Os autores, em artigo publicado em 2016, demonstram que as disputas pelo uso da área do Cais Estelita se acirraram com a possibilidade de execução do “Projeto Novo Recife” e ganharam corpo durante as obras da Copa do Mundo.

Os dados levantados pela pesquisa mostram que já em 2012 a região metropolitana de Recife (RMR) esperava a implementação de 17 empreendimentos imobiliários, entre condomínios fechados e bairros planejados em seis municípios. De 2010 a 2015, o valor especulativo do solo urbano cresceu 101%, atingindo a marca do quinto metro quadrado mais caro do país.⁷¹ O Projeto Novo Recife é fruto de uma Parceria Público Privada (PPP), como a maior parte dos empreendimentos daquele momento de crescimento da RMR. O projeto, aprovado em 2008, atravessou diversas gestões e esferas públicas e mostrou diversas irregularidades:

“(…) leilão fraudulento; aprovação de um projeto sem os procedimentos exigidos em lei; liberação de demolição irregular dos armazéns; condução dos processos de negociação fora de espaços institucionais previstos; articulação da aprovação do plano irregular, na Câmara Municipal, são as mais flagrantes.”⁷²

70 VAREJÃO, Luana; RAFAEL, Rodrigo, ARARIPE, Vitor. *A disputa entre o Novo Recife e o Recife que queremos: a trajetória do conflito pelo Cais José Estelita*. In: Oliveira, Fabrício Leal de Oliveira et al. Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. (Ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

71 Ibidem, p. 285.

72 Ibidem, p. 285.

As disputas que sucederam a partir de então tiveram diversos arranjos ao longo de sete anos (2008 - 2015) e se acentuaram no ano de 2014, durante a Copa do Mundo. O que nos interessa principalmente aqui é levantar as formas de mobilizações que surgiram com o processo, nesse caso, o movimento Ocupe Estelita.

Embalados pelos retrocessos e pelo descontentamento da atuação institucional, jovens, estudantes, técnicos e lideranças sociais se manifestaram contra a destruição do patrimônio histórico Cais Estelita. Ainda segundo os autores, além da pauta da moradia, o movimento denominado “Ocupe Estelita” reivindicava o acesso à cidade, que não se limita apenas a construções habitacionais, mas também pela luta do território, pertencimento e valores imateriais.

“O movimento acredita que a essência do espaço público e a vivência no mesmo tem um caráter pedagógico, que estimula a convivência e o debate saudável entre os diferentes, coisa difícil em momentos de acirramento político. O espaço da cidade vem, cada vez mais, sendo tomado pelo medo, expresso na arquitetura.

(...) Uma sistematização preliminar da produção dos quase quatro anos de atividade indicou mais de 305 atividades, entre apresentações artísticas, aulas públicas, atividades esportivas, debates, produções e exposições de vídeo, exposições, feiras, intervenções, manifestações, oficinas, palestras e ocupações. O levantamento das atividades, mesmo não tendo sido concluído, mostra como o movimento investiu em ações e atividades culturais como forma de inserção e apropriação do debate pelas pessoas, contrastando com a postura de instrumentalização dos processos de ‘participação’ e autolegitimação da prefeitura.”⁷³

As práticas coletivas foram inovadoras: encararam o espaço público como espaço de construção e formação social. As praças e as ruas foram palco das ações do movimento, assim como os instrumentos digitais também foram ferramentas de prática política. Através das redes sociais e das comunicações midiáticas, o movimento ganhou força e visibilidade pública. Os vídeos dinâmicos, os “lambes” e a comunicação acessível marcaram seus meios de ação coletiva, abrindo espaço e interesse para a juventude.

Ainda que o Cais José Estelita tenha sido demolido para a construção do Projeto, em 2019, o Ocupe Estelita conseguiu alcançar grande capilarização social, massificando

73 Ibidem, p. 314-315.

a luta urbana de Pernambuco e servindo de gerador de outras lutas questionadoras da forma de gestão pública. Os autores, que também protagonizaram as mobilizações de rua no Ocupe Estelita, destacaram que a dimensão simbólica do movimento foi capaz de superar os limites territoriais, e alçar voos na produção de reivindicações democráticas sobre a cidade.

2. 4. Quando as ruas estremeceram todo Brasil em junho de 2013

As jornadas de junho ocuparam um quadro significativo no que diz respeito às lutas sociais e ao cenário político das últimas duas décadas. Os sentidos de junho ainda estão em disputa, e não cabe aqui analisarmos exaustivamente os diagnósticos e seus impactos. Neste momento, buscaremos levantar brevemente a influência que as condições de vida urbana tiveram sobre as reivindicações que levaram mais de 1,5 milhão de pessoas, sobretudo jovens, a ocupar as ruas das mais diversas cidades por todo o país.

No livro “Cidades Rebeldes”, em artigo elaborado por Ruy Braga, o autor afirma que “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é a chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira”. Maricato, no mesmo livro, aponta que a questão da mobilidade, somada ao aumento do preço do solo urbano, incidiu fortemente no descontentamento da população de baixa renda com o poder público. De qualquer modo, como vimos, as transformações do cenário urbano, econômico e social já vinham gerando um caldo de mobilização social por todo o Brasil, mesmo que de maneira fragmentada.

“Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse-Tung”, lembra Vainer em um dos textos da mesma coletânea. Nesse caso, a fagulha foi o aumento das tarifas dos transportes públicos em algumas capitais do país. As manifestações foram convocadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), movimento formado, sobretudo, por jovens universitários de esquerda que buscavam reafirmar o direito à cidade através do acesso à mobilidade urbana. No primeiro momento, as ruas foram tomadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, com protestos massivos, marcados por repressão policial. Os levantes rapidamente se capilarizaram, se espalhando pelas cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis e Curitiba, ganhando corpo e visibilidade nas ruas e nas mídias

sociais.⁷⁴ Tamanha foi a repercussão em todo o país, que foi possível reverter os anúncios de aumento das tarifas. As manifestações chegaram a alcançar, em pouco tempo, mais de 100 cidades em todo o país.⁷⁵

Ainda que a “fagulha” tenha iniciado com pautas pela mobilidade e contra o aumento da tarifa do transporte público, rapidamente grupos externos, com pautas divergentes, se somaram às manifestações. O Movimento Brasil Livre foi uma das organizações surgidas naquele momento, e passou a pautar as reivindicações contra a corrupção, em especial contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda que as jornadas de junho mereçam uma ampla análise, para nossa pesquisa, cabe abordar apenas os sentidos que mobilizam a questão urbana e seus impactos sobre as condições de vida recentes. Destacamos a leitura de Ermínia Maricato feita durante debate “O Brasil nas ruas”, promovido pela Unifesp no dia 4 de julho de 2013.⁷⁶

“É incrível como não se enxerga a luta de classes nas cidades”. Maricato levanta a importância que a denominada “crise urbana” tem tido em torno das reivindicações sociais nos últimos anos. O boom imobiliário, a desigualdade social nos territórios, os massivos despejos causados pelos megaeventos, o aumento no tempo médio de viagem e a piora nas condições dos transportes são exemplos que a autora traz para levantar o abandono dos programas de reforma urbana construídos ao longo da década de 1990. A fagulha na pradaria, ou em suas palavras, no “milharal”, só poderia ser analisada se as cidades estivessem no centro do debate político. As transformações sociais e urbanas alteraram consideravelmente as condições de vida da população, e, se a maioria da população agora mora nas cidades (cerca de 85% da população), o debate sobre urbano, em suas palavras, “é uma questão central no milharal.”

74 COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo Direito à Cidade*. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

75 Um ano após as jornadas de junho, os levantes não foram capazes de segurar o aumento da tarifa dos transportes públicos. Com protestos menos expressivos, o preço da passagem em São Paulo foi de R\$3,00 para R\$3,50, enquanto em Belo Horizonte o reajuste foi de R\$2,65 para R\$ 2,85, e no Rio de Janeiro, de R\$ 2,75 para R\$ 3,00. Em Cuiabá, o reajuste foi aprovado em março de 2014, de R\$ 2,60 para R\$ 2,80; em Porto Alegre passou de R\$ 2,80 para R\$ 2,95; e em Maceió, mesmo com a tentativa de anulação da mudança tarifária da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), a Justiça manteve o aumento, passando de R\$ 2,30 para R\$ 2,50. Os dados podem ser acessados em <https://www.mobilize.org.br/noticias/6197/cinco-capitais-tem-aumento-nas-tarifas-de-onibus-em-2014.html>

76 MARICATO, Ermínia. *As Jornadas de Junho e a questão urbana*. Tv Boitempo, 13 de ago. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mYiQEL-eJCY&t=108s>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

Nos anos que seguiram após as jornadas de junho de 2013, mobilizações em torno da violência policial, do genocídio negro, dos jovens secundaristas, do feminismo e do acesso à cidade, foram levadas para as ruas com pautas transversais às condições urbanas. Não levantaremos nesse momento da pesquisa essas manifestações, mas é importante destacarmos que trata-se de um período em que o espaço urbano se torna ponto central dessas lutas.

3. Um passo à frente, um atrás, mas não estamos no mesmo lugar: avanços e retrocessos na Grande São Paulo 2000 - 2018.

A terceira seção deste capítulo se valerá, além de análises teóricas, de entrevistas feitas para esta pesquisa e outras resgatadas em jornais e revistas. Tendo em vista que nesse momento do trabalho os levantamentos sobre as condições de vida da população de baixa renda, vividas nas denominadas “periferias”, serão feitos no recorte espacial da pesquisa, a Grande São Paulo, a trajetória dos sujeitos será utilizada como ferramenta para compreender as expressões das transformações urbanas, políticas e econômicas recentes. Dito isto, iremos explorar os mais diversos cursos de vida que exemplificam o descontentamento e as contradições existentes nas primeiras décadas do século XXI, e que protagonizam as mobilizações sociais surgidas nesse mesmo período.

3. 1. A trajetória de Valéria: estudos sobre o cotidiano e as transformações sociais e urbanas recentes.

Valéria nasceu e cresceu em São Paulo e, aos 10 anos de idade, já frequentava reuniões dos movimentos sociais de moradia nas periferias de São Paulo. “Eu vi esse processo, que foi na época da gestão Erundina, como os movimentos sociais, inclusive o de moradia, cresceram nas periferias (...) Hoje, minha mãe tem moradia lá no extremo Norte de São Paulo; em Taipas, Jardim Donária.” Atualmente, aos 40 anos, é pedagoga na Secretaria de Serviços da Prefeitura de São Paulo, produtora cultural e militante do Movimento Cultural das Periferias. Sua mãe, que era faxineira da escola presbiteriana Mackenzie,

localizada no bairro de Higienópolis, zona nobre da cidade de São Paulo, conseguiu uma bolsa de estudos para que Valéria estudasse na escola quando estava na quinta série. No entanto, entrou em contato com “diversas violências” e não conseguiu “sobreviver naquele espaço”.

“Eu falo que foi lá que eu me descobri preta, porque até então, quando você está na periferia, que não faz a discussão de raça - apesar de existir o racismo -, por você ter uma tonalidade mais clara, você não é entendida como uma (...) garota adolescente negra (...). Uma adolescente, que está em formação, dentro de um espaço onde ela é chamada de “macaco” o tempo todo, (...) para mim foi um choque.”

O desajuste social econômico e o preconceito escancarado levaram Valéria a sair da escola privada. Foi só depois de cerca de 10 anos que retornou à universidade Mackenzie, no mesmo endereço. “Eu já tinha uma maturidade a mais, e quando eu voltei para ‘a’ Mackenzie, já tinha outros atores negros dentro da universidade”. Vale lembrarmos que os programas do governo federal de acesso às universidades privadas iniciaram um processo de democratização racial nas escolas e universidades.

A partir de então, Valéria se integrou ao grupo “AfroMack”, um grupo de estudos raciais dentro da universidade. O AfroMack surgiu com o intuito de costurar a teoria e a prática, com discussões que ultrapassaram a barreira da universidade Mackenzie, e que se transformaram numa “itinerância dentro das periferias”. A eleição federal do governo do PT teve importante incidência no processo de articulação do grupo, posteriormente com incidência municipal e denominado de “Articulação Política de Juventude Negra na cidade de São Paulo”.

“Com a vinda da Seppir [Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], que era uma Secretaria que iria tratar de relações inter raciais, que no primeiro momento, a ideia era fazer a discussão dos quilombolas, a gente falou ‘não, a gente quer pautar a juventude, porque a juventude preta está morrendo’, isso em 2002 e 2003.(...) O espaço da Seppir foi de fundamental importância para trazer a discussão da mulher negra, dos quilombolas, porque também ampliou a discussão das terras, da demarcação de terras, e também a discussão do genocídio da juventude negra.”

A ascendência da população periférica nos espaços institucionais, a políticas de cotas e o apoio estatal - mesmo que tímido - aos grupos marginalizados, permitiram acessos à cidade e espaços desses mesmos grupos, antes restritos às classes privilegiadas e brancas. No entanto, Valéria ainda ressalta o processo ambíguo que seguiu os avanços sociais. “É um avanço, de certa forma, o acesso a essas informações, por mais que hoje exista um governo retrógrado (..), não só um governo, a gente já tinha pessoas, na periferia também (...). Lógico que é um incômodo”. Conta também que, embora sua família, nas décadas de 80 e 90, estivesse participando de movimentos de moradia, atualmente expressa outro entendimento de cidade e de política pública; “e ainda duvida de muitas coisas, fala ‘ah, mas também tem muito bandido na rua, tem que ter um avanço da Rota mesmo na rua, como Maluf fala’, aí você fica ‘meu Deus, não, não é isso...’”.

Seu processo de politização, por outro lado, a levou para a discussão do acesso e da desigualdade dentro das periferias, bem como da violência urbana, voltada para a população negra e periférica. Valéria conta que, mesmo que seu primeiro contato com a formação política tenha sido através do movimento de moradia, ela mesma se identifica com o hip hop. “Eu falo que reivindico esse lugar do hip hop, porque foi onde eu aprendi muito. Apesar de eu não ter seguido uma carreira, foi um espaço de reflexão e onde aprendi a fazer articulação e entender o que era política”. A sua trajetória no movimento social teve dois processos: estabelecer momentos de troca e de formação política nas periferias; e disputar a institucionalidade enquanto mulher negra periférica.

“Na época da adolescência, nós tínhamos algumas efervescências no centro de São Paulo, mas nas periferias aconteciam os movimentos, o hip hop sempre foi muito forte. Nós não íamos para o centro, nós íamos para outras periferias, a gente ia para o Grajaú, para Perus.”

Depois de formada, já num outro contexto político, com a ascensão dos governos petistas, Valéria passou a trabalhar na Secretaria de Serviços da Prefeitura de São Paulo. Seu principal espaço de reivindicação política passou a ser junto à institucionalidade. Assim foi se integrando no centro da cidade, onde trabalhava. Nos últimos anos, especialmente após 2016, ela também ressalta o impacto do conservadorismo dentro e fora

das periferias, e como os movimentos sociais se institucionalizaram e se afastaram das bases.

“O quanto é difícil a gente se organizar novamente, a gente tá se guetificando, de novo, em nossos pequenos espaços, para discutir como a gente vai fazer politização das bases. De certa forma, a gente desaprendeu, a gente não é mais didático, porque antes a gente chegava em qualquer lugar, como eu falei do rap, do movimento de moradia, a gente conseguia fazer esse diálogo com a quebrada, hoje a gente tem muito mais dificuldade, a gente não é didático (...). Porque existe um esvaziamento? Lógico que as mídias também ocupam esse lugar. Hoje eu não vou no show lá do outro lado, eu vejo no youtube, ao vivo. Mas a gente esqueceu dessa formação de público, de politização das bases, que eu tenho certeza que foi um erro, porque quem vai saber o que é política pública é o moleque e a senhora que moram na quebrada, porque eles sabem as necessidades deles, e não nós, que estamos num outro rolê - não que a gente não sinta a mão do Estado, mas a gente consegue avançar em algumas discussões.”

O depoimento de Valéria aponta para alguns temas básicos da experiência de vida recente na metrópole de São Paulo: ao contrário dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, o processo migratório não teve impacto significativo na experiência de vida urbana, os “novos” sujeitos nasceram e cresceram, em grande parte, na metrópole paulista; a condição urbana dos novos sujeitos que residem na região metropolitana de São Paulo; a centralidade da periferia nos debates e no cotidiano; o entendimento da desigualdade urbana e territorial através da própria vivência dos sujeitos periféricos; o impacto do acesso às universidades dos sujeitos periféricos; o desencontro e a busca pelo reencontro com a base popular desses mesmos sujeitos. Mas, antes de analisar como a história de Valéria se cruza com outras na constituição de movimentos populares periféricos da Grande São Paulo, observarei como elas se compõem, na multidão de trajetórias heterogêneas, no espaço metropolitano, que sofreu transformações significativas nas últimas décadas.

3. 2. A expansão vertiginosa da Grande São Paulo: a voragem do progresso após os anos 2000. ⁷⁷

⁷⁷ O título faz alusão ao subtítulo de capítulo “Na voragem do progresso” de Eder Sader. Sader, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Quando Eder Sader aborda as mudanças urbanas ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980, chama atenção para as “desfigurações dos bairros” através do crescimento vertiginoso da metrópole. Naquele momento, São Paulo era “a cidade que mais cresce no mundo”,⁷⁸ tanto do ponto de vista geográfico, quanto populacional. Isso se deu através do surto industrial, quando sedes industriais implantadas nas periferias urbanas empurraram o contingente da classe trabalhadora ainda mais para as bordas da cidade.⁷⁹ Dos anos 2000 até os dias atuais, transformações significativas no processo de acumulação de capital ocorreram e alteraram as dinâmicas de reprodução da metrópole. Abordaremos brevemente dois pontos centrais para compreender tais mudanças: a desconcentração das atividades industriais na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); e o avanço do mercado formal de habitação para as periferias da Grande São Paulo.

Tendo em vista que a reprodução das cidades brasileiras se relaciona com o processo de industrialização, como abordamos anteriormente, a Grande São Paulo vem assistindo a alterações significativas. De acordo com Rafael Serrao e João Marcus Dias, a diminuição das empresas industriais em São Paulo se deu por conta do processo de interiorização da indústria nacional, iniciado em 1970 através de investimentos produtivos estatais, e aprofundado desde 1990 pela iniciativa privada.⁸⁰ Nesses anos, a Região Metropolitana assistiu a desconcentração das atividades industriais e da população, a reestruturação produtiva, o avanço do neoliberalismo e a passagem das ocupações de trabalho do setor secundário para o setor terciário.

“São Paulo passou a ser conhecida, a partir daí, como ‘a metrópole dos serviços’ em virtude do papel desempenhado por essas atividades no município-polo. No município de São Paulo, concentraram-se, de maneira crescente, as atividades financeiras de natureza global, as sedes dos maiores bancos nacionais e internacionais, as grandes empresas multinacionais, concedendo à cidade a primazia entre as metrópoles nacionais e transformando-a na metrópole global”⁸¹

⁷⁸ Ibidem. P. 64.

⁷⁹ A descrição do que houve nessa época pode ser lida no primeiro capítulo desta pesquisa.

⁸⁰ SERRAO, Rafael S; DIAS, João Marcus P. *A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. In: *São Paulo: transformações na ordem urbana. Bógus e Pasternak (org)*. Letra Capital. São Paulo, 2015.

⁸¹ Ibidem, p.16.

Esse movimento de “globalização”, da urbanização metropolitana em seu contexto mundial, poderia indicar aos olhos do observador inserido nos eixos mais bem localizados⁸² da metrópole um processo de modernização e de progresso. No entanto, a importação dos padrões do chamado “primeiro mundo” são aplicados apenas a uma parcela reduzida da cidade, fenômeno que Maricato denomina de “modernização com desenvolvimento do atraso”.⁸³ Esse processo não é novo, mas faz parte da marca da produção do ambiente construído brasileiro e, em especial, do ambiente urbano.⁸⁴ Desde o início do século XX, “padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento (...) convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra”.⁸⁵ O mesmo modelo de cidade que exclui e relega à indignidade mais da metade da população, se apoia no discurso da modernização do país e do crescimento econômico, sem apontar qualquer projeto de superação da exclusão socioespacial.⁸⁶

O processo de “modernização”, por sua vez, combinado com a reestruturação produtiva, vem produzindo um espraiamento urbano na RMSP e escancarando a reprodução desigual do espaço urbano. Dentre os diversos fatores identificados pelas teses que diagnosticaram essa dinâmica, vale ressaltarmos o preço elevado da terra que os eixos bem localizados produzem. Enquanto o eixo de expansão dos capitais eleva os

82 O termo aqui utilizado é amparado na denominação de localização de Villaça. De acordo com o autor, a terra urbana não se limita às atividades econômicas e sociais que ocorrem na cidade, mas também como parte da dinâmica da produção social. A terra urbana, por sua vez, teria o valor de uso através da combinação dos meios de produção e dos meios de reprodução da formação social. Isto é, a localização como valor de uso seria resultado produzido pelo trabalho coletivo despendido da construção da cidade, isso significa pagar algo, não para o terreno, não pela edificação, não pelas suas instalações, mas pela localização. Ver mais em VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio nobel, 1998.; GONÇALVES, André Vinicius Martinez. Teoria da localização, teoria da renda fundiária urbana e o processo da obsolescência espacial urbana. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, 2018, 13.

83 MARICATO, Ermínia, et al. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 123.

84 Não cabe, neste espaço, aprofundar o debate do processo estrutural de reprodução das cidades brasileiras, embora, como se verá, que aspectos da “modernização conservadora” reapareçam ao decorrer desta dissertação. Isto porque as mudanças do espaço urbano dos anos 2000 até os dias atuais, aprofundam o caráter desigual social e espacial do Brasil.

85 MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos avançados, 2003, p. 153.

86 De acordo com Ferreira, o mesmo discurso ganhou ainda mais visibilidade a partir da década de 1990, com a globalização e o avanço do neoliberalismo. Ainda de acordo com o autor, São Paulo passou a ser intitulada de “cidade global”, nomeação que legitimou a centralização de investimentos públicos nos eixos bem localizados. FERREIRA, João Sette Whitaker. *São Paulo: o mito da cidade-global*. São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

preços dos poucos terrenos disponíveis na capital paulista, o contingente de trabalhadores, ou de desempregados, são obrigados a se deslocar cada vez mais para as periferias da RMSP. Os municípios Francisco Morato, Franco da Rocha, Itaquaquecetuba, Jandira, Itapevi e Mogi das Cruzes são exemplos desse tipo de expansão metropolitana. Em 2010, de acordo com Pasternack, mais de 67% da população residente nesses municípios eram de camadas populares, enquanto na capital o número chegava apenas a 52%.⁸⁷

Os ônus no cotidiano urbano são concretos: segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), houve uma piora nas condições de mobilidade nas cidades brasileiras. Na RMSP o tempo de deslocamento diário médio foi de 2h53 em 2016.⁸⁸

Do ponto de vista da população que não consegue acessar o mercado formal de habitação, os resultados foram semelhantes: o chamado boom imobiliário residencial ocorrido após os anos 2000 se expandiu sobre as periferias consolidadas por conta do baixo custo da terra urbana e expulsou grande parte da população residente.⁸⁹

Com as mudanças da reestruturação produtiva, o avanço do neoliberalismo, o cenário nacional de estímulos fiscais, o aumento da transferência de renda e do salário mínimo, o PAC e o MCMV, já abordados neste texto, o capital imobiliário foi alterado significativamente.⁹⁰ A dinamização do setor habitacional, principalmente após a segunda metade dos anos 2000, transformou muitas cidades do Brasil, além da RMSP. Esse movimento é, até os dias atuais, celebrado por parcela da população brasileira, ao identificarem avanços no acesso à casa própria ou por considerarem essa dinamização

87 PASTERNAK, Suzana. *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Letra Capital Editora LTDA, 2015.

88 Ainda assim, é importante ressaltar que parte desses resultados foram causados pela hegemonia dos transportes individuais. A desoneração fiscal para a compra de automóveis em 2012 também teve sua responsabilidade, potencializando a preferência da população por veículos privados. Os dados podem ser vistos no Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP. Disponível em: <http://files.antp.org.br/simob/simob-2016-v6.pdf>. Acesso em 4 de novembro de 2021.

89 Para tratarmos do avanço do mercado formal de habitação para as periferias da Grande São Paulo tomaremos como base a pesquisa elaborada por Letícia Sígolo. SÍGOLO, Letícia Moreira. *O boom imobiliário na metrópole paulistana: o avanço do mercado formal sobre a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

90 Valeria ainda aborda as mudanças no padrão de financiamento imobiliário, a partir das experiências de autofinanciamento, como a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), em 1997. No entanto, para esse momento de pesquisa, me deterei ao contexto já abordado. Ler mais em: MIOTO, Beatriz; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SÍGOLO, Letícia Moreira. *Expansão e desaceleração do mercado privado formal de moradia a partir dos anos 2000 na Região Metropolitana de São Paulo*. Cadernos Metrôpole, 2019, 21: 253-280.

importante para o aquecimento da economia nacional.

No entanto, os impactos urbanos da produção em larga escala de novos conjuntos habitacionais não são poucos. É o caso, por exemplo, dos grandes empreendimentos em áreas rurais, com reprodução indiscriminada de padrões tipológicos simplificados e, por vezes, em áreas ambientalmente frágeis. Junto a esse aumento construtivo e demográfico, as demandas por ampliação de infraestrutura, fornecimento de transporte público, construções viárias e incremento de diversos equipamentos urbanos, não foram respondidas de maneira satisfatória, deixando um grande contingente da classe trabalhadora, que reside ou trabalha nessas áreas sem acesso a itens básicos para vivenciar a cidade.

De acordo com Sigolo, referindo-se à RMSP, “entre 2007 e 2010, a média anual de unidades habitacionais (UHs) lançadas, de 57.712, foi quase o dobro da média de lançamentos dos quatro anos anteriores (2003-2006), de 29 mil UHs”.⁹¹ Dentre os dados apontados pela autora, esse crescimento vertiginoso se deu, principalmente, fora da Capital:

“A participação da Capital no total das UHs lançadas retraiu, passando de 83% para 55% entre 2004 e 2010, paralelamente ao avanço das fronteiras do mercado residencial formal sobre outros municípios da região. Novos vetores de expansão da atuação do setor imobiliário surgiram e o número de UHs lançadas fora da Capital revela este movimento, com um crescimento de mais de seis vezes, expresso em um salto de 4.138 UHs para 29.241 UHs entre 2004 e 2010.”⁹²

Ainda de acordo com a autora, a escala produtiva avançou em direção às periferias consolidadas, como Suzano, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Itaim Paulista, Vila Curuçá, São Mateus, a leste, Carajá e Jaraguá, a norte, Carapicuíba e Cotia, a sudoeste, Mauá e Diadema, a sudeste. Nestas regiões, os lançamentos imobiliários foram direcionados às camadas de média e média-baixa renda. O recorte econômico, que deixou de fora as camadas de renda baixa, se deu em resposta às medidas econômicas anticíclicas do governo federal durante a segunda metade dos anos 2000, que tiveram no capital imobiliário sua principal alavanca de manutenção do processo acumulativo

91 Ibidem, p.24

92 SÍGOLO, Letícia Moreira. *op. cit.*

do capital.

O aumento na produção de moradias do ciclo de produção, que estamos chamando de boom imobiliário, piorou de forma considerável as condições de vida urbana, principalmente nos grandes centros, como é o caso da Grande São Paulo. Junto à expansão das dinâmicas imobiliárias formais, o porte dos lançamentos aumentou, principalmente nesses novos eixos da produção formal. As novas construções foram feitas longe dos centros urbanos, seguindo o modelo dos condomínios-clubes, tipologia antes restrita a padrões mais elevados, mas que a partir de então foi transferida aos empreendimentos populares. Ainda que essas tipologias disponibilizem espaços de lazer com quadras esportivas ou amplas áreas verdes exclusivas, o padrão simplificado das edificações e a distância dos centros urbanos intensificaram uma piora nas condições de vida urbana dos novos proprietários.⁹³

Os impactos sobre a infraestrutura urbana, a rede de transporte, o sistema viário, os serviços urbanos e os equipamentos sociais foram significativos. Como essas localizações periféricas herdaram características de sua formação precária, numa reprodução do espaço urbano extremamente desigual, a chegada das grandes construções agrava ainda mais a desigualdade territorial. Isto se deve, especialmente, à concentração de empregos na Capital, cuja oferta chega a quase 70% apenas no centro expandido de São Paulo, e ao acesso aos bens urbanos como serviços de educação, saúde, cultura e lazer.

Resultou desse processo, por um lado, uma sobrecarga sobre o já saturado sistema de transporte metropolitano, bem como sobre a rede viária existente, pois o volume de deslocamentos metropolitanos aumentou em 76% entre 2000 e 2010; por outro lado, o preço da terra e dos imóveis nas áreas antes marginalizadas e esquecidas pelo capital imobiliário, explodiu.⁹⁴ A expansão do mercado residencial para além das zonas urbanizadas incidu no preço da terra, tanto nessas localizações quanto nos centros urbanos. Entre 2005 e 2014, o preço dos imóveis subiu 192% no município de São Paulo.⁹⁵

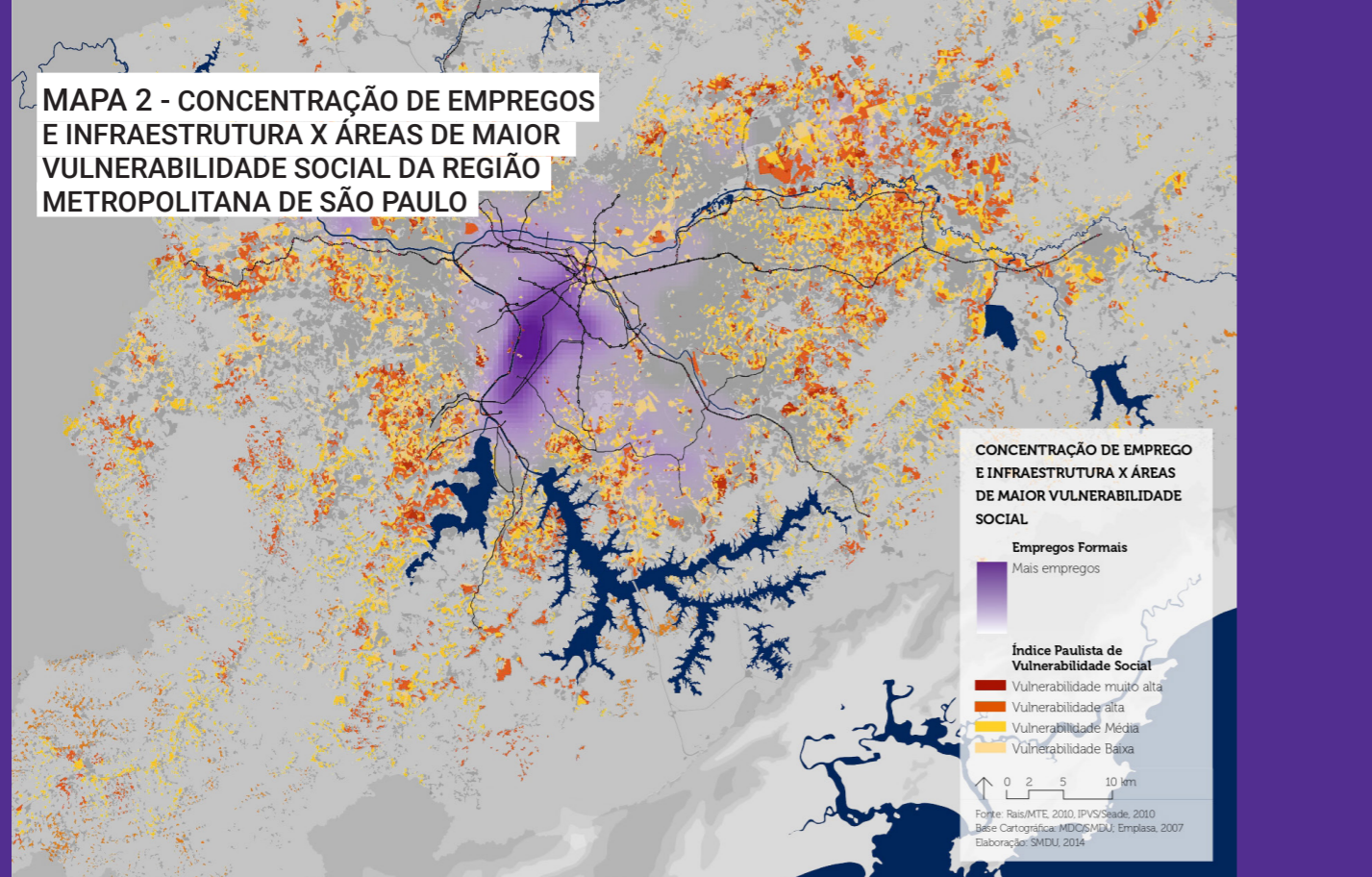
Nesse contexto, a vida de grande parte da classe trabalhadora foi marcada pelo

93 É importante ressaltar que essas mega construções são feitas em locais com terrenos de baixo custo, viabilizando a alta taxa de lucro das construtoras e do capital financeiro. Ibidem.

94 Ibidem, p.284.

95 Dados retirados de COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

MAPA 2 - CONCENTRAÇÃO DE EMPREGOS E INFRAESTRUTURA X ÁREAS DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



Fonte: Rais/MTE, 2010. IPVS/Seade, 2010. Base Cartográfica: MDC/SMDU: Emplasa, 2007. Elaboração: SMDU, 2014.

constante aprofundamento do cotidiano desigual urbano. É certo que um grande contingente de trabalhadores teve avanços na sua qualidade de vida nos últimos anos, através, por exemplo, da aquisição de moradia própria via programas federais de habitação, mas os deslocamentos cada vez mais intensos e a falta de acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos mantêm as condições de vida precárias.

Se as cidades são espaços socialmente construídos, além do principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho, a distância entre os diferentes grupos sociais revela a ainda restrita camada da população inserida no mercado formal de habitação, o desigual acesso aos equipamentos urbanos e a enraizada segmentação racial no território. Nesse cenário de disparidade, crescem a pobreza, a violência, o desemprego (ou o precariado⁹⁶) e a vulnerabilidade social. E é na periferia que as marcas profundas da marginalidade e o drama da segregação urbana mais se manifestam.

96 Ruy Braga define o “precariado” como proletariado precarizado, a camada da classe trabalhadora que saiu do assalariamento para ocupações provisórias, colocando uma camada social em permanente ameaça de exclusão social, fruto da mercantilização do trabalho. Ler mais em: BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.

3. 3. Preocupados em sobreviver: informalidade laboral e desigualdade urbana

“A gente fica preocupado em sobreviver e não percebe. Eu não era mais um motoboy igual eu era em 2012. De carteira assinada. Agora eu era um entregador. Por aplicativo. Eu preciso me adaptar rápido”.⁹⁷ Em entrevista ao Laboratório de Pesquisa DigiLabour em junho de 2020, Paulo Lima, o “Galo de Luta”, liderança dos Entregadores Antifascistas, descreve como sua trajetória enquanto entregador de plataformas digitais, sem carteira assinada, representa a realidade de milhares de trabalhadores que enfrentam condições laborais cada vez mais precárias.⁹⁸ Morador de Jardim Guarauá, na periferia da zona oeste de São Paulo, onde reside com suas filhas e esposa, Paulo explica que só foi assumir seu apelido depois de figurar em uma matéria sobre as condições precárias dos entregadores de plataformas, em 2020. Nessa mesma época, segundo seu relato, fundou o Movimento de Entregadores Antifascistas, que vem ganhando palco nacionalmente.

Galo, como milhões de outros trabalhadores da Grande São Paulo, é de ascendência baiana. Nasceu na mesma casa onde reside nos dias atuais e passou grande parte de sua infância com seus pais, na Serra dos Santos, onde ajudava os dois floristas a apanhar as flores que vendiam no Ceasa. Iniciou sua formação política na adolescência, quando um grupo de rap que cantava na Cooperifa⁹⁹ passou a indicar livros que o ajudaram a escrever suas próprias canções.

“O pessoal me passava livros sobre Malcolm X, ‘As Veias Abertas da América Latina’, do Eduardo Galeano, uma biografia do Che. Comecei a ler essas coisas porque aquilo era necessário para escrever rap (...) Isso

97 DigiLabour. É luta de classes mesmo, sem conversinha: entrevista com Galo, dos Entregadores Antifascistas. Julho de 2020. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/07/02/e-luta-de-classes-mesmo-sem-conversinha-entrevista-com-galo-dos-entregadores-antifascistas/>. Acesso em dezembro de 2021.

98 A partir do trabalho desenvolvido pelo BrCidades, o chamado “Meia Hora com BrCidades”, pudemos dialogar com Galo e desenvolver uma entrevista pública, em formato dinâmico. Para os fins desse trabalho, optamos por nos apoiar na entrevista desenvolvida pelo DigiLabour, que cobre aspectos mais específicos de sua trajetória. Link da entrevista do BrCidades: <https://www.youtube.com/watch?v=Lu653hXjTKs>.

99 A Cooperifa é um sarau cultural que foi inaugurado em 2001 através da exposição de seu manifesto na zona sul de São Paulo em um galpão de uma fábrica abandonada. Um de seus fundadores foi Sérgio Vaz, poeta e militante da cidade de São Paulo. Ao longo dos anos, a Cooperifa se expandiu rapidamente pela zona sul da cidade. Dentre grandes marcos políticos, a resignificação do sujeito periférico como sujeito formulador de cultura, bem como a metodologia de organização de jovens, com agitação, lazer e cultura, marcam até os dias de hoje a cena política da Grande São Paulo. AMANCIO, Carina. *TERRITÓRIOS INSURGENTES: QUEM SÃO OS NOVOS ATORES?* 3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, Belo Horizonte, 2020.

acabou dando um parâmetro muito forte para as ideias que tenho hoje.”¹⁰⁰

Também na adolescência, começou a trabalhar em empregos temporários e informais, como servente de pedreiro ou vendedor de rua. Seu primeiro trabalho formal, “de carteira assinada”, foi como motoboy em 2012. No entanto, após dois acidentes, desistiu do emprego e foi trabalhar como camelô. Logo em seguida, conheceu sua esposa e conseguiu retornar ao mercado de trabalho formal, dessa vez como técnico de Telecomunicações.

“Eu gostava muito do trampo porque eu podia viajar pro interior, tinha um carro que os caras me davam para eu viajar pro interior, eu gosto do interior de São Paulo. Mas me mandaram embora na época em que a minha filha nasceu. Eu me desesperei. Eu estava num momento daora: trabalhando, estudando, quase terminando o colegial. Eu falei: ‘Mano, agora ferrou. Tenho uma filha pra criar, não é só mais eu, não posso mais ser o cara que eu sou, tão desapegado com as coisas, vou ter que ir atrás de uma moto, vou ter que trabalhar de motoboy de novo porque é o que eu sei fazer, é o que eu tenho na carteira, é o que eu tenho de experiência, vambora’. Fui numa concessionária, pedi ajuda do meu pai, meu pai cedeu o nome dele, eu tirei a moto no nome dele, tô pagando até hoje essa moto.”¹⁰¹

Em 2019, começou a trabalhar nas plataformas digitais de entrega: “baixei o aplicativo, me cadastrei, comecei a trabalhar e descobri que era uma porcaria logo no começo. Eu falava: ‘Isso aqui não é trampo, isso aqui é bico.’” Em pouco mais de um ano de trabalho, Galo conta que foi bloqueado três vezes do aplicativo. Na última delas, segundo seu relato, porque o pneu de sua moto havia furado e não conseguiu finalizar uma entrega. A partir daí, passou a denunciar as condições precárias do trabalho dos entregadores e, rapidamente, a protagonizar reivindicações em torno das condições de trabalho, não só de entregadores, mas da classe trabalhadora marginalizada, história que iremos descrever mais adiante.

Apresentada a trajetória de Paulo Galo, passemos agora à análise de Ruy Braga

100 NEIVA, Leonardo. “O pedido vem e a gente nem sabe o que é. Aceita porque está desesperado para sobreviver”. Revista Gama. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/onde-voce-trabalha/paulo-galo-uberizacao-do-trabalho-luta-entregadores-de-aplicativo/>. Acesso em dezembro de 2021.

101 LACOMBE, Milly. GALO: NADA NO MUNDO FOI CONSTRUÍDO POR UM PATRÃO. Revista Trip, abril de 2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/galo-nada-no-mundo-foi-construido-por-um-patrao>. Acesso em dezembro de 2021.

em torno das mudanças das condições de trabalho. Braga define como “precariado” o setor da classe trabalhadora que encontra-se inserido em condições muito degradantes de trabalho e em um processo de reprodução subnormal de suas próprias condições de vida.¹⁰² Dentro dessa parcela estão os jovens recém inseridos no mercado de trabalho e sem mão de obra qualificada; os trabalhadores que transitam da formalidade para a informalidade e vice e versa; aqueles que enfrentam altas taxas de rotatividade, insegurança e empregos pouco qualificados. Em outras palavras, o precariado seria a parcela da classe trabalhadora que se insere nas ocupações mais precárias e pior remuneradas, formais ou informais, sendo, muitas vezes, submetida à espoliação dos direitos sociais e trabalhistas, sem seguridade previdenciária ou representação sindical sólida. Galo, em seu relato pessoal de vida, simboliza, em muitos aspectos, a situação vigente do precariado.

Isso porque ele já se inseriu em duas das principais formas de emprego contemporâneas que o precariado costuma se inserir: o telemarketing e as plataformas digitais de entregadores. De acordo com Braga, as empresas de telecomunicações, ainda que ofereçam empregos formais, são categorizadas por jornadas de trabalho reduzidas (seis horas) com baixa remuneração (cerca de 1,5 salário mínimo), alta taxa de rotatividade, mão de obra pouco qualificada e sem representação sindical, características inseridas nas dinâmicas de alta espoliação da classe trabalhadora e, portanto, do denominado precariado. Já os empregos através das plataformas digitais, ou nas palavras de Ruy Braga, “plataformizados”, são informais e estabelecem uma relação de trabalho flexibilizada ao extremo: a empresa proprietária da plataforma utiliza inteligência artificial para fazer o intermédio entre consumidores e os prestadores de serviços, tendo o risco da atividade econômica compartilhado e transferido ao trabalhador. Nesse caso, a multidão de trabalhadores autônomos, inscritos nas plataformas, não estão inseridos no mercado de trabalho formal, sem qualquer direito trabalhista, em condições de trabalho de extrema precariedade e que, “além de estarem descobertos/as de direitos sociais, são submetidos/as a longas jornadas de trabalho, extrema pressão por ritmos, altos índices de acidente e baixa remuneração”.¹⁰³

102 BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.

103 BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. Blog da Boi Tempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em dezembro de 2021.

Ainda que nesta pesquisa não tenhamos a intenção de elaborar uma análise comparativa entre as duas formas de ocupação, vale destacarmos duas características que marcam as condições de vida do proletariado e as transformações da dinâmica no mundo do trabalho: 1) No caso dos call centers, ainda de acordo com Braga, as ocupações no setor cresceram 20% entre 2003 e 2009, período do lulismo e do boom das ocupações formais, já analisados anteriormente. Esse panorama apontava para dois cenários opostos. De um lado, a possibilidade do contingente de jovens recém inseridos no mercado de trabalho formal conseguirem manejar a carga horária de trabalho reduzida com o ingresso em universidades,¹⁰⁴ permitindo caminhos para a formação técnica e qualificada e, assim, criar espaços para a elaboração de uma vida mais politizada. De outro, o paradoxo da geração de ocupações de baixa remuneração (até 1,5 salário mínimo), que em lugar de estabelecerem a dinâmica de “emprego trampolim”,¹⁰⁵ tornaram-se empregos fixos, visto a baixa oferta de ocupações mais qualificadas nos últimos anos - a taxa nacional de desocupação aumentou de 36% para 56% para indivíduos com 11 ou mais anos de estudo entre julho de 2002 e julho de 2009, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009).¹⁰⁶

2) Já no caso das ocupações inseridas nas dinâmicas de “plataformização”, as condições de trabalho são ainda mais precárias. Nesse caso, a formalidade laboral inexistente segue a tendência da mercantilização do trabalho gerada na década de 1990. De acordo com o Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) da Universidade Federal da Bahia, os entregadores trabalham em média 10,4 horas/dia e 6,2 dias por semana, totalizando uma jornada 64,5 horas semanais, ou seja, 20,5 horas a mais que jornada semanal recomendada pela legislação trabalhista nacional.¹⁰⁷ Do ponto de vista das condições

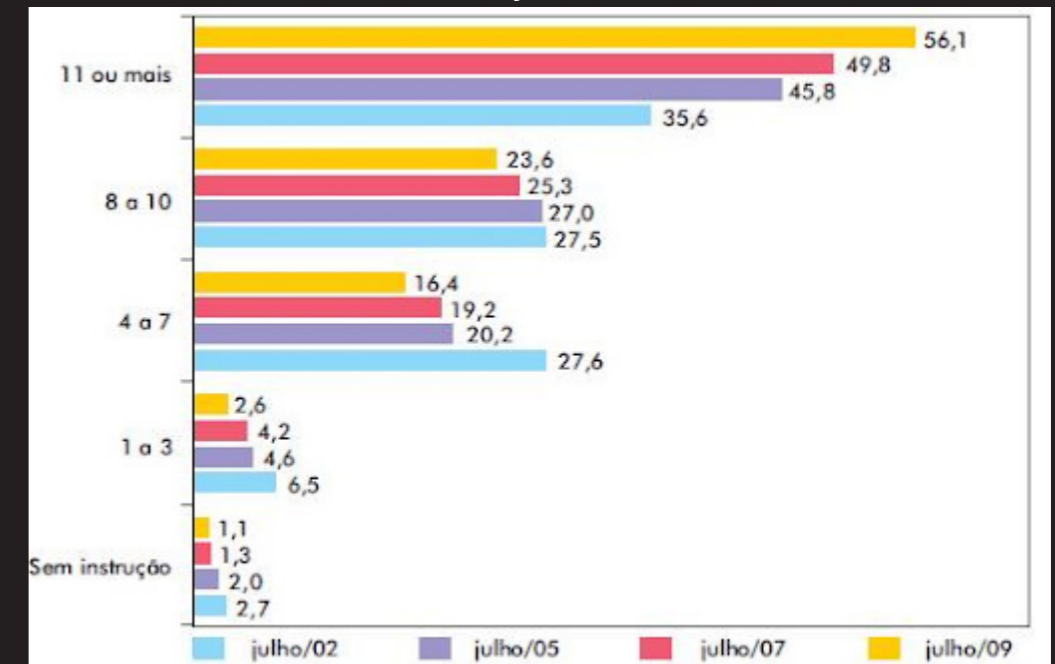
104 Universidades estas, majoritariamente, através do ProUNI ou FIES.

105 20 Minutos com Breno Altman: RUY BRAGA: QUAL O FUTURO DO TRABALHO? Entrevistado: Ruy Braga. Entrevistador: Breno Altman [S. l.]: Opera Mundi, 14 out. 2021. Podcast. Disponível em: https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9mZWVkc50cmFuc2lzdG9yLmZtLzIwLW1pbmV0b3MtY29tLWJyZW5vLWFS-dG1hbg/episode/YzhjNzk0NzEtNjZmOS00ZDI5LTgzZWUtY2I2NmZhY2I2ZmM3?hl=pt-PT&ved=2ahUKewif-qODax_j4AhVYCbKGHVrHB0QJrkEegQIAhAL&ep=6. Acesso em dezembro de 2021.

106 IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em dezembro de 2021.

107 NÚCLEO DE ESTUDOS CONJUNTURAIS (NEC). Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil, PROJETO CAMINHOS DO TRABALHO: TENDÊNCIAS, DINÂMICAS E INTERFACES, DO LOCAL AO GLOBAL. Agosto de 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Aplicativos-no-Brasil.pdf>. Acesso em

Tabela 1 – Taxa nacional de desocupação aumentou entre 2002 e 2009



Fonte: Elaborado por IPEA (2009), com base em dados de IBGE

de vida, o cenário da espoliação do mundo do trabalho é o mesmo. As empresas, ou corporações, além de não reconhecerem vínculos empregatícios com os entregadores, não pagarem direitos trabalhistas, e não contribuírem com a previdência, apoiam-se “na lógica da acumulação por espoliação”.¹⁰⁸ Isto é, utilizam os equipamentos urbanos - como a estrutura viária da cidade, as calçadas, e toda a infraestrutura de uso coletivo - para acumular, sem oferecer compensação ao poder público, aos trabalhadores e aos restaurantes e mercados cadastrados nos aplicativos.¹⁰⁹

Particularmente na Grande São Paulo, o “preariado” é ainda mais predominante. Além de ser nas metrópoles que as condições subalternas de trabalho vêm se acentuando com o passar dos anos, de acordo com Serrao, a região metropolitana paulista assumiu, a partir da década de 1990, “papéis de ‘cidade mundial’, tendo a reestruturação produtiva contribuído, de modo efetivo, para a diversificação dos serviços, ao terceirizar e subcontratar atividades de apoio.”¹¹⁰ Ou seja, diferentemente das décadas de 1970 e 1980, que analisamos anteriormen-

dezembro de 2021.

108 BRAGA, RUY. *As Faces Ignoradas do Uberismo*. Outras Palavras, abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x4moDtxDl4I>. Acesso em dezembro de 2021.

109 Ibidem.

110 Em 2010, apenas 24,5% do PIB da RMSP teve sua origem na indústria – percentual 16,6% inferior ao

Figura 27 - ENTREGADORES DE APLICATIVOS EM GREVE NO DIA 19 DE MARÇO DE 2019, EM SÃO PAULO



FONTE: Jornal nexo, 2022.

Figura 28 - METRÓPOLE DE TRABALHOS PRECÁRIOS



FONTE: Paolo Colosso, 2018.

Figura 29 - AUDIÊNCIA PÚBLICA CIDADÃ DO MCP EM SÃO PAULO



FONTE: Periferia em Movimento, 2019.

Figura 30 - SARAU DA COÓPERIFA, EM 2010



Foto de Renato Riso. FONTE: Blog Outras Palavras, 2010..

te, com a reestruturação produtiva e o avanço do neoliberalismo, as dinâmicas de trabalho sindicalizado, formal e operário vêm saindo de cena rapidamente, enquanto a informalidade e a plataformização do emprego vem aumentando exponencialmente na metrópole paulista. E isso altera diretamente as condições de vida urbana desses trabalhadores.

Dentre essas transformações, cabe destacarmos três imbricações: o aumento de acidentes laborais, devido às altas taxas de deslocamento dos motociclistas e ciclistas que fazem entregas rápidas *plataformizadas*;¹¹¹ a utilização de infraestrutura urbana para acumulação privada sem compensação aos agentes interessados; e a diminuição do salário direto, que deveria ser o principal responsável, em uma economia capitalista, pelo provimento das condições mínimas de subsistência dos trabalhadores.¹¹² A transformações recentes no mundo do trabalho vêm se expressando, por sua vez, numa diferença entre aqueles que buscam a inserção no mercado de trabalho mais qualificado, mas que acabam se submetendo às condições subalternas de emprego e os que vivem de um emprego informal para outro, sem perspectiva de seguridade trabalhista ou social. É o futuro que não chegou e o desmanche da carteira assinada. Se os primeiros, mesmo através do ingresso nas universidades, não encontram pers-

apurado em 2000 – e, no emprego formal, o setor industrial reunia 22,0% dos ocupados em dezembro de 2012, número sensivelmente abaixo dos 41,6% de 1985. Ainda que o autor destaque o recuo da participação do município polo da RMSP no emprego metropolitano formal, de 74,9% para 68,8% entre os anos de 1985 e 2012, a cidade de São Paulo ainda concentra cerca de 70% da oferta de emprego formal no centro expandido - de acordo com a Rede Nossa São Paulo, a taxa de oferta de emprego formal é 291 vezes maior no distrito da Sé, na região central de São Paulo, do que no Iguatemi, bairro localizado na Zona Leste da capital paulista, dados de 2019. SERRAO, Rafael S; DIAS, João Marcus P. *A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. Em: São Paulo: transformações na ordem urbana. Bógus e Pasternak(org). Letra Capital. São Paulo, 2015.

111 De acordo com Panorama dos acidentes de trânsito envolvendo motociclistas no Brasil da ANTP (2018), o risco de morrer em uma colisão sobre uma motocicleta é 20 vezes maior do que a de um automóvel. Já em relação aos ciclistas, a quantidade de atropelamentos de ciclistas cresceu 45% entre 2012 e 2018, segundo a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet).

112 MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. Expressão popular: São Paulo, 2015.

pectivas de melhorar as condições de vida, os outros transitam permanentemente entre um “bico” e outro, muitas vezes arriscando sua vida e sem garantias de receber, ao final do mês, sequer o piso do salário mínimo. Vale destacarmos, porém, que os grupos se misturam. Braga menciona que o denominado “precariado”, diferente do proletariado, experiencia uma relação híbrida entre o formal e informal.¹¹³

Ainda que as mudanças nacionais tenham repercutido diretamente nas dinâmicas de trabalho, o avanço do neoliberalismo impactou mais ainda na reprodução de força do trabalho e nas conquistas trabalhistas das últimas décadas. Aqui o desamparo da classe trabalhadora assume incontáveis formas, muitas delas disfarçadas pelo “empreendedorismo”. A carteira assinada dá lugar ao aplicativo, o chão de fábrica, à cidade. Com essas transformações do cotidiano e da própria identidade do trabalhador, o espaço público torna-se palco privilegiado da acumulação do capital e também das mobilizações sociais.

113 BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.

3. QUANDO O URBANO ENTRA EM CENA:

SOBRE O CONCEITO DE PERIFERIA E OS NOVOS PERSONAGENS DA LUTA SOCIAL

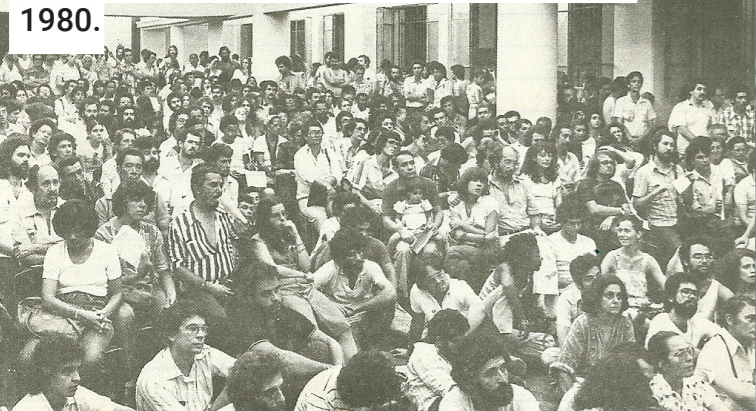
Neste capítulo, nossa atenção se volta para aquilo que Sader nomeou de “matrizes discursivas”. Isso porque, com as transformações das condições de vida recentes, as noções e significados sobre a cidade vem conquistando um espaço expressivo nas reivindicações políticas desses personagens, bem como transformando a própria percepção sobre as dinâmicas sociais estabelecidas na metrópole.

Dessa maneira, buscaremos identificar quais foram os conflitos mais presentes nos discursos desses sujeitos políticos e suas progressivas mudanças de significados, produzidos nos enfrentamentos sociais e reivindicações. Mesmo que a cada situação do cotidiano exposta na bibliografia vigente, ou nos depoimentos coletados, a atenção se volte para diferentes problemáticas (seja da desigualdade territorial, do aumento da violência urbana e do racismo, da falta de infraestrutura urbana em bairros afastados do centro ou até da representatividade política desses sujeitos), foi possível identificar uma transformação discursiva em comum: o significado social instituído sobre a “periferia”.

Dividiremos o capítulo em três partes. Na primeira, apresentaremos as argumentações bibliográficas em torno do urbano e do termo “periferia”. Utilizaremos as formulações do grupo de intelectuais marxistas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), como Francisco de Oliveira, Paul Singer e Lúcio Kowarick. Muitas das análises terão respaldo da pesquisa elaborada por Pedro Arantes, intitulada “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970”. Em seguida, apresentaremos leituras sobre o urbano e a periferia através dos olhares dos professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), sobretudo a partir do livro organizado por Erminia Maricato, “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”. A partir desses levantamentos, buscaremos compreender a conjuntura dos anos 1970 e 1980 e como o contexto político e social incidiu nas produções.

Na segunda, nos voltaremos para as formulações elaboradas pelos sujeitos inseridos nas denominadas “periferias”. Como mostraremos, a partir da década de 1990, sobretudo através do grupo de rap Racionais MC’s, o entendimento sobre o termo polisêmico passou a ser disputado também por esses sujeitos, que até então não ocupavam um lugar formulador nas arenas políticas. A “periferia”, que até então significava um lugar de ausência de infraestrutura, estigmatizada pela violência e pela pobreza, passa,

Figura 31 - Paul Singer no encontro de fundação do Partido dos Trabalhadores do Colégio Sion, em São Paulo, 10 de fevereiro de 1980.



FONTE: Site <http://paulsinger.com.br/biografia/>

Figura 32 - FHC NO SEMINÁRIO DA USP EM 1970



FONTE: Site vermelho.org, 2021.

Figura 33 - MILTON SANTOS EM 1970



FONTE: Site <http://issocompensa.com/academia/milton-santos>

Figura 34 - Assembleia Nacional Constituinte, 1988.



FONTE: Site vermelho.org, 2021.

também, a ser entendida como um lugar de potência. Dessa forma, apontaremos como a obra dos Racionais MC's transformou os significados de “periferia”, e nos apoiaremos nas pesquisas de Acauam Oliveira e Tiarajú D’andrea para compreender o conceito “sujeito periférico”, que engloba as diversas matizes de “potência, cultura, pobreza e violência” no cotidiano desses sujeitos. Assim, a “periferia” aqui é entendida também como uma ruptura de projeto de nação desenvolvimentista e encarada como uma formulação de um novo projeto de transformação social radical.

Por fim, na terceira parte, analisaremos como as transformações no contexto social recente incidiram nos discursos dos sujeitos inseridos nos movimentos sociais surgidos após os anos 2000 na Grande São Paulo. Para tanto, iremos utilizar duas ferramentas de pesquisa: bibliografia sobre o tema das condições de vida da classe trabalhadora vinculadas com a questão urbana, a fim de compreender mudanças dos discursos contidos em suas reivindicações; e depoimentos coletados de representantes de movimentos sociais ou coletivos, alguns inseridos no poder público ou em instituições, outros em oposição a qualquer atribuição institucional, mas que têm pontos em comum: ganharam corpo e visibilidade na última década na metrópole paulistana e pretendem representar o cotidiano da classe trabalhadora. O que levaremos em conta não é uma qualificação de cada conceito de “periferia”, a fim de destacar a mais pertinente, mas sim a retomada da tradição crítica nacional junto às formulações recentes, combinadas com as imbricações políticas e sociais de cada contexto histórico.

1. De dentro da universidade: análise da construção teórica sobre periferia entre as décadas de 1970 e 1980

Entre as décadas de 1970 e 1980, as formulações em torno de “periferia” surgiram como contraponto da teoria da “marginalidade”. A partir de alguns intelectuais marxistas agrupados no Cebrap, a crítica à “marginalidade” abriu caminhos para um entendimento sobre o urbano como “não dualista”, em busca de uma análise totalitária, que incorporava elementos marxistas, mas que como mostraremos mais à frente, não conseguiu alçar vôos para uma interpretação propriamente urbana e, paradoxalmente, ainda dual e apoiada na economia política. Sobre essas produções, Pedro Arantes apontou que, embora tenham sido pioneiras, nelas a cidade ainda é encarada a partir da economia urbana, ou ainda, é “imediatamente o consumo coletivo, ou imediatamente o mercado de trabalho, ou ainda imediatamente as classes médias ou o Estado, e assim não adquire estatuto interpretativo”.¹

Ainda de acordo com Arantes, a cidade só teria aparecido, enfim, como objeto de crítica no livro “A produção da casa (e da cidade) no Brasil Industrial”, com textos de 1975 a 1979, organizado pela professora Ermínia Maricato. Os conceitos de “periferia”, “autoconstrução” e “espoliação” foram desenvolvidos nos textos de Ermínia Maricato, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. Já os conceitos em torno da renda da terra e do mercado imobiliário foram analisados por Rodrigo Lefèvre e Paul Singer. Por último, o texto de Gabriel Bolaffi marcou a crítica ao Estado, que não foi analisado apenas como abstração

¹ ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009, p. 120.

da regulação do custo da força de trabalho, mas como agente de formulação e implementação do BNH. Arantes apontou que o livro

“leva até as últimas conseqüências a perspectiva sociológica cebrapiana-marxista de interpretação do urbano e supera seus limites, antecipando e indicando uma renovação de temas e métodos para a pesquisa urbana nos anos 1980 e 1990.”²

O que veremos é que o conceito de “periferia” ganha uma nova profundidade nesse contexto, deixando de ser compreendido apenas como lugar físico e como pólo dual para caracterizar o processo de crescimento *sui generis* das cidades inseridas na periferia do capitalismo. Para Bolaffi, no processo de produção das cidades brasileiras, a propriedade imobiliária é caracterizada como reserva patrimonial, dada a falta de regulação e taxação da terra. Segundo o autor, o solo urbano é utilizado, então, como reserva de valor, e não como motor de produção, enquanto esse mesmo processo de acumulação retira do mercado parte considerável da terra, elevando ainda mais o seu preço e estimulando o espraiamento da cidade. Dessa forma, o padrão periférico-especulativo é implementado em diversos locais, não só na “periferia geométrica”.³ A “periferia” aqui não é efeito do crescimento desordenado e caótico, mas parte do processo “desigual e combinado” de acumulação, como veremos atentamente mais à frente. A partir desses apontamentos, discorreremos sobre conceitos e significados em torno do urbano e a denominada “periferia” ao decorrer dos anos 1970 e 1980.

1. 1. O urbano e os intelectuais do Cebrap.

Desde a segunda metade do século XX, teóricos de diferentes áreas buscaram compreender o processo de reprodução das cidades inseridas na periferia do capitalismo. Isso porque houve um exponencial crescimento das metrópoles, em especial na América Latina, marcado por grande desigualdade territorial. As cidades, que até então pouco apareciam nos debates, passaram a ser objeto de análise e de discussão. Neste contexto, os estudio-

2 Ibidem, p. 121.

3 Ibidem, p. 125.

so visavam tanto compreender as especificidades do desenvolvimento nacional, quanto formular projetos de transformação social para superação da crescente desigualdade territorial.⁴ Ainda que o “urbano” tenha sido discutido especialmente a partir da economia política, ou até do consumo coletivo, a linha de pensamento construída naqueles anos forneceu, e ainda fornece, bases para a formulação de um pensamento sobre a cidade, onde a “periferia” está no centro do estudo urbano e da própria transformação social.

Durante os anos aqui estudados (1970 - 1980), a repressão da Ditadura Militar brasileira obrigou diversos estudiosos a buscarem abrigo em outros países, já que muitos se encontravam em condição de exilados políticos. O conjunto de estudos acadêmicos, mesmo que dispersos, buscava compreender o processo “da reprodução urbana da força de trabalho” em consonância com o combate à ditadura e da desigualdade exacerbada dos países inseridos no capitalismo periférico. Nesse contexto, um chamado do sociólogo espanhol Manuel Castells, professor da Universidade de Paris e coordenador do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional de Santiago do Chile, fez com que grande parte desses formuladores se encontrassem no Chile, a fim de aprofundar e discutir as diversas interpretações sobre a urbanização latino-americana.

Castells, um dos principais interlocutores da chamada “escola francesa da sociologia urbana” (desenvolvida na França a partir de 1968)⁵, organizou o livro “Imperialismo e urbanização na América Latina”, produção que marcou o início das formulações marxistas em torno do urbano.⁶ Dentre os pesquisadores brasileiros que participaram do livro, quatro eram associados ao Cebrap: Paul Singer, Lúcio Kowarick, Fernando Henrique Cardoso e Cândido Ferreira de Camargo.⁷

De acordo com a leitura de Pedro Arantes, as produções, ainda que divergentes

4 TANAKA, Giselle Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

5 Para ver mais sobre as principais correntes da sociologia Francesa: MARICATO, Ermínia. *Formação e impasse da teoria do pensamento crítico sobre a cidade periférica*. In: *O impasse da política urbana no Brasil*. Editora Vozes Limitada, 2017; TANAKA, Giselle Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

6 Castells, Manuel (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

7 Assim como aponta Pedro Arantes, além destes, Milton Santos também participou da produção do livro, mas buscou compreender a realidade do urbano a partir da Venezuela. ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, 2009, pp. 103-127.

entre si, buscavam tanto compreender a realidade sobre a qual as cidades dos países periféricos industrializados se encontravam, quanto encontrar respostas para o denominado “inchaço urbano”. Aos olhos dos sociólogos Manuel Castells e Aníbal Quijano, o que se via era o aumento da extrema pobreza, ausência de infraestrutura urbana e a incapacidade da urbanização dependente e de dominação imperialista, absorver a classe trabalhadora migrante no mercado de trabalho industrial. Tal processo, analisado por ambos, e também questionado no mesmo livro por Paul Singer, foi denominado como “marginalidade”. Ainda de acordo com Arantes, diferentemente da formulação marxista clássica, essa classe trabalhadora migrante não se tratava de um exército industrial de reserva, mas sim de um “pólo” na estrutura econômica global:

“Mais que lumpen ou exército industrial de reserva, eles representariam toda uma nova dinâmica social, econômica e espacial — e constituiriam, para além de uma subclasse, um verdadeiro “pólo” na estrutura econômica global. O que eles têm em comum é o fato de serem instáveis, irregulares e precários em comparação com seus equivalentes “integrados”, isto é, não marginais. Ocupam, no mundo do trabalho, posições no setor terciário, em serviços subalternos e informais. O terciário, desse modo, incharia desproporcionalmente em relação à indústria, neste caso, de forma regressiva, diferentemente do crescimento do terciário avançado (ligado ao setor financeiro e de serviços corporativos) dos países centrais. Na cidade, devido a seu padrão similar de renda e consumo, os marginalizados tendem a ocupar os mesmos espaços segregados: as “barriadas” e “favelas” (ainda não havia surgido o conceito de periferia). Deles emergem formas de organização de vizinhança, como associações de bairro e movimentos urbanos (ou de “pobladores”).⁸

Se o que se buscava através da compreensão da “marginalidade” era avançar numa análise sobre a totalidade da reprodução social e do espaço, a conceituação de “pólo marginal” acabou gerando uma análise ambivalente. A terminologia foi compreendida, ao mesmo tempo, como “fenômeno regressivo” e “fenômeno positivo”.⁹ Isso porque é entendido tanto como ausência de um projeto de nação e, nas palavras de Pedro Arantes, de “incapacidade do capitalismo na periferia em transformar o que está à sua volta em mercadoria, expandindo o assalariamento a todos”, quanto, justamente pelas carências em que esse sujeitos “marginalizados” estavam inseridos, como potência de produzir

8 Ibidem, p. 105.

9 Ibidem, p. 106.

uma “cultura (ou subcultura) própria, ‘da pobreza’, menos dependente do que a proletária”.¹⁰

Arantes ainda aponta que as críticas em torno da produção de Castells e Quijano eram vistas não só como dualistas, mas também como funcionalistas, fato que não cabe aprofundarmos aqui.¹¹ O que nos interessa é apontar que as formulações em torno da marginalidade iniciaram os estudos sobre a produção do espaço entre os pensadores paulistas. Naquelas décadas, as mudanças decisivas que estavam em curso no Brasil e na América Latina começaram a ser debatidas entre diversos pesquisadores. O êxodo rural e o aumento exponencial da migração, as novas formas de exploração do trabalho e da configuração da classe trabalhadora, a industrialização e as transformações do consumo individual e coletivo passaram a ser entendidos não só como expressão da sociedade e da economia, mas também como parte e consequência do processo de urbanização do capitalismo periférico.

Nesse momento, ainda que o urbano estivesse ganhando espaço nos mais diversos debates analíticos, o termo “periferia” não havia surgido para além do contraponto à interpretação do *subdesenvolvimento econômico*. De acordo com Francisco de Oliveira, a perspectiva de países desenvolvidos ou subdesenvolvidos seria dual-estruturalista, o que novamente estaria em desacordo com os esforços desse campo teórico de fazer uma análise que incorporasse elementos marxistas.¹² Os termos “periférico” e “central”, por outro lado, dariam conta de incorporar as peculiaridades do “atraso” como parte integrada do “moderno”, de forma a contemplar o processo social, econômico, cultural e político de forma totalitária, e não de forma desagregada.

Esse processo, denominado como “desigual e combinado”, ou de “desenvolvimento moderno do atraso”, ou ainda de “modernização conservadora”, foi incorporado ao

10 Ibidem, p. 106.

11 Em termos gerais, Arantes levanta críticas feitas por Paul Singer e Fernando Henrique Cardoso. O primeiro teria tratado as elaborações de Castells e Quijano como dualista, visto que o estudo sobre o pólo marginal se debruça sobre dois pólos, o integrado e o marginal, e acaba “reeditando [o] vocabulário novo as explicações convencionais sobre a cisão entre arcaico e moderno, rural e urbano”, sem levar em conta a nova fase urbana-industrial, com a expansão do capital monopolista e o aprofundamento da dependência. Já o segundo, trata como funcionalista, visto que não é tido “como setor à parte, mas como alavanca da própria acumulação capitalista, ao colaborar para rebaixar permanentemente o custo de reprodução da força de trabalho”, sendo assim insuficiente como característica distintiva do processo de acumulação na periferia, já que não trataria de outras determinantes, como a taxa de lucro. Ibidem, p. 106.

12 DE OLIVEIRA, Francisco de. Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. 2003.

urbano, também por Francisco de Oliveira, em seu texto “Crítica à razão dualista”,¹³ e de forma mais densa em “O Estado e o Urbano no Brasil”, quase 10 anos depois.¹⁴ Oliveira inicia um esforço intelectual para compreender as cidades a partir dos serviços públicos, do consumo coletivo, como uma espécie de “urbanização da reprodução social”. Mesmo que o termo “periferia” ainda não estivesse vinculado a um processo territorial e propriamente urbano, o autor trouxe uma análise sobre a autoconstrução da casa em mutirão, que será determinante para as interpretações sobre periferia.¹⁵ A autoconstrução aqui, é entendida como o seguinte fenômeno:

“residências das classes trabalhadoras (...) construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. (...) A habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.”¹⁶

O urbano não é tema central de sua análise, mas é entendido como reflexo do processo de acumulação capitalista. O debate só será aprofundado nos livros “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, feito coletivamente por oito pesquisadores do Cebrap¹⁷,

13 OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista (1972). OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, 25-119.

14 OLIVEIRA, Francisco de. *O Estado e o Urbano no Brasil*. 1978. mimeo.

15 No capítulo 1 deste trabalho já foi reconstituído o entendimento sobre autoconstrução de moradia, bem como o mutirão. Diferentemente de Oliveira, Ermínia Maricato distingue mais atentamente a autoconstrução de mutirão, a primeira seria uma construção própria ou não, feita pelos próprios moradores, por amigos e vizinhos, como um mecanismo de subsistência da classe trabalhadora. Enquanto o mutirão englobaria o senso de solidariedade e da visão do processo produtivo e desalienada com o próprio produto. MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, 1982, 2: 71-93.

16 OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista (1972). OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. P. 59.

17 CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARI-CK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. São Paulo 1975: crescimento e pobre-

em “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, organizado pela professora Ermínia Maricato,¹⁸ e no documentário “Fim de Semana”, produzido também por Maricato e dirigido por Renato Tapajós.¹⁹ Somente nessas produções a “periferia” passa a ser o objeto central de estudo. As produções não só marcaram os estudos urbanos daquelas décadas, como também trouxeram reflexões que estimularam saídas programáticas para diminuição da desigualdade e em oposição ao regime militar. Retomaremos brevemente essa bibliografia para compreender o termo “periferia”.

1. 2. Periferia: crescimento e pobreza

“É missão do Bispo concretizar a mensagem da salvação, repetindo aos homens do seu tempo os apelos de Cristo e dos Apóstolos. A partir desta análise dos problemas de São Paulo, elaborada por renomados cientistas, convidamos o povo dessa cidade a refletir sobre esse lancinante desafio.”²⁰

Na apresentação do livro “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, Dom Paulo Evaristo Arns, Bispo Metropolitano de São Paulo, anuncia duas das questões que subsidiam a produção intelectual do livro e o empenho ativista em buscar a transformação social. São elas: o recente processo de crescimento econômico que “se constrói sobre a dilapidação da vida dos trabalhadores”; e o propósito intelectual que, em suas palavras, “cumprir chegar às causas dos males e mobilizar-se para combatê-las com coragem, paciência e determinação”.²¹

Do ponto de vista do crescimento da metrópole paulista, o Bispo descreve, a partir de diversas categorias, o agravamento das condições de vida, como o aumento da mortalidade infantil, as más condições de saneamento e saúde, o déficit habitacional,

za. São Paulo: Loyola, 1976.

18 MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Editora Alfa-Omega, 1979.

19 MARICATO, Ermínia; TAPAJÓS, Renato. *Fim de Semana*. Cooperativa de Arquitetos; DE SÃO, Metropolitana. Filme Fim de Semana. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso março 2022.

20 CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARI-CK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

21 Ibidem.

a precariedade dos transportes públicos, o desemprego e a baixa remuneração. As análises, ainda que direcionadas para o público “leigo”, conduziam o espectador para uma compreensão mais aprofundada das causas em que a realidade é formada. Para isto, D. Paulo Evaristo retomou o conceito do “desigual e combinado” com a pergunta: “haveria uma lógica na desordem estabelecida?”. A pergunta faz referência ao capítulo “A lógica da desordem”, desenvolvido por Lúcio Kowarick²², e provocava o leitor a relacionar o difícil cotidiano da classe trabalhadora com o concomitante crescimento econômico de uma pequena parcela da população.

“Existe crescimento econômico que se constrói sobre a dilapidação da vida dos trabalhadores obrigados a horas excessivas de trabalho, para compensar a queda do poder aquisitivo de seus salários. É pois uma radiografia da situação de São Paulo acompanhada do diagnóstico das causas desta acumulação da miséria, que entregamos aos homens que lutam para humanizar a cidade e modificar as condições de vida”.²³

Ao falar dos “homens que lutam para humanizar a cidade”, D. Paulo Evaristo refere-se à participação ativa dos grupos comunitários, seja dos intelectuais ativistas ou dos sujeitos inseridos nas diversas lutas sociais daquelas décadas. A crítica às injustiças existentes foi desenvolvida em todo o percurso da apresentação através de preceitos da doutrina católica, já desenvolvidos na Declaração de Medellín de 1969, documento que deu início às novas formas de organização da igreja católica junto ao combate à ditadura²⁴. Termos como “justiça social”, “fato coletivo” e “salvação”, incorporam sentidos semelhantes aos já usados na Declaração²⁵. O primeiro e o segundo enquanto antítese do “egoísmo humano” e apoiados no processo histórico de formação social brasileiro. O terceiro enquanto um projeto de transformação que só se daria através da organização coletiva. Aqui, o importante a destacarmos é a disputa de significados, que embora já tivessem sido abordados dentro da Igreja, também serviam de apoio nas lutas sociais,

22 Importante ressaltar que, ainda que Kowarick seja o autor deste específico texto, o contexto do regime militar levou aos autores a assinarem coletivamente todos os capítulos da produção.

23 CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARICK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976, pp. 9 e 10.

24 Os conceitos e contexto histórico foram analisados mais atentamente no capítulo 1 deste trabalho.

25 Uma análise já apurada sobre a Declaração e os significados inseridos no documento pode ser vista no capítulo 1 desta dissertação.

bem como na produção intelectual. A apresentação de D. Paulo Evaristo é paradigmática pois vincula as formulações teóricas aos princípios das CEB's, retratando não só diagnósticos das condições urbanas paulistanas, mas sobretudo saídas programáticas de combate à desigualdade e à ditadura militar.

O restante do livro não difere da aposta do Bispo em um possível levante social que, de acordo com Arantes, “trata-se da emergência do povo na cena política, com feição ‘autonomista’ (não tutelada) e ‘territorial’”.²⁶ O espaço urbano então é tratado como um retrato da economia e da sociedade, um reflexo da lógica econômica, sem uma dinâmica própria.²⁷ Ainda de acordo com Arantes, o capítulo que mais abordaria o urbano é “A lógica da desordem”.

Os autores, ao desenvolverem reflexões e diagnósticos sobre as transformações econômicas e de condições de vida urbana da classe trabalhadora paulistana, relacionam o crescimento industrial e urbano com as mudanças das condições de moradia. A partir de então, a “periferia” finalmente surge enquanto problema teórico e prático.

O termo retrata lugares físicos, caracterizados como “aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão de obra necessária para o crescimento da produção”,²⁸ que surgem enquanto problema no cenário urbano quando a responsabilidade da provisão habitacional passa a ser do próprio trabalhador e do Estado.

“Os pesquisadores periodizam três fases da provisão habitacional, mas que de fato se resumem a duas: uma inicial baseada no fornecimento da moradia pelas empresas (as vilas operárias), reduzindo as despesas arcadas diretamente pelos trabalhadores, mas debitando-as no seu salário; e uma fase posterior, na qual a aceleração do fluxo migratório e a formação de um excedente de mão-de-obra torna desnecessária a fixação do trabalhador à empresa, que passa a transferir a responsabilidade de provisão da moradia e serviços urbanos para o próprio trabalhador e para o Estado”.²⁹

26 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, 2009, p.116.

27 Ibidem, p. 117.

28 CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARICK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976, p. 25.

29 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos

A periferia aqui é o destino residencial dos trabalhadores, carente de infraestrutura e resultado da acumulação do mercado e da desordenação do uso do solo urbano. A importância da localização da terra, ou do imóvel, também passa a constituir a terminologia de “periferia” na medida em que os autores relacionam a expulsão das populações mais pobres residentes do centro, ou de áreas com infraestrutura urbana, com os investimentos públicos e a especulação das áreas centrais da cidade.

“Os investimentos públicos costumam atuar como mola da especulação nas áreas centrais da cidade, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infra-estrutura básica. O surgimento de uma rodovia, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos”.³⁰

Ou seja, o investimento público em determinadas localidades, normalmente centrais, repercutem na valorização dos imóveis e torna o custo de vida fora do alcance da população de baixa renda. Com a explosão do preço dos terrenos, o contingente da classe trabalhadora avoluma-se em casas próprias, precárias, longe de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho. Segundo os autores, baseados em dados da PNAD, em 1972, “além dos 130 mil favelados, há em São Paulo 615 mil moradores de cortiços. Ademais, 1,8 milhão de indivíduos moram nas casas precárias da periferia.”³¹

As casas precárias da periferia são as “casas próprias”, irregulares, construídas pelos próprios proprietários durante os dias de folga e fins de semana. Como abordamos no capítulo I deste trabalho, a autoconstrução é um mecanismo de subsistência dos trabalhadores que não tiveram a possibilidade de se inserir no mercado formal de construção. A “periferia”, portanto, seria decorrência do crescimento da cidade calcado na desigualdade e na subsistência da classe trabalhadora.

Enquanto para uma pequena parcela da população o crescimento econômico e

estudos CEBRAP, 2009, p.116.

30 CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARI-CK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976, p. 36.

31 Ibidem, p. 37.

geográfico da metrópole paulista significou “progresso”, para muitos o que aconteceu foi justamente o inverso: não só com a deterioração das condições de moradia, como também com o afastamento considerável do local de trabalho, a estigmatização da marginalização, da falta de acesso à moradia legal e digna, e da infraestrutura urbana. A estes, restava o apoio comunitário, de familiares, vizinhos e amigos que, em conjunto, construíram novos bairros nas periferias, sem apoio do Estado. A partir disso, os autores concluem que os laços pessoais de solidariedade poderiam emergir em reivindicações sociais combativas à desigualdade social e urbana, bem como num levante de mobilizações sociais que seria parte fundamental na redemocratização daquelas décadas. Esta marca programática que os pesquisadores apontam, a construção de formulações “de baixo para cima”, resultaria no princípio central do MDB, o “programa democrático-popular”, e na fundação do PT no final da década de 1980.³²

As análises, reflexões e programas surgidos a partir da produção dos pesquisadores do Cebrap faziam parte do anseio coletivo dos intelectuais daquelas décadas de compreender as esferas de consumo da classe trabalhadora e a própria configuração da cultura urbana de massas. Nesse mesmo propósito, o filme “Fim de Semana”, produzido pela professora Ermínia Maricato, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e pelo diretor Renato Tapajós, trouxe ao centro do debate público o processo da autoconstrução em bairros da periferia e municípios da Grande São Paulo, bem como a importância atribuída pelas famílias operárias à “casa própria”. Poucos anos depois, Maricato, junto a diversos professores da FAUUSP, organizaram disciplinas integradas para compreender as transformações de consumo na periferia e as condições de vida dessa classe trabalhadora. É desse contexto que surge o livro “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”.³³

32 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, 2009, pp. 103-127.

33 MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Editora Alfa-Omega, 1979.

1. 3. Fim de Semana

“O jornalista me perguntou ‘Mas como a senhora teve idéia de por esse ovo em pé?’, eu disse: As práticas estão aí, só não enxerga quem não quer”³⁴

Desde a década de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, o crescimento da metrópole paulista ultrapassou as fronteiras urbanas e deu início a um processo desenfreado e predatório de ocupação sobre as áreas rurais e barrancos entre as represas, enfrentando as legislações de proteção aos mananciais. De acordo com dados utilizados por Eder Sader, em 1960, o incremento populacional ocorrido foi de 3,3 milhões na região metropolitana, sendo 2,2 milhões na capital. Na zona sul, os distritos de Santo Amaro e Socorro apresentaram maior crescimento, enquanto na zona norte foi Tucuruvi e na zona leste, São Miguel e Itaquera. Em relação aos municípios, o espraiamento se deu em maior parte ao sul, em Santo André e Guarulhos. Uma década depois, durante os anos de 1970, o incremento populacional saltou para 4,4 milhões, sendo 2,6 na capital paulista, nas regiões de Santo Amaro, Socorro, Itaquera e São Miguel. Já na região metropolitana, o crescimento se manteve em Guarulhos, passando também a incorporar São Bernardo e Osasco.³⁵ Enquanto a expansão dos pólos industriais, e até mesmo as construções viárias massivas, ordenaram grande parte dos vetores de crescimento, como em Guarulhos e Osasco, a distribuição da classe trabalhadora se dava em zonas que ainda não tinham oferta de emprego ou pouca infraestrutura urbana.

O contingente de trabalhadores, sem conseguir se inserir no mercado formal de habitação, passaram a residir em bairros que ainda não haviam esgotado a oferta barata de habitação. O principal vetor de expansão, como mostrou Sader, foi em direção leste da metrópole, a partir de Ermelino Matarazzo e Vila Matilde, bairros que ainda não haviam sido ocupados pelo mercado formal de habitação, ou ainda continham características de zonas rurais.³⁶ O processo de urbanização da metrópole de São Paulo incorporou

34 MARICATO, Erminia. *Entrevista VII*. Entrevistadora: Carina Serra Amancio. São Paulo, 2022. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo XVII desta dissertação.

35 Dados retirados de SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.128.

36 Ibidem.

1.021 km² de área rural para uso urbano entre 1965 e 1990, sendo que em 1965 havia 745 km² de solo urbanizado.³⁷ A construção destes “novos bairros”, feita pelos próprios moradores, carrega uma característica do processo de reprodução urbano que marcou os estudos sobre as cidades brasileiras e que viria a ser discutido amplamente por diversos pesquisadores: o espaço socialmente produzido enquanto atividade produtiva, atrasada e lucrativa.

Dentro dessa perspectiva, o documentário “Fim de Semana” retratou a imbricação da produção de uma riqueza social a custo da dilapidação da força de trabalho. O filme, produzido pela professora recém ingressada na FAUUSP na ocasião, Ermínia Maricato, juntamente com o diretor Renato Tapajós, e em colaboração com a Escola de Comunicação e Artes da USP (ECAUSP), repercutiu nacionalmente, chegando a ser tema jornalístico da rede Globo. Através de uma linguagem acessível, o documentário apresenta a tese de que o salário pago ao trabalhador não é suficiente para acessar o mercado formal de habitação. Em entrevista concedida a autora, Maricato relembrou o impacto social que o filme causou, inclusive dentro da universidade:

“O filme tinha uma linguagem muito mais acessível que, evidentemente, um livro. E, apesar de acessível, você tem ali teses do Francisco de Oliveira, do Paul Singer, do Rodrigo Lefebvre, do Gabriel Bolaffi.”

A maneira arcaica de produção habitacional, ainda que estivesse mudando radicalmente a paisagem urbana e a própria ocupação do solo de toda a metrópole, era pouco conhecida e ignorada pelos observadores inseridos nos centros urbanos, da cidade legal e com infraestrutura.

Por meio de diversas entrevistas, e com ajuda do narrador Fernando Pacheco Jordão, diferentes famílias, em três diferentes bairros (Taboão em São Bernardo do Campo; Jardim d’Ávila em Osasco; e Jardim Castilho em Embu), ilustram um processo comum: o salário não é suficiente para garantir a moradia dos trabalhadores, nem mesmo por meio dos subsídios estatais, como o BNH. A cada depoimento, ou apontamento do nar-

37 ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce.; CASTRO, Ana. C. Veiga de. *Fim de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990)*. Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio, v. 1, n. 2, p. 13-35, 15 fev. 2021.

rador, novas informações são acrescentadas. As condições de vida do contingente de trabalhadores migrantes para esses novos bairros são apresentadas desde o momento da compra do novo lote, até o longo processo da construção de suas moradias.

“As casas levam mais de 10 anos para serem construídas. O núcleo geralmente começa com uma pequena sala no fundo do lote. Os terrenos são longos e estreitos. Com o passar dos anos, novas casas vão surgindo no mesmo terreno, porque as famílias crescem: um filho que se casa, um parente que pretende vir de outra província, o aluguel de um quarto para complementar a renda. Ao longo dos anos, as famílias se acumulam. ‘Construídos com o mínimo de recursos, os interiores são pequenos, escuros, úmidos, ou seja, o resultado que se vê são as péssimas condições de vida a que estão submetidos os trabalhadores’ (Maricato, 1975, 16’30”). O narrador conta ainda que os poços de água, construídos próximos às fossas sépticas, ficam contaminados, o que explica os índices de mortalidade infantil e de doenças em geral.”³⁸

Ao longo do filme, o processo de autoconstrução é retratado não só através da moradia, mas também da construção do próprio bairro. A partir da mobilização popular, é feito um tipo de infraestrutura urbana: calçadas, creches, sede da associação de moradores, pequenas instalações urbanas mínimas. Tudo pago por taxas dos associados dos bairros. O narrador ainda conclui: “o salário não dá nem para terminar a casa em si, mas eles sustentam a construção da cidade”.³⁹ É aqui que a periferia ganha evidência no processo de reprodução da cidade.

A periferia é apresentada como fruto de um processo de expulsão da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos, ficando obrigada a construir sua moradia e seu próprio bairro. Ainda que o termo não esteja no centro do debate do filme, a migração da população pobre para as margens da cidade, o processo de autoconstrução, a falta de financiamento público e a ausência de infraestrutura urbana são características que marcaram a identificação do que seria “periferia”. Do ponto de vista do marco dos estudos urbanos, o filme avançou em dois pontos: a inserção da periferia no debate público, até então desconhecida e pouco difundida; e a noção de solidariedade e de comunidade

38 Ibidem.

39 Maricato, E. (1975). *Fim de semana* [filme] (30'). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. 16'30.

por parte dos moradores inseridos nas periferias.

A repercussão do documentário teve um grande impacto no que viria ser a formulação teórica sobre os estudos urbanos, como o livro “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial”, bem como fez parte de um conjunto de mobilizações sociais contra o período ditatorial e de lutas por direitos. Segundo Maricato:

“O filme teve um impacto interessante (...) Ninguém sabia que o povo construía a casa daquele jeito. Nem a universidade, nem a opinião pública.”⁴⁰

Se, de um lado, a década de 1970 foi um período de efervescência social e de emergência dos movimentos populares urbanos, de outro, as formulações sobre periferia ampararam as reivindicações e a luta por direitos dos sujeitos que mais sofriam com a desigualdade social e o crescimento desenfreado da metrópole. Importa compreendermos que o filme foi formulado a partir da inquietação teórica e militante de pesquisadores do campo urbano, bem como serviu para disseminar o conhecimento sobre a periferia, que até então não circulava no debate público.

Por fim, “Fim de Semana” foi pioneiro em uma abordagem que só mais de uma década depois passaria a radicalizar a noção de periferia: as potencialidades periféricas. Ainda que no documentário as precariedades, a falta de infraestrutura e de financiamento público tenham destaque, a noção de solidariedade enquanto potência dos sujeitos inseridos naquelas localidades foi retratada através dos depoimentos coletados. A autoconstrução, principalmente em mutirão e através das Associações Amigos de Bairro, é representada como uma ferramenta de desalienação contra o processo de reprodução periférico. No filme, o trabalho coletivo junto às organizações ressignifica a precariedade enquanto reprodução histórica de desigualdade social e urbana. O mutirão, então, deixa de ser um mecanismo de subsistência para virar ferramenta de formação política e de luta por direitos.

Mesmo que essa abordagem apareça rapidamente, ela representa o contexto histórico em que os idealizadores estavam envolvidos: Renato Tapajós havia acabado de

40 MARICATO, Ermínia. *Entrevista VII*. Entrevistadora: Carina Serra Amancio. São Paulo, 2022. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo XVII desta dissertação.

sair da prisão depois quase 5 anos por ter lutado contra a ditadura, Erminia Maricato fazia parte dos diversos grupos de intelectuais que lutavam também contra a ditadura e participava de movimentos sociais populares.

“Naquele momento, havia uma organização muito forte da luta sindical e de lutas por direitos (...) havia uma efervescência da sociedade que deu no fim da ditadura”.⁴¹

Podemos dizer que o filme não só pretendia disseminar o conhecimento sobre as formas habitacionais na periferia, mas também fomentar ações que contestassem a ditadura e as formas de acumulação do capital. A partir disso, o livro “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial” deu continuidade aos diagnósticos e propostas em torno das condições urbanas naquelas décadas.

1. 4. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial

O livro organizado por Ermínia Maricato, com textos de 1975 a 1979, marcou os estudos sobre o entendimento urbano nos anos 1970, porque nele a cidade apareceu, enfim, como objeto de crítica indissociável.⁴² Assim como aponta Arantes, a “proximidade de temas e certa filiação com o Cebrap são evidentes, inclusive pela participação de Paul Singer, com um artigo, e de Francisco de Oliveira, no prefácio.”⁴³ Isto não se deu por acaso: as produções “Crítica à razão dualista” e “A economia política da urbanização” eram muito lidas naqueles anos entre os pesquisadores de esquerda e tidas como interpretações marxistas pioneiras do urbano no Brasil.

“Nesse período tinha muito destaque as explicações do Chico de Oliveira sobre o desigual e combinado, que era o qual a gente trabalhava. O moderno e o pré-moderno compoem a vida na classe trabalhadora. O Paul Singer havia escrito um livro muito bom sobre o processo de urbanização de São Paulo, trabalhava a questão da renda da terra. O Nabil

41 Ibidem.

42 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009.

43 Ibidem, p. 120.

Bonduki e a Raquel Rolnik haviam feito um trabalho no departamento de história com a Neide Patarra, pegando a questão da renda fundiária. O Lefebvre escreveu um trabalho maravilhoso sobre a questão da renda fundiária. E eu peguei a questão da produção da casa popular. A ideia era fornecer um quadro da produção desse ambiente, uma coisa inovadora.
“⁴⁴

O livro coletivo conta com textos de Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Paul Singer, Rodrigo Lefebvre, Gabriel Bolaffi e apresentação de Francisco de Oliveira. Nas produções dos três primeiros autores, o conceito de “periferia” é enfim abordado e desenvolvido, junto aos processos de “autoconstrução” e “espoliação”. Rodrigo Lefebvre e Paul Singer abordam a questão da renda fundiária e do mercado imobiliário. Por fim, Bolaffi procura compreender o denominado “crescimento periférico” da metrópole a partir dos resultados de sua pesquisa sobre o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) e do Banco Nacional da Habitação (BNH). Ainda de acordo com Arantes, o livro leva “às últimas consequências a perspectiva sociológica cebrapiana-marxista de interpretação do urbano e supera seus limites”.⁴⁵ É o que Francisco de Oliveira, logo no prefácio, também reconhece: “a novidade está em fazer-se um esforço para pensar um campo teórico especificamente urbano, a partir do urbano mesmo”.⁴⁶

Ainda que o conjunto dos textos congregasse esse campo teórico inovador, articulando os estudos sobre a renda fundiária urbana à especulação imobiliária e à realidade das condições de vida urbana, e por isso mesmo, tenha colaborado para o conhecimento do espaço urbano a partir de categorias que lhe são próprias e não apenas expressões da economia política, o que nos interessa nesse momento da pesquisa é levantar, especi-

44 Entrevista concedida à autora em março de 2022. Erminia Maricato ainda menciona que o livro foi fruto do trabalho “Cenário do Contraste”, publicado apenas em 1999 e que foi produto das disciplinas de “ateliê integrado” da FAUUSP na segunda metade da década de 1970. O trabalho tinha como objetivo compreender qual era o consumo de objetos da classe trabalhadora dentro de suas moradias: “a casa era pré moderna, fruto da autoconstrução, e esses objetos todos eram de uma indústria brasileira que copiava um design internacional. E o desenho de uma geladeira, de um eletrodoméstico, contrastava demais com a moradia. A gente estava na verdade, a partir de todo o trabalho do Sérgio Ferro, do Lefebvre, da Mayumi Souza Lima, descobrindo o mundo a partir da descoberta do ambiente construído, da vida das camadas populares”. MARICATO, Erminia; PAMPLONA, Telmo; MAUTNER, Yvonne. *Cenários do Contraste. Uma incursão no interior da habitação popular paulistana*. Disponível em: <https://erminiamaricato.net/2022/02/15/cenarios-do-contraste-uma-incursao-no-interior-da-habitacao-popular-paulistana/>. Acesso abril de 2022.

45 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009.

46 Maricato, Ermínia(org.). *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Petrópolis:Vozes,1979. P. 13.

Figura 35 - Filme Fim De Semana



FONTE: Youtube, filme "Fim de Semana".

Figura 32 - Filme Fim De Semana [2]



FONTE: Youtube, filme "Fim de Semana".

Figura 33 - Nabil Bonduki, Luiza Erundina e Erminia Maricato, meados dos anos 1990.



FONTE: Acervo pessoal de Erminia Maricato.

Figura 38 - Michael Löwy, Roberto Schwarz, Gabriel Bolaffi e Maria Rita Eliezer na Praça da República, 1959.



FONTE: Página de Facebook "Roberto Schwarz", 2015.

ficamente, as inovações quanto ao conceito de "periferia". Desta forma, nos deteremos nos textos "Autoconstrução, a arquitetura possível", de Ermínia Maricato, "Periferia da Grande São Paulo: Produção do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho", de Nabil Bonduki e Raquel Rolnik e, por fim, "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema", de Gabriel Bolaffi.

No primeiro texto, Maricato trata da produção habitacional e do assentamento popular no cenário nacional das décadas de 1970 e 1980. O trabalho estabelece uma importante distinção entre o processo de autoconstrução, um mecanismo de subsistência da classe trabalhadora, e o mutirão, que incorpora senso de solidariedade e compreensão do processo produtivo e de suas desigualdades estruturais.⁴⁷ A partir de análise de cunho marxista, o texto faz uma articulação necessária entre a exploração da força de trabalho e a acumulação do capital, para compreender as causas estruturais sobre o modo de produção habitacional nas áreas metropolitanas. Ainda que a autora tenha utilizado dados da Grande São Paulo para exemplificar tais processos, o trabalho foi utilizado para nortear estudos de diferentes cidades, guardadas as especificidades vinculadas ao grau de industrialização.

No que diz respeito ao entendimento do conceito de "periferia", o texto traz uma análise pioneira: ele não é entendido apenas como um lugar geográfico composto por falta de infraestrutura e carências urbanas, mas também como um "espaço de resistência da classe trabalhadora ou das camadas populares".⁴⁸ Isso porque, ao descrever as

47 Os conceitos foram demarcados mais atentamente no capítulo 1 deste trabalho.

48 MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: MARICATO, Ermínia (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, pp. 71-93, p. 82.

relações da produção habitacional, da chamada infraestrutura urbana, tratadas como mercadoria pelo Estado, bem como a insuficiência do salário para pagar a compra desses bens, Maricato expõe o mecanismo compulsório de mutirão que permite às camadas populares compreender o descaso da administração pública e seu lugar na estrutura desigual da produção das cidades.

Esse crescimento vertiginoso da metrópole, da "proletarização do espaço (...), extensiva e horizontalizada",⁴⁹ que se acentuou com a segunda etapa da industrialização brasileira por volta da década 1950, fez com que a chamada periferia urbana penetrasse nos discursos dos mais diversos grupos sociais:

"Um dos resultados dessa política de investimentos urbanos, diante do alto índice de crescimento das nossas cidades é o aparecimento em cena da chamada periferia urbana, entidade que tem lugar assegurado nos discursos que cortam por diversos grupos sociais: dos intelectuais acadêmicos aos tecnocratas do Estado, do político demagogo ao trabalhador, que apesar de integrar sua realidade está em situação que propicia o distanciamento crítico, isto é, permite a consciência acerca do descaso da administração pública em relação às áreas de residência da classe trabalhadora".⁵⁰

Esse trabalho iniciou um conjunto de produções que compreendem a periferia como lugar também de potência, e não só de ausências. Do ponto de vista do contexto histórico, essa virada da análise teórica se deu, em grande parte, pelo conhecimento em-

49 Ibidem, p. 83.

50 Ibidem, p. 82.

pírico da autora e seus objetivos programáticos de transformação social. Em primeiro lugar, o texto produzido foi motivado por um artigo de Sérgio Ferro, que havia acabado de ser preso por lutar contra a ditadura. Em entrevista, Maricato relembra: “Ele me deu um texto manuscrito. Aí ele foi preso, e eu datilografei esse texto e nós imprimimos esse texto em mimeógrafo no grêmio da FAU”.⁵¹ Os professores aqui citados faziam parte do grupo de pesquisadores engajados contra o regime militar. Suas produções não se limitavam a um objetivo de formulação puramente teórica, mas procuravam incorporar objetivos de transformação social. Pretendiam compreender a realidade das cidades e suas mudanças recentes, para então expor as desigualdades territoriais e programar saídas emancipadoras.

Em segundo lugar, e também por conta do convívio na periferia urbana e com os movimentos populares naquelas décadas, a autora tinha acesso aos discursos dos sujeitos inseridos nas periferias e conhecia seus significados. Tal conhecimento empírico permitiu com que sua conceituação de “periferia” alcançasse voos para além das ausências identificadas por outros autores. Não se trata de uma análise valorativa, inerente ao grupo com objetivos programáticos, mas sim de um conhecimento empírico que permitiu identificar as expressões que as transformações urbanas provocavam nos sujeitos mais afetados. Ou seja, se levamos em conta as produções de Ermínia Maricato já expostas aqui, como o trabalho “Cenários do Contraste”, o filme “Fim de Semana” e este texto, os estudos identificam a *ausência* enquanto *carência* e *necessidade*. A “periferia”, portanto, passa a ser relacionada com as estruturas sociais e as ações sociais desenvolvidas. Nesta mesma linha de pensamento crítico, Sader expos:

“(…) a chamada “realidade objetiva” não é exterior ao homem, “mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social, temos também de considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais”.⁵²

Em perspectiva semelhante, o texto elaborado por Nabil Bonduki e Raquel Rol-

51 MARICATO, Ermínia. *Entrevista VII*. Entrevistadora: Carina Serra Amancio. São Paulo, 2022. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo XVII desta dissertação.

52 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 2001. pp. 329-329, p. 45.

nik busca compreender a produção de loteamentos na periferia. Como veremos, a pesquisa relaciona a dinâmica social e econômica com a expansão da cidade. Nesse caso, o conceito de periferia traça uma compreensão além da geográfica, onde é entendida como um local longe do centro da cidade, e também da sociológica, que a entende como expressão da reprodução da força de trabalho. Aqui, há uma tentativa de levar em conta os processos propriamente urbanos para compreender tal conceituação.

O texto “Periferia da Grande São Paulo. Produção do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho” foi resultado da pesquisa “Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”,⁵³ realizada também em 1979, através do Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (PRODEUR) da Fundação para Pesquisa Ambiental (FUPAM), cuja produção foi realizada pelos até então bolsistas do Programa, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. Para analisarmos as transformações do termo periferia neste trabalho recorreremos também à dissertação de Giselle Tanaka.⁵⁴

A pesquisa utilizou cinco estudos de caso de loteamentos em Osasco. A partir de entrevistas com moradores e empreendedores imobiliários, bem como da caracterização socioeconômica destes primeiros e de suas condições de habitação, foram analisados os seguintes aspectos: o processo de formação dos loteamentos; a aquisição da casa própria; a mercantilização da casa própria; e a segregação urbana, a partir da “periferia”.

No que concerne à formação dos loteamentos periféricos, sua descrição assemelha-se àquela presente no documentário “Fim de Semana”. O processo combinaria a terra em formato de lote, como bem de consumo individual, com os equipamentos e infraestrutura urbana, esses de consumo coletivo. A novidade trazida no texto consiste na identificação dos agentes inseridos em tal processo. Tanaka aponta que “a produção de loteamentos, para os autores, é um empreendimento capitalista privado, do qual fazem parte os seguintes agentes: proprietário, loteador, corretor, moradores e Estado”.⁵⁵

53 BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. 1. ed. São Paulo: Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (PRODEUR), 1979, p. 130. Disponível em: <https://nabilbonduki.com.br/1979/01/01/periferias-ocupacao-do-espaco-e-reproducao-da-forca-de-trabalho-1979/>. Acesso 20 de março de 2022.

54 TANAKA, Giselle Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

55 Ibidem, p. 58.

O proprietário seria o agente que “entra” com o terreno, enquanto o loteador operaria a demarcação do lote, o desenho das ruas, projeto e demais ações necessárias para disponibilizar os lotes de terra, sempre em busca de uma margem de lucro maior. O corretor, por sua vez, daria conta da venda dos lotes aos compradores, tendo em vista que o preço e as prestações a serem pagas eram também fixadas para garantir a maximização dos lucros, levando-se em conta o poder de compra do consumidor. Já os compradores seriam trabalhadores de baixa renda, sem condições de adquirir habitação nos centros urbanos, ou qualquer moradia inserida no mercado formal, e que, por isso, se sujeitam a adquirir um pedaço de terra em um bairro afastado, muitas vezes ainda com características rurais. Todo o processo de loteamento seria “muitas vezes realizado por partes para esperar a valorização”,⁵⁶ e quando pronto, o valor dos lotes sobiria consideravelmente no mercado popular.

Por fim, a participação do Estado é identificada tanto do ponto de vista do aparelho legal, quanto técnico e financeiro. Na regulamentação, o Estado definiria as exigências legais para implementação do loteamento. No entanto, quanto maiores as exigências, maior o custo do empreendimento regular, o que, paradoxalmente, expulsaria uma parcela da população para o loteamento clandestino, por conta da falta de poder aquisitivo mínimo para ser incorporada no mercado formal de habitação, ainda que popular. Da mesma forma, com o processo de crescimento compulsório desses loteamentos, ficaria a cargo do Estado a implementação e gestão de infraestrutura nesses locais.

“Trata-se de um grande investimento sem retorno direto. Dada a carência generalizada na cidade, segundo os autores, o processo de implantação de infraestrutura ocorre descontínuamente, aos saltos, sendo que, quando acontece, cobre uma grande área de uma só vez. Investimentos do poder público nesses bairros dependem muito de conjunturas políticas, visto que o Estado tende a privilegiar setores mais vitais acumulação (produtivo) e bairros destinados às faixas renda média e alta.”⁵⁷

De acordo com os autores, o investimento de infraestrutura progressivo nos bairros afastados faria com que as casas consolidadas nesses mesmos bairros se valorizem.

56 Ibidem, p. 59.

57 Ibidem, p. 59.

As casas, mesmo que autoconstruídas, tornariam-se, então, mercadorias que passíveis de serem comercializadas. O proprietário, pertencente à classe trabalhadora de baixa renda, passaria a alugar ou vender o imóvel em função da valorização desse bem à medida em que passasse a receber redes de infraestrutura e equipamentos urbanos. Aqui, a atribuição de valor sobre a venda do imóvel não decorreria apenas da especulação, mas também da alternativa para a sobrevivência quando o salário não é suficiente para cobrir a prestação, ou até as condições de vida no bairro consolidado. É a partir disso que os autores conceituam a “periferia”.

A denominação de periferia, portanto, seria fruto da desigualdade espacial e da estratificação social, definindo “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”.⁵⁸ A “renda diferencial”, de acordo com os autores, seria a parte da renda fundiária ligada aos diferenciais da localização do terreno e da qualidade das redes de infraestrutura de seu entorno, além da chamada “renda absoluta”, ligada ao valor da propriedade material por si só. Aqui, a periferia está vinculada às dinâmicas de reprodução social e de sua estratificação no território. Ou seja, a partir do crescimento progressivo da cidade, são produzidas várias “periferias”. A população de baixa renda, ao se deslocar progressivamente para bairros mais afastados, mais baratos e com menos infraestrutura, e portanto, a partir da renda diferencial, passa a reproduzir o espaço urbano.⁵⁹

Ao longo da pesquisa, várias são as dinâmicas econômicas e sociais analisadas para compreender o conceito de periferia: o consumo individual e coletivo; a produção habitacional por autoconstrução; a estratificação social; as transações mercadológicas nos territórios de baixa renda; e o papel do Estado. Ainda que, pontualmente, cada análise já tenha sido feita anteriormente por diversos pesquisadores, Bonduki e Rolnik vinculam cada etapa com a dinâmica propriamente urbana e de reprodução da classe trabalhadora no território. Esse texto, junto ao de Maricato, analisado anteriormente, são as produções que mais avançaram na formulação da produção de moradia da classe trabalhadora daquelas décadas.

O terceiro texto que iremos tratar, de Gabriel Bolaffi, sociólogo e professor da

58 BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, pp. 117-154, 1982, p. 147.

59 Ibidem.

FAUUSP, trata da questão da moradia popular e da denominada “urbanização periférica”, a partir de sua pesquisa sobre o Plano Nacional de Habitação em “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”, publicado originalmente em 1976.⁶⁰ O autor, ao levantar como se deu a formulação e implementação do BNH, associa as estratégias de poder, de acumulação econômica e de disputa ideológica, a uma hipótese sobre a lógica da produção massiva de novas habitações e do crescimento desenfreado das cidades, além de, ao final de sua pesquisa, apresentar saídas programáticas para a crise urbana.⁶¹

Ao longo do texto, o contexto do regime militar e os discursos desenvolvidos a partir de 1964 sobre a questão habitacional são analisados buscando-se mostrar como a própria formulação do problema habitacional, na verdade, estava ligada à acumulação econômica e aos interesses de uma “cadeia de negociatas inescrupulosas”.⁶² Segundo o autor, a “questão habitacional”, apesar de ser um problema crescente com as transformações urbanas a partir de 1930, ganha destaque no regime militar, quando passa a ser disseminada enquanto “problema fundamental”, em 1964. Sem negar o déficit habitacional crescente, mas associando-o à formação e fortalecimento do capitalismo nacional e à estratégia militar de aceleração econômica, Bolaffi descreve o modelo econômico de produção habitacional da época como “um processo que implica a privatização da riqueza gerada no setor público e na transferência para a população, e para a sociedade como um todo”.⁶³ Isso porque o Estado, ao não equacionar o manejo fundiário a cargo do poder público e transferir a decisão para iniciativa privada, desencadeou um processo de construção de habitação em terrenos baratos, longe da cidade consolidada e de qualidade construtiva reduzida. O processo de urbanização aumentou vertiginosamente nesse contexto, influenciando os preços imobiliários, de tal modo que as distâncias aumentaram, os investimentos para a implantação de serviços públicos encareceu e os custos de vida nos setores centrais da metrópole cresceram progressivamente.⁶⁴

60 O texto, publicado em Ensaios de Opinião, nº 2-1, de 1976, foi publicado posteriormente, de forma mais ampla, em Cadernos Cebrap, nº 27, de 1977, com o título “A casa das ilusões: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação”.

61 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009.

62 Ibidem, p. 124.

63 BOLAFFI, G. “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”. In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial São Paulo*, Alfa-omega, 1979, p. 60.

64 As semelhanças com a produção habitacional no governo Lula não são coincidências. Para tanto, utilizei analogias descritivas semelhantes no capítulo 2 desta dissertação.

Em conjunto com o acúmulo de seu trabalho sobre o PLANHAP, Bolaffi passa a analisar tais dinâmicas urbanas com as ações do BNH, tendo como principal estudo de caso a Grande São Paulo. A implementação dos conjuntos habitacionais é então entendida como regra da reprodução do espaço brasileiro, que encara a propriedade da terra e imobiliária como reserva patrimonial. A terra, pouco taxada e regulada, seria adquirida como reserva de valor. O mercado imobiliário, por sua vez, ao adquirir cada vez mais o solo urbano, elevaria o preço da terra e incentivaria o crescimento horizontal da cidade. Esse processo vertiginoso de crescimento urbano, é parte do que o autor passa a denominar de “padrão periférico de crescimento da metrópole”, hipótese que Pedro Arantes caracteriza como ponto central do argumento construído ao longo do texto.

“A possibilidade de definir um ‘padrão’ estimula Bolaffi a procurar uma explicação abrangente do processo de urbanização, não restrita ao problema da moradia operária. Ele supera o conceito de periferia como lugar físico e como pólo dual para caracterizar um movimento próprio do crescimento das cidades.”⁶⁵

Quando o autor passa a descrever a *periferia*, ele o faz associando-a com as dinâmicas de crescimento da metrópole. Logo de início, o autor destaca que o uso da palavra *periferia* foi adquirindo uma nova semântica naquelas décadas:

“Quando políticos e administradores falam em periferia, não se referem necessariamente às áreas exteriores mais distantes do centro urbano. Referem-se aos setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda.”⁶⁶

Ainda que, aos olhos do observador, a *periferia* esteja associada diretamente com um local onde há a “existência de grandes contingentes de população de baixa renda”, e embora, ainda como afirma Bolaffi, essa descrição possa ser verdadeira, a sua formação

65 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009, p. 124.

66 BOLAFFI, G. “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”. In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial São Paulo*, Alfa-omega, 1979, p. 57.

só pode ser compreendida quando analisada por diversas variáveis que constituem a dinâmica do crescimento da cidade. O autor elenca algumas dessas variáveis: o empobrecimento progressivo da população a partir da década de 1930; a expansão descontínua da marcha urbana; e o solo urbano enquanto objeto de ações econômicas alheias à sua utilidade original. Ao longo da pesquisa, o autor analisa cada dinâmica interligada a outra, visto que, se investigadas separadamente, o entendimento sobre periferia não alcança a consistência necessária sobre as dinâmicas urbanas e as complexidades recentes daquelas décadas. Ainda que, como demonstra, as periferias sejam constituídas por essa população que não consegue se inserir no mercado formal de habitação, o mecanismo econômico inserido ao solo urbano é determinante para compreender o processo de crescimento periférico e a formação da periferia.

A queda do salário real daquelas décadas, somado aos “efeitos contraproducentes da ‘lei do inquilinato’ que desestimularam os investimentos das casas populares”,⁶⁷ obrigaram, para Bolaffi, grande parte da população de baixa renda a procurar moradia onde e como fosse possível. Os lugares encontrados por essa população, não à toa, foram em porções do solo urbano longe de infraestrutura e de equipamentos urbanos. Isso porque o solo urbano é utilizado para fins econômicos, alheios a “sua utilidade intrínseca enquanto bem natural e ao papel que deveria desempenhar na composição e na organização do espaço”,⁶⁸ tanto do ponto de vista público quanto individual. Essa distorção do papel econômico do solo urbano desencadearia uma demanda puramente especulativa, transformando-o em reserva de valor ao invés de fator de produção. A demanda especulativa, à cargo, principalmente, da privatização da riqueza, seria responsável por retirar parte considerável do solo urbano do mercado, elevando os valores do solo urbano à taxas além da inflação.

“A resultante do processo, do ponto de vista urbanístico, é o padrão periférico do crescimento da metrópole com todas as suas características: baixa densidade de ocupação do solo urbano, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes, elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da administração pública.”⁶⁹

67 Ibidem, p. 58.

68 Ibidem, p. 58.

69 Ibidem, p. 60.

Aqui, Bolaffi demonstra que o processo de valorização do solo urbano não está ligado apenas à demanda especulativa, mas também à lógica dos investimentos públicos, que, ao serem aplicados massivamente em “novos bairros”, paradoxalmente, influenciariam no aumento do valor do solo urbano das antigas áreas. A manipulação especulativa da terra, a aplicação desordenada de infraestrutura pelo poder público nesses novos locais, cada vez mais dispersos, gerariam uma deterioração de toda a cidade. Nas palavras do autor: “a cidade cresce, mas cresce consumindo-se”. Isto é, a reprodução do espaço nunca ocorre de forma integrada, visto que a expansão urbana ocorre em função do abandono das localizações mais antigas. É por isso que o “padrão de crescimento periférico” está por toda a cidade, e não apenas na periferia geométrica. A cidade, ao crescer, se consome, porque na prática o rentismo não é capaz de acompanhar a velocidade do crescimento urbano e encontra limites na mesma rapidez do processo de deterioração urbano. Arantes, ao analisar o argumento de Bolaffi, complementa: “daí que, diante da tendência a uma queda da renda, o planejamento volta a ser necessário como instrumento capaz de evitar a inviabilização completa da cidade e de seu sistema de valorização patrimonial.”⁷⁰

A periferia surge, portanto, não apenas como um local geográfico distante do centro da cidade, nem como local onde a classe trabalhadora vive, desprovido de infraestrutura, mas também como consequência da “lógica da desordem”, onde o processo de reprodução do espaço desigual combina-se com a lógica de acumulação e especulação do solo urbano, em função da privatização da riqueza. Os acúmulos dos debates da sociologia urbana e da economia são utilizados para formar os argumentos do autor, que os vincula às dinâmicas propriamente urbanas.

Bolaffi finaliza o texto com saídas programáticas, vinculadas a um “programa reformista similar aos do Welfare europeu”, que seria aplicado, de forma muito parcial (como aponta Arantes), mais de uma década depois, com a redemocratização. Dentre as propostas, a taxação e o controle do uso do solo assumem protagonismo, a fim de dissociar a terra da reserva de valor. Já a habitação passa a ser compreendida como parte de um problema de acesso à terra urbana, o que Maricato chamará de “nó da terra”, e não como uma solução meramente de produção de novas moradias.

70 ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009, p. 125.

Dessa forma, é possível identificar que são diversas as análises em torno da periferia nesse período e que sem dúvidas essas análises criaram caminhos para uma compreensão pioneira sobre o processo de reprodução do espaço nacional e as formas singulares de desigualdade social do país. Ainda assim, após o período de redemocratização, os significados de periferia tomaram rumos novos e diferentes, desta vez com um entendimento que enfatiza a potência dos territórios marginalizados e, principalmente, conta com saídas programáticas de ruptura com o projeto de integração nacional e desenvolvimentista.⁷¹

A partir daqui, analisaremos os significados de *periferia* produzidos pelos próprios habitantes das periferias, que além de elaborarem novas compreensões objetivas e subjetivas desses territórios, transformaram os discursos e percepções nas lutas sociais recentes.

2. “Só quem é de lá sabe o que acontece”: a periferia

Neste segundo momento, veremos como, de maneira progressiva, as interpretações e significados atribuídos ao termo “periferia” passaram a ser objeto de novas formulações e disputas dentro da sociedade civil. As análises, que antes abordavam o termo somente a partir do discurso acadêmico, deram lugar para a compreensão do “*sujeito periférico*”, narrado e construído pelos próprios habitantes das periferias, a partir de uma “fraternidade de iguais”⁷² que se afirma enquanto ruptura do projeto de integração nacional que nunca chegou a se completar.⁷³ É a partir desse contexto que abordaremos o conceito de

71 É fato que o aumento da violência, o avanço do neoliberalismo e as diversas peculiaridades após a década de 1990 não estavam escritos para os personagens que compunham a luta pela redemocratização. Porém, ainda se é possível entrever o que viria, do ponto de vista urbano, Bolaffi o fez quando afirmou que a deterioração decorrente dos padrões de expansão urbana daquelas décadas resultaria na construção de “burgos murados, defendidos por milicianos armados”, estes construídos pelas camadas mais favorecidas da sociedade. A antropóloga Teresa Caldeira, duas décadas depois descreveria tal processo em seu livro “A cidade de muros”, de modo a compreender o processo do aumento da violência e da segregação territorial nas cidades.

72 KEHL, Maria Rita. *Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo*. São Paulo em perspectiva, 1999, 13: 95-106.

73 Acauam Oliveira dialoga com a pesquisa de Roberto Schwarz ao analisar e refletir sobre a obra do grupo de rap Racionais Mc. Oliveira interpreta a formulação da identidade periférica como uma afirmação e ruptura de um projeto de nação que deseja exterminar a população negra e pobre brasileira. Ainda de acordo com o autor, essa construção desloca o sentido da identidade nacional pensada em termos de conciliação racial e de classe, via nacional-desenvolvimentista, para uma nova formulação de um projeto nacional radical, a partir daqueles que

“periferia” no segundo momento deste capítulo.

Nesta segunda parte, o que veremos é uma formulação inversa daquela que havia sido produzida enquanto conceito sobre o termo. Em outras palavras, o formulador será o próprio sujeito inserido nas condições de vida da denominada “periferia”. A inversão do sujeito formulador pode ser analisada enquanto resultado do evidente legado das emergências sociais das décadas de 1970 e 1980, bem como das próprias produções programáticas dos teóricos nesses mesmos anos.

Ao longo das últimas décadas, o conceito de periferia vêm sendo publicizado, ganhando diversas nuances com diferentes apropriações. Até aqui, vimos a elaboração do termo no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980, sempre formulado por sujeitos inseridos no contexto das universidades. Agora, através dos trabalhos de Acauam Oliveira, professor da Universidade de Pernambuco (UPE), Tiarajú D’andrea, professor da Unifesp, e de entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, retomaremos os significados de periferia produzidos pelos próprios “periféricos”, que ganharam corpo e visibilidade a partir da década de 1990, sobretudo, através das obras do grupo de rap Racionais MC’s.

Na década de 1990, o Brasil passava por um processo de avanço do neoliberalismo, com privatizações, desemprego recorde e aumento significativo da violência urbana. Em bairros de São Paulo os índices de assassinatos eram equiparados aos de países em guerra civil.⁷⁴ No contrafluxo da desesperança e medo, os coletivos culturais emergiram e se capilarizaram rapidamente pelos territórios até então marginalizados. Através de letras de música, os grupos remodelaram os estereótipos de pobreza, violência e subserviência que eram assimilados à “periferia”. Dentre as novas expressões, o grupo Racionais MC’s ganhou destaque. Logo no primeiro rap gravado pelo grupo, o verso “só quem é de lá sabe o que acontece”⁷⁵ entou um significado inédito do termo. A partir da ficaram “socialmente relegados às margens de um projeto de integração que nunca chegou a se completar”. Mais adiante retomarei mais atentamente a análise da construção desse olhar sobre a “periferia” com a construção de um outro projeto de nação. OLIVEIRA, Acauam Silvério. O evangelho marginal dos Racionais MC’s. *Racionais Mc’s: Sobrevivendo no Inferno. São Paulo: Companhia das Letras*, 2018; SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. *Que horas são*, 1987, 1: 29-48.

74 D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

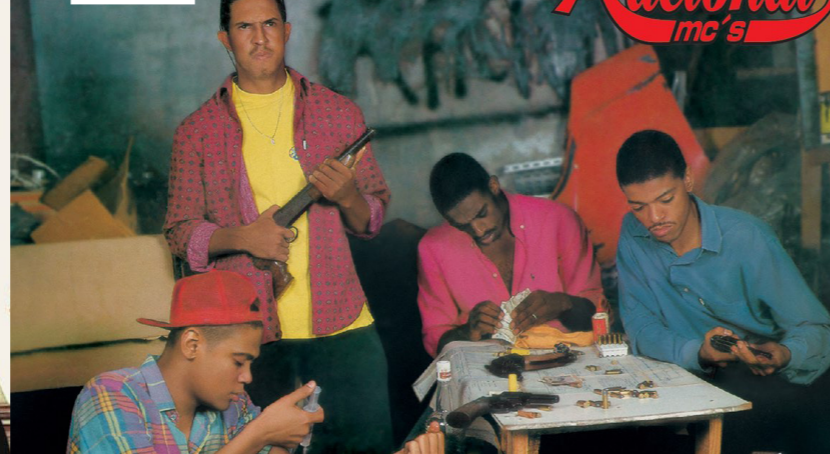
75 O verso faz parte da música “Pânico Na Zona Sul”, do álbum “Holocausto Urbano” gravado em 1990. A música em foi inicialmente lançada em 1988, na coletânea Consciência Black, Vol. I, do selo Zimbabwe Records (especializado em música negra), mas ganhou repercussão na regravação.

Figura 39 - Racionais MC's | Álbum Sobrevivendo no Inferno



FONTE: Site Metrôpoles, 2018

Figura 40 - EP "ESCOLHA SEU CAMINHO", 1992



FONTE: PLATAFORMA APPLE MUSIC, 2022.

Figura 41 - RACIONAIS EM "HOLOCAUSTO URBANO"



Foto de Klaus Mitteldorf . FONTE: Jornal Nexô, 2015.

Figura 42 -Fotomontagem Jornal da USP | JORNAL E REVISTA | RACIONAIS.



FONTE: Jornal Usp, 2021

crítica e denúncia da precariedade existente na periferia, os Racionais passaram também a apontar as potencialidades desses territórios, criando uma narrativa de *orgulho e identidade*.

De acordo com Acauam Oliveira, mais do que levantar as potencialidades das trajetórias desses sujeitos inseridos da “periferia”, o grupo Racionais MC’s construiu, através de suas letras, a “afirmação contra um projeto de nação que a deseja exterminar”. Isto é, o rap brasileiro naquele momento se desvinculou de uma linha de desenvolvimento de canção no país, a MPB, que, ainda de acordo com o autor, era desenvolvida em termos de conciliação racial e de classe, através do projeto de formação do país nacional-desenvolvimentista. Dessa maneira, o gênero pioneiro teria tomado forma, visibilidade e incorporação na sociedade civil, a partir dos “destroços desse projeto” e se propunha não só a denunciar a “pobreza e a violência”, mas também a elaborar coletivamente um projeto de nação a partir das periferias e para as periferias.⁷⁶

A partir da produção dos Racionais, Tiaraju D’andrea identifica que essas elaborações deram base para a conceituação do que o próprio autor denomina como “sujeito periférico”. A denominação remete a um processo de reconhecimento subjetivo do indivíduo em conjunto com as mudanças urbanas recentes, especificamente entre 1990 e a primeira década dos anos 2000, quando o sujeito torna-se não só conhecedor de sua condição, mas também propositor e “fazedor”⁷⁷ de ações que objetivam mudar as condi-

76 OLIVEIRA, Acauam Silvério. *O evangelho marginal dos Racionais MC's. Racionais Mc's: Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018; SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. *Que horas são*, 1987, 1: pp. 29-48.

77 O termo “fazedor” é utilizado amplamente pelos *sujeitos periféricos*, remetendo ao orgulho de suas

ções de vida periférica.

Junto à elaboração de uma vida mais politizada desses sujeitos em torno da formulação de “periferia”, dando espaço para a formação de resistência nas periferias, o contexto do avanço do neoliberalismo em 1990 e, a partir de 2000, os programas implementados durante o lulismo produziram, também, a despolitização do sujeito, enredados pela lógica mercadológica e do individualismo.⁷⁸ O conceito de “conformismo e resistência” de Marilena Chauí, já abordado no primeiro capítulo desta dissertação, também faz juz à própria reprodução social periférica nesses anos recentes. Isso porque as periferias são heterogêneas, inseridas nas dinâmicas e condições brasileiras, urbanas e sociais, que não permitem superar a desigualdade num contexto de “revolução dentro da ordem”.⁷⁹

A partir da década de 1950, as altas taxas de crescimento urbano, o aumento expressivo de migração da população rural para o urbano, a industrialização e os problemas sociais advindos dessas transformações levaram para o centro do debate público a questão urbana. Os universitários que passaram a olhar a periferia, não buscavam ape-

formulações e autonomia de ação. O adjetivo é especialmente utilizado no campo cultural, como “fazedor de arte” ou “fazedor de cultura”.

78 O contexto do denominado “lulismo” já foi amplamente abordado no segundo capítulo desta dissertação.

79 Pedro Arantes cita a hipótese de Florestan Fernandes para reforçar a necessidade de se implementar um projeto político e social radical para a superação dessa desigualdade, dentro de uma metrópole inserida no capitalismo periférico. Ainda que o autor se valha do argumento a partir de uma compreensão da produção teórica e prática entre as décadas de 1970 e 1990, o mesmo problema permanece, aquém das novas formulações produzidas. ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CE-BRAP, pp. 103-127, 2009.

nas levantar diagnósticos, ou produzir pesquisas que alimentassem o interior da universidade. Fazer pesquisa no campo da periferia, naquelas décadas, era uma atividade extremamente crítica à produção da sociedade brasileira, quando não expressamente militante. Isso porque o período de repressão da ditadura reforçava ainda mais as desigualdades sociais, e os sujeitos que produziam conhecimento sobre a periferia eram, majoritariamente, militantes contra a ditadura.

Na medida em que os “personagens entravam em cena”, protagonizando o período de redemocratização do país, o conceito de periferia passou a ser utilizado também pelos movimentos sociais. As lutas pelas melhorias urbanas, pelo custo de vida e por melhores condições urbanas, fizeram com que os movimentos sociais passassem a discutir e produzir seus entendimentos sobre a periferia. Afinal, eles viviam e experienciavam no próprio cotidiano as desigualdades territoriais.

Como vimos ao decorrer da pesquisa, logo que a redemocratização foi conquistada, os movimentos sociais entraram em refluxo e tiveram seu protagonismo nos territórios encolhido. No mesmo período, durante a década de 1990, o avanço do neoliberalismo impactou severamente as condições de vida dos sujeitos inseridos nas periferias urbanas.

“(…) a política adotada na época era um neoliberalismo agressivo que glorificava o individualismo e o empreendedorismo, ao mesmo tempo que cortava todos os direitos sociais. Enquanto a burguesia comemorava a chegada dos produtos importados, dos shoppings e condomínios fechados, nas quebradas o trabalho se tornava cada vez mais precarizado, o desemprego aumentava e os direitos sociais eram diretamente atacados. Além disso, os índices de violência aumentavam escandalosamente: apenas entre 1992 e 1993 ocorreram o massacre do Carandiru, cujo saldo foram 111 mortes confirmadas; a chacina da Candelária – em que a polícia atirou em 70 crianças que viviam na rua, matando 8 e ferindo várias; e a chacina do Vigário Geral, apenas um mês depois, que deixou 21 mortos sem nenhuma ligação comprovada com o tráfico. O Estado, portanto, não apenas havia abandonado a periferia, como promovia um processo perverso de higienização e extermínio.”⁸⁰

Se, de um lado, estava em curso o desmonte dos movimentos sociais atuantes nos territórios urbanos, de outro, o avanço do neoliberalismo nesses locais fora extrema-

80 DE OLIVEIRA, Acauam Silverio. *Racionais MC's como Acontecimento estético*. In: XXVII Congresso da Anppom-Campinas/SP. 2017, p. 2-3.

mente agressivo, resultando, nas palavras de Acauam Oliveira, em um “verdadeiro projeto de extermínio da população da periferia.”

Nesse contexto de “terra arrasada”, os moradores dos bairros populares passaram a buscar saídas para sua própria sobrevivência. Tiaraju D’andrea aponta diversos fenômenos surgidos nesse cenário, como o nascimento do PCC, o crescimento das igrejas evangélicas e a explosão dos coletivos artísticos. No entanto, para o desenvolvimento dessa pesquisa, nos deteremos ao último ponto, em especial, às obras do grupo de rap Racionais MC’s.

2. 1. A criação do rap enquanto ruptura do projeto de “ganha-ganha”.

“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial.

A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras.

Nas universidades brasileiras, apenas 3% dos alunos são negros.

A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo.

Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.”⁸¹

Diferentemente das produções das canções nacionais daquela época que fizeram sucesso, o rap no Brasil surgiu em certa medida desvinculado da tradição estético-cultural da música brasileira.⁸² Os grupos de rap nasceram vinculados com a tradição norte-americana, essa gestada nos anos de 1960, no bairro Bronx de Nova York. É possível notar que as condições de vida no bairro nova yorkino tinham muitas características semelhantes aos bairros populares brasileiros da década de 1990. Pobreza, violência policial, drogas e violência entre gangues faziam parte do cotidiano daquela população. D’andrea, ao contextualizar o surgimento do gênero musical, afirma: “ser jovem e negro

81 RACIONAIS MC’s. *Capítulo 4, Versículo 3*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6Wt61AZLG0bN2KasopE2sj>. Acesso em: março, 2022.

82 OLIVEIRA, Acauam Silvério. *O evangelho marginal dos Racionais MC’s. Racionais Mc’s: Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

naquele contexto do Bronx do final da década de 1960 fazia da sobrevivência uma possibilidade remota.”⁸³ Ali, o rap também surgiu como uma saída para a própria sobrevivência e construção coletiva de emancipação daqueles sujeitos.

Em Oliveira, o surgimento do rap brasileiro é entendido como uma “construção de identidade de ruptura, da afirmação de uma comunidade negra que se desvincula do projeto de nação mestiça tal como concebida até então”.⁸⁴ Isto porque a Bossa Nova, o MPB e o Samba, cada qual com suas particularidades, em alguma medida traziam a noção de modernização, vinculada à concepção de um projeto de nação desenvolvimentista. Esse impulso pelo progresso só iria perder força depois do golpe militar de 1964. Os sentidos de “progresso” e o “moderno”, que passaria pelas mãos dos militares, perderam força dentro dos mais diversos campos analíticos sobre a cultura popular. Ainda como aponta Oliveira, Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira e a obra “Terra em Transe” são exemplos da guinada crítica da produção cultural daquele momento.⁸⁵

“Divorciam-se as noções de “progresso” e “modernidade”, ou ao menos se percebe que o progresso econômico não necessariamente vem acompanhado de progresso social, podendo realizar-se justamente em sentido contrário, como a ditadura militar havia demonstrado.”⁸⁶

Após a década de 1980, sobretudo na década de 1990 com o avanço do neoliberalismo, as condições efetivas para o desenvolvimento de um projeto de nação teriam desaparecido por completo. O projeto político, que dependia de um Estado minimamente forte, indutor de desenvolvimento, perdera espaço com os progressivos desmanches das instituições desenvolvimentistas em prol da flexibilização econômica. E o rap, por sua

83 D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 62.

84 OLIVEIRA, Acauam Silvério de. *O fim da canção? Racionais MC’s como efeito colateral do sistema canção brasileiro*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016, p. 5.

85 Schwarz, R. (1987). “*Nacional por Subtração*” in *Que Horas São?*. São Paulo: Companhia das Letras, 30, 1-18; SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Editora 34, 2000; SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. Paz e Terra, 2001; DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015; TERRA em transe. Direção: Gláuber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas, 1967 [produção]. 1 filme (105 min), 35 mm, p&b.

86 Ibidem, p. 113.

vez, durante a decadência do projeto nacional desenvolvimentista, surge não só para ocupar o espaço do “vazio”, mas, sobretudo, para formular um projeto de ruptura, que, nas palavras de Oliveira, é “radicalmente distinto”.

Para o autor, o rap tomou forma a partir dos “destroços desse projeto de formação de país, comprometendo-se radicalmente com aqueles que ficaram socialmente relegados às margens de um projeto de integração que nunca se completou”. É a partir dessa concepção que o termo “periferia” passa a ser reformulado e disputado. Isso porque o conceito de “nação” usado até então nas principais linhas da canção brasileira, é substituído por “periferia”.

A “periferia” aqui é tanto um sintoma de fracasso do ciclo de formação nacional, quanto um compromisso com a vida desses sujeitos inseridos nos bairros mais pobres da metrópole, até então marginalizados e vítimas da violência concreta do Estado. O rap, em especial o grupo Racionais MC’s, teria revelado abertamente as contradições e desigualdades da formação social brasileira. As composições das músicas, e as transformações sobre os significados de periferia fariam parte de um projeto radical e civilizatório vindo da comunidade negra e para a comunidade negra. O termo passa a ser construído através de uma subjetividade sobre a própria identificação que aposta na ruptura e na diferença entre classe e raça, tendo a sociedade brasileira como campo de conflito.

Antes de avançarmos sobre a formulação da subjetividade periférica e analisarmos o conceito elaborado por Tiarajú D’andrea, “sujeito periférico”, vale retomarmos brevemente os progressos, tanto do ponto de vista da formulação quanto da estética, das obras dos Racionais MC’s, de modo a compreender com mais acerto as transformações em torno do termo “periferia”.

2. 2. Racionais MC’s e a construção de um discurso que mudaria a concepção de periferia: de Holocausto Urbano (1990) à Sobrevivendo no Inferno (1997).

O grupo Racionais MC’s foi formado nos anos 1988 a partir do encontro entre Paulo Eduardo Salvador (Ice Blue) e Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown), ambos mo-

radores do extremo da zona sul de São Paulo, com Edivaldo Pereira Alves (Edi Rock) e Kleber Geraldo Lelis Simões (KL Jay), estes moradores da Zona Norte.⁸⁷ Logo no primeiro ano da criação do grupo, as composições “Pânico na Zona Sul” e “Tempos Difíceis” foram lançadas na coletânea *Consciência Black*. Dois anos depois, as duas músicas fariam parte do primeiro disco, *Holocausto Urbano*, que chegou a vender cerca de 200 mil cópias, levando os Racionais MC’s à cena cultural em diversas periferias paulistanas.⁸⁸

O primeiro álbum do grupo, lançado em 1990, tratou principalmente dos diversos tipos de opressão contra a denominada periferia. De acordo com Oliveira, a faixa “Pânico na Zona Sul” percorreu os diversos temas tratados em toda a obra dos Racionais:

“o abandono da periferia pelo resto da sociedade (“E nós estamos sós \ ninguém quer ouvir nossa voz”), a violência (“Justiceiros são chamados por eles mesmos \ matam humilham e dão tiros a esmo”), a crítica à mídia sensacionalista e à opinião pública sedenta de sangue (“o sensacionalismo para eles é o máximo \ acabar com delinquentes eles acham ótimo”), o compromisso com o retrato da realidade que não aparece nessa mídia (“Racionais vão contar \ a realidade das ruas”), a conscientização da comunidade (“vimos falar que vai mudar \ temos que parar de se acomodar”), e a necessidade de de fortalecimento da própria periferia (“Pois quem gosta de nós somos nós mesmos \ tipo porque ninguém cuidará de você”). Em outras canções surgem temas mais recorrentes, como o racismo (“Racistas otários”), a traição feminina (“Mulheres vulgares”) e a crítica aos próprios membros de sua comunidade que “fazem o jogo do sistema”, contribuindo para a marginalização de todos.”⁸⁹

Ainda que o compromisso com as perspectivas críticas levantadas acima esteja presente em todos os trabalhos do grupo, os álbuns tiveram diferenças importantes. O *Holocausto Urbano* apresentaria, segundo Oliveira, um discurso argumentativo, “estruturado principalmente a partir de juízos e julgamentos”. As produções oscilariam entre

87 Acauam Oliveira aponta que a junção entre os quatro rappers se deu através de Milton Sales, produtor cultural e militante, que conhecia tanto a cena cultural que acontecia na estação São Bento de metrô, frequentada por Brown e Blue, quanto a casa noturna Clube do Rap, na Bela Vista, acompanhada por KL Jay e Edi Rock. Todas na região central da cidade de São Paulo. OLIVEIRA, Acauam Silvério de. *O evangelho marginal dos Racionais MC’s*. In: *Sobrevivendo no Inferno*, 2018, pp. 19-41.

88 Ibidem.

89 OLIVEIRA, Acauam Silvério de. *O fim da canção? Racionais MC’s como efeito colateral do sistema canção brasileiro*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015, p. 295-296.

“ser a voz da periferia” e ser uma “voz pela periferia”. Aqui, os rappers assumem uma condição de julgamento, e da “voz da verdade”, garantindo um certo distanciamento à própria periferia.⁹⁰ A virada narrativa só teria se dado de forma assertiva em 1993, com o álbum *Raio-X do Brasil*.

Ainda de acordo com Acauam Oliveira, o álbum representou uma “mudança radical na postura e forma estética”, bem como impressionou a opinião pública “tanto pela radicalidade quanto pelo salto qualitativo” das obras até então produzidas. Um dos prognósticos levantados para compreender essa transformação foi o contexto que a sociedade brasileira enfrentava naqueles anos: o Massacre do Carandiru, ocorrido em 02 de outubro de 1992.

O Massacre foi tido como uma das ações mais violentas da história do sistema prisional do país, que ocorreu através de uma intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo e resultou na morte de pelo menos 111 detentos. O autor, ao citar Tiarajú D’andrea, recupera outros dois massacres que “chocaram o mundo” e ocorreram no ano seguinte, em 1993.

“O assassinato de oito crianças e adolescentes na madrugada de 23 de julho de 1993, em frente à Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro (os assassinos eram policiais e ex-policiais ‘que abriram fogo contra mais ou menos setenta crianças e adolescentes em situação de rua que dormiam nos arredores da Igreja’) e, cerca de um mês depois, em 29 de agosto de 1993, o assassinato por um grupo de extermínio de 21 moradores do bairro Vigário Geral, também no Rio de Janeiro, sendo que a maior parte dos mortos não possuía nenhuma ligação com o tráfico. Confirmava-se aqui que o genocídio ocorrido no Carandiru não só não havia sido um acidente, como se tornava uma norma que estava longe de se restringir apenas às cadeias do país.”⁹¹

A partir de então, os Racionais passaram a incorporar os “valores do rap e da periferia” em suas canções, propondo uma ação programática que unisse diferentes pontos de vista contra a violência e pobreza disseminada na periferia. O álbum “Raio-X do Brasil” não incorporou uma perspectiva de autoridade e de distanciamento de seus pares,

90 As análises mais precisas sobre as obras dos Racionais MC’s, com os álbuns *Escolha seu caminho*, de 1992, *Raio-X do Brasil*, de 1993, e *Sobrevivendo no Inferno*, de 1997, podem ser vistas em: Ibidem.

91 Ibidem, p. 306.

mas, ao contrário, se propôs a “participar ativamente da construção de uma comunidade periférica”, com intuito de superar a extrema violência e pobreza nas periferias através de uma organização “dos manos”. Aqui, o conceito de “periferia” passa a incorporar outros significados, cujo aprofundamento se dará no próximo álbum, “Sobrevivendo no inferno”.

A periferia passa a ter centralidade nas letras das músicas do grupo, porque essa concentração do discurso não é encarada como uma escolha, mas como uma necessidade, ligada diretamente com o fim do horizonte do projeto de integração nacional. O autor descreve o conceito de periferia como

“um espaço onde as possibilidades de integração (estado, trabalho, movimentos sociais de base, consumo) são abandonadas, e o pouco que se apresenta é fortemente marcado pela negatividade (crime, drogas, trabalho alienado, violência).”⁹²

Ainda que os Racionais tenham partido da centralidade periférica para reivindicar transformações sociais, eles utilizaram o contexto específico de sua realidade para denunciar as problemáticas da produção social brasileira, sem perder a totalidade das dimensões globais expressadas na localidade. A partir daí o grupo passou a ser reconhecido em todas as periferias, mesmo por sujeitos que não estavam inseridos na cena do rap. Mas só foi com o álbum “Sobrevivendo no inferno” que o grupo se tornou conhecido nacionalmente, transformando radicalmente a interpretação do que viria a ser “periferia”.

2. 3. Sujeito Periférico: análises sobre as transformações do termo “periferia” de 1990 até os dias atuais.

Até aqui vimos o contexto social de extrema pobreza e violência da década de 1990, o nascimento e consolidação do grupo de rap, Racionais MC’s e, por fim, os significados atribuídos à periferia nas letras de rap, que vão desde denúncia da precariedade vivi-

da pelos sujeitos que ali residem, à falência do projeto de nação desenvolvimentista e à identificação de “potência” do que poderia ser a periferia. Este último ganha centralidade no álbum *Sobrevivendo ao Inferno*. Vale ressaltar que os Racionais MC’s tiveram um papel importante na leitura do imaginário que existia dos moradores das periferias, que foi capaz de sintetizar e produzir transformações no significado de periferia e a construção daquilo que Acauam Oliveira chama de um projeto de transformação social. Para tanto, nos deteremos no estudo feito por Tiarajú D’andrea e sua denominação de “sujeito periférico”, que respalda essa condição a partir da década de 1990 até os dias atuais.

O álbum, lançado em 1997, foi a obra que tornou o grupo reconhecido nacionalmente, chegando a vender mais de 1,5 milhão de cópias e atingindo todos os estratos sociais. As produções inseridas nesse disco são as que mais se concentram na realidade periférica nacional naquele momento. Tanto do ponto de vista de denúncia da pobreza e da violência vivenciada, quanto de ressignificação sobre a potência que os sujeitos ali inseridos podem ter no papel de transformação social. O salto aqui também diz respeito à forma estética em que as letras e as batidas das canções são elaboradas junto ao contexto social vivido naquele período. Isso porque o avanço do neopentecostalismo e o surgimento do PCC estão presentes na elaboração discursiva de todo o álbum.

De acordo com D’andrea, a própria estética da capa e contracapa já apresenta o avanço do discurso evangélico: “A capa do CD é uma cruz com um salmo. A contracapa possui outro salmo”. Dentre as músicas, as faixas 2 e 3 do CD também remetem ao evangelho, que chamam, respectivamente, “Gênesis” e “Capítulo 4, versículo 3”. É como se o rapper, ao contrário do professor nos álbuns anteriores, de olhar distanciado e julgador, tomasse o papel de “pastor-marginal”, que acolhe e guia seus “irmãos” a partir da “palavra divina” do rap.

“Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Apoiado por mais de cinquenta mil manos
Efeito colateral que o seu sistema fez
Racionais, capítulo 4, versículo 3”

92 Ibidem, p. 316.

Na análise de Acauam Oliveira, a “palavra de salvação” não se dirige mais ao Estado, mas à própria comunidade, que seria o “próprio caminho da salvação, desde que aquele que a escute compreenda e aceite os caminhos do proceder periférico”.⁹³ É nesse contexto que o “sujeito periférico” ganha corpo, a partir da percepção de que a construção de uma ética comunitária da periferia e para a periferia pode levar a um projeto de transformação social e de uma agenda programática totalmente radical das já elaboradas pelo campo progressista até então.

Para D’andrea, o “sujeito periférico” surge como uma nova subjetividade que se forma na periferia a partir dos anos 1990 e se acentua até os dias de hoje (com outras dinâmicas após o período assim chamado de lulismo). Essa identificação é designada ao sujeito que se estabelece geograficamente nas periferias e se reconhece a partir dessa condição por meio de ações políticas que levam a compreender sua posição na reprodução social brasileira e global. Ainda assim, é importante levantarmos que, para o autor, pertencer à periferia é condição para se tornar *sujeito periférico*, mas nem todo morador dessas localidades se torna um:

“*Sujeito periférico* é o morador da periferia com uma ação prática baseada em uma subjetividade. Os elementos principais que conformam essa subjetividade são: o reconhecimento de ser morador de periferia; o orgulho de ser portador dessa condição o pertencimento a uma coletividade que compartilha códigos, normas e formas de ver o mundo; o senso crítico com relação à forma como a sociedade está estruturada; a ação coletiva para a superação das atuais condições.”⁹⁴

Mas o que seria esse “lugar geográfico” da periferia? Ainda que as atribuições impostas sobre o termo tenham passado a também atribuir significados de potência e de

93 Do ponto de vista do contexto carcerário e da violência, junto ao surgimento do PCC e o impacto no cotidiano dos moradores das periferias, a composição “Diário de um detento” seria a mais simbólica no que diz respeito ao processo coletivo de construção e expressão da realidade vivida sobre os próprios detentos. A letra foi fruto de uma parceria de Mano Brown com Jocenir, um dos sobreviventes do Massacre do Carandiru. De acordo com Oliveira, os cadernos de Jocenir circularam pelo presídio “para serem aprovados pelo coletivo carcerário antes de sua versão final”. Oliveira, A. S. D. *O evangelho marginal dos Racionais MC’s*. Sobrevivendo no Inferno, 2018, p. 31.

94 D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013, p. 275-6

transformação social a partir dos Racionais, e que deram base para a formulação do denominado “sujeito periférico”, o autor delimita essa localidade como “bairro populares (...), que denota em seu interior quatro elementos: pobreza, violência, cultura e potência”. Em sua tese, Tiarajú D’andrea diferencia o conceito de subúrbio do de periferia, sendo o primeiro referente aos bairros nas margens das cidades com maior infraestrutura e com uma população mais bem remunerada, e o segundo aos bairros onde prevalecem moradores de baixa renda, e que vivenciam a pobreza e a violência. O autor retoma os estudos de José de Souza Martins e Teresa Caldeira para compreender as transformações socioespaciais na década de 1990 que levaram a reprodução do espaço urbano a alterar a dinâmica de desigualdade, construindo grandes shoppings centers e condomínios de luxo para além da mancha urbana.⁹⁵

Em outro estudo, D’andrea ainda caracteriza periferia a partir de uma análise quantitativa, feita pelo Movimento Cultural das Periferias, em São Paulo, e publicada em 2017. Para esse estudo, a periferia seria composta por distritos onde mais de 20% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo.⁹⁶

Dessa forma, ainda que a “periferia” também signifique “pobreza e violência”, o autor acrescenta novos sentidos para compreender o que seria o “sujeito periférico”, sendo eles os de “cultura e potência”. O da “cultura” abrange a “produção cultural como forma de participação política e a produção cultural como emancipação humana”.⁹⁷ Vale lembrar que as atividades artísticas começaram a ser massivamente incentivadas e promovidas por programas sociais geridos pelo poder público, tanto em escala federal quanto municipal, depois dos anos 2000, como analisamos no capítulo dois desta dissertação. Esses estímulos foram capitaneados tanto por organizações não governamentais quanto por projetos de empresas privadas, desencadeando pontos de vista críticos

95 Essa mesma análise foi feita também brevemente por BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema*. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, 37-70; em DE SOUZA MARTINS, José. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. Unesp, 1992. e DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34, São Paulo, 2000.

96 D’ANDREA, TIARAJU. *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*. Novos estudos CEBRAP, 2020, 39: pp. 19-36.

97 D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013, p.185.

sobre o real papel transformador que essas atividades artísticas promoveriam.⁹⁸

Do ponto de vista da “potência”, esse elemento abriga dentro de si, ainda de acordo com D’andrea, pelo menos quatro potencialidades: 1) o uso ou a ameaça do uso da violência; 2) a ostentação por meio do consumo; 3) a disputa pelo poder por meio das organização política; 4) uma certa criatividade própria do moradora da periferia.

“Desse modo, os três fenômenos que se relacionam com o orgulho periférico: o PCC, o lulismo e, fundamentalmente, os coletivos artísticos da periferia, teriam lugar nessa condição acima apresentada.

O PCC por expressar a *potencialidade* periférica pelo uso ou ameaça de uso da violência.

O *lulismo* por expressar a potencialidade do consumo e, de alguma maneira, expressar a organização política das classes populares.

Os coletivos artísticos da periferia por terem, por sua atuação, mudado a forma como se enxerga a periferia e como se define *periferia*.”⁹⁹

Por fim, para os fins dessa pesquisa, o conceito de “sujeito periférico” do autor rende uma última análise: o uso do termo periferia como equivalente de classe trabalhadora. Essa última condição foi descrita pelo autor no artigo “Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos”, de 2020. Para D’andrea

“periferia passa a ser utilizada como totalidade abarcadora de distintas localidades com situações sociais próximas, sendo uma expressão de classe trabalhadora em um momento histórico em que se necessitava de uma categoria unificadora, mas trabalhador se fragilizava como categoria de representação.”¹⁰⁰

Diferentemente das análises marxistas clássicas, o conceito de classe trabalhado-

98 Ver mais sobre no capítulo anterior desta dissertação.

99 Ibidem, p. 177-178.

100 D’ANDREA, TIARAJU. *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*. Novos estudos CEBRAP, 2020, 39: pp. 19-36, p. 31.

ra perde força nos discursos recentes, como visto na elaboração do conceito de “sujeito periférico”. Isso porque o aumento do desemprego e do trabalho informal se tornou a realidade predominante, não apenas na periferia, mas sobretudo nela. Vale lembrar que esse entendimento não é pacífico no campo da sociologia. Como visto no capítulo 2 desta dissertação, Ruy Braga define essa parte da população inserida em condições muito degradantes de trabalho e em um processo de reprodução subnormal de suas próprias condições de vida como “precariado”. Aqui, o “precariado” não se distingue da classe trabalhadora, mas é uma parcela dessa mesma classe que se insere nas ocupações mais precárias e pior remuneradas, formais ou informais.¹⁰¹ Sem estender as polêmicas, o importante para essa pesquisa é apontar as transformações discursivas mais presentes nos debates dos movimentos sociais nos anos recentes.

3. Das análises aos discursos: reflexões em torno dos discursos recentes dos movimentos sociais surgidos após 2000.

Em grande medida, os pontos levantados acima congregam entre si estudos complexos e fazem parte de um repertório histórico específico ainda em transformação, dificultando análises mais sólidas e conclusivas. Por isso, utilizaremos a bibliografia desenvolvida ao longo do trabalho em conjunto com entrevistas feitas pela autora desta pesquisa, a fim de iniciar um debate de caráter introdutório sobre o contexto em que os movimentos sociais surgidos após os anos 2000 estavam inseridos, bem como o impacto dessas transformações políticas, sociais, econômicas e, sobretudo para essa dissertação, urbanas, atingiram diretamente as maneiras como esses sujeitos se articulam politicamente e elaboram suas reivindicações. Para tanto, serão utilizados trechos dessas entrevistas, à luz do que já foi levantado teoricamente, para compreender de que forma os avanços e retrocessos recentes levaram à derrota das forças progressistas no golpe de 2016 e posteriormente nas eleições de 2018.

Foram elaboradas oito entrevistas ao todo, fruto de um trabalho coordenado pela autora para a rede BrCidades. Os diálogos que foram posteriormente transcritos para

101 Em grande medida, os estudos de Braga apontam que o proletariado precarizado existe desde os primórdios do capitalismo histórico. O pesquisador readapta o conceito já abordado por Karl Marx de superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) para os dias atuais. Ver mais em BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.

uso desta dissertação fazem parte da série de Podcast BrCidades sobre políticas urbanas da rede, que analisa a situação das cidades brasileiras. Vale ressaltar que as entrevistas serviram de subsídio para toda a pesquisa e foram utilizadas também no capítulo dois. Neste momento, serão aproveitadas três das sete entrevistas, que expressam as transformações e conflitos dos movimentos sociais recentes na Grande São Paulo.

3. 1. Douglas Belchior

Em entrevista, Douglas Belchior, também conhecido como Negro Belchior, educador, professor formado em História pela PUC/SP, fundador e professor no Movimento Unea-fro-Brasil, relata o processo de reprodução das cidades brasileiras, a desigualdade territorial e o papel dos movimentos sociais nesses territórios, principalmente dos que pautam a luta antirracista. No trecho recortado abaixo, são levantados pontos importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, e que também foram trazidos em entrevistas feitas por outras lideranças de movimentos sociais da Grande São Paulo.

“Tem poder político quem está no território. Esse não é um raciocínio complexo, é um raciocínio evidente, simples até. As comunidades pobres dependem, para sua sobrevivência, de serviços do Estado e de companhias comunitárias. As pessoas sobrevivem assim nos bairros mais pobres. Na medida em que quem está ali, acompanhando o dia a dia, acudindo no socorro, levando pro hospital quando precisa, não é o campo progressista... É óbvio que ele vai perder espaço político naquele espaço. É óbvio.

(...) À medida em que a influência de quem pode ajudar não é mais nossa, deixa de ser nossa, ou diminui nossa influência, isso é péssimo politicamente. A igreja católica sempre foi muito presente em territórios periféricos. Ela deixou de ser presente? Não deixou de ser presente, mas deixou de cumprir determinado papel, determinada função política. De assistência, relacionada à política. E as igrejas evangélicas - e isso é público e notório, não tô dizendo nada que ninguém saiba aqui, não é uma crítica à fé das pessoas, as pessoas têm direito à fé que elas quiserem, nós temos que respeitar -, se estabeleceu um projeto político a partir de algumas igrejas. E então eles potencializaram sua presença politicamente. Isso tem um resultado objetivo, eles estão presentes na política brasileira, como um projeto. Isso significa condenar a prática religiosa? De jeito nenhum. Isso significa que todo mundo que segue religião é conservador, de direita ou bolsonarista? De jeito nenhum também. Há setores minoritários das direções das igrejas que são progressistas, dentro da igreja evangélica. E nós temos que fortalecer.

A nossa tarefa, mais do que criticar a experiência organizativa e política deles, é pensar na nossa. Nós não estávamos lá, ou estávamos em outra proporção. E eu não sei se o abandono é um abandono de território pensado. Talvez a nossa experiência nos últimos anos tenha nos levados para outros lugares, mas eu acho que a história ensina e nós estamos aqui dizendo o seguinte; há um elemento de organização política nosso que abandonou o território, mas há uma permanência nossa, de setores da esquerda, que nunca abandonaram o território, mas que também nunca dirigiram a esquerda.”

Belchior nasceu no município de Poá, região metropolitana de São Paulo, onde vive até hoje. Sua trajetória política teve início em 1999, quando passou a construir o movimento e cursinhos populares e comunitários da Educafro. Mas só foi em 2009 que fundou a Unea-fro-Brasil, movimento de luta contra o racismo através da prática da educação popular e voltado para a conquista de direitos da população negra e periférica ao acesso à universidade. Atualmente, dois anos após a entrevista concedida, é candidato a deputado federal pelo PT.

A vida política de Belchior é marcada por sua atuação nos territórios onde a Unea-fro se organiza em núcleos de cursinhos populares na Grande São Paulo, do centro aos extremos da região metropolitana. A partir do trecho da entrevista exposto acima e de sua trajetória, vale ressaltar três pontos já discutidos ao decorrer dessa dissertação para compreender alguns dos motivos que levaram a derrota progressista de 2018: 1) o afastamento dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 das bases populares; 2) o avanço do neopentecostalismo nas periferias; e 3) a falta de representatividade política dos sujeitos que constroem a luta social no cotidiano.

Ainda que a fala de Douglas não aborde claramente a falência do projeto de nação brasileiro, a referência à perda do poder progressista nos territórios e o descontentamento dos movimentos sociais sobre a falta de espaço nas esferas de poder denunciam a falta de perspectiva de qualquer consolidação, ou até mesmo desenvolvimento, de um projeto de nação integrador. Em outra parte da entrevista, Belchior menciona de forma mais clara essa ruptura com o projeto desenvolvimentista mestiço:

“As políticas que foram experimentadas desses governos dos últimos 15 anos - governos do PT, Lula e Dilma -, elas proporcionaram experiências de contato mais efetivo, de mistura. Um fluxo de pessoas, de grupos sociais, em espaços que, até então, [eram] radicalmente segregados. E o resultado objetivo a partir disso foi o conflito. Um conflito que a gente sabe que existe, que sempre esteve aí, mas que talvez não tenha sido traduzido dessa maneira, como estamos vendo hoje. No sentido do conflito físico, do enfrentamento público dessa diversidade. Até então, lia-se o Brasil como um espaço de convergência das diferenças, boa convivência com as diferenças, traduzida na frase e no pensamento do Gilberto Freyre da democracia racial.

A partir dos resultados das políticas do governo Lula e Dilma, essa máscara que a gente denunciou como mentirosa - nunca vivemos democracia racial, nunca vivemos nenhuma democracia - , mas essa máscara da democracia racial cai por completo. E a nossa denúncia ganha sentido público. À medida que a cidade passa a ser frequentada, no seu ambiente mais nobre, por pessoas negras que não são empregadas, isso causa conflito. No aeroporto, no bairro mais nobre. Então, isso traz pra cena um ambiente que a gente não tinha vivido ainda, e o conflito acontece, e é bom, é positivo. Não acho que a gente vai regredir nisso.”

Aqui, a ruptura com o projeto desenvolvimentista e a perspectiva de um projeto de transformação radical ganha força. A saída da “onda conservadora” é apontada através dos coletivos negros que atuam há anos nos territórios. Belchior identifica que esses movimentos estão “lutando como nunca pelos seus direitos (...) [e] está fora da caixinha da esquerda tradicional, mas está acontecendo e terá frutos”. Essa perspectiva de eferescência de coletivos é oposta às avaliações da esquerda convencional, que apontam um refluxo de mobilização nos territórios.

Do ponto de vista da “periferia”, Douglas Belchior não se detém particularmente ao termo, mas reivindica a cidade como palco, expressão e ferramenta da luta progressista. Aqui, a cidade ganha centralidade no discurso de projeto de transformação social. “A cidade é espelho do que é a nossa sociedade, racialmente determinadas e desigual”. O educador avalia a desigualdade social como fruto do processo de reprodução do espaço urbano, principalmente quando analisada pela perspectiva racial e do histórico escravocrata nacional.

“As cidades são segregadas, fruto, então, do processo histórico da sua própria formação. Dos seus territórios, dos seus estados, das

suas nações. Eu moro em São Paulo, Zona Leste de São Paulo. E assim como em outros bolsões de pobreza, a Zona Leste sempre foi muito fácil de acolhimento para a população imigrante, para aqueles que vêm de outros estados tentar a vida, construir a cidade com seu suor, com suas lágrimas, com seu sangue, erguer os prédios do centro da cidade, arborizar os bairros nobres, gastar sua vida e seu trabalho nos Jardins e, depois, gastar horas voltando pra casa.

A formação da cidade se deu a partir do interesse econômico de quem a construiu. E nós estamos falando de uma cidade como São Paulo, que é o estado onde o último ciclo da escravidão se deu - com muita força. E a medida em que a metrópole foi se formando, mesmo os núcleos de descendentes de escravizados em São Paulo foram sendo retirados. Então, você tem diversas histórias na cidade de São Paulo, de bairros que foram completamente gentrificados. Da demarcação espacial do local de cada um, do lugar de cada um. Da moradia, que muitas vezes se concilia com o local da precariedade (...) E esses bolsões de pobreza, para onde os pobres são enviados, mandados, nunca vão acompanhados da infraestrutura que uma cidade, que uma população, necessita. Poucos serviços públicos, serviços precários - quando tem. O único serviço eficiente que chega nesses lugares é o serviço da repressão. De maneira, que é possível afirmar sim; existe, na natureza da formação da cidade, permanência da lógica da escravidão, do racismo (...)

Os índices demonstram isso. Isso resvala e interfere, inclusive, na longevidade das pessoas, na expectativa de vida. Então, em determinados bairros as pessoas vivem mais, em outros bairros vivem menos. Isso tem a ver com qualidade de vida, com tempo que é gasto de transporte público, com o sofrimento que é imposto a quem mora nesses bolsões longes dos espaços de privilégios da cidade”

A questão urbana é vista como um dos elementos centrais para transformar a realidade social, principalmente pelo prisma racial. Se nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais pautavam melhorias nos bairros, ou reivindicações em torno do custo de vida, agora os discursos dos sujeitos inseridos nas lutas sociais trazem uma reflexão sobre a formação de toda a cidade.

Antes de aprofundar os sentidos das características das matrizes discursivas levantadas pelo entrevistado, abordarei brevemente mais duas entrevistas que demonstram a convergência desses anúncios, sobretudo em torno da relevância que a questão urbana passa a ter para as lutas sociais recentes.

3. 2. Renato Almeida

Renato Almeida é mestre em ciências sociais, professor titular da Faculdade Paulista de Serviço Social do São Caetano do Sul e trabalha na ONG Ação Educativa. Nasceu e cresceu em Itaquera e atualmente mora em Guaianazes, ambos distritos da zona leste da cidade de São Paulo. Desde a juventude, se aproximou da militância pelas experiências das comunidades eclesiais de base, as CEBs.

“Fui participar da pastoral num momento que estava crescendo a discussão sobre políticas públicas para a juventude. Estava surgindo e crescendo, no início do milênio, 2002, 2003, por aí. E isso me mobilizou bastante, além de querer atuar nesse campo da construção das políticas públicas da juventude, também fui estudar um pouco essa dimensão.

Depois que saí da pastoral, por conta dessa onda conservadora que hoje está no país, isso se iniciou também dentro da igreja católica, com muita força. Então, saí da igreja, depois fui tentar me inserir no Movimento Cultural da Periferia.”

Diferentemente das décadas de 1970 e 1980, analisadas no capítulo um desta dissertação, nos anos recentes as Comunidades Eclesiais de Base perderam força e deixaram de ocupar espaços na cena política progressista, muito devido à “onda conservadora” que assola não só o interior da igreja católica mas todo o país, como aponta Renato.

A trajetória do representante da ONG Ação Educativa também expressa uma das transformações trazidas ao longo da pesquisa: as organizações sociais no campo da cultura. Outro ponto convergente que, mesmo não sendo regra, é muito habitual, é a integração desses sujeitos em organizações não governamentais ou editais de fomentos à cultura, desenvolvidos, principalmente, durante os governos petistas. No caso de Renato, ele chegou a coordenar uma política pública de cultura específica para os coletivos culturais periféricos, o programa VAI - Programa de Valorização em Iniciativas Culturais, durante a gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo, do PT.

Ao longo da entrevista, Almeida descreve os impactos que os programas de governo, em especial as políticas urbanas, tiveram sobre a cidade e a periferia. Diferentemente de Belchior, ele elenca mais diretamente alguns avanços nas condições de vida

urbana com os programas implementados. Ao mesmo tempo, por estar em espaços, governamentais ou não, ligados à cultura, relata também as pautas que vêm mobilizando a juventude periférica.

“Nos anos 2000 a gente vai ter um conjunto de políticas, que de fato vão chegar na periferia, e vão promover uma baita mudança cultural, sobretudo. Você tem muitos jovens vindos da periferia, acessando as universidades, essa produção cultural, que já acontecia na periferia, sendo muito incentivada por muitos governos. Aqui, por exemplo, no governo da Marta, o governo do PT, no início dos anos 2000, o Lajeado, por exemplo, virou outra coisa. Os 4 anos do governo do PT, de 2001 a 2004, é uma outra coisa. A vinda dos CEUs nas periferias, políticas como essa que eu comentei, do programa VAI, proposta pelo Nabil Bonduki, que era vereador naquele momento, e depois virou Secretário da Cultura também na gestão Haddad, mas a primeira edição desse programa é de 2004. Programas como o VAI, por exemplo, deram muito apoio, fomentou muito a atuação dos coletivos culturais da periferia. Tem os pontos de cultura também no governo federal, obviamente, muita gente começa a receber o Bolsa Família, isso possibilita a melhoria de vida no interior dessas famílias. O consumo de modo geral - acesso à carro, eletrodomésticos, uma série de questões - , transforma absurdamente a cara da periferia nos últimos quase 20 anos.”

Aqui, Almeida traz os impactos que as políticas a nível federal e municipal tiveram não só sobre a condição de vida urbana, mas também sobre a sociabilidade desses sujeitos. A ampliação do acesso à educação, com aumento significativo dos recursos destinados ao ensino superior, com bolsas e isenções às universidades privadas e abertura de mais de 20 universidades públicas; as relações entre produção e consumo cultural; e o aumento do poder de consumo das classes de baixa renda. Assim como vimos ao longo do capítulo dois, ao mesmo tempo que essas políticas sociais e econômicas deram subsídios para a diminuição da desigualdade, elas não foram capazes de transformar a realidade social brasileira. Vale lembrar o que o cientista político denomina de política do “ganha-ganha”. Ganha a classe trabalhadora que ingressa no mercado de trabalho, virando consumidora, ganha a burguesia que lucra comercialmente, e ganha o capital financeiro, que mantém sua parte do orçamento para quitação da dívida pública. As consequências dessa mediação entre “capital e trabalho” ainda estão em disputa, mas é possível verificar algumas delas nos discursos dos sujeitos mais atingidos: os moradores das periferias.

Figura 43 - COMEMORAÇÃO DE 10 ANOS DA UNEAFRO NA USP, 2019



FONTE: Arquivo de fotos UNEAFRO Brasil.

Figura 44 - PODCAST BRCIDADES



BR Cidades #3 — Desigualdades no Território

FONTE: BrCidades, 2019.

Figura 45 - COLETIVO PERIFERIA, CULTURA E RESGATE | PROGRAMA VAI, 2016



FONTE: Coletivo Periferia, Cultura e Resgate, 2016.

Figura 46 - DEBATE FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE, 2017.



FONTE: Fórum de Cultura da Zona Leste, 2017.

“Ao mesmo tempo que a periferia se desenvolve, do ponto de vista cultural, educativo, de acesso a determinados bens materiais, cresce, por outro lado, um sentimento de insegurança muito grande. Uma das coisas que fez com que tivéssemos essa guinada conservadora, não só na cidade, mas no país todo, é esse sentimento. De certo modo, toda essa mudança que vai acontecer na periferia, isso vai alterando as formas de sociabilidade, então a sua quebrada, o bairro, sempre foi um lugar que historicamente, pra quem vive na quebrada, sabe que historicamente o bairro é um lugar que te dá muita insegurança.”

Ainda que o entrevistado não relacione o aumento do “sentimento de insegurança” na periferia com o aumento do crime organizado, vale ressaltar que essa realidade vem sendo discutida desde os anos 1990, como mencionado anteriormente neste mesmo capítulo. Além disso, os investimentos massivos da produção habitacional após 2008, construídos em terrenos distantes da cidade com infraestrutura, acabaram por reproduzir a urbanização dispersa e segregadora, lançando as camadas populares para as franjas urbanas. O aumento da segregação territorial, somado ao avanço do neoliberalismo e da informalidade do trabalho podem ser medidos por muitos indicadores, e o da violência urbana é um deles. Maricato, em seu texto “É a questão urbana, estúpido”, demonstra que a taxa de homicídios cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010, sendo que, de acordo com ela, a “principal vítima dos homicídios é o jovem negro e pobre, morador da periferia metropolitana”.¹⁰² Talvez esses indícios elucidem sobre o sentimento de insegurança que Renato Almeida aponta.

102 MARICATO, Erminia. *É a questão urbana, estúpido*. Le Monde Diplomatique, São Paulo, ed. 73, ago. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: abr. 2022.

Do ponto de vista urbano, Renato coloca a desigualdade territorial como central para compreender o descontentamento da população periférica, em especial a juventude, com o contexto social recente. O aumento das distâncias, as altas tarifas dos transportes públicos e a falta de espaço público para o uso da população periférica são temas tratados ao longo de toda a entrevista.

“(.) esse tema que a gente falou anteriormente, da circulação pela cidade, do acesso à cidade. Esse é um tema que vem mobilizando muito. Do estímulo do Estado *pra* produção cultural. Então, tudo isso são pautas que a gente pode dizer que até os anos 90, eram muito fracas, ou praticamente inexistentes na atuação desses atores periféricos. Agora, você tem, pra mim, é uma mudança muito mais no campo da pauta, sabe?! E, obviamente, você tem um apelo muito grande pra representatividade.”

Em grande medida, as entrevistas trazem a centralidade do debate urbano para dentro do projeto de transformação social construído pelas periferias. A “periferia” é tratada, ao mesmo tempo, como potencialidade mas também como um local de carência. Essas carências são utilizadas como pautas reivindicativas de acesso a toda a cidade, desde equipamentos de cultura até a própria circulação urbana. De acordo com Renato, as reivindicações das décadas de 1970 e 1980 tratavam, sobretudo, de “viabilizar a vida na periferia”. Agora, as pautas se estendem para o direito à cidade como um todo. Os debates da segurança pública, da representatividade e da cultura perpassam as reivindicações pelo acesso e a disputa de poder no território. Talvez essa seja uma mudança ainda em disputa, a ruptura do projeto nacional desenvolvimentista para a elaboração de um

projeto surgido das periferias e desenvolvido em sua totalidade, para a cidade como um todo.

3. 3. Elaine Mineiro

Elaine Mineiro é Arte Educadora e integrante do Fórum de Cultura da Zona Leste de São Paulo, do grupo Samba das Pretas, do Cordão Carnavalesco Boca de Serebesqué e da Uneafro. Meses depois da entrevista, foi eleita vereadora da cidade de São Paulo pelo PSOL.

“A minha mãe, quando veio com os pais dela para São Paulo, do interior, morou na Liberdade. Alí era um bairro da população negra, que tinha baile black, que tinha um monte de coisa da cultura negra vivenciado na região central da cidade. Depois, a minha mãe vai pra Grande São Paulo, e quando eu era pequenininha, a minha família volta a morar no centro, também na região, na Bela Vista, onde tinha um grande número de população negra. E aí, a minha família passa por um processo, que é um processo de gentrificação, que ‘ó, vocês não podem mais ficar nesse bairro, a gente vai realocar vocês para outro bairro’. Então, a minha família é mandada *pra* Cidade Tiradentes.

O Mano Brown, dos Racionais MC’s, conta uma história muito semelhante também. A família dele também foi descentralizada e mandada pro fundão da Zona Sul. Esses processos, são processos estruturais, que a cidade pensa que vai tirar a população mais empobrecida, e com certeza vai tirar a população negra, das regiões mais abastadas, das regiões que têm mais serviços e políticas públicas, e vai colocar essas pessoas para morar nas regiões mais afastadas da cidade. Isso é intencional. Faz parte de uma política de Estado, que acha que essas pessoas não precisam viver nas regiões centrais.”

O percurso de vida da família de Elaine demonstra dois processos urbanos que foram trazidos neste trabalho: o crescimento urbano e o processo de migração para a Grande São Paulo, analisado no capítulo I; e o aumento da desigualdade territorial, acentuada após 2000. Aqui, é possível perceber que Elaine, ao contrário de sua mãe, que se mudou para a cidade de São Paulo em busca de melhores condições de vida, nasceu e cresceu na cidade. Vivenciou desde pequena as expressões de desigualdade territorial urbana. A expulsão da população de menor renda para áreas com pouca ou nenhuma in-

fraestrutura é uma realidade estudada ao longo deste trabalho, e através do discurso da entrevistada, os impactos das dinâmicas urbanas desiguais nas condições de vida desses sujeitos são perceptíveis. Primeiro, porque a identificação com o território e o processo de sociabilidade dessa população são afetados diretamente pela contínua expulsão para territórios mais afastados. Segundo, porque a perspectiva desses sujeitos sobre a cidade e as dinâmicas que consistem no seu acesso é entendida como desigual e fruto do poder acumulação do capital. “Esses processos são processos estruturais, que a cidade pensa que vai tirar a população mais empobrecida”. Aqui, a “cidade” é entendida como um “sujeito” de manutenção da desigualdade e do racismo.

“Quando todos os indicadores mostram, e qualquer pessoa que entende um pouco de política pública vai entender que os bairros periféricos necessitam de mais investimento, necessitam de mais articulação *pra* investimento. Mas a gestão pública continua engessando mais dinheiro nessas regiões [onde moram a população com maior poder aquisitivo], priorizando essas regiões e não priorizando as regiões periféricas. E só o que explica isso é o capital financeiro. É do interesse do grande capital que essas regiões tenham acesso, que as pessoas consigam circular, que o capital financeiro possa circular. Que as grandes empresas estejam bem servidas.

Então, é uma política pública que vai trabalhar *pra* iniciativa privada. E, mesmo falando de Estado mínimo, vai trabalhar com a iniciativa privada mas vai deixar o resto da população da cidade à mercê da *sevirologia*: ‘se vira, se vira com o que você tem aí’.”

A disputa pelo orçamento público aparece como ferramenta de melhoria das condições de vida nos bairros periféricos. A “periferia”, ainda que para a entrevistada também seja vista como um local de potência, de mobilização social, onde os sujeitos elaboram um projeto radical de transformação, também é compreendida ainda como carência e ausência de infraestrutura e investimento público. Esse binômio é muito presente nos discursos de todos os entrevistados, porque os programas sociais e urbanos implementados nas últimas duas décadas não produziram soluções para tamanha desigualdade da reprodução do espaço brasileiro, mas, pelo contrário, fabricaram uma perspectiva de cidadania calcada na lógica instrumental da eficiência mercantil, do custo-benefício. O sociólogo Gabriel Feltran, no artigo “Valor dos pobres: a aposta no di-

nheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”, desenvolve a hipótese de que “a emergência das duas figurações contemporâneas da pobreza – a do consumidor a integrar e a do bandido a encarcerar” – desencadeou a concepção de que o projeto de desenvolvimento nacional se faria pela expansão do mercado de trabalho e da cidadania.

Nessa mesma perspectiva, Elaine descreve as saídas de emergências da pobreza que a população periférica é condicionada a elaborar de maneira “criativa”.

“(…) quem está nas quebradas, fazendo as ‘coisas’, têm que se virar. Inventa ciência, faz a sevirologia - ou você se vira, ou você se vira, não tem outra opção.

Esses dias também, a Carmem Ferreira, do MSTC, ouvi ela falando que eles iam propor uma PPPop, uma Parceria Público Popular. Se o Estado pode fazer uma Parceria Público Privado, por que não pode fazer Parceria Público Popular? Acho que é isso. A população preta desse país, a população pobre desse país está sempre elaborando soluções, está sempre elaborando coisas possíveis de fazer. Há soluções. Está sempre experimentando coisas interessantes, experimentando uma outra forma de viver em sociedade, experimentando o que fazer. Basta você olhar pra cultura na cidade. Você não tem equipamentos de cultura na cidade de São Paulo, em todas as regiões, mas é uma das cidades que tem o maior número de ocupações culturais na periferia. As pessoas não têm equipamentos de cultura, mas elas vão ocupar um prédio abandonado da periferia e transformar aquele prédio em ocupação cultural. Então, mesmo com pouco, as pessoas conseguem elaborar soluções brilhantes para os problemas na cidade. O que acontece é que, geralmente, não há valorização pra esse tipo de iniciativa, ou um aproveitamento desse tipo de iniciativa depois pra vender, como qualquer outra coisa em outras regiões da cidade, mas a gente acaba fazendo isso.

A gente é acostumado a pensar e conseguir construir as coisas em cima da pobreza, em cima dessa necropolítica. Enfim, a gente consegue apresentar soluções. Por isso que a gente acha que a solução vai vir da periferia, vai vir do povo preto. As soluções dos problemas da cidade, vão vir da gente.”

Aqui, a “sevirologia”, ou a “viração”, este último termo desenvolvido por Vera Telles e Gabriel Feltran,¹⁰³ ganha dimensões importantes na sociabilidade periférica e de toda a sociedade. As camadas de baixa renda, excluídas do mundo do trabalho formal, ou de qualquer formalidade e legalidade, são empurradas a elaborar e produzir saídas

103 Ver mais em Telles, V. Mutações do trabalho e experiência urbana. Tempo social, n.18, v.1, 2006, pp. 173-195.

de sobrevivência. Como já visto, a própria moradia de grande parte dessa população é realizada de maneira compulsória, fora do mercado formal de habitação e em locais que esse mesmo mercado não pode acessar, como áreas de proteção ambiental. Da mesma maneira, as dinâmicas de trabalho, ou de produção de renda individual e familiar, são desenvolvidas. É por isso que Feltran analisa a ligação cada vez mais presente entre o que é legal e ilegal, tanto no mundo do crime, quanto na própria mistificação da pobreza. A população periférica, quando não encontra maneiras de se integrar no processo mercantil, é condicionada a buscar mecanismos de sobrevivência, estes, muitas vezes, incompatíveis com “a lei ou a moral”, como afirma o sociólogo.

No caso da entrevistada, Elaine menciona experiências exitosas dessas saídas de emergências. Tanto através da cultura, quanto na área de habitação. Ainda assim, essas mesmas resoluções são criminalizadas e estigmatizadas socialmente. É aqui que a luta de classes se faz presente. Em Maricato, a ilegalidade e interpretação desta também são abordados: “(…) a classificação de “ilegalidade” parece passar pelo viés de classe mais do que pelo texto estrito da lei.”¹⁰⁴ A professora também relaciona a informalidade do mercado de habitação com a seletividade da sociedade e do Estado. Enquanto as ocupações da população de baixa renda são criminalizadas, até mesmo as experiências exitosas mencionadas por Elaine da PPPop, as construções de moradia de alto padrão em terrenos públicos, resorts em terrenos da União e shopping centers também construídos em terrenos públicos não são criminalizados e nem desocupados. De qualquer forma, o importante é destacar que os projetos de transformação social vêm sendo elaborados pelos sujeitos mais atingidos, esses mesmos que buscam soluções criativas para tamanha desigualdade territorial urbana. A seletividade da lei só revela o que as entrevistas apontaram: a falência do projeto de integração social, que não só não se completa, mas, paradoxalmente, aprofunda as desigualdades sociais e urbanas.

*

104 MARICATO, Ermínia. Ermínia Maricato: aos sem-teto, a lei. Blog Outras Palavras. Movimentos e Rebeldias, Julho de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/ermينيا-maricato-aos-sem-teto-a-lei/>. Acesso em 20 de junho de 2022.

Ao longo desse capítulo, vimos a produção teórica em torno da “periferia” e do urbano elaborada por pesquisadores acadêmicos nas décadas 1960 até 1980; as transformações desses significados após a década de 1990, vinculadas com as produção cultural do rap, em especial do grupo de rap Racionais MC’s; os significados que essas mudanças de conceito tiveram sobre a própria periferia, trazendo a denominação de Tiarajú D’andrea de “sujeito periférico”; e, por fim, os reflexos dessas transformações nos discursos produzidos por sujeitos inseridos nos movimentos sociais recentes, surgidos entre 2000-2018.

No início da pesquisa, tínhamos como entendimento uma separação clara entre o contexto político e social dos tempos históricos levantados (1960-1980; 1990-2018), do ponto de vista da formulação dos movimentos sociais e no engajamento político junto à elaboração dos discursos. No entanto, o que identificamos é que, em grande medida, o processo de redemocratização das décadas de 1970 e 1980 impacta até hoje a organização e elaboração discursiva dos sujeitos inseridos nas lutas sociais. Primeiro porque grande parte das lideranças carregam uma trajetória familiar de militância - são filhos de imigrantes que acompanharam a luta contra a ditadura. Segundo porque a herança da ditadura ainda não foi reparada, muito menos superada. Muitos dos discursos produzidos no campo da oposição (direita e extrema direita) são continuidades das ideologias dominantes, propagadas até os dias atuais.

A partir disso, foi possível compreender que as transformações do conceito de “periferia” junto às formas de mobilizações recentes estão diretamente ligadas à ruptura do projeto nacional desenvolvimentista. Os significados do termo não tratam apenas de uma transformação teórica ou linguística, mas de uma ruptura do projeto que até então era reivindicado, inclusive, pelo campo progressista nacional. O deslocamento dos sentidos de “periferia” passa pela noção de projeto de nação, um projeto que passa a ser, nas décadas recentes, reivindicado e produzido pelos sujeitos até então marginalizados, que vivem as formas mais aprofundadas de desigualdade.

Essa perspectiva passou a ter visibilidade, principalmente, com o grupo de rap Racionais MC’s. O grupo teve um papel importante na leitura do imaginário que existia na realidade das periferias, a mesma leitura que foi capaz de sintetizar e produzir transformações no significado de periferia. Enquanto as obras dos Racionais foram progres-

sivamente reconhecidas e disseminadas nas periferias, os moradores dessas localidades passaram a se identificar nas letras das músicas. Ao mesmo tempo em que se formavam em torno das injustiças sociais, da desigualdade e da violência urbana, também se reconheciam como um sujeito de potência. Esse processo de auto-reconhecimento foi denominado por D’andrea de “sujeito periférico”.

Se, por um lado, esses sujeitos passaram a reconhecer suas potencialidades, por outro, no mesmo momento histórico, o avanço do neoliberalismo e das privatizações tomaram corpo em todo o país, sobretudo nos territórios mais marginalizados. A falta de perspectiva de emprego formal, aumento da violência e o ideário neoliberal, calcado no individualismo, impactaram profundamente as condições de vida urbana e as formas de sociabilidade.

Nesse mesmo cenário, a vitória progressista nas eleições federais em 2002 também alterou drasticamente as condições de vida urbana, como visto mais atentamente no capítulo 2 deste trabalho. O Brasil, que já nas primeiras décadas do século XXI tinha cerca de 85% da população nas cidades, se tornou predominantemente urbano. As reivindicações dos movimentos sociais recentes passaram a centrar-se na melhoria das condições de vida. Ao contrário do que pensávamos no início desta pesquisa, essas reivindicações extrapolam a periferia. Os sujeitos políticos, a partir de seus discursos, reivindicam um projeto construído pela periferia, mas a partir de uma compreensão totalitária, e não só centralizada nesses territórios. Se nos era evidenciado, no início deste trabalho, que as reivindicações passavam pela compreensão do que seria a “periferia”, agora as questões levantadas trazem uma outra perspectiva: a busca pelo urbano. Vale levantarmos que a questão urbana ainda não é posta como central nos debates políticos institucionais, ou nos campos discursivos mais convencionais. Ainda que essa pesquisa abra mais questionamentos a serem pesquisados, nos parece certo que a derrota progressista de 2018 muito tem a ver com o esquecimento de um projeto de nação que envolva a reforma urbana. Mas isso deixaremos para outro momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, buscamos levantar características dos movimentos sociais surgidos entre os anos 2000-2018 na Grande São Paulo. Quando iniciamos o projeto dessa dissertação, seguimos a tese de Ermínia Maricato, que relaciona o surgimento dos movimentos sociais depois da virada do século XXI à piora das condições de vida urbana recentes. Esses movimentos representam uma mudança, tanto do ponto de vista das pautas de reivindicações, quanto do processo de formação.

Os levantes que emergiram nesse período evidenciaram elementos de transformação no cotidiano urbano. As bandeiras levantadas nessas mobilizações traziam o direito à cidade como componente central, ou, ao menos, ao lado de outra causa. Além disso, os sujeitos que participaram dessas mobilizações nasceram e cresceram no contexto urbano, e isso incidiu nas condições de vida, sobretudo, no cotidiano das classes de baixa renda e na importância do urbano em suas reivindicações.

O cotidiano urbano é vivido de diversas formas para esses sujeitos e é constituído de inúmeros constrangimentos: experiências de violência policial, racismo, má qualidade dos transportes públicos e piora nas condições de trabalho são alguns dos diversos exemplos. A partir disso, identificamos que, apesar da diversidade de reivindicações surgidas, e das características múltiplas de organização em que os movimentos sociais recentes estavam inseridos, a pauta pelo “direito à cidade” foi capaz de unificar diferentes discursos em uma mesma arena política. Assim se deu, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013.

Embora as jornadas não tenham sido levantadas como um tema central nessa pesquisa, e mesmo considerando que essas mobilizações tenham culminado no golpe de 2016 e na derrota das forças progressistas nas eleições de 2018, era evidente, quando iniciamos nossas investigações, que algo “borbulhava” e trazia consigo reivindicações de um projeto que pensasse as cidades do Brasil.¹

A partir disso, nos debruçamos no trabalho elaborado por Eder Sader, que trata de “uma nova configuração de classe” surgida nas décadas de 1970 e 1980 e aponta o surgimento de novos sujeitos políticos na arena pública. A pesquisa de Sader nos auxiliou tanto na elaboração metodológica dessa pesquisa, quanto na compreensão das particu-

¹ Utilizamos o termo “borbulhava” para fazer alusão às pesquisas elaboradas por Ermínia Maricato, que chama essas emergências sociais recentes de “efervescência”.

laridades históricas das lutas sociais gestadas no século XXI. Os movimentos paradigmáticos estudados pelo autor foram capazes de reconstruir a democracia brasileira e influenciar a opinião pública com a criação de novos espaços de exercício da política. As formas de expressão dos movimentos sociais daquelas décadas ficaram inscritas na memória coletiva e passaram a constituir um elemento de vida política do país. Em grande medida, os movimentos sociais recentes, objeto dessa pesquisa, herdaram formas de organização e reivindicação. Assim, a partir da leitura de Sader, nos propusemos a estudar os levantes recentes a partir da metodologia já utilizada pelo autor: identificar o contexto social, político e urbano em que esses sujeitos vivem e analisar os discursos por eles elaborados em suas reivindicações.

No primeiro capítulo, ao recuperarmos as experiências dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, vimos que as esferas de organização social em crise naquelas décadas (Igreja Católica, sindicalismo e a esquerda revolucionária) tiveram um papel relevante para o surgimento dos “novos personagens”, conforme abordou Sader. As três instâncias sociais, ao passarem por momentos de crise interna, conseguiram elaborar novas formas de organização e reivindicação que abriram caminho para a formação da “nova configuração de classe” identificada por Sader, com a emergência de novos sujeitos políticos: as Comunidade Eclesiais de Base, o “novo sindicalismo” e a “esquerda dispersa”.

Os discursos que surgiram eram de forte oposição ao Estado, visto que as experiências de autoritarismo do regime militar resultaram numa profunda desconfiança em relação à toda a esfera da institucionalidade. Os movimentos daquelas décadas passaram a se empenhar em manter uma autonomia, cultivando a auto-organização e o repúdio à forma institucional da prática política até então vigente. No entanto, a promessa de uma radical renovação da vida política foi desmontada, na medida em que os sujeitos políticos inseridos nessas lutas sociais foram absorvidos nas instituições ao final da década de 1980 e início de 1990. Vale ressaltar que isso foi resultado de processos internos e externos, devido ao avanço do neoliberalismo.

Tão logo a redemocratização foi conquistada, nas palavras de Sader, “o que era promessa tornou-se história”. A reivindicação de construção de um espaço público além do sistema de representação política, a partir das questões da vida do cotidiano urbano,

foi posta de lado e substituída pela incorporação das lideranças sociais dentro da máquina pública. Nesse sentido, pudemos identificar que o projeto político gestado pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 não foi bem sucedido após o período democrático, quando analisamos a elaboração de um projeto de transformação social.

Ainda assim, observamos que as promessas levantadas por esses movimentos geraram um elemento de vida política que vem sendo atualizado nos dias atuais. Em grande medida, vimos que parte dos sujeitos políticos nos anos recentes são filhos de militantes que atuavam nos movimentos de bairro daquelas décadas. A herança das lutas por direitos, pelas melhorias nas denominadas “periferias”, ficou inscrita na memória desses sujeitos que cresceram na metrópole paulista. A partir daí, buscamos compreender qual era o contexto urbano e social que os movimentos sociais desse período vivenciavam.

No segundo capítulo, procuramos compreender como o contexto recente incidiu no surgimento de novas formas de organização dos movimentos sociais, bem como de suas agendas programáticas. Vimos que, através de políticas de diminuição de desigualdade no contexto nacional, foi inaugurado um ciclo de acesso à educação superior nas bases mais baixas da pirâmide social, bem como a implementação de políticas públicas voltadas à cultura, mas não se percebeu um vínculo entre esse acesso e a promoção de uma vida mais politizada dos jovens recém ingressos às universidades. Do ponto de vista urbano, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram vinculados a um projeto desenvolvimentista, que Paolo Colosso denomina de “desenvolvimentismo anti-urbano”. A dispersão urbanística, definida pelo deslocamento de moradias para as áreas mais distantes da chamada cidade consolidada e pela ampliação do perímetro urbano, se agravou, piorando as condições de vida urbana da população mais marginalizada.

As mudanças no mundo do trabalho em todo o globo também geraram um ônus social profundo sobre a classe trabalhadora, que passou a viver condições muito degradantes de trabalho e em um processo de reprodução espoliativo de suas próprias condições de vida. Essas mudanças, causadas pelo avanço do neoliberalismo e aprofundadas com a reforma trabalhista brasileira em 2016, gerou o que Ruy Braga chama de “precarizado”, a parcela da classe trabalhadora que se insere nas ocupações mais precárias e

pior remuneradas, formais ou informais, submetidas à espoliação dos direitos sociais e trabalhistas, sem seguridade previdenciária ou representação sindical sólida.

Muitas foram as transformações recentes que afetaram as condições de vida urbana. No plano territorial, na Grande São Paulo, vimos, através de bibliografias e depoimentos coletados, como as manifestações dessas mudanças incidiram nas experiências do cotidiano da classe trabalhadora. Nesse sentido, optamos por analisar duas trajetórias de lideranças políticas contemporâneas - Valéria Motta, militante do Movimento Cultural das Periferias, e Paulo Galo, militante e fundador do Movimento Entregadores Antifascistas -, e pudemos levantar quatro “imbricações”: 1) O aumento do acesso às universidades teve impacto sobre as experiências de vida de parcela da classe trabalhadora; 2) A cultura, em particular o rap, teve importância na formação política desses sujeitos; 3) O neoliberalismo e a falta de perspectiva de trabalho formal são percebidos como ônus sociais por esses atores; 4) O cotidiano urbano é percebido enquanto palco das desigualdades sociais e de formulação dessas experiências compartilhadas por uma coletividade heterogênea.

A partir disso, conseguimos identificar que, resguardadas as diferenças entre as experiências de vida dos sujeitos inseridos nas denominadas “periferias urbanas”, a cidade passou a ser interpretada por esses sujeitos como um espaço compartilhado das desigualdades urbanas. Ou seja, ainda que o contexto recente tenha influenciado de maneira distinta os entrevistados, Valéria e Galo, as transformações urbanas impactaram igualmente suas condições de vida. Se, de um lado, Valéria experienciou o acesso à universidade, se inseriu em movimentos sociais pela cultura, e posteriormente no poder público através das leis de fomento, Galo, por outro lado, nunca cursou uma universidade, fez parte do chamado “precariado”, através de empregos *plataformizados*, e acabou protagonizando movimentos sociais por melhores condições de trabalho. Ainda assim, ambos se formaram politicamente através do rap e dos saraus culturais em seus bairros, e reivindicam melhores condições de vida, cada um com sua especificidade (educação, cultura e trabalho), através da questão urbana. O cotidiano urbano aparece aqui como palco de suas formulações e também como espaço por excelência das manifestações da desigualdade social.

No capítulo três, vimos as transformações em torno do conceito de “periferia”,

bem como as disputas políticas inseridas nessas formulações. Os discursos e reivindicações analisados no segundo capítulo nos levaram a escolher tal conceito que, nas entrevistas realizadas, se fez bastante presente. Assim, observamos que conceito de periferia passou a ser empregado nas décadas de 1970 e 1980 associado ao conceito de desigualdade, de ausência de infraestrutura e de direitos sociais, marcas da desigualdade territorial estrutural brasileira. Com base na pesquisa de Pedro Arantes, “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970”, e nos livros “Crescimento e pobreza” e “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, identificamos que durante aquele período houve uma inflexão em diversos campos do conhecimento que se preocupava em privilegiar o campo do urbano em suas formulações. Pudemos observar a intenção de caracterizar a emergência dos movimentos sociais e dos “novos” sujeitos políticos que entravam em cena, bem como de formular um campo teórico programático, a fim de orientar a ação institucional e das organizações da sociedade civil. A própria formulação teórica desenvolvida naquelas décadas procurava uma saída no contexto social e político desigual e atrasado. Não à toa, a interpretação do urbano, ou até da “periferia”, tornou-se hegemônica também no campo prático - dentro dos movimentos sociais e nas instituições. Nesse mesmo contexto, muitos dos teóricos aqui estudados passaram, inclusive, a ocupar posições em cargos públicos, levando suas formulações sobre a questão urbana para dentro das gestões em que estavam inseridos.

Logo o ciclo da luta pela redemocratização chegou ao fim e, com o fim da ditadura militar, vimos que parte dos acadêmicos que produziam formulações em torno do urbano, com agendas programáticas de transformação social, passaram a ocupar cargos em prefeituras progressistas, o que Maricato nomeia de “ciclo virtuoso”. As propostas inovadoras daquele momento, como a implementação do Orçamento Participativo, a Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS) e a Urbanização de Favelas, evidenciaram um protagonismo dos profissionais e militantes da política urbana no processo institucional. No entanto, ao mesmo tempo em que vitórias no marco regulatório e institucional eram obtidas, os movimentos de bairro e as reivindicações locais foram perdendo espaço na arena política. Junto a isso, o processo de desindustrialização brasileiro provocou enormes mudanças no que diz respeito à produção do espaço urbano. A partir da década de 1990, o avanço do neoliberalismo e da globalização, em um

contexto de recessão econômica, e a perda do paradigma do crescimento econômico e do trabalho industrial como estruturantes, até então, das relações sociais fizeram com que as noções de “periferia” passassem a perder seu referencial analítico.

Ao mesmo tempo em que as produções acadêmicas em torno de “periferia” perderam espaço nos debates analíticos, esse “espaço” passou a ser preenchido por formulações dos próprios sujeitos inseridos nessas localidades. A partir das leituras feitas por Acauam Oliveira e Tiarajú D’andrea, vimos que o termo passou a significar, além das carências, também “potência”.

Assim, pudemos perceber que as análises que abordavam o termo e que eram produzidas privilegiadamente no âmbito da academia deram lugar para uma compreensão subjetiva do orgulho de ser periférico, narrada e construída pelos próprios habitantes das periferias, em especial por coletivos culturais. Os novos sentidos são um evidente legado das emergências sociais das décadas de 1970 e 1980, mas só se consolidaram como uma nova semântica no contexto de transformação política, econômica e social da década de 1990. Nesse período, como vimos, o Brasil passava por um processo de avanço do neoliberalismo, com privatizações, desemprego recorde e aumento significativo da violência urbana. Em bairros de São Paulo, os índices de assassinatos eram equiparados aos de países em guerra civil. Num contrafluxo da desesperança e do medo, os coletivos culturais emergiram e se capilarizaram rapidamente pelos territórios até então marginalizados. Através de letras de música, os grupos remodelaram os estereótipos de pobreza, violência e subserviência que eram assimilados à “periferia”. Dentre as manifestações culturais, o grupo Racionais MC’s ganhou destaque. A partir da crítica e denúncia da precariedade existente da periferia - reflexo dos discursos dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 -, os Racionais passaram também a apontar as potencialidades desses territórios, criando uma narrativa de orgulho e identidade.

Em D’andrea, as novas perspectivas deram base para a conceituação do “sujeito periférico”, que traz um conteúdo simbólico e objetivo das noções de pertencimento. A denominação remete a um processo de reconhecimento subjetivo do indivíduo em conjunto com as mudanças urbanas recentes, quando o sujeito torna-se não só conhecedor de sua condição, mas também propositor e “fazedor” de ações que objetivam mudar as condições de vida periférica.

Ao longo do capítulo, buscamos compreender os sentidos desses discursos e como repercutiam nas reivindicações dos movimentos sociais analisados. Junto à bibliografia, os depoimentos coletados demonstraram que, para além das transformações em torno do termo “periferia”, o que estava inscrito nas mudanças do entendimento sobre o termo era a formulação de um projeto de transformação social radical, vinculado à ruptura do projeto de nação desenvolvimentista.

Assim, vimos que, para Oliveira, o surgimento do rap brasileiro é entendido como uma “construção de identidade de ruptura, da afirmação de uma comunidade negra que se desvincula do projeto de nação mestiça tal como concebida até então”. A falência do projeto desenvolvimentista e de seu discurso integrador, que nunca chegou a se completar na prática, repercutiu, para dentro dos movimentos sociais periféricos, na elaboração e emergência de saídas programáticas elaboradas pelas próprias periferias.

Ainda segundo Oliveira, a “integração” prometida pelo projeto desenvolvimentista teria voltado a ganhar visibilidade após os anos 2000, sobretudo após a implementação de políticas de diminuição da desigualdade durante os governos petistas. O acesso das classes de mais baixa renda, em especial de jovens negros moradores das periferias da Grande São Paulo, às universidades, ao poder público e aos mais diversos espaços que, até então, eram ocupados somente por setores mais privilegiados, teria desencadeado um descontentamento desses mesmos setores, uma vez que tal movimento foi visto como um ataque aos privilégios sociais instituídos até então. Descrevendo esse momento, Douglas Belchior, um dos entrevistados para essa pesquisa, relatou que a “máscara da democracia racial caiu por completo”.

Dessa forma, em sua conotação mais recente, “periferia” remete tanto ao fracasso do ciclo de formação nacional como a um compromisso com a vida dos sujeitos inseridos nos bairros mais pobres da metrópole, até então marginalizados e vítimas da violência da sociedade e também do Estado. O que os Racionais MC reivindicavam nas décadas de 1990, um projeto de transformação radical, feito pelos “próprios manos”, foi disputado no interior dos movimentos sociais periféricos ao longo do período analisado.

Nas entrevistas, encontramos reivindicações diversas, como aquelas em torno do acesso à equipamentos e serviços, da democratização dos espaços públicos, da segu-

rança pública (contra a violência policial nos bairros pobres da metrópole) e de melhores condições de transporte público. As pautas identificadas remetem a um projeto de transformação que diz respeito ao conjunto da sociedade. Pudemos perceber assim que, ao contrário do que se imaginava no início da pesquisa, o termo “periferia”, em seu novo entendimento, não se limita a descrever uma parte do território (a saber, aquela parte carente de infraestrutura e também de serviços). Tampouco as reivindicações que mobiliza dizem respeito apenas a melhorias para essa parcela do território. O termo mobiliza um projeto de transformação que diz respeito à sociedade e ao urbano em sua totalidade, especialmente quando reivindica o direito à cidade.

Apesar disso, foi possível perceber que ainda não há uma reivindicação unificada quando se trata de identificar a periferia e o urbano em sua totalidade. Primeiro porque parte em dos discursos dos entrevistados, bem como nas formulações em torno do próprio conceito de “sujeito periférico”, elaborado por Tiarajú D’andrea, há uma separação da “periferia” em relação ao conceito de classe trabalhadora. A elaboração da “classe trabalhadora” perde força quando os discursos produzidos identificam o aumento da informalidade do trabalho e do desemprego nas periferias. O “sujeito periférico” abarcaria, de acordo com D’andrea, essa nova compreensão de classe trabalhadora, visto que o mesmo elabora saídas de sobrevivência para além do mercado formal de trabalho. Aqui, o “projeto de transformação periférico” teria, paradoxalmente, se debruçado na parte, periferia, e não no todo, um projeto de nação.

De qualquer maneira, o que podemos levantar dessas ambiguidades volta ao que Marilena Chauí identificou como “conformismo e resistência”, conceito que levantamos ao decorrer de toda a pesquisa. Como vimos, a cultura popular é ambígua, pois sua composição não é consensual, mas composta por uma “consciência fragmentada”, que é “tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar”. A cultura popular, quando alimentada pelas contradições do lulismo e do avanço do neoliberalismo, pode ter expressado contradições e confrontos mais evidentes entre os atores políticos periféricos e suas perspectivas sobre uma agenda de transformação social.

Por fim, a partir dos movimentos sociais surgidos na Grande São Paulo entre 2000 e 2018 que nos propusemos a estudar, foi possível levantar reflexões e questiona-

mentos que poderão valer uma outra pesquisa. Ficou evidente que a questão urbana ocupa uma reivindicação compartilhada nos mais diversos discursos dos sujeitos inseridos nas lutas sociais. O projeto de “desenvolvimentismo anti-urbano”, além de ser contestado por esses sujeitos, impactou diretamente as condições de vida urbana. Os massivos projetos em larga escala, produzidos fora da cidade consolidada, reduziram a qualidade de vida urbana, com aumento do tempo de deslocamento e da desigualdade territorial.

As cidades, então, passaram a ocupar um lugar de destaque nos discursos dos movimentos sociais. O descontentamento com as condições de vida urbana ficou evidente durante as jornadas de junho de 2013. A velha toupeira, que trabalhava no subsolo da história, nas palavras de Carlos Vainer, “promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios.” A questão urbana, sem dissolver a singularidades dos movimentos sociais, foi capaz de dar unidade a diferentes discursos, que se originaram em locais distintos, em uma mesma arena política. “É a questão urbana, estúpido”, contestou Maricato em artigo publicado em 2013 sobre as manifestações de junho.

Mas se, finalmente, passado quase 30 anos do processo de redemocratização, foi possível aglutinar reivindicações em torno de uma mesma bandeira, como as forças progressistas sofreram tamanho recuo com o golpe institucional em 2016, seguido pela derrota eleitoral em 2018? Nessa dissertação não nos propusemos a responder a pergunta que parece assombrar os dias recentes. Mas se é possível apontar algum dos caminhos para a resposta, vale indicar a necessidade de retomar a luta pela Reforma Urbana. Tanto no que diz respeito à esquerda institucional, que parece não reconhecer os potenciais estragos do projeto “desenvolvimentista anti-urbano”, mesmo com a crise climática que vem arrefecendo todo o território nacional e global, quanto aos próprios movimentos sociais, que em parte, ou vem cometendo os mesmos equívocos de seus precursores nas décadas de 1970 e 1980 e priorizando a disputa institucional e regulatória, ou se detendo em reivindicações parciais, sem mirar um projeto totalizante. Para dentro ou fora da instituição, nos valeremos da urgência em reivindicar um projeto programático radical que passe pelas cidades.

BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Notas sobre o luto*. Companhia das Letras, 2021.

AMANCIO, Carina. *Territórios Insurgentes: quem são os novos atores?* 3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, Belo Horizonte, 2020.

AMORE, C.; LEITÃO, L. *O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas*. In: *Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. Autonomia Literária, 2018

ANTUNES, Ricardo LC. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce.; CASTRO, Ana. C. Veiga de. *Fim de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990)*. Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio, v. 1, n. 2, p. 13-35, 15 fev. 2021.

BENJAMIN, Walter, et al. *El narrador*. Ediciones/Metales Pesados, 2008.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Publicações CID/Teologia, 1986.

BOLAFFI, G. "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema". In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial São Paulo*, Alfa-omega, 1979.

BONDUKI, Nabil Georgs. *Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra*. IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 1989.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. 1. ed. São Paulo: Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (PRODEUR), 1979, p. 130. Disponível em: <https://nabilbonduki.com.br/1979/01/01/periferias-ocupacao-do-espaco-e-reproducao-da-forca-de-trabalho-1979/>. Acesso 20 de março de 2022.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.

_____. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. *#BrequeDosApps: enfrentando o uberismo*. Blog da Boi Tempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em dezembro de 2021.

_____. *Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora*. Caderno crh, 2015, 28: 529-544.

CALDAS, Andrea; ARAÚJO, Luiz. *Na educação, avanços e limites. Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. Org, de Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros. São Paulo: Boitempo, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34, São Paulo, 2000.

CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARI-CK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. São Paulo 1975: crescimento e

pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, R. C. L. *A trajetória dos movimentos sociais*. In: DAGNINO, E. (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Castells, Manuel (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. Tese de doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

COSTA, Henrique. *Sobrevivendo ao colapso: empreendedorismo, engajamento e gestão da precariedade na periferia de São Paulo*. In: *43º Encontro Anual da Anpocs*, 2019, Caxambu, MG. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*. Novos estudos CEBRAP, 2020, 39: pp. 19-36.

DE OLIVEIRA, Acauam Silverio. *Racionais MC's como Acontecimento estético*. In: XXVII Congresso da Anppom-Campinas/SP. 2017.

DE SOUZA MARTINS, José. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. Unesp, 1992.

FELTRAN, Gabriel de Santis, et al. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 312.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

_____. *São Paulo: o mito da cidade-global*. São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. Projetos Editores Associados, 1982.

_____. *Reflexões para uma política na arquitetura (1969/70)*. São Paulo: Revista Projeto, 1986.

FREDERICO, Celso. *Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos*. Estudos Avançados, 2013, 27: pp. 239-255.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALEANO, Eduardo. *As impressões digitais*. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2015.

GEORGES, Isabel; CABANES, Robert; DA SILVA TELLES, Vera. *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

GUIZZO, J. *Lula Entrevistas e Discursos*. In: *O repórter de Guarulhos*, São Paulo. 1981.

KEHL, Maria Rita. *Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo*. *São Paulo em perspectiva*, 1999, 13: 95-106.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

_____. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In: HOGAN, Daniel. *Cidade: usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

KOWARICK, Lúcio; DES NATIONS, Palais; WARNING, Scam. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

_____. et al. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A Copa do Mundo no Brasil: tsunamis de capitais aprofunda a desigualdade urbana. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*, 2014.

_____. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Editora Alfa-Omega, 1979.

_____. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial São Paulo*, Alfa-omega, 1979, pp. 71-93.

_____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Editora Vozes, 2001.

_____. *É a questão urbana, estúpido*. Le Monde Diplomatique, São Paulo, ed. 73, ago. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: abr. 2022.

_____. Ermínia Maricato: aos sem-teto, a lei. Blog Outras Palavras. Movimentos e Rebeldias, Julho de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/erminia-maricato-aos-sem-teto-a-lei/>. Acesso em 20 de junho de 2022.

_____. *Formação e impasse da teoria do pensamento crítico sobre a cidade periférica*. In: *O impasse da política urbana no Brasil*. Editora Vozes Limitada, 2017.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos avançados, 2003.

_____. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

_____. ; PAMPLONA, Telmo; MAUTNER, Yvonne. *Cenários do Contraste. Uma incursão no interior da habitação popular paulistana*. Disponível em: <https://erminiamaricato.net/2022/02/15/cenarios-do-contraste-uma-incursao-no-interior-da-habitacao-popular-paulistana/>. Acesso abril de 2022.

_____. ; ROYER, Luciana. *A política urbana e de habitação. Maringoni G, Medeiros J. Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, 147-165.

MARILENA, CHAUI. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Germinal: marxismo e educação em debate, 2016, 8.1: 187-

266.

MIOTO, Beatriz; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SÍGOLO, Letícia Moreira. *Expansão e desaceleração do mercado privado formal de moradia a partir dos anos 2000 na Região Metropolitana de São Paulo*. Cadernos Metrôpole, 2019, 21: 253-280.

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. *O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

_____. *O evangelho marginal dos Racionais MC's. Racionais Mc's: Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes., 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista (1972)*. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, 25-119.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

_____. *Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes*. Arte e Pensamento IMS, 2003. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/dialogo-na-nova-tradicao-celso-furtado-e-florestan-fernandes/> Acesso 20 març 2020.

_____. *O Estado e o Urbano no Brasil*. 1978. mimeo.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, 21-27.

PASTERNAK, Suzana. *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Letra Capital Editora LTDA, 2015.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.

RIZEK, Cibele Saliba. *Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo*. In: SINGER, A. Loureiro, I. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia. *Políticas culturais no governo Dilma*. EDUFBA, 2015.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. Boitempo editorial, 2015.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2 ed., 2008.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Editora 34, 2000.

_____. *Cultura e política, 1964-1969*. In.: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 63.

_____. *Nacional por subtração. Que horas são*, 1987, 1: 29-48.

SERRAO, Rafael S; DIAS, João Marcus P. *A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva*

e mercado de trabalho. In: *São Paulo: transformações na ordem urbana. Bógus e Pasternak (org)*. Letra Capital. São Paulo, 2015.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Penguin, 1998.

SHIMBO, L et. al(org). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SÍGOLO, Letícia Moreira. *O boom imobiliário na metrópole paulistana: o avanço do mercado formal sobre a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

SINGER, André. *A ideia de lulismo*. In: *Cinco mil dias: o Brasil na Era do Lulismo*. São Paulo: ed. Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. I. Novos estudos CEBRAP, p. 39-67, 2015.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

_____. *Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo*. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (orgs.). *Classes? Que classes?* São Paulo, Fundação Perseu Abramo/ Fundação Friedrich Ebert, 2014.

_____. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos estudos CEBRAP, p. 83-102, 2009.

_____. ; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SINGER, Paul. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da revolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. Biblioteca universitária 2.- Ciências Sociais; 22, 1974.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. *Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis*. *Cadernos Metrópole*, 2018, 20: 75-98.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Telles, V. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. *Tempo social*, n.18, v.1, 2006, pp. 173-195.

TRINDADE, Thiago Aparecido, et al. *Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática = o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

VAINER, C. et al. *O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais do XV ENAnpur. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>*. Acesso em: 13 jan. 2020

_____. *Quando a cidade vai às ruas*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro*. Ciências Sociais Hoje Mov Sociais Urbanos Minorias Étnicas Outros Estudos, 1983.

VAREJÃO, Luana; RAFAEL, Rodrigo, ARARIPE, Vitor. *A disputa entre o Novo Recife e o Recife que queremos: a trajetória do conflito pelo Cais José Estelita*. In: Oliveira, Fabrício Leal de Oliveira et al. *Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta*. (Ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. *Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora*. In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio nobel, 1998.

FILMES E PODCASTS

20 Minutos com Breno Altman: *RUY BRAGA: QUAL O FUTURO DO TRABALHO?* Entrevistado: Ruy Braga. Entrevistador: Breno Altman [S/1]: Opera Mundi, 14 out. 2021. Podcast. Disponível em: https://podcasts.google.com/feed/aHRocHM6Ly9mZWVkecy50cmFuc2lzdG9yLmZtLzIwLWl1bnVob3MtY29tLWJyZW5vLWFsdG1hbg/episode/YzhjNzkoNzEtNjZmOSooZDI5LTgzZWUtY2I2NmZhY2I2ZmM3?hl=pt-PT&-ved=2ahUKEwifqODax_j4AhVYCbKGHVrHBoQQjrkEegQIAhAL&ep=6. Acesso em dezembro de 2021.

BRCIDADES: *A Luta pela Educação e as Juventudes nas Cidades*. Entrevistado: Renato Almeida. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/1], 13 ago 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/348fHeAaLtdoVhmg3ELa9a?si=AZE1XoznQc-Y3tFKMxRoOQ>

_____.: *A Questão Ambiental Entre a Amazônia e a Periferia de São Paulo*. Entrevistado: Jaison Lara. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/1], 27 ago 2019. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2qgXSqbPy8NwJqNDVZY9g2?si=oxPZ_oG3QSCCModZrB-GhRA

_____. *Ajuste Fiscal e o Impacto nas Cidades*. Entrevistada: Valéria Motta. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/1], 30 jul 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5O9iI5EkzBhk9n9ftobLYR>

_____.: *Desigualdades no Território*. Entrevistado: Douglas Belchior. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/1], 2 jun 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7iEaME9YhLxEhiiHoLDbon>

_____.: *Dia da consciência negra*. Entrevistada: Elaine Mineiro. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/1], 26 nov 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/31bF2J2By8T9b8vbHAqnAx?si=hjusLNBwSa-r5HqBUhqAAQ>

_____.: *PERMACULTURA URBANA — A experiência do Coletivo Eparreh e o verde nas periferias*. Entrevistado: Lucas Ciola. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/1], 29 out 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/oDQ6EiJ2wnc418TaUopsd-D?si=8FGIYtaZRleMUmzhnNIHiQ>

FIM de semana. Direção: Renato Tapajós. Produção: Erminia Maricato. São Paulo, 1976. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso março 2022.

TERRA em transe. Direção: Gláuber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas, 1967 [produção]. 1 filme (105 min), 35 mm, p&b.

REPORTAGENS, DOCUMENTOS E NOTÍCIAS CONSULTADAS

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. Sistema de Informações da mobilidade. [S/l]. ANTP, 2018. Disponível em: <http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-damobildade/apresentacao.html>. Acesso mar 2020

_____. Sistema de Informações da mobilidade. [S/l]. ANTP, 2018. Disponível em: <http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-damobildade/apresentacao.html>. Acesso mar 2020.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Entrevista com Otília Beatriz Fiori Arantes. Rapsódia, 2002, 2: 221-264.

ARANTES, Paulo. O futuro que passou. Entrevistador: Ivan Marsiglia. Blog da Boitempo [S/l], 17 jun 20213. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/27/o-futuro-que-pas-sou/>. Acesso: 03 set de 2021.

ASSESSORIA de Imprensa da FFLCH. Ascensão do rap nos anos 90 mostrou contrastes na música popular brasileira. Jornal Usp, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ascensao-do-rap-nos-anos-90-mostrou-contrastes-na-musica-popular-brasileira/>. Acesso jul 2022.

BIBLIOTECA Presidência da República. Presidente Lula cumprimenta funcionários durante visita às obras da Universidade Federal do ABC, que fica pronta em 2009, com capacidade para 11 mil alunos. [S/l]. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/galeria-de-fotos/fotos-de-viagens-nacionais-2007/presidente-lula-cumprimenta-funcionarios-durante-visita-as-obras-da-universidade-federal-do-abc-que-fica-pronta-em-2009-com-capacidade-para-11-mil-alunos/vie>. Acesso jun 2022.

BRAGA, RUY. As Faces Ignoradas do Uberismo. Outras Palavras, abril de 2021. Disponível em: Acesso em dezembro de 2021.

CAPUTO, Gabriela. Análise da “dependência brasileira” de FHC é tema de seminário na USP. Vermelho, 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/06/08/analise-da-dependencia-brasileira-de-fhc-e-tema-de-seminario-na-usp/>. Acesso jun 2022.

CESAR, Pedro; Leão, Victor. A história de luta do Estádio 1º de Maio [S/l]. Jornal A Verdade. Disponível em: <https://averdade.org.br/2018/05/a-historia-de-luta-do-estadio-1o-de-maio/>. Acesso jun 2022.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. Linha do Tempo. Site Fórum de Cultura da Zona Leste. Disponível em: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/>. Acesso jul 2022.

HARVEY, David. David Harvey: A crise da urbanização planetária. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>. Acesso març 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf.

Acesso em dezembro de 2021.

LACOMBE, Milly. GALO: NADA NO MUNDO FOI CONSTRUÍDO POR UM PATRÃO. Revista Trip, abril de 2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/galo-nada-no-mundo-foi-construido-por-um-patrao>. Acesso em dezembro de 2021.

MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido. Le Monde Diplomatique, São Paulo, ed. 73, ago. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: abr. 2022.

_____. Ermínia Maricato: aos sem-teto, a lei. Blog Outras Palavras. Movimentos e Rebeldias, julho de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/erminia-maricato-aos-sem-teto-a-lei/>. Acesso em 20 de junho de 2022.

_____.; PAMPLONA, Telmo; MAUTNER, Yvonne. Cenários do Contraste. Uma incursão no interior da habitação popular paulistana. Disponível em: <https://erminiamaricato.net/2022/02/15/cenarios-do-contraste-uma-incursao-no-interior-da-habitacao-popular-paulistana/>. Acesso abril de 2022.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. A GRANDE GREVE DOS TRABALHADORES DO ABC. [S/l]. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>. Acesso jun 2022.

_____. CÃES E BOMBAS REPRIMEM MOVIMENTO POPULAR. [S/l]. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/caes-e-bombas-reprimem-movimento-popular#card-189>. Acesso jun 2022.

MOBILIZE BRASIL. Cinco capitais têm aumento nas tarifas de ônibus em 2014. [S/l, 10 abr 2014. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/6197/cinco-capitais-tem-aumento-nas-tarifas-de-onibus-em-2014.html>. Acesso mar 2020.

NASCIMENTO, Vanessa. UNEAFRO BRASIL REÚNE MIL JOVENS EM COMEMORAÇÃO DE 10 ANOS NA USP. Site UNEAFRO Brasil, 2019. Disponível em: <https://uneafrobrasil.org/uneafro-brasil-reune-mil-jovens-em-comemoracao-de-10-anos-na-usp/>. Acesso jul 2022.

NEIVA, Leonardo. “O pedido vem e a gente nem sabe o que é. Aceita porque está desesperado para sobreviver”. Revista Gama. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/onde-voce-trabalha/paulo-galo-uberizacao-do-trabalho-luta-entregadores-de-aplicativo/>. Acesso em dezembro de 2021.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONJUNTURAIS (NEC). Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil, PROJETO CAMINHOS DO TRABALHO: TENDÊNCIAS, DINÂMICAS E INTERFACES, DO LOCAL AO GLOBAL. Agosto de 2020. Disponível em: Acesso em dezembro de 2021.

O GLOBO. Acervo de Fotos. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/>. Acesso jun 2022.

PARKIN, Brooke. Site Rio On Watch. Protesto Contra Remoções na Vila Autódromo Bloqueia as Obras do Parque Olímpico [SLIDESHOW]. Rio On Watch, 2015. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=13906>. Acesso jun 2022.

PAUL SINGER. Biografia Intelectual. PAUL SINGER. Disponível em: <http://paulsinger.com.br/biografia/>. Acesso març 2022.

PERIFERIA em Movimento. Por que o Movimento Cultural das Periferias rachou com a Secretaria de Cultura de São Paulo? Periferia em Movimento, 2019. Disponível em: <https://periferia-emmovimento.com.br/por-que-o-movimento-cultural-das-periferias-rachou-com-a-secretaria-de-cultura-de-sao-paulo/>. Acesso jul 2022.

RANGEL, Sérgio; VETORAZZO, Lucas. Em comício no Rio, Mano Brown critica PT e é defendido por Chico e Caetano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-comicio-no-rio-mano-brown-critica-pt-e-e-defendido-por-chico-e-caetano.shtml>. Folha de SP. Acesso: 23 out 2018.

REDAÇÃO Outras Palavras. Os nove anos do Sarau da Cooperifa. Outras Palavras, 2010. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-nove-anos-do-sarau-da-cooperifa/>. Acesso ago 2021.

RUPP, Isadora. As suspeitas de ação oculta do iFood contra greves de entregadores. Jornal Nexo, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/04/04/As-suspeitas-de-a%C3%A7%C3%A3o-oculta-do-iFood-contra-greves-de-entregadores>. Acesso jul. 2022.

SOARES, Rafaela. Beneficiários de moradia popular em Anápolis querem receber chaves para mudança. Site Portal 6, 2016. Disponível em: <https://portal6.com.br/2016/12/13/beneficiarios-de-moradia-popular-em-anapolis-querem-receber-chaves-para-mudanca/>. Acesso jun 2022.

TEPERMAN, Ricardo. Do rap ao rap: Emicida de 2015 não é o Racionais de 1990... nem o Brasil. Jornal Nexo, 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2015/11/13/Do-rap-ao-rap-Emicida-de-2015-n%C3%A3o-%C3%A9-o-Racionais-de-1990...-nem-o-Brasil>. Acesso maio 2022.

THE ECONOMIST. Brazil takes off. The Economist, 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>. Acesso jun 2022.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Z Aidan, Wilson. Milton Santos e o mundo global visto do lado de cá. Isso Compensa. Disponível em: <http://issocompensa.com/academia/milton-santos>. Acesso maio 2022.

ANEXO I - ENTREVISTA ERMINIA MARICATO

Entrevistadora: Como se deu a produção do livro “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”? O que te levou a organizar essa obra?

Ermínia Maricato: O livro nasceu da necessidade de divulgar alguma *coisa* que era muito pouco conhecida. Eu tinha feito o filme “Fim de Semana”, com o Renato Tapajós, e o filme teve um impacto interessante, chegou até a rede Globo. Ninguém sabia aquilo, era um negócio impressionante. Ninguém sabia que o povo construía a casa daquele jeito. Nem a universidade, nem a opinião pública. Até o cara da globo que me entrevistou, perguntou: “mas como é que a senhora teve a ideia de pôr esse ovo em pé?”, eu falei “meu filho, as práticas estão aí, só não enxerga quem não quer saber realmente”.

Eu entrei na FAU para dar aula em 1974, na área de desenho industrial. E o que nós fizemos? Eu, o Telmo Pamplona, Yvonne Mautner. Nós fomos buscar o que era o consumo popular de objetos. Nós queríamos trabalhar com desenho de objetos de consumo popular, pensando nas necessidades sociais, evidentemente. Então, durante o curso da FAU, nós tivemos um encontro, que foi maravilhoso, com os professores da área de projeto e de planejamento urbano e de programação visual.

Nós resolvemos quebrar as estanqueidades das disciplinas e fazer o que nós chamávamos de “ateliê integrado”. Estava o Rodrigo Lefebvre, o Zanettini. Então, nós levamos os alunos para as periferias para entrarem dentro das moradias e fazerem um levantamento. O que a classe trabalhadora estava consumindo de produtos dentro da moradia, por exemplo? Foi tão impressionante o levantamento que fizemos um material antes desse livro, que é o “Cenário de Contraste”, mostrando como a televisão, a geladeira, o fogão, a batedeira, o liquidificador estavam entrando nessa casa. A casa era pré moderna, fruto da autoconstrução, e esses objetos todos eram de uma indústria brasileira que copiava um design internacional. E o desenho de uma geladeira, de um eletrodoméstico, contrastava demais com a moradia. A gente estava na verdade, a partir de todo o trabalho do Sérgio Ferro, do Lefebvre, da Mayumi Souza Lima, descobrindo o mundo a partir da descoberta do ambiente construído, da vida das camadas populares.

Nesse período tinha muito destaque as explicações do Chico de Oliveira sobre o desigual e combinado, que era o qual a gente trabalhava. O moderno e o pré-moderno compoem a vida na classe trabalhadora. O Paul Singer havia escrito um livro muito bom sobre o processo de urbanização de São Paulo, trabalhava a questão da renda da

terra. O Nabil e a Raquel haviam feito um trabalho no departamento de história com a Neide Patarra, pegando a questão da renda fundiária. O Lefebvre escreveu um trabalho maravilhoso sobre a questão da renda fundiária. E eu peguei a questão da produção da casa popular. E a ideia era fornecer um quadro da produção desse ambiente, uma *coisa* inovadora.

Mas, o meu texto parte de um texto do Sérgio Ferro. Ele me deu um texto manuscrito. Aí ele foi preso, e eu datilografei esse texto e nós imprimimos esse texto em mimeógrafo no grêmio da FAU, e foi esse texto que gerou o meu texto sobre a produção da autoconstrução. Era um momento de muita abertura teórica para compreensão do Brasil.

Entrevistadora: E em relação ao contexto da ditadura? O Sérgio tinha acabado de ser preso. E como isso se deu com a produção e divulgação do livro?

Ermínia Maricato: O Sérgio não ficou contente que eu acabei divulgando o texto dele por mimeógrafo, porque ele queria desenvolver o texto e depois ele fez isso, e foi publicado em livro. A ideia também do contexto da ditadura era... Existia, exatamente nesse período, uma organização muito forte em vários níveis da sociedade contra o regime ditatorial de lutas por direitos, vamos chamar assim. Então havia uma operário sindicalizado forte, 1978-1979 foi o período das greves operárias, os líderes foram presos, mas eles eram efetivamente muito fortes. Nós estávamos saindo de 40 anos de produção industrial forte no Brasil, de um crescimento significativo de 7% ao ano entre 1940-1980. Depois havia os movimentos sociais urbanos, que era uma super novidade, o Brasil havia passado a ser predominantemente urbano na década de 1960. Então, era um crescimento muito vigoroso, e não de qualquer país, mas de um dos que tinha uma das maiores populações do mundo, que passava a ser urbano a taxas altíssimas e concentrado em poucas metrópoles - começando por 9 metrópoles, depois 12. Depois havia um movimento que vinha da acadêmica, de uma nova interpretação do que era a vida na cidade, como “São Paulo: crescimento e pobreza”, e também “Quando novos personagens entram em cena” do Eder Sader. Junto ainda havia os estudantes e o movimento, em geral, dos artistas - na música, no teatro, com o Zé Celso. Isso era muito significativo.

Isso tudo gerou uma dinâmica, uma onda, que levou a criação de novos partidos. A criação da Central Única dos Trabalhadores, de outras centrais sindicais, da Central de Movimentos Populares, de partidos políticos que saíram da clandestinidade. Ou seja, havia uma efervescência na sociedade que se deu no fim da ditadura em 1985. Em 1982

houve a eleição direta para governadores, o que foi uma novidade. O regime ditatorial já estava sentindo essa falta de apoio popular, apoio social. E em 1985 tivemos também a eleição direta para prefeitos, que já vinha antes fora das capitais, como em Diadema no começo dos anos 1980, e em Lages, Santa Catarina, com Dirceu Carneiro no final dos anos 1970.

As prefeituras democráticas vieram na esteira desses movimentos sociais, que perdeu o fôlego, do ponto de vista dos movimentos sociais urbanos, durante os anos 1990, mas especialmente a partir da primeira década do século XXI.

Entrevistadora: Naquele momento, qual foi a repercussão do livro? Dentro e fora da academia.

Ermínia Maricato: Olha, que eu me lembre... O filme teve um impacto muito forte, porque havia Cineclubes no Brasil todo. Eu fui discutir o filme em vários lugares do Brasil. E o filme tinha uma linguagem muito mais acessível que, evidentemente, um livro. E que, apesar de acessível, você tem ali teses do Francisco de Oliveira, do Paul Singer, do Rodrigo Lefebvre, do Gabriel Bolaffi. A ditadura financiou mais de 4 milhões de unidades habitacionais nos anos 1970 e isso foi muito forte, impactou muito as cidades no Brasil, o que depois viria acontecer com o Programa Minha Casa Minha Vida. O PCMV promoveu o financiamento de mais de 5 milhões de moradias.

E teve [BNH] um impacto muito forte sobre a extensão horizontal das cidades, a dispersão urbana, e a verticalização, o aumento do preço da terra e a extensão das periferias. E havia, claro, um descontentamento com o custo de vida, principal movimento social massivo que apareceu em 1975. Contra o desemprego... Então, nós estávamos, naquele momento, num momento de transição. Eu não me lembro do livro ter tanto impacto quanto o filme, por isso resolvi fazer o segundo filme [Loteamento Clandestino]. Por isso eu acho que, atualmente, eu fiquei muito mais ligada, estimulada, vídeos e lives do que, propriamente, tomar o tempo para reescrever.

O que eu fico percebendo é que agora sim muita gente voltar para trás e reler as coisas que a gente fez, Isso é interessante, como o “Brasil, cidades”,¹ “Metrópole na periferia do capitalismo”.² Tem muita gente procurando esses livros que não foram mais reeditados. Então, talvez, eles vão cumprir uma outra função.

1 MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Editora Vozes, 2001.

2 MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANEXO 2 - ENTREVISTA DOUGLAS BELCHIOR

Douglas Belchior, também conhecido como Negro Belchior, é um educador, professor formado em História pela PUC/SP, fundador e professor no Movimento Uneafro-Brasil, coordenador de Articulação de Projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos e integra a Rede Nacional Coalizão Negra por Direitos.

Entrevistadora: Fale um pouco sobre a formação das cidades, com o foco em São Paulo.

Douglas Belchior: É muito importante pensar as cidades de todos os pontos de vistas, sobretudo do ponto de vista daqueles que não têm acesso aquilo que a cidade oferece. As cidades são segregadas, fruto, então, do processo histórico da sua própria formação. Dos seus territórios, dos seus estados, das suas nações. Eu moro em São Paulo, Zona Leste de São Paulo. E assim como em outros bolsões de pobreza, a Zona Leste sempre foi muito fácil de acolhimento para a população imigrante, para aqueles que vêm de outros estados tentar a vida, construir a cidade com seu suor, com suas lágrimas, com seu sangue, erguer os prédios do centro da cidade, arborizar os bairros nobres, gastar sua vida e seu trabalho nos Jardins e, depois, gastar horas voltando pra casa.

A formação da cidade se deu a partir do interesse econômico de quem a construiu. E nós estamos falando de uma cidade como São Paulo, que é o estado onde o último ciclo da escravidão se deu - com muita força. E a medida em que a metrópole foi se formando, mesmo os núcleos de descendentes de escravizados em São Paulo foram sendo retirados. Então, você tem diversas histórias na cidade de São Paulo, de bairros que foram completamente gentrificados. Da demarcação espacial do local de cada um, do lugar de cada um. Da moradia, que muitas vezes se concilia com o local da precariedade.

Têm histórias clássicas, como a gentrificação do bairro de Higienópolis, ou embranquecimento do Bela Vista, a retirada da identidade do lugar que a gente conhece como Liberdade. O centro da cidade de São Paulo foi, por muitos anos, um espaço de ocupação da população negra, mas a medida em que esse território é urbanizado e ocupado por interesses econômicos, a gentrificação acontece.

E esses bolsões de pobreza, para onde os pobres são enviados, mandados, nunca vão acompanhados da infraestrutura que uma cidade, que uma população, necessita.

Poucos serviços públicos, serviços precários - quando tem. O único serviço eficiente que chega nesses lugares é o serviço da repressão. De maneira, que é possível afirmar sim; existe, na natureza da formação da cidade, permanência da lógica da escravidão, do racismo. A cidade é segregada. Essa organização que vocês promovem¹, se dedica a esse estudo, né?!

Os índices demonstram isso. Isso resvala e interfere, inclusive, na longevidade das pessoas, na expectativa de vida. Então, em determinados bairros as pessoas vivem mais, em outros bairros vivem menos. Isso tem a ver com qualidade de vida, com tempo que é gasto de transporte público, com o sofrimento que é imposto a quem mora nesses bolsões loges dos espaços de privilégios da cidade.

Entrevistadora: E em uma análise mais histórica? De construção da cidade, quais foram as raízes das classes dominantes que conseguiram impor o seu processo? Como você faz essa leitura, não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro?!

Douglas Belchior: As cidades dirigidas, construídas a partir do interesse econômico daqueles que são herdeiros diretos da escravidão carrega no seu âmago, no DNA dessas cidades, serem cidades europeias, onde negros não cabem. A população negra não é quista, não é desejada como parte da sociedade que surge a partir do fim da escravidão. A classe média brasileira, as elites brasileiras, subservientes, sem projetos de nação, covardes, preguiçosas, foram incapazes de um projeto de país que pudesse se auto gerir, se auto gestionar, se auto identificar. Construir uma identidade própria. E as cidades são frutos dessa vontade eurocêntrica da construção de centros europeus - a sua imagem e semelhança. Isso se dá em todas as capitais brasileiras, em diferentes graus em todo o país.

As legislações, que se forjaram a partir do início do século XX, contribuíram muito com isso. Se tem algum muito permanente que caracteriza a elite brasileira é o medo dos pobres, o medo dos negros. E esse medo fez com que, ao fim da escravidão, como eles já não tinham mais legalmente o poder de usurpar a liberdade pela força - nunca deixaram de fazer isso, mas legalmente deixaram de poder fazer isso -, vai se criar outros instrumentos de controle; leis de proibição de circulação da população, como é o caso da Lei da Vadiagem, que é extremamente famosa no sudeste. As leis que criminalizam práticas religiosas, práticas culturais do povo negro. Quer dizer, não vai poder mais jogar capoeira na esquina, não pode abrir sua casa de Candomblé ou de Umbanda no bairro.

¹ Douglas fala do projeto BrCidades. Ver mais em www.brcidades.org

O samba, as manifestações negras, todas elas, de exuberância da sua cultura, logo da sua resistência e da sua sobrevivência, do seu projeto de vida, futuro e ancestralidade - passado e futuro -, foi tudo perseguido por projetos de lei. Negavam o direito da existência, isso nas cidades.

Eu tenho 40 anos, vivi o tempo do pagode., lugares restritos pra pagode. O funk hoje, pra juventude, é talvez seja o exemplo mais drástico disso. Se observa o funk como um problema. Essa expressão da cultura negra é negada. Então você vai criar leis, o poder público vai reprimir. A cidade é espelho do que é a nossa sociedade, racialmente determinadas e desigual.

Entrevistadora: Qual a leitura que você faz da ditadura militar nesse processo? E o que vem depois? Os governos democráticos, inclusive, um inédito governo progressista no país.

Douglas Belchior: A ditadura vem cumprir um papel muito importante, a nossa memória está mais fresca dessa experiência, mas não acho que ela inaugura processos, ela aprofunda processos. De repressão, de segregação, de negação de direitos, de violação de direitos humanos.

A experiência dos governos com uma tendência mais progressista, foram muito importantes para nossa experiência histórica mesmo. Considerando que o nosso país se forjou a partir de 400 anos de escravidão, e no período pós abolição da escravidão ele permaneceu como marca característica a divisão, a segregação do povo mais pobre, do povo negro em relação à possibilidades, bem viver, a direitos, determinando essa mesma população à miséria, à violência a par do estado... Então, essa é a característica fundamental que explica o Brasil. As políticas que foram experimentadas desses governos dos últimos 15 anos, governos do PT, Lula e Dilma, elas proporcionaram experiências de contato mais efetivo, de mistura. Um fluxo de pessoas, de grupos sociais, em espaços que até então, radicalmente segregados. E o resultado objetivo a partir disso foi o conflito. Um conflito que a gente sabe que existe, que sempre esteve aí, mas que talvez não tenha sido traduzido dessa maneira, como estamos vendo hoje. No sentido do conflito físico, do enfrentamento público dessa diversidade. Até então, lia se o Brasil como um espaço de convergência das diferenças, boa convivência com as diferenças, traduzida na frase e no pensamento do Gilberto Freyre da democracia racial.²

² O conceito de democracia racial foi introduzido por Gilberto Freyre em sua obra intitulada Casa-grande & Senzala, publicada em 1933.

A partir dos resultados das políticas do governo Lula e Dilma, essa máscara que a gente denunciou como mentirosa - nunca vivemos democracia racial, nunca vivemos nenhuma democracia - , mas essa máscara da democracia racial cai por completo. E a nossa denúncia ganha sentido público. A medida que a cidade passa a ser frequentada, no seu ambiente mais nobre, por pessoas negras que não são empregadas, isso causa conflito. No aeroporto, no bairro mais nobre. Então, isso traz pra cena um ambiente que a gente não tinha vivido ainda, e o conflito acontece, e é bom, é positivo. Não acho que a gente vai regredir nisso.

Nós tivemos um momento de reação, radicalmente conservadora e violenta. Por outro lado, tem muita resistência, porque nós experimentamos, né?! Nós voamos, nós vestimos, nós comemos, nós saímos, nós compramos, nós consumimos, nós chegamos as universidades, nós nos formamos. E a experiência do tato, de sentir o gosto, te faz querer de novo. E isso é da própria humanidade. Não acho que isso vai regredir, muito pelo contrário. Você olha pros espaços populares, pros bairros negros, pros bairros pobres de São Paulo e no Brasil, tem resistência, tem muita resistência acontecendo. Então, não acho que é só de um lado, nós vivemos tempos de radicalização, mas em que os lados se fortalecem. Vivemos um tempo em que é possível um Bolsonaro, um governo nesse nível? É possível, mas também é possível que haja coletivos negros organizados em cada universidade, organização comunitária pujando nas periferias, que a mulherada negra esteja se organizando, lutando como nunca pelos seus direitos, que a juventude negra esteja reivindicando sua identidade, se organizando politicamente. E está fora da caixinha da esquerda tradicional, mas está acontecendo e terá frutos. É daí que vem a resistência, que pode levar a gente pra frente no momento seguinte.

Entrevistadora: Você traz boas experiências no âmbito das cidades, mas também teve as experiências do lançamento do Atlas da Violência³, que mostra que a periferia ainda é alvo de ações policiais e mortes. Duma violência pulsante. Especialmente pro negro. Como é que você analisa?

Douglas Belchior: E é a face mais perversa, mais radical da violência racista que caracteriza o nosso país, do que a gente chama de genocídio histórico. Da permanência da ação genocida do Estado, que a gente denuncia historicamente e, também, não é novo, e que a gente tem a tarefa histórica de denunciar e de superar. Não é possível conviver num país que tantas pessoas, de um mesmo grupo social, sejam mortas a partir da ação

³ Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784. Acesso dia 25 de Novembro de 2019.

do Estado ou da omissão dele. Porque é isso, o Estado mata quando coloca seu aparato armado para reprimir, sobretudo negros e pobres, e o Estado mata quando se omite do ponto de vista dos direitos.

A cidade é um laboratório dessa experiência permanente. As cidades, mas também o campo. Quando você olha o Atlas da Violência, os índices maiores, proporcionalmente, nem estão nas cidades - o que não diminui o impacto e a violência como a cidade trata a nossa população. E por outro lado, por outro ponto de vista, é o espelho da nossa força, nós somos uma ameaça tão permanente ao *status quo* e as elites que eles não tem outro projeto, que não é continuar nos matando, mas nós vamos seguir a orientação da Conceição Evaristo, de que nós, por nosso lado, combinamos de não morrer.⁴

Entrevistadora: E a disputa territorial, desde o governo do PT, por exemplo? Existem análises que colocam que os espaços foram esvaziados, o trabalho que se fazia nesses bolsões de pobreza, que você cita, e agora outras forças ocuparam esses territórios. Qual a sua leitura sobre essa situação?

Douglas Belchior: Tem poder político quem está no território. Esse não é um raciocínio complexo, é um raciocínio evidente, simples até. As comunidades pobres dependem, para sua sobrevivência, de serviços do Estado e de companhias comunitárias. As pessoas sobrevivem assim nos bairros mais pobres. Na medida em que quem está ali, acompanhando o dia a dia, acudindo no socorro, levando pro hospital quando precisa, não é o campo progressista... É óbvio que ele vai perder espaço político naquele espaço. É óbvio.

Eu cresci em bairros que não tinha automóvel, duas casas que tem carro no bairro. Então, todo mundo que passa mal, quem vai levar pro hospital é aquele vizinha que tem carro. Essa é a dinâmica do bairro pobre. Essa solidariedade mútua na comunidade. A medida em que a influência de quem pode ajudar não é mais nossa, deixa de ser nossa, ou diminui nossa influência, isso é péssimo politicamente. A igreja católica sempre foi muito presente em territórios periféricos. Ela deixou de ser presente? Não deixou de ser presente, mas deixou de cumprir determinado papel, determinada função política. De assistência, relacionada à política. E as igrejas evangélicas - e isso é público e notório, não tô dizendo nada que ninguém saiba aqui, não é uma crítica a fé das pessoas, as pessoas têm direito a fé que elas quiserem, nós temos que respeitar -, se estabeleceu um projeto político a partir de algumas igrejas. E então eles potencializaram sua presença política-

⁴ “Nosso trato de vida virou às avessas. Morremos nós, apesar de que a gente combinamos de não morrer.” O trecho consta no livro Olhos d’água de Conceição Evaristo em 2014.

mente. Isso tem um resultado objetivo, eles estão presentes na política brasileira, como um projeto. Isso significa condenar a prática religiosa? De jeito nenhum. Isso significa que todo mundo que segue religião é conservador, de direita ou bolsonarista? De jeito nenhum também. Há setores minoritários das direções das igrejas que são progressistas, dentro da igreja evangélica. E nós temos que fortalecer.

A nossa tarefa, mais do que criticar a experiência organizativa e política deles, é pensar na nossa. Nós não estávamos lá, ou estávamos em outra proporção. E eu não sei se o abandono é um abandono de território pensado. Talvez a nossa experiência nos últimos anos tenha nos levados para outros lugares, mas eu acho que a história ensina e nós estamos aqui dizendo o seguinte; há um elemento de organização política nosso que abandonou o território, mas há uma permanência nossa, de setores da esquerda, que nunca abandonaram o território, mas que também nunca dirigiram a esquerda. Eu sou de uma organização que nunca abandonou o território, mas a gente é insuficiente. Então, qual é a medida da nossa insuficiência da nossa presença nesses territórios? Pra fazer o que? Com que tipo de atuação? Com que brevidade? É a brevidade, é o tempo de uma campanha eleitoral? Deu ruim. Então, nós temos que pensar a organização do povo brasileiro, a partir de baixo pra cima, como era a nossa tradição. Voltar a fazer isso de maneira orgânica, de maneira permanente. Trabalho de base, permanente e comunitário. Isso é a base da nossa organização, da esquerda brasileira. Acho que é retomar isso, a gente sabe fazer, mas nós vamos tomar uma *paulada* durante um tempo aí, vamos passar uma seca. Mas não acho que tá tudo perdido, acho que a gente tá construindo a reviravolta, a gente tá construindo a reação.

Eu não sou cético no médio e longo prazo. Nós temos um nível de disputa de cultura e de mentalidade, que a gente vai ter que se aprimorar pra fazer. Isso é necessário, é importante, o mundo não vai acabar. A gente tem que reagir e impedir retrocessos maiores do que a gente já tá vivendo, e reagir propondo ação. Nós temos que ir pro parlamento pra propor direitos. Não apenas se defender do retrocesso. Nós temos que engajar. A população entende isso.

As pessoas se convenceram de que bolsonaro incorpora alguém que luta pelo direitos deles, ou de grande parcela deles. Ok, ele conseguiu passar esse recado, nós temos que passar o nosso. Não, nós lutamos pelo direito de todos. É fazer essa disputa. Nós estamos perdendo? Estamos perdendo nesse momento, mas eu não acredito que vai ser assim pra sempre, eu acredito na nossa força.

ANEXO 3 -ENTREVISTA VALÉRIA MOTTA

Valéria Motta é educadora, especialista em arte e educação. Estuda cultura, educação e lutas étnico-raciais. Participa do Movimento Cultural das Periferias.

Entrevistadora: Conte para a gente sua reflexão do tempo que você vem vivendo e militando na periferia de São Paulo.

Valéria: Gosto de reivindicar meu espaço como espaço do hip hop e do movimento de moradia da cidade de São Paulo, porque eu cresci dentro desse movimento. Minha mãe, mãe solteira, se engajou no movimento de moradia, sendo uma de suas primeiras participações em movimento, eu tinha 10 anos de idade. Hoje estou com 40 anos.

Eu acompanho, vivi muito isso, então eu falo de lugar de pertencimento, porque eu vi esse processo, que foi na época da gestão Erundina, como os movimentos sociais, inclusive o de moradia, cresceram nas periferias.

Eu lembro muito bem, inclusive da força das mulheres no movimento, e quanto esses projetos foram enriquecedores. Hoje, minha mãe, minha família, tem moradia lá no extremo Norte de São Paulo; em Taipas, Jardim Donaria. E nessa organização você consegue entender como é que se deu esse processo, até pela própria construção. Então, eu gosto sempre de reivindicar esse espaço de pertencimento de quem viveu, de quem teve acesso a esse tipo de construção de moradia que é diferente um pouco da concepção que nós temos hoje. Antigamente, tinha a concepção de ficar nas bordas das cidades, aí os movimentos avançaram para os centros das cidades, começou a fazer outro tipo de discussão, porque se constrói moradia mas não se constrói equipamento, e não constrói ambiente de trabalho dentro dos territórios, então, por isso, os movimentos foram avançando para o centro de São Paulo.

A partir disso, pensando numa análise mais crítica, e eu venho dentro da cultura hip hop, que foi onde ampliou um pouco meu olhar de vivência, de viver a cidade, de viver as periferias, porque o hip hop sempre esteve muito presente nas periferias. Na época da adolescência, nós tínhamos algumas efervescências no centro de São Paulo, mas nas periferias aconteciam os movimentos, o hip hop sempre foi muito forte. Nós não íamos para o centro, nós íamos para outras periferias, a gente ia para o Grajaú, para Perus, que inclusive em Perus o movimento hip hop é muito forte, se construiu a partir disso.

No início dos anos 2000, que já existia na verdade desde 1994, o movimento hip hop começou a ressurgir, começou a ter um acesso maior também à cultura afro americana, e era interessante que isso acontecia na Galeria do Rock na cidade de São Paulo, porque aí na galeria se encontravam os *manos* que vendiam os vinis. A partir disso, nós fazíamos as trocas, as discussões, os encontros, e levava isso para a *quebrada*, porque a gente cantava em cima dos discos, então descobriram as tendências, inclusive as discussões nas letras de rap.

Então, nos Estados Unidos, já estava avançado a muitos anos essa questão da discussão sobre raça e gênero, porque outras mulheres já faziam essa discussão no hip hop há muito tempo. E a gente ainda estava tentando se entender enquanto agente cultural dentro das *quebradas*, utilizando a cultura hip hop como ferramenta, inclusive, de emancipação e de organização. Apesar daquela época eu não ter essa ideia que era um movimento de organização e de luta, a gente já fazia um enfrentamento que era posto. A gente ocupava as praças, eu lembro que ali na Freguesia do Ó, na Zona Oeste, era muito forte, tinha a praça da Matriz, a gente também se reunia na Praça da Matriz. Depois a gente foi para o Morro Grande, a gente abriu uma sede no Morro Grande, a partir da cultura hip hop, porque não tinha equipamento público que movimentasse a cultura na cidade de cultura, e os que tinham nós não acessávamos. Primeiro porque não tinha uma política de democratização desses equipamentos.

A escola era o espaço mais hostil. A escola sempre foi segregadora, então se você quer descobrir a potência das desigualdades, dos preconceitos, é no ambiente escolar. Os iguais, os pares, estão juntos sem um processo de reflexão, porque são poucos educadores que tocam em certas feridas como a questão de raça e gênero - eu estou falando da minha época, depois quero trazer um pouco da realidade atual -, então, na minha época, a escola era um ambiente muito hostil. Me recordo perfeitamente, eu falo que a gente sente quando vai para a terapia e descobre; “Meu Deus do céu, agora descobri que eu sofria preconceito, agora descobri várias coisas”.

Eu me recordo muito bem que nessa época do início dos anos 2000 não existia uma política de democratização da cultura, o que tinha mesmo eram indivíduos que faziam processos de ida, vinda e de troca. Não é muito diferente, se formos fazer uma análise mais lá trás, na época da escravidão, que veio a capoeira, que ficou nos terreiros, a oralidade sempre foi muito forte. Talvez o diferencial é porque a gente canta, constrói a música e registra, documenta isso. Naquela época dos anos 2000 era a partir do

audiovisual, também trazemos muito isso no corpo.

Eu falo que reivindico esse lugar do hip hop, porque foi onde eu aprendi muito. Apesar de eu não ter seguido uma carreira, foi um espaço de reflexão e onde aprendi a fazer articulação e entender o que era política, porque a gente acha que política só é feita em Brasília e que a gente elege as pessoas. Não, a gente não está falando disso. A gente está falando de organização dentro das *quebradas*, de fazer discussão, de mulheres.

Você imagina, em um ambiente em que majoritariamente eram de homens, era eu e mais uma amiga, a gente estava no meio dos meninos, disputando breaks, disputando a narrativa a partir da letra das rimas, estudando para ser DJ. Hoje em dia temos uma amiga, a Bia Sankofa, que é uma amiga nossa, que fica lá, que ainda é resistência nessa área, porque no hip hop em si, não em outras linguagens de música, mas no hip hop em si, é muito difícil, tem poucas mulheres na cidade de São Paulo que são DJ's e que vivem da profissão.

Nessa época dos anos 2000 o hip hop foi muito forte dentro das periferias e, inclusive, como válvula de escape e ferramenta de sobrevivência mesmo, porque a partir do momento que você faz uma denúncia da truculência da polícia das quebradas, quando o Mano Brown fala “passou por lá cheio de razão, calibres em punhos” - porque hoje temos celular, que filma ação da polícia -, então tínhamos a letra de rap que fazia essa denúncia, e isso foi muito marcante para mim.

Eu lembro que, quando você é mais jovem, você não tem tanto medo, né?! Eu falo que a gente era muito corajoso, imagina, você morar em extremos da cidade, onde a polícia está muito próxima a você, sabe onde você mora e você fala mal abertamente em praça pública. O mais interessante, nesse processo, é que a gente sempre andava em coletividade, em muitos grupos. A gente tinha sim as denúncias, que eram feitas das mortes, mas não eram tão divulgadas, e geralmente se culpada o indivíduo; “Ah, porque ele era envolvido com droga, então foi morto pela polícia” - minha mãe falava muito isso - “Ah, ele morreu porque ele estava envolvido com droga”, mas eu falava “Mãe, ele era nosso amigo, ele andava com a gente, ele só fumava maconha, ele não fazia mal para ninguém, ele foi morto pela polícia”.

Então, havia uma certa romantização da polícia, mas que a juventude - e o pessoal fala “ah, mas a juventude sempre esteve muito igual da década de 60, de 70.”

Mentira! A juventude negra sempre foi organizada. O movimento negro sempre lutou, se você pegar as narrativas do Abdias do Nascimento da década de 60, o histórico dos movimentos negros, a Frente Negra Brasil que se organizou e, inclusive criou escolas, espaços de resistências para sobreviver, porque sabiam da truculência e porque, também, tiveram acesso à reflexão. A partir, não só da universidade - que eram poucos que estavam lá - , se for pensar nas décadas de 60 e 70, a gente tinha o Milton Santos e o Gadenguele Monanga, que eram os dois únicos negros que estavam na USP fazendo a discussão de raça. E a militância MNU, que trazia essas pautas, tentavam fazer essa discussão com as comunidades.

Por mais precarizadas as favelas, as comunidades, de certa forma, elas sempre foram espaço de resistência, porque - imagina - em um país extremamente desigual, preconceituoso, as pessoas se organizam para ocupar espaços perto das elites?! Eu acho uma puta coragem. E não acho que eles estavam dormindo como as pessoas falam; “Ah, mas é um povo muito pacífico”. Não, é um povo resistente, porque é uma luta muito desigual, enquanto sentem o braço forte do Estado bater ali muito próximo, e eles serem resistentes em relação a isso.

A gente pode falar que talvez a elite acadêmica, os intelectuais em muitos momentos não tiveram compromisso de estar dentro desses espaços e lutar juntos, se omitiram em muitos momentos - e a gente não pode esquecer isso também na história. A população periférica sempre esteve muito atuante.

Eu falo que a gente era muito bairrista, e a questão da locomoção também era um dificultador. Você não tem renda e você tem que se locomover até o centro de São Paulo. Então, eu me recordo quando nós fazíamos esse processo, inclusive da cultura hip hop, que hoje a diferença é que a informação, o acesso a informação é muito mais fácil, é só ligar o Youtube e ouvir as referências pela internet, antigamente não. Para a gente ter boas referências do hip hop, para entender um pouco mais a história, a galera do Rock - aquela parte central da cidade, da São Bento - era uma célula que a gente se alimentava, era um espaço que dava luz para a discussão, porque todas as periferias se encontravam ali para discutir, para entender, para debater e levava para as quebradas. Nas quebradas a gente fazia essa troca de discussão que estava acontecendo nos outros bairros, então, antigamente tinha muito aqueles “Lambes-lambes” nas paredes, aqueles Lambes gigantes que falavam das festas que estavam acontecendo nos bairros periféricos da cidade São Paulo.

A comunicação, naquela época, eu acho que era muito mais efetiva do que hoje, porque hoje São Paulo se tornou uma cidade castradora, acontece tudo ao mesmo tempo. Isso é ruim, porque fragmenta a luta também. Todos os meios são necessários, mas a gente tem que fazer uma releitura enquanto movimento, se a gente fragmentar muito a gente enfraquece. Num determinado momento, na época da minha adolescência, na época da minha juventude, era nítido que existia essas organizações bairristas.

Existiam uma ocupação do bairro, então você tinha lá no Morro Grande, a gente construiu um espaço, ocupou um espaço, para fazer o baile de domingo, que era matine, porque a gente não tinha dinheiro para pagar para ir para o centro, mas que também era para determinado público. Lembro que tinha o Class, que era ali na Augusta, um baile mais específico, de uma linguagem da cultura hip hop, que era a turma do bate-cabeça¹, porque era dividido em diferentes *crews*², em diferentes grupos. Uma vez ao mês a gente conseguia ir ao Class, fazer as trocas de experiências, e que depois isso virava como uma narrativa dentro das quebradas, como que a gente podia aplicar isso dentro das quebradas, como que a gente podia fazer o “Class” aqui nas quebradas, por exemplo.

Eu lembro dos meninos do *break*³, eu era MC e tinha os meninos do *break*, da dança, e naquela época era muito difícil você ter acesso a esse tipo de material, então a galeria era um ponto de estudo, mesmo. Então, essas trocas de experiências que a gente tinha, e que na quebrada a gente manifestava, acho que foi um processo muito rico, até para a gente crescer enquanto reflexão do que é ser indivíduo, que a partir da cultura se entende como ser humano, dentro de um país extremamente desigual, onde te desumaniza o tempo todo. E a juventude preta, a gente está falando de pessoas negras, né?! Essa pessoa não pode entrar em determinados espaços, e aí ela consegue se consolidar, se entender como protagonista de sua história a partir de uma habilidade ou arte que ela domina.

Isso foi muito importante até para a gente não cair em processos depressivos, ou não ter tido envolvimento com as drogas. O mais interessante é que a maioria era de família cristã e frequentava o terreiro lá na quebrada, porque o terreiro tinha um espaço grande que dava para fazer o treino, e o terreiro era o único espaço que nos permitia

1 A expressão “bate-cabeça” está relacionada a um tipo de dança da cultura hip hop. O termo é utilizado cotidianamente nas periferias de São Paulo.

2 A palavra “crew” em inglês significa “tripulação”, da qual também é associada a “grupos”, informalmente.

3 Break, ou Breakdance, é um estilo de rua, associado ao rap e ao hip hop.

rimar e fazer os encontros.

Quando você traz esse processo de reflexão desse processo de ida e vinda, e é muito comum dentro da população negra; de entender, querer entender a história, de ir em busca dessa história e se fortalecer a partir disso. De verdade, se hoje eu estou viva, mesmo viva, foi por conta dessas costurar.

Entrevistadora: Valéria, você comenta muito sobre essa militância que ia para o centro. Passado alguns anos, como é hoje em dia?

Valéria: Então, em 2005 foi construído a SEPPIR⁴, que era a Secretaria de Relações Raciais. A princípio, a Seppir nasceu para discutir a questão dos Quilombolas, e foi um movimento interessante, porque eu já estava na universidade e não tinha projetos de cotas em 2001, não tinha, mas minha mãe era trabalhadora da limpeza na universidade Mackenzie, e foi muito interessante, num dado momento, minha mãe me tirou da escola pública, na quinta série, para estudar na Mackenzie. Eu falo que foi lá que eu me descobri preta, porque até então, quando você está na periferia, que não faz a discussão de raça - apesar de existir o racismo -, mas, por você ter uma tonalidade mais clara, você não é entendida como uma - porque como o Brasil faz uma discussão por fenótipo, não por estrutura, então; “Ah, ela é sarará, tem cabelo crespo”. Então, eu não me entendia como uma garota adolescente negra.

Quando eu fui estudar dentro da escola, imagina, escola americana Mackenzie, uma escola extremamente burguesa, foi um choque de verdade. Primeiro porque eu não conseguia acompanhar aquele raciocínio, era outro mundo. E minha mãe entendia que aquele espaço era o melhor espaço; “isso é o melhor que posso dar para você, não vou te dar nenhuma herança, mas sim a herança do conhecimento”.

Dentro do pouco conhecimento dito, ela entendia que a educação, naquele momento, era o melhor a se fazer. Só que foi horrível. Primeiro porque eu sofri diversas violências, eu passei por um momento mesmo de negação, negação de identidade - eu queria alisar o cabelo, eu queria me desconstruir inteiramente. Logicamente, eu não consegui sobreviver naquele espaço. Uma adolescente, que está em formação, dentro de um espaço onde ela é chamada de “macaco” o tempo todo - que para mim foi um choque -, e você tem uma coordenação que acha que; “ah, ela é filha da faxineira, você acha

4 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

que a gente vai por ela, e vamos punir os meninos que pagam a escola?! Não”. Então eu saí, falei “mãe, eu não quero mais ficar”. Então ela me tirou, voltei para a escola pública, mas incomodada, porque pensei “olha essa estrutura aqui, né?!”.

Comecei a fazer comparações, e entender esse processo gigantesco de desigualdade. Você sai do bairro de Higienópolis, vai para Piritubas, para Taipas, onde a escola não tem nada, extremamente precarizada, onde os professores são totalmente *sequelados*, e aí eu não conseguia ficar mais dentro da escola. Comecei a repetir de ano, queria ficar só na rua, só no hip hop, porque era onde eu me via enquanto pessoa. Comecei a estudar com outros grupos, estudar a escola do negro no Brasil, por isso que eu entendo que esses espaços são muito mais educativos que a escola, porque eles te fazem enquanto pessoa, enquanto descobrir sua identidade, descobrir suas potencialidades, e também descobrir que você é inteligente, que você pode articular, que você pode falar e você pode ser o que você quiser.

Então eu fui para a Mackenzie, eu voltei para a universidade. Eu já tinha uma maturidade a mais, e quando eu voltei para a Mackenzie, já tinha outros atores negros dentro da universidade - poucos ainda -, gosto de citar sempre eles, pois acho importante; Samori Mugabi, que é filho do Milton do UMNU, tinha o Paniquinho da zona leste.

Eles iniciaram um processo chamado “AfroMack”. Eu, a Ana Flávia, as outras meninas ajudaram a formar esse núcleo de estudos negros dentro da universidade Mackenzie. A gente tinha apoio de alguns outros professores, que dentro da academia viu a possibilidade de fazer esse confronto entre teoria e a prática, e nos deu o apoio, e a gente fundou o AfroMack.

A partir da formação do AfroMack, começou a mobilizar outros movimentos negros dentro das outras universidades, porque na USP já era muito forte o Núcleo de Consciência Negra, na PUC ainda era um pouco mais tímido, mas já tinha movimento. Nesses anos de 2001 e 2002, a gente fundou a Articulação Política de Juventude Negra na cidade de São Paulo - com a alternância de poder também, porque aí já estava o governo do PT e com novos tipos de diálogos. Com a vinda da Seppir, que era uma secretaria que iria tratar de relações inter raciais, que no primeiro momento, a ideia era fazer a discussão dos quilombolas, a gente falou “não, a gente quer pautar a juventude, porque a juventude preta está morrendo”, isso em 2002 e 2003.

A gente começou a forçar essa discussão de pautar a juventude. Conseguimos trazer, pelo Instituto Pólis, a Matilde Ribeiro, que foi onde os movimentos negros universitários e periféricos, porque a gente fazia também esse processo, como no hip hop, que eu contei, a gente também não desvinculou da quebrada porque a gente morava lá. Lógico, a universidade te consome, você tem que se debruçar em cima das teorias, das discussões, acaba acontecendo esse distanciamento. Então a gente começou a fazer uma itinerância dentro das periferias, então as discussões que tinham dentro das quebradas, começamos a fazer uma articulação nas periferias; na Jova Rural, Morro Grande, no Jardim Brasil, na Zona Leste. Então, a gente começou a fazer esse movimento novamente. de ter essa discussão que estava acontecendo para alertar a quebrada, falar “ó, a gente tem que ir agora, é uma brecha para a gente *hackear* alguns espaços e discutir a questão das cotas”.

Em 2005 foi muito forte a discussão das cotas, começou a vir um levante dos movimentos acadêmicos negros, porque a partir disso, também, começou a aumentar o número de estudos, teses, construção de sistematização de narrativas que começou a ocupar as universidades. Com o aumento das universidades federais também, isso foi de fundamental importância, porque houve-se um levante e, se hoje - eu até falo para as meninas “se você hoje está ouvindo falar de lacração, de tombamento, de tudo isso, é porque uma galera lá trás estava fazendo essa discussão e trouxe para o meio acadêmico e disse “gente, é importante sistematizar esse saber e falar de onde vem, tomar de volta esse conhecimento”. Eu gosto quando a Érica Malunguinho⁵ fala que é reintegração de posse. Porque é isso, a gente tem que reintegrar o que nos foi tirado. E é interessante que essa efervescência em 2005 começou a vir muito forte, foi muito importante. O espaço da Seppir foi de fundamental importância para trazer a discussão da mulher negra, dos quilombolas, porque também ampliou a discussão das terras, da demarcação de terras, e também a discussão do genocídio da juventude negra.

Pera aí, você vai lá no cemitério do Jardim São Luiz e é só olhar onde estão os jovens negros e quantos jovens negros mortos. E pensando nesse contexto atual, há um acesso muito grande à informação, há uma dificuldade, também, de fazer algumas leituras. Dentro do movimento negro a gente tem um código, de não fazer dentro dos espaços que tem a branquitude, porque em alguns momentos existe um choque e, esse choque, também nos fragmenta. Então, a gente tem esse código de fazer algumas

⁵ Érica da Silva, ou Érica Malunguinho, é uma educadora e artista plástica que se tornou a 1ª Deputada Estadual trans da Alesp (Assembléia Legislativa de São Paulo).

discussões de fortalecimento nosso, para entender qual o seu espaço de pertencimento, como é que você também, dentro desses espaços, consegue defender o seu povo.

Eu acho que tudo pode ser dialogado, acho que não tem problema nenhum as pessoas se achegarem, mas é para entender; “qual o seu espaço de pertencimento?”. Quando a Negra Li foi criticada porque ela falou que o Elvis *hackeou* - ele virou o Rei do Rock, mas ele *hackeou* a pretitude que fazia, realmente, o rock. Ela foi extremamente criticada, a gente ia fazer essa discussão e, infelizmente, algumas narrativas são cooptadas, e não dá mais para as pessoas falarem pela pretitude.

Hoje eu não gosto de falar que eu “pertencço a movimentos”, eu gosto de me entender como um corpo que articula, porque em muitos momentos você está em tantos espaços e dialogando. Imagina, eu estou em uma escola com 800 alunos, então eu estou na saúde, fazendo a discussão, também fazendo a discussão de moradia, porque existe uma precariedade e não tem como tirar isso da sala de aula, não tem como tirar isso da formação de professores. É um avanço, de certa forma, o acesso a essas informações, por mais hoje que exista um governo retrógrado - se a gente for pensar isso, não só um governo, a gente já tinha pessoas, na periferia também, que, por conta do avanço de algumas coisas, de ter pessoas, como eu, diretora de uma escola, de ter pessoas negras em universidade, de ter um bloco chamado “Bate Cu”, onde as gays estão lá falando; “eu existo, meu corpo também existe”. Lógico que é um incômodo, como na ditadura, ela só avançou porque a sociedade civil, também, que ajudou a *caguetar*, a mostrar. Muitas coisas avançam porque, dentro dos territórios, também tem pessoas que corroboram com isso.

Entrevistadora: Tem uma análise, até da coordenadora nacional do BrCidades, a Ermínia Maricato, que a militância deixou muitos espaços vazios no governo do PT e que foram ocupados por outras forças. Como você analisa?

Valéria: Eu penso que, de certa forma, no governo do PT, a gente ficou com os corpos adormecidos. Primeiro porque a gente conseguiu colocar algumas pautas dentro de espaços de decisão, que antes a gente não conseguia. Grandes lideranças iam para esses espaços fazer disputa política, disputa partidária, e não disputa de política pública. Isso está muito presente, inclusive aqui no território de Jabaquara, onde nós estamos. Então, por um certo tempo, esse território foi ocupado pela comunidade local, que tem os seus cachorros, a dita “classe média”, que estão nos prédios que estão aos redores; “é meu espaço de lazer, meu bichinho, quero um espaço para a família branca, heteronormativa”. Então, fomos para outros espaços, a galera na quebrada, que não ocupou

as universidades, de certa forma, ficou adormecida porque deu poder de compra para o proletariado.

Se a gente for fazer uma análise que é diferente dar poder de compra pro proletariado, e aí fazer outro tipo de discussão, como o acesso às políticas públicas como a saúde, como a educação, como a moradia. Quais os avanços que a gente teve nesse momento histórico que teve essa alternância de poder, para o Pt? Lembrando que o PT não saiu todo da conjuntura política, muitos atores, como prefeitos, uma elite que sempre esteve, e que defende esse discurso de desigualdade, também no poder. Então houve sempre uma certa briga, está posto agora com o avanço do Bolsonaro, mas o que eu quero falar é que os nossos corpos ficaram adormecidos por muito tempo, e essa ocupação que teve, inclusive dessa narrativa - por mais que não era aberta - , ninguém escancarava na sua cara e falava “eu não gosto de preto”. E hoje a gente vê essa discussão e não vê possibilidade de defesa, porque o policial ri da sua cara quando fala “olha, ele me chamou de preto”, “ah, você é preto”.

Então hoje, o quanto é difícil a gente se organizar novamente, a gente tá se *guetificando*, de novo, em nossos pequenos espaços, para discutir como a gente vai fazer politização das bases. De certa forma, a gente desaprendeu, a gente não é mais didático, porque antes a gente chegava em qualquer lugar, como eu falei fo rap, do movimento de moradia, a gente conseguia fazer esse diálogo com a quebrada, hoje a gente tem muito mais dificuldade, a gente não é didático. Eu vejo isso pela minha família, que vem de um histórico como esse, e ainda duvida de muitas coisas, fala “ah, mas também tem muito bandido na rua, tem que ter um avanço da Rota mesmo na rua, como Maluf fala”, aí você fica “meu Deus, não, não é isso...”.

O quanto a gente se perdeu no processo de politização das bases, a gente se acomodou sim, a gente se institucionalizou. Inclusive, o hip hop sente isso com o aumento do *funk* desenfreado dentro das quebradas, dos *fluxos*, e quando eu falo *fluxo*, é o aumento das drogas, da pedofilia, porque a gente tá falando de crianças, de meninas, de 11, 12 anos, que estão tendo os corpos totalmente violentados, e acham que aquilo é normal, e não é normal. Os *fluxos* é um reflexo, que nós inclusive do *hip hop*, questiona, a gente fala “na sua porta, você fazia rap, e olha como tá hoje a rua”. Antes a gente tinha um respeito, né?! “Puts, minha mãe ta passando, vou esconder o *baseado*”, hoje não, bafora na casa da tia. Essa falta de respeito, entre nós, a gente tá falando de igual na quebrada, porque é o *mano* que mora em frente da vizinha e não vai respeitar. Ele se

perdeu por causa disso, porque a gente se afastou, a gente se afastou das ruas.

Porque existe um esvaziamento? Lógico que as mídias também ocupam esse lugar. Hoje eu não vou no show lá do outro lado, eu no youtube, ao vivo, mas a gente esqueceu dessa formação de público, de politização das bases, que eu tenho certeza que foi um erro, porque quem vai saber o que é política pública é o moleque e a senhora que moram na quebrada, porque eles sabem as necessidades deles, e não nós, que estamos num outro *rolê* - não que a gente não sinta a mão do Estado, mas a gente consegue avançar em algumas discussões.

Entrevistadora: Valéria, mas existe uma movimentação, uma articulação histórica em territórios da população negra, seja com o samba, a capoeira, o pagode nos anos 90. Como você enxerga esses movimentos?

Valéria: Apesar de eu fazer uma crítica em relação a coisas que, hoje né, uma mulher de 40 anos, que desempenha um outro papel - pode ser que naquela época eu achasse isso *daora*, porque tinha uns bares, também era uma barbárie, mas era um pouco diferente porque eram narrativas da época. Eu vejo avanços quando meu filho - ele é filho de angolano, ele é negro retinto - consegue entrar em determinados espaços, sem medo de sofrer racismo, por exemplo. Ele vê uma Érica Malunguinho, ele vê um Jesus⁶ dentro de uma Câmara do Legislativo, quando ele entra em alguns espaços ele vê uma Jamila Ribeiro. A herança desse processo, que a gente vem ao longo dos anos, o Brasil ainda tem muito ainda o que avançar nessa discussão racial e de gênero, houve sim pontos positivos.

Primeiro, esse processo de informação alternativa, que a gente tem ainda nas quebradas, acho que com o celular - é fato, né?! -, com a vinda dos youtubers, por mais que as pessoas achem inutilidade. Pô, você discutir hoje em dia estética negra?! Onde é que o negro podia falar que é *daora* ter o cabelo dele, do jeito que é? Mesmo o desenfreamento do funk eu acho *daora*, porque também é uma forma de *jogar na nossa cara*, enquanto ativistas, enquanto militância, que esses espaços são espaços potentes, que as pessoas também constroem, mas e aí?! A gente dialoga?! Como que a gente acessa esses espaços também? Ou, como também, a gente abre outras possibilidades para essas pessoas fazerem e terem os seus direitos preservados? Porque eles estão fazendo algo

⁶ Jesus dos Santos é membro do Movimento Cultural das Periferias e Co Deputado pela Bancada Ativista.

que o governo não faz, que deveria, teoricamente, na legislação fala que todo cidadão tem direito à cultura. É o fazer cultural. Eu vejo isso de forma positiva, esse avanço das discussões das narrativas que não tem governo fascista que derrube isso, porque tá posto. Como é que você vai tirar isso do corpo de alguém? Não tira, tira matando, mas nós somos vários.

Eu gosto de falar dessa alternância de poder para a gente se ligar, também, o quanto fomos omissos em relação nas nossas quebradas, e agora a gente ter que voltar pra quebrada, fazer a discussão e nos reorganizar... Não está sendo um processo fácil, mas é um processo possível, porque hoje, quando os meninos na escola falam "olha, a gente quer um espaço para treinar a dança do passinho, porque a gente acha importante, lógico que é importante, porque é o papel da escola! É um processo de aprendizagem; ele entender o corpo dele como ele sendo protagonista, e não o professor. Então hoje, a gente tem autonomia para fazer essa discussão, os avanços nas narrativas eu acho que é algo positivo dessa construção histórica que a gente vem passando aí.

Entrevistadora: Há uma cultura de deslegitimar e até de não dialogar com as instituições, né?! Como você enxerga esse processo?

Valéria: Eu penso que a gente não tem que abrir mão de nenhum espaço. Como eu falei lá no início da nossa conversa; por todos os meios necessários, inclusive respeitar o direito do indivíduo querer estar nesse espaço institucional. Agora, como que a gente se fortalece, como faz esse processo dialético de entender, fortalecer... Vou falar do que a gente vive atualmente, a gente tem construído um grupo que se chama "Periferia é o centro". Essa ideia de entender que periferia é o centro, que a gente tem que fortalecer as potencialidades que a gente tem, dentro desses espaços periféricos, para ocupar espaço de decisão. Não tem mais como a gente fugir desses espaços institucionalizados, por mais que sejam espaços difíceis, e que nos violentam, a gente tem sim que fortalecer esses processos. Hoje, com a Érica Malunguinho, com a Bancada Ativista⁷ - que a gente faz esse *fórceps* -, mesmo sabendo das limitações, a gente entende que eles tem que fazer essas construções com as quebradas. Não dá para ficar dentro do legislativo achando que está fazendo política sem dialogar com as bases, pelo contrário, tem que levar a quebrada pra dentro daquele espaço. A gente tem que se apropriar desses espa-

⁷ Grupo ativista que atuam em múltiplas pautas urbanas e sociais para dar suporte a pré-candidaturas ao legislativo.

ços, não tem que ter medo de entrar nesses espaços e falar, porque geralmente a gente se acovarda. Não quero fazer essa discussão, e eu não estou falando de discussão partidária, estou falando de direitos mesmo.

Eu ainda penso que todos os meios são necessários, não dá para a gente querer ter só um lugar de escolha, porque isso vai nos invisibilizar cada vez mais, como sempre acontece dentro do processo histórico. Não dá pra gente fazer essa discussão só dentro de nossas bolhas, a gente tem que gritar, tem que se reunir dentro da favela, a gente vai se reunir lá pra fazer essa discussão com a população, porque a igreja está fazendo essa discussão política lá, a televisão, a Record está fazendo essa discussão. Entre na minha casa! E a gente?! Tá onde? Fazendo essa discussão “nós por nós mesmos”? Não dá mais, então, por todos os meios necessários.

Entrevistadora: Bom, e a gente está chegando aqui para o final do nosso papo, queria que você apontasse os próximos passos dessa conjuntura tão adversa.

Valéria: Por mais que tá posto o retrocesso de políticas públicas que a gente conquistou - não sei se pode falar em conquista - mas a gente conseguiu sim alguns avanços; o aumento pelo número de negros dentro de espaços, que a gente a gente não via, de mulheres também. Quando a gente fala hoje de “aquilombar-se”, não significa da gente fechar as portas e ficar na nossa bolha, não. Nós vamos nos aquilombar em todos os lugares, nós vamos nos aquilombar no legislativo, nas favelas, por todos os meios necessários, inclusive, dentro da igreja. A gente tem que se dispor de fazer discussão dentro das igrejas, porque elas estão na quebradas.

Vejo que a gente tem se despedido um pouco mais, tem se permitido a dialogar certas coisas que a gente antes não dialogava, que antes tinha medo. É como fazer a discussão da intolerância religiosa, como não entrar, porque a maioria de nós somos cristãos, e antes a gente demonizava, também, os terreiros. Hoje não, hoje meu filho, minha mãe - que é batista -, ela fala “não, a gente vai entrar no terreiro, a gente vai dialogar”, porque inclusive foi ensinado que na bíblia a gente tem que respeitar todas as religiões. Se a gente não tiver nesses espaços, cada vez mais *os nossos* vão se perder e o processo de alienação vai ser muito maior - não falando que as nossas discussões têm mai relevâncias que daquela mulher que tá na igreja evangélica, mas falando que é importante, também, problematizar nesses espaços para ela pensar também em outras perspectivas. Nós acreditamos que a periferia ainda é o centro da discussão, das políticas públicas, nós vamos avançar sim.

ANEXO 4 – ENTREVISTA RENATO ALMEIDA

Renato Almeida é mestre em ciências sociais, professor titular da Faculdade Paulista de Serviço Social do São Caetano do Sul. Assessor do Instituto Paulista de Juventude. Pesquisador dos temas de produção cultural das periferias e da participação da juventude. Atua na ONG Ação Educativa.

Entrevistadora: Fale um pouco de sua trajetória.

Renato: Eu venho das experiências das comunidades eclesiais de base, das CEBs. ou morador de itaquera, atualmente moro em Guaianases, mas até os 30 anos morei em Itaquera. Por meio dessa experiência das Comunidades Eclesiais de Base fui participar da pastoral da Juventude. Com a pastoral fui circular toda a região da Zona Leste, depois estado e até país, porque fui membro da coordenação nacional da pastoral.

Fui participar da pastoral num momento que estava crescendo a discussão sobre políticas públicas para a juventude. Estava surgindo e crescendo, no início do milênio, 2002, 2003, por aí. E isso me mobilizou bastante, além de querer atuar nesse campo da construção das políticas públicas da juventude, também fui estudar um pouco essa dimensão.

Depois que saí da pastoral, por conta dessa onda conservadora que hoje está no país, isso se iniciou também dentro da igreja católica, com muita força. Então, saí da igreja, depois fui tentar me inserir no Movimento Cultural da Periferia. A minha casa, aqui em Guaianases, virou referência pro movimento daqui. Até que durante a gestão Haddad, fui coordenar uma política pública de cultura, específica pros coletivos culturais periféricos, o programa VAI - Programa de Valorização em Iniciativas Culturais. E depois, ali mesmo na experiência da Secretaria de Culturas, fui coordenar uma área que cuidava das casas de culturas e dos CEUs - Centro de Educação Unificado. Hoje, trabalho na Ação Educativa, com o programa de formação da molecada que cumpre medida sócio educativa.

Entrevistadora: Renato, e a população periférica tem uma tradição de mobilização territorial, né?! Podemos até trazer do samba, até o funk nos dias de hoje. Como isso se dá hoje em dia, na sua opinião?

Renato: Bom, a verdade é que a produção cultural na periferia é bastante intensa e diversificada. As pessoas quando falam da periferia ainda querem “homogenizar”, uma expressão X, Y e tal. Durante os anos 90, por exemplo, era muito comum, você falava que era da periferia e todo mundo já: “Você gosta de rap, né?!”. Não, gostava de rap, sem dúvida, mas não só. Tem um caldeirão cultural de fato, na periferia.

O movimento cultural periférico, como intitulado esse movimento mais artístico dos últimos tempos, vem mostrando essa riqueza. Desde grupos de maracatu, de jongo, de congada, até grupo punk rock, de rap e funk também. O funk tem muito a ver com a questão geracional, os jovens hoje no Brasil estão escutando muito funk. Os jovens da periferia estão produzindo, sobretudo funk, mas quem está consumindo é essa geração, para além, inclusive, da periferia. É na periferia o nascedouro de muitas dessas manifestações culturais, e o funk é uma delas. O funk é de uma força incrível.

Entrevistadora: Nos anos 80 e 90, era muito comum a ida para o centro. A figura da galeria do rock é muito presente, no caso do hip hop, por exemplo. Há uma ideia hoje que as pessoas estão mais concentradas nos seus bairros, é assim?

Renato: Na verdade, as pessoas foram confinadas nos seus bairros. A resposta dessa pergunta é muito complexa, na verdade. Até os anos 70, 80, tem muitos bairros no centro, bairros negros, Bela Vista, o Bixiga, são bairros que tem um histórico de ocupação da população negra e que, a partir desse período, com a especulação imobiliária, as pessoas vão sendo meio que expulsas da região central. A ocupação cultural que existe no centro e que depois, de certo modo, se desloca para a periferia, tem a ver, em partes, com a expulsão, principalmente, das comunidades negras da região central. Tem a ver, obviamente, com a formação das periferias, com o processo de migração que vai acontecer nos anos 60, 70 e 80. Então, bairros, por exemplo, como Guaianases, que sofreu uma expansão absurda na década de 80, em termos da sua população. O que era Guaianases antes dos anos 80, e depois... Era uma outra coisa, né?! E aí, obviamente, as pessoas estão vivendo mais na periferia.

Quando a gente fala, por exemplo, da juventude, uma profissão que era muito comum dos jovens, da qual foi a minha profissão com carteira assinada, que era a profissão de office boy, que hoje está praticamente extinta, por conta dos moto boys. Mas, office boy é uma figura que se apropria muito da cidade. Ele é obrigado a fazer isso, porque

ele circula muito pelo centro, pelo conjunto da cidade. Tem muitos jovens nos anos 80, por exemplo, que eram office boy, e tinham uma relação mais próxima com o centro do que muitos jovens têm atualmente, muito por conta dessa circulação. Isso fazia com que essa relação “centro periferia” também ficasse um pouco mais tranquila, principalmente pro seguimento juvenil. A gente imaginar que era muito comum na famílias, mesmo da periferia, irem para o centro pra assistirem cinema, mesmo que você ia uma vez, duas vezes por mês, enfim... Mas, os espaços de lazer estavam concentrados no centro, e as pessoas tinham essa prática de ir, de fato, ao centro.

Uma outra questão, também, tem a ver com o acesso a essa produção cultural, principalmente o que vinha de fora - o rock, o punk e mesmo o movimento hip hop. Toda essa produção chegava ali, você comentou da galeria do rock, chegava via galeria do rock. Então, o acesso que você tinha, para conseguir o LP, conseguir um disco e tal, você não encontrava isso em lojas dos bairros, por exemplo, você tinha que ir até o centro para poder adquirir. Então, de certo modo, você tinha uma organização da vida que favorecia um hábito maior das populações da periferia de frequentarem o centro. Dos anos 90 pra cá isso foi se alterando muito, então há uma série de políticas que foram feitas para poder confinarem as pessoas na periferia, então toda aquela ideia, muito antiga inclusive, de “classe perigosa”, de não querer que a população da periferia circule por determinadas regiões do centro, há toda uma política de confinamento. A história do transporte público, hoje o que a gente paga de valor no transporte público é um absurdo, então as pessoas pensam muito antes de ir pra região central em uma atividade de lazer, porque gasta mais de 10 reais pra ir e voltar até centro. Então, isso são coisas que foram pensando.

Obviamente, com a internet você não precisa ir até uma determinada loja física para acessar músicas, porque você faz isso do computador de casa, do celular. A gente tem uma mudança, de fato, muito grande. O próprio movimento hip hop, né?! Quando começa as suas músicas, quando começam a ser produzidas, a expressão maior do movimento hip hop surge na região central. Depois, como por exemplo os Racionais, que talvez seja a maior expressão do movimento no Brasil, talvez não, é a maior expressão, os Racionais começam a produzir músicas no fundão da Zona Sul, trazendo já essa realidade mais da periferia. Os Racionais não são da primeira geração do hip hop, são de uma geração posterior. Já tem esse deslocamento do movimento, então, nas regiões periféricas. Então, de fato, hoje um dos grandes desafios é como a gente, de novo, se apropria do centro. Aliás, não só do centro, mas do espaço público de modo em geral.

Há uma briga, também, dentro da própria periferia, uma disputa dentro dos grupos de cultura com esse pensamento mais conservador; a de ocupação dos mais variados espaços públicos, das praças, muita gente olha os jovens nas praças, alguma atividade cultural aconteceu na praça, e já associa à criminalidade, já associa à vagabundagem. Então há todo um discurso de tirar o jovem da rua; “é necessário tirar o jovem da rua por meio de ações de organizações”, e a questão que a gente coloca é: Por que tirar o jovem da rua? Sendo que ficar na rua é tão bom. A rua é espaço público por excelência. Então um dos embates que os coletivos culturais vem desenvolvendo eternamente nas periferias é de ocupar os espaços públicos, de fazer atividade nas ruas, de fazer atividades nas praças. Então talvez um dos maiores exemplos disso, o recado que essa geração quer dar, são os *fluxos* de funk na rua. Inclusive, é como se a rua fosse tomada de forma violenta por esses jovens; “olha, a gente quer a rua de volta, a rua foi tomada da gente, a gente agora não pode circular pela rua, então a gente quer ela de volta”. As manifestações culturais revelam muito desses embates, desses conflitos que existem na cidade.

Entrevistadora: Uma das denúncias do hip hop, nos anos 90, era a falta de visibilidade da periferia. Hoje, depois dos governos petistas, e já numa outra configuração, a periferia ganha novas forças e novos atores. Como é sua avaliação?

Renato: Quando você fala que não havia visibilidade da periferia nos anos 90, não havia uma visibilidade positiva. A visibilidade negativa estava em bastante evidência. Aqui, por exemplo, onde eu moro hoje, já nos anos 90 - não é de bobeira que eu moro aqui, minha companheira é daqui, sempre viveu aqui, e eu frequentava muito aqui, muito por conta da ação pastoral - o Lajeado⁸ chegou a ser considerado um dos bairros mais violentos do mundo. Isso jogava muita luz, mas muita luz negativa, na periferia. Era muito comum os jovens nos anos 90 sempre negarem o seu bairro, o bairro de onde morava, se mora em Guaianases, diz que mora em Itaquera, se mora em Itaquera, diz que mora na Penha, se Mora na Penha, diz que mora no Tatuapé, sabe?! Sempre de querer associar num bairro mais próximo do centro, porque estar na periferia é muito negativo, muito ruim para sua imagem. Quem ajuda, inclusive, a positivar essa imagem, é o movimento hip hop. Os bairros que antes só apareciam em noticiários policiais, de repente começam a aparecer nas letras de música, falando também dos *perrengues* que tem, mas também da positividade, das coisas boas e tal. Isso tudo ajuda muito a mudar a imagem da periferia.

⁸ Lajeado é um distrito do município de São Paulo, situada na zona leste do município.

Nos anos 2000 a gente vai ter um conjunto de políticas, que de fato vão chegar na periferia, e vão promover uma baita mudança cultural, sobretudo. Você tem muitos jovens vindos da periferia, acessando as universidades, essa produção cultural, que já acontecia na periferia, sendo muito incentivada por muitos governos. Aqui, por exemplo, no governo da Marta, o governo do PT, no início dos anos 2000, o Lajeado, por exemplo, virou outra coisa. Os 4 anos do governo do PT, de 2001 a 2004, é uma outra coisa. A vinda dos CEUs nas periferias, políticas como essa que eu comentei, do programa VAI, proposta pelo Nabil Bonduki, que era vereador naquele momento, e depois virou Secretário da Cultura também na gestão Haddad, mas a primeira edição desse programa é de 2004. Programas como o VAI, por exemplo, deram muito apoio, fomentou muito a atuação dos coletivos culturais da periferia. Tem os pontos de cultura também no governo federal, obviamente, muita gente começa a receber o Bolsa Família, isso possibilita a melhoria de vida anterior dessas famílias. O consumo de modo geral, acesso à carro, eletrodomésticos, uma série de questões, transforma absurdamente a cara da periferia nos últimos quase 20 anos. Ao mesmo tempo que a periferia se desenvolve, do ponto de vista cultural, educativo, de acesso a determinados bens materiais, cresce, por outro lado, um sentimento de insegurança muito grande. Uma das coisas que fez com que tivéssemos essa guinada conservadora, não só na cidade, mas no país todo, é esse sentimento. De certo modo, toda essa mudança que vai acontecer na periferia, isso vai alterando as formas de sociabilidade, então a sua *quebrada*, o bairro, sempre foi um lugar que historicamente, pra quem vive na quebrada, sabe que historicamente o bairro é um lugar que te dá muita insegurança. Hoje, já é um outro relato, as pessoas costumam falar que se sentem muito inseguras nos seus bairros, bota câmera, bota grade, bota isso, bota aquilo. Como se sempre você tivesse com medo de uma pessoa que vai vir, que vai entrar, que vai fazer qualquer coisa, mesmo, inclusive, você tendo diminuído, por exemplo, o índice de homicídios no bairro. Esse sentimento de insegurança, tem também produzido uma cultura do medo, se você conversar com as pessoas é “tem que tá armado”, isso acho que é um dos grandes problemas que a gente tem. Ao mesmo tempo que acessou o consumo, acessou a educação e cultura, veio junto no pacote todo esse sentimento de insegurança, que talvez era muito comum em camadas da classe média, isso chega também pra periferia, e faz com que as pessoas frequentem muito menos as praças, muito menos as ruas, conversem muito menos umas com as outras. Óbvio que isso também tem a ver com as novas dinâmicas da vida, com a internet, né?! É muito comum, por exemplo, um casal de namorados, um tá com o celular na mão e o outro com outro celular. Então, as pessoas não interagindo, é muito comum a gente ver esse tipo de cena. Óbvio que a gente tem

uma dinâmica da vida contemporânea, das pessoas socializarem através dos meios eletrônicos, mas, de certo modo, seja lá por meio do consumo, seja por meio dos avanços da tecnologia, o fato é que nós temos um sentimento de insegurança instalado na periferia, como nunca antes na história desse país.

Entrevistadora: Acho importante pontuar uma crítica desse período que você citou, pelo suposto foco que esses governos tiveram no consumo, e não na educação, por exemplo. Como você analisa essa posição?

Renato: Eu sou bastante contrário a essa leitura. Acho que isso é cidadania, quem não tem absolutamente nada, passa por adquirir o mínimo de bens. Então o que é consumo na periferia? As pessoas não estão assim; “ah, então porque agora eu tenho 4 celulares, 8 casas”. Não, o que as pessoas consumiram nesses anos, passaram a ter um carro, mas aí fala “ah, mas carro é absurdo”. Geralmente, quem fala que carro é absurdo, tem um na sua casa. Então, vai circular aqui na periferia no fim de semana, por exemplo. Daqui de Guaianases pra eu ir na casa da minha mãe em Itaquera. Faça esse exercício, pra você ver. Faça com o carro e faça sem o carro, pra saber como é esse perrengue, se vai desejar ou não ter um carro.

Eu, por muito tempo fui professor da rede pública, aqui e em outras regiões da periferia. Hoje eu dou uma aula numa faculdade em São Caetano, vou de trem. Mas, circular aqui pela periferia, é um negócio impressionante. Você gasta uma hora, uma hora e meia... Tenho mais facilidade de chegar até o centro, do que circular. Ter possibilidade de ter um carro, de ter uma casa, de ter uma geladeira decente, de ter uma tv, não sei se pode ser considerado como; “ah, olha, agora você está se rendendo ao consumismo”. Eu sou muito favorável - mesmo por uma tradição meio hippie, meio franciscana - de que a gente não precisa de uma série de coisas que a sociedade impõe e diz que a gente precisa.

No entanto, algumas coisas são necessárias, e passa por isso, pelo consumo, não tem como. A gente fala “ah, mas olha isso, o governo ao invés de investir na educação, investiu no consumo”. Primeiro, eu acho um erro dizer que o governo não investiu na educação, é um equívoco. Talvez, poderia ter investido mais, e tal, ok. Mas o governo criou universidades públicas, ampliou o acesso das pessoas às universidades. Públicas e particulares, inclusive, por meio de bolsas e deu uma série de programas. Aumentou o recurso que chega para educação básica. Criou uma série de políticas culturais que era

completamente inexistente no país. Então, dizer que o governo não investiu nisso, acho que é equívoco. E outra, acho que tem as estratégias pra sair da crise econômica de 2008, que foi a história do IPI reduzido, e tal. Mas, é isso. Ninguém ficava comprando por causa do IPI reduzido, de trocar geladeira, ficar comprando outra, por causa do IPI reduzido, ninguém fica comprando 5, 6 geladeiras. Eu fico um pouco mais reticente, e é meio como a gente pré determinar também, né?! Porque as pessoas passam a ter mais renda, passaram a ter mais renda, sobretudo no governo Lula e no primeiro governo da Dilma. Passam a ter mais renda - o que a pessoa vai fazer com a renda? Aí é uma coisa de mudança cultural, muito mais a longo prazo. Não dá para jogar nas costas de um governo somente. Se eu vou pegar meu dinheiro, e gastar num tênis caro, ou se eu vou comprar um livro... Isso é uma coisa que vai acontecer a longo prazo. Então, o que você precisa fazer primeiro, é fazer a pessoa ter acesso à renda. E acho que isso aconteceu.

De certo modo, eu acho que a gente passou por um processo de mudança cultural muito grande. Se a gente pegar como se comportam as novas gerações, dentre os jovens, uma série de coisas que foram assimiladas - e que em outras gerações no Brasil isso não aconteceu -; ter a noção, e se perceber como uma pessoa que tem direitos, um sujeito de direito. Na minha juventude, nos anos 90, ser um morador da periferia e pensar em fazer faculdade... É assim, olha, só se aparecer uma baita oportunidade. Na época dos meus pais então, nem pensar - que aliás nem concluíram o ensino fundamental. Agora, meus filhos, meus sobrinhos e tal, entraram no ensino médio já pensando em o que que vai fazer no ensino superior e tal. Isso é uma mudança cultural. Antes, você não podia, ou você não devia, ou não lhe cabia esse tipo de coisa, e agora cabe?! Isso é uma mudança cultural.

Da mesma forma, a atuação das mulheres, a participação de como é que a população negra se sente empoderada... Tudo isso é fruto de uma mudança cultural que aconteceu nesses últimos tempos. Obviamente, isso tem a ver com cenários internacionais e tal, mas tem a ver com ações que foram promovidas pelos governos aqui no Brasil também. Obviamente, isso também tem reação e teve. Tem essa reação conservadora e tudo. Mas acho que a gente passou por essa mudança cultural, não dá pra gente negar isso também.

Sobre essa relação com o consumismo, eu sempre fico com um pé atrás. Eu acho que, de fato, o governo falhou em muitos aspectos, né?! Queria muito que a gente tivesse muitos mais carros elétricos, que tivesse aquelas placas de captação de energia solar em

uma *porrada* de casa, pra gente gastar menos. Enfim, essa coisa de uma vida alternativa, talvez faltou incentivar mais. Se a gente pegar, por exemplo, a disputa entre a Marina Silva e a Dilma Rousseff, dentro do governo, ela mostra um pouco disso, com a decisão do governo. Quem ganha é a Dilma, né?! Quando ela era ainda Ministra Minas em Energias lá, e a Marina do Meio Ambiente. Tinha um embate sobre o modo de vida, importante isso das duas. E quem ganha é a Dilma, com a ideia do desenvolvimentismo e tal. Isso eu acho que tem consequências também. Faltou ao governo investir e pensar, nessas formas alternativas das mais variadas, nos modos de vida, de consumo de energia e tal. No entanto, quando a gente vai falar de acesso dos pobres às renda, já vem logo uma criminalização do consumo. Agora, as pessoas viajaram mais também, teve muita coisa boa, não foi só consumo, compra pela compra, sabe?

Entrevistadora: E como é essa articulação desses novos atores frente às organizações mais tradicionais, oriunda de uma classe média, por exemplo?

Renato: Primeiro, eu vou te falar que desde que eu comecei a ter um tipo de atuação no início dos anos 90, eu via uma população periférica bastante ativa. Então, eu acho que o que tem também são pautas diferentes e, obviamente, modos de fazer. Mas para os moradores das periferias, desde quando se forma as periferias, inclusive, tem uma atuação política muito forte, muito intensa. Então, para você imaginar, nos anos 70, 80, o que que era muito comum? Movimento para você pedir asfalto, para você pedir creche, para que a escola seja mais próxima, para você pedir que o ônibus chegue até seu bairro, posto de saúde, enfim, você tinha esse caráter de atuação e reivindicação política.

Na verdade, era um tipo de reivindicação para se viabilizar a vida na periferia, que era uma vida muito difícil. Hoje, eu acho que tem outras pautas que emergem, e que essa geração mais jovem tá muito mais atendida. Então, você não vai ver jovens fazendo mobilização pra trazer asfalto. Primeiro, porque não precisa na maior parte da periferia. Ainda tem lugares que precisa de asfalto e tal, mas acho que até que as pessoas que moram, ficam relativizando se é bom ter asfalto ou não. Mas, você tem outras pautas. Por exemplo: a pauta da violência pública. Essa é uma pauta que tem mobilizado muito as gerações jovens, porque ela é uma realidade. A gente fala; “a gente quer melhorar a qualidade de vida, tal”, mas jovens negros têm muita dificuldade pra circular em seu próprio bairro, e isso porque a polícia acaba impedindo isso. A polícia não quer ver isso. Então, tem muita gente se mobilizando contra.

As mais variadas formas de preconceito e discriminação; esse tema que a gente falou anterior, da circulação pela cidade, do acesso à cidade. Esse é um tema que vem mobilizando muito. Do estímulo do Estado pra produção cultural. Então, tudo isso são pautas que a gente pode dizer que até os anos 90, eram muito fracas, ou praticamente inexistentes na atuação desses atores periféricos. Agora, você tem, pra mim, é uma mudança muito mais no campo da pauta, sabe?! E, obviamente, você tem um apelo muito grande pra representatividade.

Uma coisa que, talvez, tenha a ver com sua pergunta, quando começa falando que antes a atuação se dava pela classe média, nos meios mais intelectualizados, é que era muito comum você ter muita gente na periferia fazendo movimento, fazendo atuação, mas quem ocupava os papéis de representatividade e de liderança, era, sobretudo, pessoas da classe média. Então, você pega, por exemplo, os movimentos de saúde aqui da Zona Leste, era um movimento feito por mulheres, donas de casa e tal, numa força muito grande, mas quem que eram os parlamentares que representavam esse movimento de saúde? Eram professores médicos, professores da USP, etc, que faziam a representatividade. Hoje, isso é muito questionado. Quem tá atuando hoje na periferia, diz; “não, nós queremos ser representados, nós queremos estar lá não vamos transferir isso pro outro”. E aí, vem toda uma discussão muito forte das identidades, das mulheres, dos negros... Dos negros, não é só uma questão de identidades, e das mulheres também.

Os negros, diferente do que se falou historicamente, os negros não são minoria no Brasil. Então, não tem sentido a gente fazer bastante atuação na periferia e quem representar ser uma figura branca. Então, há uma, de certo modo, redescoberta do país também quem vem sendo feita e isso, obviamente, na atuação política, ganha muita força, nos discursos e na atuação. Então, a novidade tá muito por aí, nas pautas que se levantam e em quem a gente coloca para nos representar.

Entrevistadora: Há um movimento de deslegitimação das instituições. Você, que trabalhou na gestão Haddad, no VAI, por exemplo, como é possível lidar com essa dificuldade?

Renato: Como eu venho acompanhando os movimentos juvenis a algum tempo, eu acho que as desconfiças com as instituições, os jovens têm a muito tempo, porque a instituição já é, por si só, um espaço onde você tem regra, normas, traduções, etc e tal, a se res-

peitar, e os jovens ficam sempre mais reticentes em relação a isso. Eu acho que isso deu uma intensificada muito grande, principalmente a partir de 2013. De fato, nós tivemos uma grande crise de institucionalidade. Até 2013 eu usava muito a expressão “eu acho que a gente tava vivenciando ali no Brasil, novas institucionalidades”. Então, os jovens, os movimentos, atuavam junto com o Estado, junto com as organizações, faziam diálogo, tinham muitas críticas, mas estavam dispostos a dialogar. Pós 2013, de fato, aí eu concordo, teve uma explosão de que parece que nenhuma institucionalidade é boa, ou, que me representa. Eu acho que isso é um dos desafios. Eu trabalhei na gestão Haddad exatamente no momento da crise. A gente começa o governo em 2013, logo no início eu vou pra Secretaria e aí, fico até exatamente quando Haddad sai, no final de 2016. Esse foi um período bastante duro, porque mesmo eu sendo uma figura da periferia e, que muitos grupos, coletivos, se reconhecia, respeitavam a atuação, o histórico, e tal, o diálogo com o movimento, sempre foi um diálogo duro, porque o movimento periférico - já existia a muito tempo -, mas ele ganha muita força na política, principalmente nesse período. E é exatamente o período em que a institucionalidade tá sendo colocada a prova, então, foram diálogos bastante duros. Eu trabalhei junto com Gil Marçal, que era um jovem, negro, da Zona Sul também, e que também tinha bastante respeito por parte dos coletivos culturais, mas que também, passou por muito perrengue, muito problema na construção desse diálogo. Hoje, eu to numa organização, que é a Ação Educativa, uma ONG, uma Organização da Sociedade Civil, mas, no trabalho que a gente faz com os jovens, também da parte dos jovens a gente sente uma desconfiança muito grande, um atrito muito grande, que em outros momentos, isso não era tão acentuado. Então, de fato a gente tá vivendo esse momento de conflito. Mas, eu acredito o seguinte; primeiro, as organizações vão precisar fazer um processo de avaliação de qual é seu papel nesse cenário ultimamente, as instituições da mais variadas - do Estado à organizações da sociedade civil. Precisa fazer um processo interno, não dá pra você seguir mais a mesma *cantinel*a que se fazia em outros tempos. Os jovens, os movimentos - o movimento popular de modo geral-, estão exigindo por parte dessas organizações, ao meu ver, uma atitude mais radical. Não cabe mais pras organizações dizer assim, por exemplo; “ah, olha, a gente não faz a crítica ao governo, porque senão a gente corre o risco de perder o convênio”. Isso talvez, em outros tempos, era uma desculpa razoavelmente aceita. Hoje não mais. Ou as instituições também têm uma postura radical com a carta de princípio que ela defende, ou então elas acabam caindo num descrédito muito grande. Então, as instituições primeiro, acho que vão precisar fazer um processo de reflexão; “onde a gente se localiza aqui”, num cenário que eu considero de proto fascismo no país, de uma agu-

dização muito grande da luta de classes, e tal. Onde que as instituições se colocam? De que lado ela se coloca? As instituições fazendo esse processo interno, aí da parte dos movimentos, da atuação dos coletivos e tal, vai ter passar por um processo e dizer “olha, o que significa com a gente atuar com ou sem as instituições?”. Eu acho que as instituições podem ajudar, podem auxiliar. Talvez os movimentos vão ter que fazer esse processo de redescoberta, mas o movimento só vai fazer isso, se as instituições também fizerem um processo de autocrítica - não sei nem se é “autocrítica” a palavra, é mais alguma coisa de se pensar nesse novo cenário.

A Ação Educativa, por exemplo, teve presença de policiais por conta de um evento. A Ação Educativa é uma organização que atua na defesa dos direitos humanos e tal, e muito recentemente, teve policial querendo saber porque estavam fazendo um evento para discutir Escola Sem Partido. Então, as instituições - o que elas fazem nesse cenário? Elas ficam acuadas? Elas ficam; “vamos escrever uma carta de repúdio”? Que tipo de atitude tem em relação a isso? Acho que isso tá colocado também pras organizações refletirem, e acho que a gente retoma a confiança do movimento. Eu digo “a gente”, como participante, membro da Ação Educativa. Enfim, as instituições retomam esse respeito do movimento, na medida em que elas vão revendo suas posturas e vão tendo, de fato, uma ação que seja mais contundente nesse cenário que a gente tá vivenciando.

ANEXO 5 – ENTREVISTA ELAINE MINEIRO

Eline Mineiro é Arte Educadora e integrante do Fórum de Cultura da Zona Leste de São Paulo, do grupo Samba das Pretas, do Cordão Carnavalesco Boca de Serebesqué e da Uneafro.

Entrevistadora: Quería abrir a entrevista com o poema da Conceição Evaristo “Vozes Mulheres”, que fala do que as diversas gerações das mulheres negras viveram, e da qual você já está na geração da ressonância. Quería perguntar primeiro, se você concorda com isso e se você acha que as mulheres negras de hoje em dia, vivem essa “vida liberdade”?

Elaine: Eu acho que pode ser um pouco dos dois. Com certeza minha avó passou por coisas que minha mãe não passou, e com certeza minha mãe abriu outros caminhos para mim. Minha mãe foi uma pessoa que fez com que eu estudasse, que teve a preocupação de colocar os cinco filhos que ela teve nas universidades - mesmo ela tendo estudado só até a sexta série, até o período que eu era adulta. Então, ela teve essa preocupação que a gente tivesse outra trajetória. Minha mãe foi doméstica, eu nunca fui. Mas ao mesmo tempo, eu acho que não dá ainda para a gente dizer que a gente está num momento de ressonância, porque a questão não é individual. Não é de uma mulher negra que alcança um ponto e aí resolvemos o problema dessa família, ou dessa geração. O problema é coletivo. Então, ao mesmo tempo em que eu sou moradora da Cidade Tiradentes e acessei a universidade, acessei a universidade e consegui fazer algumas coisas, eu continuo morando lá e continua sendo o bairro com a menor expectativa de vida da cidade.

A gente vive essas duas coisas. Qualquer realização pessoal e individualmente, não necessariamente vai ecoar pras outras mulheres do meu território. Claro que a gente sempre fala que “uma sobe e puxa a outra”, mas enquanto o processo não for pra todas as mulheres, as oportunidades não for para todas as mulheres, a gente tá em período de ressonância, mas também tá num período de continuar trazendo essas vozes, que Conceição fala.

Entrevistadora: Quería falar dessas vozes e citar um dos textos que você escreveu. Você cita que conforme a gente sai do centro para a periferia, mostra como a cida-

de segrega as pessoas. Você também fala da Cidade Tiradentes, como o bairro com a menor expectativa de vida. Como é que a gente pode pontuar isso, do ponto de vista do movimento negro, porque existe um recorte racial nisso.

Elaine: Se você pega um mapa que *racializa* onde mora a população negra na cidade de São Paulo, a maioria absoluta está nas periferias. A Cidade Tiradentes é um dos bairros que tem a maior taxa de população que se autodeclara preta e parda. Então, não é por acaso que é o bairro com a menor expectativa de vida da cidade. Eu acho que se a gente pensar na cidade como um direito, a gente deveria ter o direito da circulação pela cidade, direito de viver na cidade, de fazer as coisas na cidade. Ao mesmo tempo que eu quiser ir num café na Cidade Tiradentes, ou Itaquera perto de casa, eu também quero poder ir no Ibirapuera no show do Alceu Valença num domingo. Só que a cidade não proporciona isso. É praticamente impossível você conseguir circular na cidade no momento que você quer, da maneira que você quer. É caro, você circular pela cidade. O transporte público não é adequado, é muito longe, é cansativo. Para uma pessoa que é obrigada a trabalhar no centro todos os dias, você dizer para ela “vai se divertir no final de semana no Ibirapuera”, não é diversão, porque você vai demorar duas horas para chegar e depois duas, três horas pra voltar. Isso não é um tempo de vida de qualidade.

Então, quando você coloca essa população num território e não dá a ela a oportunidade de viver plenamente esse território, e também não dá a ela o direito de circular pela cidade - nenhuma dessas opções -, você tá deixando essa população, na verdade, sem acesso aos recursos, aos bens públicos da cidade, à vida da cidade. A viver plenamente a cidade. E aí, isso é um problema, principalmente, de mulheres negras, por conta do território. Porque é a gente que acumula as cargas de trabalho, depois de um trabalho formal tem que cuidar dos filhos. As mulheres negras, são mulheres que chefiam sozinhas as casas. Sempre vai colocando essa mulher negra numa dificuldade de conseguir viver plenamente a cidade, ver o que as outras pessoas e a comunidade pode oferecer.

Entrevistadora: Tem pessoas que você conhece que nunca foram em locais que você já frequentou? Como, por exemplo, alguém que mora na Cidade Tiradente e nunca foi à Avenida Paulista ou ao Parque Ibirapuera?

Elaine: A algum tempo atrás eu trabalhei num programa de arte educação, e trabalhávamos com jovens da periferia, do território. Uma das premissas desse programa, que

é o Programa Jovens Urbanos, era circular pela cidade com a juventude. Então, tinha os educandos e você circulava com eles pela cidade. Conhecer os espaços públicos, ou privados da cidade. E tinha uns jovens de 15, 16 anos, até 20 anos. Tinham alguns jovens que jamais tinham pegado o trem e passado por Tatuapé, morando em Itaquera. Com 14, 15, 16 anos de idade, nunca tinham passado de Tatuapé. Outros, muito jovens, nunca foram para as regiões centrais da cidade para passear, única e exclusivamente. Então, foram no centro pra entregar currículo, foram porque precisam ir no hospital, foram porque precisavam ir no espaço X ou Y. Mas não usavam a cidade pra lazer, cultura, nada disso. Não saiam da região periférica para ir pro centro, para utilizar os recursos que a cidade oferece. Então, não são poucas as pessoas que eu conheço, jovens e pessoas mais velhas, que não aproveitam a cidade. Elas circulam pela cidade para chegar nos lugares. “Eu passo pelo centro, porque eu preciso chegar na casa da minha tia que mora na Zona Sul”, “eu passo pelo centro porque eu preciso entregar um currículo, ou eu vou no médico”, mas não vivencia a cidade. Porque a cidade não é construída para que você vivencia a cidade.

O transporte público é construído para que você vá trabalhar, e volte. Não consegue fazer outras coisas. O trem, por exemplo, eu gastei 10 minutos de Guaianazes até aqui, mas de fim de semana ele passa de meia em meia hora. Então, no domingo, se eu quiser sair, eu tenho que ficar meia hora na plataforma do trem para eu esperar ele passar. Enquanto, se você tá na região central da cidade, isso não acontece. O metrô não para de funcionar no seu horário normal, e de fim de semana funciona de meia em meia hora no domingo. Então é meio já dizendo para quem mora na periferia: “quem é pobre, meu, não precisa nem circular pela cidade no fim de semana”. Então, claro, são diversas pessoas que não tiveram oportunidade, e nem gostam de ir pra região central, porque não é saudável. Simplesmente não é gostoso aproveitar o parque nessas condições.

Entrevistadora: Aproveitando essa discussão que você está levantando, parece que existem duas cidades; a cidade segregada, uma cidade do centro e uma da periferia. Eu queria usar o termo de Joice Berth, do “urbanismo daltônico”, que seria para apontar a discussão do desenvolvimento e segregação da cidade, e que raramente, pontua isso racialmente e utiliza esse recorte. Como podemos abordar essa discussão, e além disso, levantar soluções?

Elaine: Você tá falando de uma cidade racista. E a gente precisa pensar numa cidade antirracista. Não basta dizer “não vamos mais ser racistas”. A gente precisa ser uma cidade antirracista, que vai pensar políticas que não sejam racializadas e racializantes. Que vai pensar a cidade para quem vive nas cidades. E não maneiras de como excluir, ainda mais, a cidade. Porque, às vezes, a gente vê políticas que são maneiras de excluir, cada vez mais, pessoas da cidade.

Se a gente pegar o mapa, que vai mostrar onde as pessoas estão morando, e a gente vê que a população negra...E não só a população negra, a população não branca, e quando eu falo de uma população não branca, da branquitude, é assim: é uma população preta, empobrecida, e uma população tão empobrecida que tá ali, dentro dos lugares muito próximos da população negra, dentro de todos os parâmetros. Então, é sempre a população preta, e a população mais pobre que está ali nesses territórios. E pensar que isso não é por acaso, existe um processo que faz com que essas pessoas vão para esses territórios.

Se a gente pensar em alguns bairros, por exemplo, que já foram bairros de territórios negros das cidades, e hoje são bairros brancos... Por exemplo, a Vila Madalena era um bairro negro, que tem um histórico de samba da cidade de São Paulo, e hoje em dia, a maior parte da população é branca. A Liberdade, a gente está com essa grande discussão, o bairro da Liberdade agora, a estação do metrô é “Japão-Liberdade”, mas Liberdade é por conta da população negra, era um bairro de população negra. A minha mãe, quando veio com os pais dela para São Paulo, do interior, morou na Liberdade. Ali era um bairro da população negra, que tinha baile *black*, que tinha um monte de coisa da cultura negra vivenciado na região central da cidade. Depois, a minha mãe vai pra Grande São Paulo, e quando eu era pequenininha, a minha família volta a morar no centro, também na região, na Bela Vista, onde tinha um grande número de população negra. E aí, a minha família passa por um processo, que é um processo de gentrificação, que “ó, vocês não podem mais ficar nesse bairro, a gente vai realocar vocês para outro bairro”. Então, a minha família é mandada pra Cidade Tiradentes.

O Mano Brown, dos Racionais MC's, conta uma história muito semelhante também. A família dele também foi descentralizada e mandada pro fundão da Zona Sul. Esses processos, são processos estruturais, que a cidade pensa que vai tirar a população mais empobrecidas, e com certeza vai tirar a população negra, das regiões mais abastadas, das regiões que têm mais serviços e políticas públicas, e vai colocar essas pessoas

para morar nas regiões mais afastadas da cidade. Isso é intencional. Faz parte de uma política de Estado, que acha essas pessoas não precisam viver nas regiões centrais.

Entrevistadora: Citando Mano Brown, tem uma música dele que pontua como nas periferias não existe investimento. Os parques das periferias não recebem políticas públicas, então estão sempre no “nós por nós”, ou em situações completamente precárias.¹ Quanto a isso, mesmo hoje vemos um investimento maciço para renovar as áreas que já tiveram um investimento histórico muito grande. Como por exemplo, a área do Anhangabaú e o Minhocão. A quem interessa essa centralização maciça do investimento?

Elaine: Interessa ao capital, não tem como ser outra coisa. Interessa ao capital financeiro que essas regiões continuem sendo mais abastadas. Acho que semana passada, saiu um mapa, a prefeitura fez uma publicação de um mapa dizendo quais são os recursos que vão ser investidos nas subprefeituras da cidade de São Paulo.² Claro que não é todo o investimento que uma cidade faz, mas é uma indicação de como os investimentos vão ser distribuídos. A subprefeitura da Sé, por exemplo, vai receber em torno de 100 mil reais, a subprefeitura de São Mateus vai receber por volta de 22 mil. Então, o que faz a cidade investir 100 mil reais na subprefeitura da Sé e investir 22 mil na subprefeitura de São Mateus? O que faz investir cento e pouco nas regiões de Moema, Higienópolis e investir 22 mil na Cidade Tiradentes? Quando todos os indicadores mostram, e qualquer pessoa que entende um pouco de política pública vai entender que os bairros periféricos necessitam de mais investimento, necessitam de mais articulação pra investimento. Mas a gestão pública continua engessando mais dinheiro nessas regiões, priorizando essas regiões e não priorizando as regiões periféricas. E só o que explica isso é o capital financeiro. É o interesse do grande capital que essas regiões tenham acesso, que as pessoas consigam circular, que o capital financeiro possa circular. Que as grandes empresas estejam bem servidas.

Então, é uma política pública que vai trabalhar pra iniciativa privada. E, mesmo falando de Estado mínimo, vai trabalhar com a iniciativa privada mas vai deixar o resto da população da cidade à mercê da *sevirologia*: “se vira, se vira com o que você tem aí”.

1 A música tem o nome de “Fim de semana no parque” e foi lançada em 1993.

2 Dados disponíveis em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2019/>

Entrevistadora: Eu ouvi em outra entrevista sua você citando “sevirologia”. Você pode explicar melhor o que é civirologia?

Elaine: A própria Conceição, e outros autores negros, gostam muito de falar dessa outra “linguagem”, de como a gente consegue brincar com a linguagem. A gente tinha uma grande liderança da região de Perus, da região das Queixadas, da fábrica de cimento de Perus, que era o mestre Sorós. Uma vez ele cunhou esse termo, que é a *sevirologia*; quem está nas quebradas, fazendo as “coisas”, têm que se virar. Inventar ciência, faz a *sevirologia* - ou você se vira, ou você se vira, não tem outra opção.

Esses dias também, a Carmem Ferreira, do MSTC,³ ouvi ela falando que eles iam propor uma PPPop, uma Parceria Público Popular. Se o Estado pode fazer uma Parceria Público Privado, por que não pode fazer Parceria Público Popular? Acho que é isso. A população preta desse país, a população pobre desse país está sempre elaborando soluções, está sempre elaborando coisas possíveis de fazer. Há soluções. Está sempre experimentando coisas interessantes, experimentando uma outra forma de viver em sociedade, experimentando o que fazer. Basta você olhar pra cultura na cidade. Você não tem equipamentos de cultura na cidade de São Paulo, em todas as regiões, mas é uma das cidades que tem o maior número de ocupações culturais na periferia. As pessoas não tem equipamentos de cultura, mas elas vão ocupar um prédio abandonado da periferia e transformar aquele prédio em ocupação cultural. Então, mesmo com pouco, as pessoas conseguem elaborar soluções brilhantes para os problemas na cidade. O que acontece é que, geralmente, não há valorização pra esse tipo de iniciativa, ou um aproveitamento desse tipo de iniciativa depois pra vender, como qualquer outra coisa em outras regiões da cidade, mas a gente acaba fazendo isso.

A gente é acostumado a pensar e conseguir construir as coisas em cima da pobreza, em cima dessa necropolítica. Enfim, a gente consegue apresentar soluções. Por isso que a gente acha que a solução vai vir da periferia, vai vir do povo preto. As soluções dos problemas da cidade, vão vir da gente. E quando a gente fala de consciência negra, é importante a gente dizer isso. Nós é que vamos elaborar as soluções para os nossos problemas. Acho que a branquitude - falando de negritude, a gente também tem que falar de branquitude -, a branquitude vai ter que repensar quais são suas questões e como vai

3 Movimento pela luta da moradia de São Paulo, denominado Movimento Sem Teto do Centro. Ver mais em: <https://www.atados.com.br/ong/mstc>.

ocupar novamente a cidade. Parar um pouquinho de ter medo do levante do povo negro, e pensar quais são as soluções que a branquitude vai fornecer, para um problema que ela mesmo construiu. Porque a população preta tá fazendo isso há muito tempo. Tá elaborando outras maneiras de viver, e vai construir isso. Vai ser construído. E aí, vamos ver como a gente consegue construir isso com a cidade inteira.

Entrevistadora: Você falou da Carmem. Também queria falar da Preta, o que aconteceu com ela, da prisão, e da criminalização dos movimentos, e queria falar disso citando uma frase sua. Recentemente num artigo, você falou que hoje as mulheres negras lutam, para que as suas perspectivas de vida não sejam reduzidas até um ponto que não possam falar de amor. Acho isso muito importante, porque é colocar uma perspectiva de bem viver, e numa chave não só de resistência, mas de qualidade de vida. Como fazer essa luta pelo bem viver, quando o Estado persegue pessoas e corpos negros, como o da Preta, e faz essa necropolítica, de maneira cada vez mais escancarada?

Elaine: Têm algumas coisas que a gente sempre fala dentro do movimento negro, que o nosso povo é festa, é delícia, que a gente sabe festejar. A gente tem uma música que diz “o dia que o morro descer, e não for carnaval (...)”, mas eu gosto de dizer que a gente vai descer, e vai ser com o carnaval. É uma característica que tá dentro do nosso povo, a gente faz festa, a gente consegue construir relações afetivas mesmo dentro de uma sociedade que tenta massacrar e desarticular tudo que a gente constrói.

Eu lembro que eu participei de um momento que chama Movimento Cultural das Periferias.⁴ Era um movimento muito liderado por mulheres, mulheres negras, jovens e das periferias da cidades. Em determinado momento, teve um homem branco que olhou pra gente e disse “vocês são muito belicosas”. Ele quis dizer que a gente era muito brava, muito briguentas, que reclamava muito das coisas. Isso foi uma coisa que me marcou muito, porque fiquei pensando “nossa, a gente é tão atacado, o tempo inteiro atacado. O tempo inteiro a gente é atacado. Se você pega um ônibus, você é atacado, porque o transporte público é uma desgraça. Se você vai pra escola, você é atacado, porque a educação é uma desgraça”. Você tá sendo o tempo todo atacado. No momento que você reage pra dizer “olha, existe outra maneira de fazer as coisas, vamos fazer isso”, as pessoas entendem que se você não for lá pedindo, implorando, você tá sendo arrogante e você tá sendo

⁴ Ver mais em: <https://www.facebook.com/MovimentoCulturaldasPeriferias/>.

muito bravo. Quando colocam na gente esse legado “ah, as mulheres negras são muito raivosas”, Angela Davis falou isso na passagem dela aqui no Brasil; sempre vão classificar mulheres negras que levantam a voz - não no sentido de brigar, mas falar quais são as reais necessidades, qual é a real -, sempre vão colocar na gente essa peça, esse lugar de ser uma mulher raivosa, de ser belicosa, de ser nervosa. Quando não é isso, né? A gente, na verdade, tá lutando pelo bem viver, para que a gente possa amar, construir, escrever literatura, para que a gente possa fazer cinema. A gente tá lutando para que a gente possa viver a vida plenamente.

Muita vezes, as pessoas tentam reduzir a nossa luta a esse lugar de revolta. É isso, você pega Conceição Evaristo, que é uma pessoa que faz uma reflexão absurda do que é a população negra, e ela consegue escrever coisas maravilhosas. Você pega poetas assim, Keila Rodrigues, Raquel Almeida, que acabou de lançar um livro em Pirituba esse fim de semana.⁵ E a pessoa consegue escrever coisas maravilhosas, mesmo vivendo na precariedade. Então, eu acho que é pensar um pouco isso. Como a gente, enquanto população preta, nós mulheres negras, a gente consegue falar das coisas, a gente consegue pautar o que deve ser feito da cidade, mas a gente também consegue falar da nossa vida com leveza. A gente também consegue fazer as coisas que a gente precisa fazer, também dá pra ir assistir um show, ir tomar uma cerveja e ser feliz. A gente precisa fazer isso, porque o Estado tenta matar a gente de todas as formas, e tá saudável também é resistência. A gente passa por um período aí, que aumenta o número de suicídios entre jovens negros. Embora caia o feminicídio de mulheres brancas, aumentou o feminicídio com mulheres negras. Então, a gente passa por um momento de muita violência, de intensificação da violência contra o corpo negro. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que saber dosar isso, tem que saber ser feliz, tem que saber viver. A gente tem que mostrar que a gente sabe viver, que a gente é muito maior do que as pessoas as vezes querem taxar.

Teve uma brincadeira que o Yuri Marçal, que é o comediante, e a Porta dos Fundos, faz sobre um escritor branco, que é uma brincadeira com o escritor negro. Quando você pega um escritor negro, ele não tá necessariamente sendo um escritor negro, ele tá escrevendo sobre diversas, inúmeras possibilidades. Então, não dá pra reduzir uma pessoa negra, a uma pessoa negra. As pessoas são complexas, são absolutamente diversas. Isso vai ser da população branca, mas também vai ser da população preta, da população periférica. Você não tem duas mulheres periféricas iguais, as pessoas são diversas. Em-

⁵ O livro “Contos de Yōnu” é o terceiro livro de Raquel Almeida, e traz 12 estórias sobre o cotidiano feminino. Foi lançado no dia 14 de Novembro de 2019.

bora a gente comungue de várias coisas que nos agregam, a gente é diversa e temos um monte de coisa pra falar e pra fazer.

Entrevistadora: Aproveitando que você citou diversas pessoas, diversos nomes em torno da cultura e que você tem uma experiência no Fórum de Culturas da Zona Leste, queria que você falasse um pouco sobre isso. Como foi essa experiência de trabalhar a cultura de forma mais descentralizada?

Elaine: Eu sou do Fórum de Cultura da Zona Leste.⁶ O Fórum de Cultura da Zona Leste é uma reunião de coletivos de cultura periféricos. Temos diversos de coletivos de cultura atuando nas quebradas, e em algum momento esses coletivos entendem que precisam se organizar pra fazer uma militância conjunta, para discutir a fruição de arte que a gente produz, como que a gente circula em nossos próprios espaços, como é que a gente pensa na formação desses próprios coletivos e como é que a gente pensa, tua e cobra política pública também. Então, a experiência do Fórum foi, e continua sendo essa, de fazer uma articulação com os grupos pra pensar tudo o que refere a produção artística na periferia.

O Fórum, junto com outros coletivos de outras regiões da cidade - da Zona Sul, a própria Rede Quilombaue⁷ do Soró e outras regiões - construíram o que chama Movimento Cultural das Periferias. E aí, esses fóruns regionais e o Movimento Cultural das Periferias é um movimento que fez uma luta por políticas que atendessem as demandas dos coletivos de cultura da periferia. Desde cobrar os equipamentos de cultura - em algum período, as casas de cultura estavam sob a gestão das subprefeituras e o movimento entendia que eles tinham que voltar para a Secretaria de Cultura, então o movimento vai lá e faz a militância para que ele voltasse para a Secretaria, e de fato voltam. Faz uma militância em torno dos espaços de ocupação de culturas, então para defender que essas pessoas não sejam desalojadas nesses espaços que estão produzindo culturas.

O Movimento Cultural das Periferias e o Fórum constroem uma lei na cidade de São Paulo, que é a lei de Fomento à Periferia. É uma lei de incentivo como fomento, de fomento à dança, ao teatro. A gente vai elaborar uma lei diversa de como o fomento tem que atender as periferias da cidade. Quais são os critérios que tem que ter essa lei. Como as pessoas vão acessar essa lei. Essa experiência no movimento de cultura, além, é claro, da produção artística que a gente faz - sou de um grupo de samba, de uma comunidade

6 Ver mais em: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/>.

7 Ver mais em: <http://comunidadequilombaue.blogspot.com/p/historia.html>

de jongo -, então além dessa circulação, a gente pensava também como essas políticas públicas poderiam atender a população, como que a gente podia fazer. E foi essa experiência, e foi uma experiência incrível mesmo. A periferia, a população preta, formulando soluções pra cidade e pra como a cidade tá organizada.

Entrevistadora: Nem sempre essas soluções que a periferia constrói são bem vistas. Estamos chegando no final de ano, e novamente deve acontecer os famosos bailes funks na cidade de São Paulo, e que parece seguir o mesmo caminho de criminalização do samba de anos atrás. Qual a sua visão sobre o movimento do funk na cidade? ⁸

Elaine: Eu acho que tem uma coisa: quando a cidade não abraça uma manifestação cultural, não significa que ela não vai acontecer. Ela vai continuar acontecendo. Só que, quando você deixa um espaço vazio, ele é ocupado por alguém, ou uma determinada organização. Acho que, diferente do que aconteceu com o rap na cidade de São Paulo, que em determinado momento a cidade abraçou o rap e falou “não, vamos pensar o rap, vamos pensar a semana de hip hop”, o funk vai sofrer essa criminalização que você falou, e as pessoas vão, cada vez mais, deixar esse espaço nas mãos de quem não deveria tá tomando conta desse espaço. Por exemplo, eu moro na Cidade Tiradentes, lá tem *pancadão*. Eu já cheguei em casa, debaixo de bomba e tiro de bala de borracha da polícia. Descendo do ônibus e levando bomba de gás e bala de borracha da polícia, porque a polícia estava dispersando o *fluxo* dos meninos que estavam ali da rua.

Claro que, se você pergunta pra um morador de periferia, que mora do lado do fluxo, se ele gosta do fluxo, ele vai falar que não, porque aquilo ali incomoda. Ele vai trabalhar no outro dia, ele precisa dormir. Mas, ao mesmo tempo, é uma manifestação cultural legítima da população jovem. Então, qual que seria a função que a gente deveria esperar do Estado? Que a gente conseguisse organizar a cidade de forma que pudesse acontecer o *fluxo*, e de que as pessoas pudessem dormir tranquilamente. E não é impossível fazer isso. Não é impossível gerir a cidade para que as duas coisas aconteçam. E aí, as pessoas falam do conteúdo do funk, que é um conteúdo misógino... Mas se você pegar o conteúdo dos grandes clássicos da música nacional, você vai encontrar um conteúdo misógino, você vai encontrar o mesmo tipo de conteúdo. Mas que ganha um status dife-

⁸ No dia 1º de Dezembro de 2019 - quase dois meses após a entrevista -, 9 jovens foram mortos, após ação policial, em um baile funk de Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo. Veja mais em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/12/02/Baile-funk-em-Paraisopolis-a-a-%C3%A7%C3%A3o-policial-que-deixou-9-mortos>

rente, porque é construído de um outro lugar. Então, se vem construído de uma tradição mais elitista, mais branca, mais burguesa, enfim... Você vai aceitar aquilo. Talvez você não goste, mas é cultura, vai aceitar. Agora, quando vem da periferia, quando vem desses moleques, que não pedem licença pra ninguém - porque se você vai perguntar pro menino do funk, ele não tá preocupado, ele não tá pedindo licença, ele vai continuar fazendo -, mas quando vem desse lugar, dessas pessoas, desses atores... Aí a cidade tem uma dificuldade de aceitar e entender. Acho que é o que eu falei; tem funk e vai ter funk. A cidade querendo, ou não querendo, vai ter funk. Vai restar a gente saber, se a gente vai querer lidar bem com funk, ou continuar lidando mal. Porque funk vai ter.

Tem uma liderança indígena, a pouco tempo atrás, que falou em resposta a “nossa, quanta barbárie”; “cara, a gente tá resistindo a 500 anos, a gente vai continuar resistindo”. E é isso. As expressões e manifestações culturais não vão acabar. A gente tem um projeto de extermínio da população negra muito mal sucedido. A própria Conceição Evaristo falou “combinaram de nos matar, e a gente combinou de não morrer”. E não vamos. Então, acho que as manifestações que vêm, embora elas possam enfrentar todas essas dificuldades, vão continuar acontecendo. Você vai começar a ver, daqui a pouco, teses de doutorado falando do funk. Produzida por uma *mina* que entrou com cota na USP. E vai ter que ter, e vai ter. Acho que é um pouco por aí.

Entrevistadora: Como a gente vai criar os espaços para que todo mundo possa ter acesso às produções culturais?

Elaine: Tem espaço pra todo mundo, claro que tem. Acho que é um pouco pra gente pensar em como que é esses espaços. A gente tem uma ocupação aqui na Zona Leste, que é a Ocupa Emerlino, Ocupa Mateus Santos, que fica na Emerlino Matarazzo. Inclusive, foi a ocupação que teve um problema com o antigo secretário de cultura - o André Sturm -, que disse que ia bater em um rapaz da ocupação. É uma ocupação, que tem hoje, mais de 60 coletivos atuando em conjunto nesse espaço. Você tem um espaço público abandonado, que foi ocupado por coletivos de cultura, e tem mais de 60 grupos que gerem esse espaço coletivamente na periferia. Produzindo exposição de arte, produzindo sarau, produzindo roda de samba, produzindo rodas de conversa sobre doulagem, com doulas. Produzindo um monte de coisa na quebrada, para pessoas da quebrada.

E aí, você tem aquele problema no shopping higienópolis, do shopping querer

uma licença judicial pra prender os meninos de rua que estão passeando no shopping, e levar na delegacia.⁹ Mas ao mesmo tempo, você tem a sociedade civil que se organiza e fala “você não vão fazer isso”, e tão trabalhando com formação com esses profissionais, dentro desse shopping. As coisas vão acontecer, e vai ter resistência. Foi bem interessante a questão do rolezinho, porque disparou uma outra discussão sobre a cidade, sobre alguma coisa que acontece na cidade e as pessoas fingem que não veem. A gente teve, por exemplo, o caso do menino no Ricoy, que levou chicotadas dentro do supermercado.¹⁰ Se você conversar com as pessoas da periferia, elas sabem que aquele não é o único mercado que, dependendo de quem você é, e se te pegarem fazendo qualquer coisa dentro do mercado, você vai apanhar.

Existe um tipo de comportamento dentro das periferias, que as pessoas colocam para quem mora nas periferias, que não é um comportamento que você vai ter com pessoas brancas. Eu conheci gente branca, de classe média, na cidade de São Paulo, que tem o hábito de entrar no supermercado e pegar coisas. Tem até nome pra isso. E acha bonito, acha interessante. Quando essas pessoas são pegadas, elas levam, sei lá, um passa fora, e vai embora, não acontece nada com ela. Agora, quando uma pessoa preta é pega fazendo isso, aí ela é tratada de outra maneira. Então, espaço tem. Mas como a gente tá preparado para tratar esses espaços e com as pessoas nesses espaços?

No começo, eu falei do Programa de Jovens Urbanos, que a gente circulava com esses meninos pela cidade, e muitas vezes - quando você fala da segregação, que tem na cidade, ela não é nada invisível para quem mora na periferia -, esses meninos, embora nunca tinham estado nesses espaços, quando eles entravam nesses espaços, e percebiam que espaço é esse e percebia o segurança olhando, ele percebia que aquele espaço não estava tão aberto para ele. Aquele corpo ali, era um corpo estranho. As pessoas entendem o que é ocupar os espaços, entende o que é diferentes corpos em cada espaço. É saber como a cidade vai tá preparada para lidar com diferentes corpos nesses espaços.

Entrevistadora: É possível enxergar que vivemos também um período de mudanças nas lutas populares, marcado por diversas novidades, formas de expressão, narrativas e análises sobre a esfera pública. Também tem uma grande valoriza-

9 Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/justica-nega-a-shopping-de-sp-aval-para-apreender-criancas-de-rua.shtml>.

10 Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567790466_070782.html

ção do direito à cidade, tendo o espaço urbano como lugar de permanência e identificação. Você enxerga essas mudanças nesses novos movimentos?

Elaine: Tem um ensinamento africano, que a gente também traduz do latim, que é o Sankofa. É uma ave, que tá indo pra frente, mas com a cabeça voltada para trás. Você também vai ter uns pensadores que dizem que; quem conhece a história, não é surpreendido por ela. Claro, existem movimentos de renovação, movimentos de pensar outras maneiras de ocupar a política. Nós tivemos, pela primeira vez, uma mulher negra, trans, eleita deputada estadual na cidade de São Paulo. A gente teve uma chapa, uma bancada, eleita deputada estadual na cidade de São Paulo. Você tem novas formas de representação. Tem claro uma mudança, especialmente na participação política. A gente vive hoje num modelo que as pessoas não querem só dar opiniões, mas participar das decisões. Não cabe mais falar que vai ter só audiência pública de escuta para a população, e a população vai dizer o que ela quer, para a gestão pública fazer. Não, é isso o que a Carmem falou, vamos fazer um projeto de Parceria Público Popular, para que a população possa gerir as coisas. Então, eu acho que sim, existe um grande movimento de pensar renovações. Os movimentos têm sim uma grande mudança.

A minha família, é uma família que fez muita militância na década de 90 na cidade de São Paulo, e eu criança, acompanhava. E você vê uma movimentação na diferença que, embora, muitas mulheres negras tinham sido lideranças nos movimentos de base na periferia da cidade de São Paulo, e no país, isso não se refletia depois em representação política. Essas mulheres não viravam vereadoras, enquanto os homens viraram. Essas mulheres não viraram lideranças dentro das organizações e instituições, enquanto os homens viravam. E você vê que hoje em dia as mulheres não estão mais aceitando isso. As mulheres negras não estão mais aceitando isso; “bom, se eu estou articulando esse movimento, se eu estou fazendo essa organização, os espaços de organização também vão ser tomados por essas mulheres”. Mas eu acho que isso a gente faz com calma, olhando para nossa história, olhando pra nossa trajetória.

Isso não é algo bonito, não é um *village people*. Não vamos pegar um índio, negro, gay... E vamos uma coisa legal. Isso tem que vir de uma construção. Então, quando a gente fala que as mulheres têm que ocupar os espaços de poder, isso significa que têm mulheres com condições de ocupar esses espaços, que vem fazendo um trabalho anterior para ocupar esses espaços. Então, eu acho que é pensar esse movimento, que é o movimento de ir para frente, de pensar coisas novas, de novas maneiras de ocupar, mas

sem abandonar a construção histórica dos movimentos populares. A construção que a gente fez no país e nas cidades. Mas precisa mudar, mas precisa mudar de maneira real, de maneira concreta, de maneira sólida. Não dá só para a gente se aventurar no que é bonitinho, no que tá na moda, mas dá para a gente fazer diferente. Porque a gente já faz diferente. Se a gente olhar para trás, nas nossas experiências, a periferia é negra, é matriarcal. Então, não é novidade. Talvez, o que seja novidade, é pra quem sempre esteve no poder e tá tendo que abrir mão. Talvez seja novidade para essas pessoas, mas para quem vive a história dos movimentos populares na cidade, quem vive a história das periferias, não é novidade nenhuma ter lideranças pretas, lideranças mulheres. O que a gente precisa, é que essas pessoas cheguem nos espaços de decisões. São essas pessoas que decidem.

A gente fala muito “quero muito ver mulher preta no cinema, quero ver mulheres nas telas, mas quero ver também diretora, roteirista. Quero ver em todos os espaços, nos espaços de decisões também”. Acho que isso é importante dizer. A gente não é uma capa, não é um escudo, para o que já tinha sido construído parecer mais bonitinho. A gente quer mudanças mesmo. A gente quer ocupar os espaços, nem que seja para destruí-los.

ANEXO 6 - ENTREVISTA JAISON LARA

Jaison Lara é da casa Ecoativa, um espaço ecocultural, situado na ilha de Bororé, que fica no meio da represa Billings, extremo sul da cidade de São Paulo.

Entrevistadora: Jason, fale um pouco sobre sua caminhada e seu histórico de atuação.

Jaison: Minha família está a muito tempo nesse território, é a terceira geração que tá aqui na Ilha do Bororé, mas eu venho trabalhando com educação, permacultura, né?! E articulação cultural, por conta desse movimento dos levantamentos urbanos, dos coletivos culturais. A gente faz um trabalho no centro cultural ecológico, chamado Ecoativa, mas a minha relação tá intrínseca no território, porque venho aqui de muito tempo, desde meu avô - que não está mais aqui com a gente, mas era um agricultor familiar, tinha uma profissão muito bonita, uma profissão agrícola. Então, ele tinha um sistema agrícola de muitos ciclos, que hoje a gente vai chamar de permacultura. A criação de bichos era muito bonita, mais a produção da horta agroecológica, e aí ele fechava um ciclo muito legal que era com as meliponicultura, que são com as abelhas nativas, pra polinização, pra produção de mel também. Isso fazia com que o sistema agrícola dele funcionasse de um jeito muito interessante, era um cara com bastante sabedoria.

A minha família, que está aqui no território, acabou sendo bastante interventora. Minha mãe trabalhou muitos anos no posto de saúde, minha tia foi vice diretora da própria escola durante vinte anos, eu estudei no Adrião Bernardes desde a vida inteira - a escola que a gente retorna pra fazer os projetos depois. Então, a gente é totalmente acolhido por esse território, por esse bairro. Minhas outras tias também vêm duma família de docentes, de professores. As três já deram aula no Adrião Bernardes, no caso da Tia Rose, que ficou por mais tempo como vice diretora. E aí, eu sigo fazendo esse trabalho também, local, comunitário, e aí a gente consegue fazer bastante coisa aqui, no próprio território.

Eu vim da agricultura, vim produzindo também esses alimentos orgânicos, mas o escoamento, realmente, é muito difícil. E aí, eu fui certificado como produtor orgânico, dos mais jovens, inclusive, da cooperativa, da Cooperapas, como cooperado. Tava escoando esses alimentos, mas a gente caminhou, modelou o negócio, comecei a trabalhar mais com as áreas verdes - que é a produção agroecológica, no viés mais da pedagogia.

Então, espaços verdes como espaço educadores. Essa relação com a Casa Ecoativa é também muito antiga, que é onde eu trabalho hoje, porque eu era essa própria criança que ficava da escola pra Casa Ecoativa fazendo as atividades multidisciplinares. Então, sou cria desse espaço, que hoje a gente faz a gestão, por exemplo.

Fazia a gestão dos mutirões de limpeza das margens, atividades relacionadas da semana do Meio Ambiente e da Água, e ali a gente abriu um despertar mais para essa consciência. A gente perdeu esse espaço em 2006, a Casa Ecoativa fechou, ficou 8 anos fechada. Um espaço que, desde a década de 90 tem um legado muito grande por articular vários grupos - por vários grupos nasceram desse espaço. E aí, somente em 2013 eu volto pro Imargem, volto a fazer trabalhos com a escola Adrião Bernardes, com horta pedagógica, com graffite horta. Dentro do Imargem, que é um coletivo de arte urbana, que hoje faço parte como diretor de projetos, a gente voltou a ter um diálogo com a comunidade mais forte, com a escola. E aí a gente consegue dentro da Virada Sustentável - inclusive, simbolicamente, estamos no período da Virada Sustentável¹ -, ocupar o espaço novamente, abrir um canal de diálogo com a Secretaria do Verde e um diálogo com a Emai, que é a dona espaço, do terreno, no caso

Foi bem legal. A gente foi desenvolvendo esses trabalhos, até criar força, dentro do festival Virada Sustentável. Conseguimos reformar, entrar, mobilizar, planejar esse sonho junto. E é isso, eu sou diretor do Imargem, de projetos. Tive que entrar como diretor da Associação de Moradores, também, pra legalizar esse espaço. Hoje trabalho como educador, tô muito numa pasta da primeira infância, por causa dos trabalhos com a escola, dessa “coisa” do “desemparedamento” da infância, ou o próprio “desemparedamento” da educação. Essa “coisa” da criança e natureza. Faço articulação cultural, bastante, né?! Então, muitos eventos, curadorias, sara, manifestações, celebrações culturais. Faço trabalho de articulação e trabalho com permacultura. Fiz parte da primeira turma do PDC² do país, já a alguns anos atrás. Com o retorno do trabalho da Ecoativa eu consegui uma bolsa do PDC, que você faz um curso de Design em Permacultura. Só que eu também fui *sacando* que a minha comunidade é, talvez, a maior professora, a maior mestre, em permacultura possível. Então, a comunidade já tá fazendo, já tem uma relação comunitária, já tem uma relação de cuidar do outro, cuidar da terra e partilha justa do excedente. E aí, com certeza a gente vai tentando se instrumentalizar em vários cursos, várias formações,

1 A Virada Sustentável mencionada aconteceu em Agosto de 2019. Ver mais em: <https://www.viradasustentavel.org.br/>. Acesso em 23 de Novembro de 2019.

2 PDC - Curso de Design em Permacultura.

mas sem saber também que a gente bebe da fonte, da melhor fonte possível, que é o nosso próprio território. Que são as pessoas que estão aqui no Grajaú.

Então é isso, o Grajaú hoje é uma efervescência cultural, a gente consegue fazer esse trabalho totalmente local. Na verdade, da margem pro centro da cidade, porque o nosso grupo hoje tem uma incidência política muito grande na cidade. A gente não tá fora da cidade, inclusive a gente discute muito o direito à cidade. E aí, é uma série de projetos - tentando resumir um poucos - , hoje enquanto Ecoativa e Imargem, que são grupos que faço parte. A gente cuida de projetos de permacultura, arte e alimentação. Então, são vários projetos relacionados à receber escolas, receber universidades, receber grupos, fazer cursos, vivências, imersões, programas de alimentação, distribuição de cestas de orgânicos, alimentação saudável, cozinha criativa. Todos esses com ferramentas sociais, permaculturais e de uma mobilização comunitária. Então, tentando resumir isso, hoje a gente se organiza através de uma associação, somos uma produtora cultural e somos uma empresa também. E recentemente, organizamos a associação, sou diretor de projetos dessas áreas, então a gente vai cuidando sempre de projetos, que são os cursos, aulas, vivências, curadorias, e nas áreas de permacultura; artes e alimentação.

Entrevistadora: Explica como é trabalhar na Ilha de Bororé.

Jaison: A ilha é um bairro... Um gueto rural, em São Paulo. Tem a travessia da balsa, que é a coisa mais peculiar que pode existir. Mas na verdade é uma península, né?! Estamos aqui situados na ZPA³, que são as áreas de proteção ambiental. É ZPA, por causa do Manancial, que é área de nascente e produz água potável - e produz água potável porque tem mata. Então, a gente entende que água se produz, água se planta. Se tem mata atlântica, que é o bioma que a gente tá inserido, a gente vai produzir os cursos d'água. Uma vez que a gente não tem mata, a gente cria desertos. Então, um pouco do Estado caótico e apocalíptico, que a gente vem vivendo, por exemplo, em olhar a Amazônia - e praticamente o Brasil - pegando o fogo. Vai criar desertos, vai faltar água. É realmente um estado alarmante.

Aqui, do ponto de vista de área de proteção ambiental, não é muito diferente não. É Área de Proteção Ambiental, mas a gente costuma dizer que as áreas verdes da cidade só escancara as relações de conflito das pessoas, com a cidade e o meio ambiente. Então,

3 Zona de Proteção Ambiental.

assim, ocupação irregular, a cidade que não modela um processo urbanístico pensado e planejado, a desigualdade social... Então, esses fatores que estão muito relacionados com as políticas públicas, faz a minha comunidade sofrer, todos os dias, uma invisibilidade, sendo que ela pode ser ferramenta de uma série de tecnologias e políticas públicas, pro bem viver na cidade. Então, a gente perder muito do ponto de vista do poder público, que é o lugar desassistido, mas poderia tá produzindo um monte de tecnologia, um monte de inovação social a muitos anos, que não tem o olhar do poder público e poderia ser escalado para a cidade. A agroecologia, permacultura, os produtores orgânicos, as comunidades tradicionais indígenas, os terreiros.

Então, a Zona Sul - quando a gente vai falar da Zona Sul - *ele* é um pedaço do território de extremamente interesse da cidade. A gente tá produzindo água, comunida, cultura. A partir do momento que a gente não olha com uma sensibilidade pra esse território, a gente perde muito com isso. E aí, é realmente um cenário de muitos desafios, encontrando também cenário de muitas potências. A partir do momento, que também, a comunidade tem que se organizar dentro desse contexto. A gente vai ter pessoas incríveis, fazendo trabalhos maravilhosas, e a gente se inspirando nesse trabalho, até mesmo porque a gente só tá dando sequência num trabalho, que muitas pessoas lutaram pra gente tá aqui. A Ecoativa, né?! A gente não reinventou a roda, a gente só toca um projeto que é da década de 90, que já era pioneiro do movimento humanista, que já trazia todas essas tecnologias que são faladas. O empreendedorismo, que eu já tô de saco cheio já dessa palavra. Tudo hoje é empreendedorismo, que saco isso. Tudo que a gente for falar de protagonismo feminino, bem viver, economia solidária, tudo isso a quebrada, a periferia, as bordas, fazem isso a muitos anos, a muitos anos. Tão querendo ensinar o que a gente já sabe. Um pouco da minha inquietação é isso, que é cooptar uma narrativa, sendo que a gente já fazia e faz a muito anos. É importante, quando a gente tá nesse território, reivindicar o lugar da periferia como criadora dessas tecnologias. Basicamente é um pouquinho isso, quando a gente fala da contranarrativa, estar num lugar periférico, da periferia, também é ressignificar essa palavra. Porque “periferia” não pode mais olhar a periferia e pensar “escassez”. Hoje, quando a gente pensa “periferia”, as pessoas vão pensar; o que falta, o que não tem. E periferia é borda, ela não pode vir carregado esse tom pejorativo, essa carga de intenções negativas. Periferia é borda, é margem, só isso. Uma periferia geográfica, ela é a transição entre campo e da cidade. Borda é borda, é margem. Não pode mais pensar periferia do ponto de vista do que falta. Tem que pensar periferia do lado da potência e da inovação social, que as pessoas fazem todos os dias aqui.

Entrevistadora: Nesse contexto que você está colocando pra gente, tem uma tradição de articulação em territórios da juventude periférica, né?! Muitos jovens constroem as suas iniciativas nos seus bairros. Como é isso no caso de vocês?

Jaison: Eu vivo um pouco isso, eu vejo isso todos os dias. A juventude é muito forte. O Grajaú é um dos bairros hoje que tem mais juventude, então você sai qualquer dia no Centro Cultural Grajaú; tá lotado, a galera quer se encontrar, quer partilhar. Não é diferente. A gente vai ter hoje, tem um movimento muito jovem hoje, que talvez mais nos impressiona, é o GRAJAÚ - RAP CITY⁴, que consegue reunir 2, 3 mil pessoas numa quinta-feira a noite pra fazer a batalha do conhecimento, a batalha de rap. Então, seja o rap, seja o funk, seja o samba, a juventude tá se organizando, né?! Então, seja o também através dos incentivos, então a juventude é muito politizada. Eu costumo dizer que, sei lá, a juventude é um gás, é um gás porque, ao mesmo tempo que ele é potente, ele é disperso. Muita força, mas também é disperso. A gente, recentemente, tá tendo o prazer e alegria de tá dentro do projeto chamado UniGraja, que é a Universidade Livre do Grajaú. E tem uma juventude incrível. É muito legal de ver, a gente recebendo escolas do território, que é o Carioba⁵, recentemente recebemos o Padre Pegoraro. É de uma sensibilidade, uma potência, de uma criatividade de um domínio da tecnologia, que é impressionante. Ao mesmo tempo que precisa, sim, de um embasamento, de uma educação autônoma, que busca autonomia e a emancipação do indivíduo. Ao mesmo tempo que a gente precisa orientar e tá perto, eles são muito potentes por si só.

Na Ecoativa, a gente tá, inclusive, com a exposição Catingueio, chamada Juventude Viva, que é do Lelo⁶. Fica mais alguns dias, pra quem quiser visitar... É a coisa mais linda. O Lelo é um artista, um educador muito jovem, muito talentoso. Então, assim, a gente tá cercado por essas pessoas. A turma da Unigraja, a turma do Adrião Bernardes, que é a escola aqui do Bororé, que tá fazendo um projeto pra FAUUSP⁷. E realmente, vem aí uma juventude muito potente, muito politizada. Como a gente poderia ter mais incen-

4 Ver mais em: https://www.facebook.com/pg/grajaurapcity/about/?ref=page_internal Acesso 23 de Novembro de 2019.

5 Condomínio Carioba Recanto Marisa. Ver mais em <http://www.educacao.sp.gov.br/cgrh/escolas/condominio-carioba-recanto-marisa/> Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

6 Lelo é estudante de artes visuais, grafiteiro e aquarelista. Além de educador do cursinho Alexandre Niggaz Da Hora, também é o idealizador do ateliê Elopalelo. Ver mais em: <http://periferiaemmovimento.com.br/na-rua-na-fabrica-na-galeria-de-parelheiros-ao-sao-luiz-a-cultura-ferve-na-quebradas/>

7

tivos, assistir mais essa turma, tá mais perto, fazer processos mais democráticos, mais horizontais, trazer a participação deles mais efetivamente, a gente ganharia muito com isso. Só que é claro, a gente tem os lados da moeda, a juventude também tem uma auto-degradação, do ponto de vista da drogadição, a guerra às drogas, ela é uma “coisa” que tem um recorte específico nas periferias, né?! Que é pra encarcerar um público específico; que são pretos, jovens da periferia. A gente vai ter esse recorte, infelizmente. Vamos ter um uso excessivo de drogas, a gente vai ter várias dificuldades, meninas muito jovens engravidando. Processos que a sociedade, bastante doente hoje, reverbera nessa parte da população, que é a juventude. Uma vez que a sociedade patriarcal, machista, homofóbica, o discurso ao ódio. Essas pontas são as que mais sofrem. A juventude também é uma população fragilizada, que vai sofrer esses retrocessos que a gente vive hoje nesse cenário nacional e mundial. Onde mora a potência, mora a fragilidade também.

Entrevistadora: Jarson, e como é essa batalha hoje? A periferia vive um momento muito diferente nas últimas décadas, qual é o contexto das disputas hoje?

Jarson: O Alexandre busc, que é um poeta, já dizia; a gente saiu das páginas policiais, entrando nas páginas culturais. E isso incomodou, né mano?! Isso incomodou muita gente. Preto na universidade, preto protagonizando a sua própria história. Por um país ainda colônia, realmente a gente ainda tem que engrossar esse caldo sobre o debate da descolonização, da descolonização do pensamento.

Do ponto de vista da periferia, desse contexto, teve um avanço muito grande, um avanço de consumo e, ao mesmo tempo, que o país economicamente também cresceu, as pessoas passaram a consumir mais. Hoje você vê, uma série de jovens que têm uma moto muito louca. E é da hora, e é dele, cara. A mãe dele foi lá e comprou, entendeu?! A gente as vezes vê assim, os olhares, né?! às vezes a gente também fala do preconceito, do ponto de vista não só da arma, da violência com a arma, mas quando você julga, ou quando você olha, você tá sendo tão violento quanto. Muita gente às vezes vê um grupo de jovens, e esses jovens tão com moto bem legalzinhas, novinhas, muita gente lança olhar e fala; “olha lá, roubada, ou esse cara tá no tráfico e conseguiu essa moto”. Cara, você acredita que não? A mãe desse moleque trabalhou pra *caralho*, ela dá tudo pra esse moleque, inclusive uma moto, quando ele enche o saco dela quando ele faz 18 anos, e ela dá uma moto nova pra esse moleque. Então, a gente vai fazendo, sei lá, várias discussões que estão nessa sutileza, nessa delicadeza, que é; como é que essa juventude começa a acessar esse mer-

cado? qual é a força que o rap tem, que vêm desde os anos 90 com os Racionais MC's, fazendo uma formação em cima de uma juventude e de uma população? Onde estão os movimentos do Saraus, que a periferia começa a contar sua história novamente? Onde estão as batalhas de rap? Onde está o pixo? Onde está o movimento de grafite, que cresce com essa população jovem? Onde que tá esse movimento da juventude se identificar, e discutir gênero? E ver que ela gosta de uma série de pessoas, ela gosta de meninos, gosta de meninas. Começa a fazer um embate que não era feito antes, né?! Sobre monogamia, sobre amor livre, sobre se relacionar, sobre uso do corpo. São discussões que foram sendo trazido a tona, que chega a um ponto que comercial do Banco do Brasil é censurado. A gente tá em plena ditadura, em plena censura. Essa ditadura não é levada.

Nem o genocídio - não é por causa também nesse processo de apropriação e de empoderamento da juventude periférica, que o genocídio da população periférica para de acontecer. O genocídio da população jovem tá em curso. O genocídio da população negra tá em curso. O genocídio da população indígena tá em curso. A gente tá conversando aqui, e tem gente morrendo. Isso é uma realidade. Tem algumas pessoas que querem enxergar Brasil de um jeito, e outras pessoas que querem enxergar o Brasil de uma outra realidade. Tem gente que acredita que não tem fome do Brasil.

Foram acontecendo uma série de discussões, e apropriações dessas discussões, e isso incomodou muita gente, até a gente chegar no contexto que a gente vive hoje. Ontem eu vi uma matéria da Ancine, que vai ter vários filtros, né?! Tem duas ou três produções audiovisuais que vão ser canceladas.⁸ A galera trabalhou um monte, ia captar esse recurso pelo Banco do Desenvolvimento, alguma coisa assim, e o atual presidente deu um filtro na Ancine. É muito violento, *tá ligado* do que a gente tá falando? É muito grave. É de ficar perplexo. Travar as produções e dizer; "não vai ter produções LGBT". É muito grave a gente ver que tem gente que não consegue enxergar isso.

Entrevistadora: Voltando um pouco pra falar do trabalho de vocês, a Zona Sul é palco de vários coletivos que trabalham a questão ambiental; permacultura, hortas urbanas... Isso ressignifica todo um território. Você pode contar um pouco mais pra gente?

Jaison: A Zona Sul realmente tem muitos grupos, coletivos, organizações, que estão

⁸ Ver mais em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml> Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

nesse tema do meio ambiente. Hoje, é muito legal falar da Rede de Permaperifa⁹, que é uma rede de permacultores e permacultoras das bordas das cidades. Todas essas periferias estão se articulando. A própria Permaperifa, a gente tem com um sonho - a gente tá com a utopia mesmo, né mano?! Que é o que nos sobrou, que é o que nos restou. E é criar um rede pra pensar esses bairros, esse micro pro macro, do ponto de vista de um consumo solidário, de criar redes locais. E sim, revitalizar esses espaços, pensar em alimentação saudável, saúde mental na periferia, espaços seguros de fala. A partir disso, nós queremos criar esses bairros, bairros verdes, ecobairros. Os próprios coletivos hoje estão organizando esse trabalho, muito importante, de cestas orgânicos locais, sabe?! Um grupo de consumo responsável, que você compra direto do produtor. Então, todos esses coletivos, cada um em seu território, estão se organizando. A gente faz o nosso aqui, que é a compra direta do produtor, a gente faz essa articulação e consegue democratizar a alimentação saudável. Isso influi muito na paisagem, na apropriação desses espaços públicos, na revitalização disso, no tratamento da água.

Então, a permacultura é uma ferramenta muito legal. Esses coletivos permaculturais, junto com a Rede Permaperifa, ou na própria Zona Sul, ou outras bordas. O próprio Eparreh¹⁰, estão socializando cursos de permacultura gratuitos, pela lei de fomento da periferia - o que é muito legal, é uma lei nova também. Pô, a galera tá fazendo curso que, realmente, sempre foi muito difícil de fazer, porque ele é caro, né?! É 1.700,00 reais, 1.500,00 reais, geralmente você tinha que sair fora da cidade de São Paulo pra fazer. Então, tem um movimento muito legal de crescimento desses grupos; o Mege¹¹, o Cita¹², a Ecoativa, Feira São Paulo Saudável¹³, Ângela de Cara Limpa¹⁴, Horta, Cores e Sabores¹⁵. Pô, vai ter um mapeamento muito interessante desses coletivos permaculturais, atuando em rede. O encontro da Permaperifa, é um dos encontros mais revolucionários que eu já vi. É totalmente horizontal, reúne 100, 150 pessoas, até 200 pessoas. A gente acabou de trans-

⁹ Ver mais em <https://www.facebook.com/REDEPERMAPERIFA/>. Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

¹⁰ Ver mais em <https://eparreh.wordpress.com/>. Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

¹¹ Ver mais em <https://megesustentavel.wixsite.com/design>. Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

¹² Ver mais em <https://www.facebook.com/nupecita/posts/684180885321834> Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

¹³ Ver mais em <https://envolverde.cartacapital.com.br/feira-sao-paulo-saudavel-vem-toque-de-sustenta->

¹⁴ Ver mais em <http://institutoaua.org.br/empreendimentos/iniciativas-antiores/angela-de-cara-limpa/> Acesso dia 23 de Novembro de 2019.

¹⁵ Ver mais em <http://www.agripaulistanas.amater.com.br/cores-sabores/> Acesso dia 24 de Novembro de 2019.

formar uma creche, que é a CEI¹⁶. É muito forte. E trabalha em questões muito chaves, pra qualidade de vida na periferia. A gente tá falando de saneamento, a gente tá falando de água, a gente tá falando de comida, de desenho, de design, tão falando de consumo, várias funções muito importantes e, realmente, a permacultura vem pra contribuir bastante com isso.

Talvez, pra permacultura, para quem não está familiarizado, ela vem do próprio nome... Vai trazer; Cultura Permanente. Ela nasce na agricultura, na década de 70, na Austrália, por dois caras pensando nisso; o David Robson e o Bill Morrison. Mas, na verdade, eles estavam só sistematizando o que as comunidades tradicionais já tinham de relação com o meio ambiente, com a natureza. Ela tem três princípios básicos, que é: cuidar das pessoas, cuidar da terra e a partilha justa do excedente. E a partir daí, como é uma ciência, é um design, você vai projetar ambientes e lugares de assentamento, entre as pessoas e a natureza de menos impacto ambiental. Então, você vai criar espaços, que eles vão começar a conversar; a ideia é sair de uma lógica linear, que a gente tá hoje, de produção, de consumo de descarte, e fechar ciclos, né?! Então, a permacultura vem para desenhar esses ambientes mais saudáveis.

Entrevistadora: Eu acho importante comentar que muitos movimentos prezam pela disputa do centro da cidade. Como é sua leitura?

Jaison: Eu acho que tem espaços de disputa mais intensos, principalmente quando a gente tá falando de lugares mais centrais, dependendo do lugar. É diferente você ocupar uma praça na periferia, e uma praça no centro, ou ali na Faria Lima, no Largo da Batata.

A gente acessa muito o cidade, até mesmo porque a gente circula, tem que ir em outros lugares, fazer outros trabalhos. A gente tá nos lugares, né?! A gente tem trabalho no Centro Cultural Vergueiro e tantas outras Instituições parceiras que a gente passa. Sai da cidade também. A gente acessa, mas a gente tem um recorte territorial, que é aqui na Zona Sul.

Sobre a disputa no centro, acredito que devem existir muito, até porque a gente acompanha, seja os casos do próprio Ouvidor 63¹⁷, que é uma ocupação cultural, ou re-

16 Centro de Educação Infantil (CEI).

17 A Ocupação Ouvidor 63 é a maior ocupação cultural da América Latina, situada no centro da cidade de São Paulo. Para ver mais, acesse <https://www.facebook.com/ouvidor63/>

centemente agora, a ocupação 9 de julho¹⁸, que tem um trabalho incrível com a cozinha 9 de julho. Então, você vai vendo que a galera também sofre pressões muito grandes - seja por moradia, por especulação. Ali, você também vai ter o próprio teatro de Container da Cia. Mungunzá. A gente acompanha, e sabe, dessas várias disputas, né?! A gente talvez não esteja diretamente ligado a isso, embora às vezes se articule no grupo de ocupação de espaço público, que é o Movimento Cultural das Periferias. A gente tá discutindo isso, inclusive via GT Bloco de Ocupação, que provavelmente vai vir aí um edital que legitime e de estrutura jurídica pra essas ocupações culturais.

Então assim, é muito importante trazer uma cronologia, que é inclusive em 2013, talvez aí veio essa crescente da manifestação, da jornada, com o Movimento Passe Livre, quando acontece as manifestações, a “coisa” do direito à cidade, começa a aparecer com mais força. Realmente, a partir de 2013, que é o próprio caso da Ecoativa, que volta a ocupar o espaço público, mas mais na periferia. Muitos grupos começaram a discutir isso e muitos grupos começaram a ocupar espaços sociais e não-lugares. Primeiro, essas ocupações cumprem, uma parte que o próprio governo não cupre. Então, é muito legal essa discussão, que é voltar a tona, com mais força com o direito à cidade.

Dentro disso, as ocupações foram acontecendo, algumas foram sofrendo perseguições, do ponto de vista de algumas gestões. Principalmente, quando a gente tem uma gestão bem ruim com o governo Dória, como prefeito, e depois Bruno Covas, também muito ruim, muito fraco. Algumas ocupações foram perseguidas, até o ponto da gente ter um caso emblemático, que é o Secretário da Cultura falar que ia quebrar a cara dum produtor cultural, de um ativista cultural.¹⁹ Então, realmente, a gente foi passando por uma série de retrocessos também. Ao mesmo tempo que algumas ocupações conseguiram se estruturar e algumas ocupações estão nessa região central de mais disputa. É entender como que é feita essa discussão e criar mecanismos que garantam esses projetos, projetos de bem comum. Esses projetos prezam um espaço de convivência, um espaço de encontro. Então, geralmente eles estão até suprindo uma necessidade ali que até o governo não tá conseguindo atender.

18 A Ocupação 9 de julho é um símbolo recente da luta por moradia do centro de São Paulo, que oferece um espaço de debate acadêmico, ativista e cultural, também situada no centro da cidade. O movimento também realiza aos domingos um almoço aberto ao público, com atividades culturais e palestras. Ver mais em <https://www.facebook.com/cozinhaocupacao9dejulho/>

19 Ver mais em <https://oglobo.globo.com/brasil/secretario-de-cultura-de-sp-ameaca-quebrar-cara-de-a-gente-cultural-21413652>. Acesso em 24 de Novembro de 2019.

Entrevistadora: Além de ser um momento que tem uma enorme dificuldade de afinidade com os atuais governantes. Atualmente, há uma cultura de deslegitimação com as instituições. Mais cedo você citou alguns programas governamentais, durante a nossa conversa. Como é o diálogo com o poder público?

Jaison: Tem que existir. Porque, assim, primeiro é uma organização da comunidade, pra depois pleitear alguma coisa com o poder público. É diferente de algum lugar que tá assistido, onde vai 15 equipamentos, e a prefeitura vai abrir o diálogo primeiro. Aqui, com certeza, é o caminho oposto. Primeiro, a gente tem que identificar, se ver no lugar de violação de direitos - e isso nem sempre tá dado. Essa chavinha tem que mudar também, as pessoas as vezes não tem nem tempo pra pensar nisso, que ela tá sofrendo violação de direitos. Então, são várias etapas. A gente tem que entender que primeiro; existe uma desigualdade social, existe um recorte específico pra essa população. A partir do momento que a gente entender isso, que é histórico, a gente tem que começar a se organizar. E as vezes é muito difícil também, porque a gente tem que trabalhar, lidar com a vida... A gente tem que arrumar tempo pra se organizar e, depois, pra pleitear essas conversas, esses diálogos, que também não são tão simples, e também não apresentam resultados tão imediatos. Sempre é mais difícil. E aí, as vezes no meio do caminho a gente vai perder muitas pessoas, ou perde o fôlego. O diálogo com o poder público é imprescindível, inclusive a gente tem aqui bastante força quanto a isso. Até mesmo porque a Ecoativa é um equipamento da Secretaria do Verde.

A primeira coisa que a gente fez foi abrir diálogo com o poder público, e a gente precisa seguir isso. Enquanto política pública, enquanto edital, enquanto Movimento Cultural das Periferias ir pleitear orçamentos, discutir orçamentos, discutir a cidade. O plano gestor, estar nos espaços. Então, nem sempre é fácil, mas precisa acontecer. E de certa forma, existe um diálogo, acontece que a gente tá numa fase meio de retrocesso, então a gente não tem muito por onde correr. A gente tá sofrendo, por exemplo, vários cortes via edital. A gente mesmo que vem das políticas públicas, somos crias das políticas públicas, hoje em dia você vai ter aí o VAI²⁰ e a Lei de Fomento a Periferia²¹. Pô, tinha o edital Redes e Ruas, que foi legal pra caramba pra pensar tecnologia. Hoje o PROAC sofreu várias sanções também, ta cada vez menor. Esse diálogo existe, só que ele vem sendo cada vez mais dificultado. Mas, em geral, existe sim. A gente consegue se organizar e

20 O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), foi criado em 2003 para apoiar financeiramente coletivos culturais. Veja mais em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/679/>. Acesso dia 24 de Novembro de 2019.

21 O Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo foi lançado em 2016, pela gestão Haddad.

dialogar. Eu acho imprescindível fazer, a organização da sociedade civil ir pleitear, falar de igual pra igual, tendo uma autonomia, com o poder público, pra gente poder pensar junto uma cidade mais inteligente. Porque não adianta a gente criar os nossos guetos, e falar; “não, a gente não precisa de ninguém, a gente não vai falar com ninguém, que é nós por nós”. Não é estratégico e corre o risco de não dar certo. O diálogo vai ter que vir, via prefeitura regional, pasta da secretaria que você atua. A gente tem que criar mecanismos, democratizar, principalmente esse acesso à política, a ocupar a política.

Então, ao mesmo tempo que a gente vai tendo esses retrocessos, esses movimentos criam mecanismos para uma resposta disso. Então, hoje você vai ter uma renovação na política interessante. Hoje você vai ter cargos políticos coletivos, hoje você vai ter a Bancada Ativista. As pessoas, gente com representatividade ocupando esses espaços; seja a Érika Malunguinho, o negro Belchior. Figurinhas que tão afim fazer esse embate e ocupar esse lado da política mais institucional e que são mais representativos do ponto de vista da periferia, da nossa população, né?! Então, ao mesmo tempo que tem o movimento de retrocesso, a gente cria mecanismos pra ocupar essa política.

ANEXO 7 – ENTREVISTA LUCAS CIOLA

Lucas Ciola é membro do Coletivo Eparreh e da Rede Permaperifa.

Entrevistadora: Lucas, conte um pouco o seu histórico de atuação.

Lucas: Meu nome é Lucas, conhecido como Lucas Ciola - meu segundo sobrenome. Também me chamam de Lucas Eparreh, que é o coletivo que eu mais estou vinculado, desde 2004, batendo 15 anos de coletivo. Eu comecei a atuar muito cedo, talvez desde a oitava série, quando eu comecei a participar do grêmio estudantil. Sempre fui bem sensível à causa ecológica, muito por causa dos meus pais também, que já tinham um pé nesse trabalho. Então, sempre gostei de plantar, desde criança, toda a oportunidade que tenho de plantar eu participo com bastante alegria.

Quando eu tava saindo do colégio e indo pro cursinho pré vestibular, eu tava numa situação bem *louca*, que metade da semana eu militava em causas sociais e a outra metade em causas ambientais. E aí, eu descobri um movimento que tava começando a pipocar em alguns lugares do mundo, tava tendo uma certa repercussão porque a ONU tava reconhecendo esse movimento - que era a agricultura urbana. Comecei a pesquisar e, logo que começa a pesquisar a gente começa a quer plantar também. E aí, eu comecei a perceber que a agricultura urbana juntava a pauta social com a pauta ambiental, e isso facilitaria muito a minha vida, porque eu não precisaria fazer ativismo em duas frentes diferentes. Eu poderia juntar as duas frentes em uma frente só.

E aí foi muito interessante, quando eu ingressei USP em 2004 tinha uma convocação nos murais do corredor para o Núcleo de Estudos sobre Transgênicos, o NEST. Achei muito interessante a pauta, achei que seria uma oportunidade legal pra levar a questão da agricultura urbana, para ser levada à universidade, para ser debatida na universidade. Quando eu cheguei na reunião desse grupo, muita gente já era interessada em agricultura urbana. Tentamos fazer um estudo e um debate imparcial sobre os transgênicos, durante o ano de 2004. Quando foi Setembro, a gente avaliou que deveria encerrar o Núcleo de Estudos sobre Transgênicos e abrir um grupo de estudos e práticas em agroecologia e o reencantamento humano. Então, foi um período de um ano que ficamos focados no problema, e logo que foi possível já decidimos fazer a transição de sair do foco do problema pro foco na solução.

O Eparreh surge em Setembro, foi a viagem do Núcleo de Estudos sobre Transgênicos, o NEST. A gente foi pra 6ª Conferência de Biodinâmica de Botucatu¹, também com o apoio de Podologia, o Átila. E com esse encontro, a gente se transformou em Eparreh - Estudos e Práticas Agroecológicas e Reencantamento Humano. Nesse encontro, a gente teve muita “coisa” da base teórica do Eparreh, que nasceu um pouco dos elementos da biodinâmica da antroposofia, mas quando o Eparreh volta pra São Paulo, a gente vê que só o grupo de estudos de agricultura não iria bastar. Porque a gente queria começar a praticar a agricultura, a gente queria começar a praticar a agricultura orgânica ou a agroecológica nas favelas de São Paulo.

Então, o que foi importante na fundação do Eparreh é essa pauta do acesso do alimento sem veneno, que o alimento sem veneno não fosse um produto para um nicho de mercado exclusivo, com poder aquisitivo mais elevado. E o acesso ao orgânico fosse para todos, democratizado, e preferencialmente, priorizado, a alimentação das crianças, o alimento orgânico.

E aí, pra fazer esse trabalho na periferia, a gente viu que só o grupo de estudos de agricultura não iria bastar. Então, criamos um grupo de estudos de pedagogia, então as quartas a gente estudava agricultura ecológica, biodinâmica, biológica... Na terça feira a gente estudava pedagogia, e aí a gente começou a misturar pedagogia Waldorf com Paulo Freire. Beber bastante dessas referências mais nacionais, mais populares. E a gente tem também um olhar descritivo pra importação da cultura antroposófica, no Brasil sempre teve uma adaptação bem rigorosa.

O Eparreh então foi expandindo o nosso campo de estudo. A gente sempre teve um interesse muito grande nas culturas indígenas, no Paulo Freire. No trabalho de base que foi feito pelo movimento da Teologia da Libertação, do estar ombro a ombro com o povo. Bebemos de várias referências, de algumas mais socialistas, de outras mais anarquistas. As culturas ancestrais, indígenas, africanas, aborígenes. Conhecendo sempre o nosso povo, tentando aprender sempre com nosso povo. Nunca levando o projeto pronto, uma solução pronta, sempre construindo as “coisas” pelo diálogo. Ouvindo a comunidade. Ajudou muito, porque o Eparreh já tinha estudantes de periferia participando do coletivo.

Fomos assim de 2004 à 2007, um ano era voluntário, outro ano era Extensão Uni-

¹ Ver mais sobre a Conferência em <https://www.biodinamica.org.br/2/conferencia-biodinamica>. Acesso dia 25 de Novembro de 2019.

versitária, e tivemos uma verba que utilizamos praticamente tudo pra comprar enxada, semente e coco de vaca. No outro ano a gente continuou voluntário.

Entrevistadora: Conte um pouco mais sobre o seu trabalho.

Lucas: No trabalho a gente tinha esses dois grupos de estudos, onde a gente se organizava e articulava a nossa ação. A gente tinha dois estudantes no grupo, que davam aula já no estado. A diretora da escola que eles davam aula - era uma escola na divisa do Embu com Tabuão, no Jardim Mimas, na escola José Rodolfo da Costa e Silva -, a gente conversou com a diretora e a diretora já tinha feito uma pesquisa com os alunos, com o que eles queriam melhorar na escola. E muitos alunos falaram que queriam mais árvores na escola. Então, a gente foi lá sob uma demanda e uma abertura da diretora.

O grupo tinha 12 pessoas no núcleo duro. A gente se organizou três grupos: um grupo ia na segunda, um grupo ia na terça e o outro na sexta. Cada grupo ficava duas aulas de 40 minutos com cada sala. E assim a gente conseguiu acobertar todas as salas da escola. A gente tirava os alunos em horário de aula, levava eles pra horta, fazia uma atividade mais corporal, que era ou yoga, ou era tai chi, ou era capoeira. Dava uma alongada, dava uma aquecida no corpo. Aí, a gente fazia uma roda de conversa sobre a técnica que seria implementada. Um dia era composteira, outro dia era adubação verde, outro dia era agrofloresta, por aí seguíamos vários temas da agroecologia.

Depois a gente ia pro mutirão, pra atividade prática de implementar a horta. E no fim da atividade a gente fazia uma música, levava o violão, fazia uma música, fazia uma ciranda, ou fazia uma poesia, fazia uma sarau, fazia a arte, né?! Era a parte do reencantamento. A gente ficou fazendo esse trabalho de sensibilização com as crianças, respeitando muito o interesse delas, a vontade delas, tentando sempre adaptar a atividade pra atender também uma necessidade própria deles de conhecer, de ter um conhecimento prático, né?! Porque a escola só fornecia o conhecimento teórico.

A partir do processo que a gente ia conquistando as crianças, eles iam apoiando o projeto, eles abraçavam mesmo o “plantar”, queriam cuidar da horta fora do horário do projeto. E aí, a gente conseguia também atingir os pais, os pais percebiam que as crianças estavam diferentes, os professores percebiam que as crianças voltavam mais calmas da horta e a aula dele fluía melhor. Os pais percebiam que as crianças voltavam mais conscientes. As crianças começavam a incentivar os pais a fazer composteira, e aí a gen-

te começou a ganhar bastante respeito na comunidade.

A partir do momento que a gente começou - lá pelo quinto, sext mês de projeto - que a gente levou a salada pra merenda, e as crianças finalmente comeram o que elas plantaram, aconteceu uma coisa fantástica aí. Porque eles fecharam o ciclo, aprenderam que plantando se colhe. Vários que não gostavam de salada, começaram a comer salada. Vários que não queriam plantar na horta, começaram a se animar de plantar na horta e se sujar de terra. Começaram a ter um olhar da paisagem, do bairro, totalmente diferente. Começaram a ver que vários terrenos que estavam parados podiam virar área de plantio. Perceberam que o resto do lixo orgânico podia virar adubo.

Então várias transformações cognitivas começaram a acontecer no bairro. Então, uma vez que a gente conquistou as crianças, o diálogo com os adultos começa a ficar muito mais fácil. E foi assim que vagarosamente a gente começou a sair da horta escolar, e avançando pra horta comunitária.

Quando deu 2008 o Ministério do Desenvolvimento Social abriu um edital pra agricultura urbana, muito também acoplado à campanha do Fome Zero e do Bolsa Família. A gente já tinha bastante inserção na cidade de Embu, então conseguimos articular uma parceria entre as ONGs locais e a prefeitura, a Secretaria do Meio Ambiente, pra poder escrever esse projeto. Esse projeto foi emplacado.

A gente se comprometia no projeto a fazer 3 hortas comunitárias e atender 100 famílias. No final do projeto, a gente tinha feito 17 hortas comunitárias e atendido 300 família - no Embu das Artes, e um pouco Taboão da Serra e um pouco Cotia, mas era essencialmente Embu.

A gente pegou em 2007 um projeto no Lajeado, na Zona Leste. Em 2006 a gente ajudou a fundar a juventude agroecológica, participamos muito da Fundação do Assentamento do Professor Macedo, começamos a dialogar com o Movimento Sem Terra. Começamos a participar da Articulação Paulista de Agroecologia,² que é a rede mais importante daqui do estado. O Eparreh assumiu a representação da Grande São Paulo na articulação estadual - na Articulação Paulista de Agroecologia. Ficamos de 2007 até 2011 representando a Grande São Paulo na rede estadual. E ficamos de 2010 até 2012 representando o estado na Articulação Nacional de Agroecologia, na ANA.³ Então, a

2 Ver mais em https://www.facebook.com/ArticulacaoPaulistaDeAgroecologia/?ref=page_internal. Acesso dia 25 de Novembro de 2019.

3 Ver mais em <https://agroecologia.org.br/>. Acesso dia 25 de Novembro de 2019.

gente conseguiu criar bastante rede, participar de toda a construção da rede estadual de agroecologia. Conseguimos ganhar bastante visibilidade com esse projeto de Fome Zero de agricultura urbana. Ganhamos bastante visibilidade em Embu e nos municípios do entorno; Itapeverica, Taboão da Serra, Cotia.

Atendemos muitas escolas no entorno, porque depois do projeto de horta comunitária do Fome Zero, a gente ainda pegou outro projeto de horta escolar, mas não ficamos muito no trato com as crianças. A gente partiu pra multiplicação e começamos a dar formação para professores, em técnicas de agroecologia e educação ambiental. A ideia do projeto era que o professor fizesse um curso de 8 encontros, onde a gente ensinava as bases de agroecologia, permacultura e educação ambiental. Depois que o professor completava esses 8 encontros, podia solicitar a nossa equipe pra fazer uma consultoria na escola. Nessa consultoria, ele podia escolher se a gente ia puxar o mutirão, se a gente ia fazer uma atividade com as crianças, se a gente ia dar uma palestra na reunião de pais ou na reunião dos professores.

O interessante é essa cronologia, porque a gente só vai atender a escola, depois que o professor já se formou tecnicamente em agroecologia, e já tá se divertindo em aplicar esse conhecimento. Então a gente conseguiu capacitar as escolas. O próprio pessoal da equipe de trabalhadores da escola tinham essa capacitação, tinha escola que mandava professor, mandava merendeira e a coordenadora pra fazer o nosso curso. Tinha escolas que fechavam uma equipe de professores pra fazer o nosso curso. Então, tinham escolas que realmente investiram na formação dos quadros pra eles não dependerem da ONG pra manter a horta. E também pra horta não ficar dependendo só... Muitos casos, como a gente viu; “ah, o caseiro aqui cuida da horta”, “o servente ali, o seu João, é da faxina e gosta, ele cuida da horta”. Então, a partir do momento que eles faziam o nosso curso, não tinha um responsável da horta, tinha que ter um conselho. E o conselho da horta tem que ter um aluno, tem que ter um funcionário, tem que ter um pai de aluno, tem que ter um professor. E é a partir desse conselho que toda a gestão é partilhada com todos os membros da escola. A gente sempre incentivava as escolas a não ficar com um só responsável.

Esses projetos todos ganharam bastante visibilidade, a gente ganhou o prêmio Banco do Brasil, de hortas comunitárias, ganhamos o FIES Itaú de hortas escolares. Publicamos uma cartilha prática de agroecologia e de hortas comunitárias, publicamos um livro com um relatório de impacto desse de hortas escolares, com coautoria do Peter

Webb⁴, que é um permacultor importante daqui de São Paulo.

A partir desse projeto de hortas escolares, o Eparreh começou a se desfazer a equipe que a gente tinha, os membros que a gente tinha. Cada um começou a se encaminhar profissionalmente, alguns fizeram filho, fizeram família. Eu fiquei por um ano tentando levar o Eparreh como meu empreendimento. Quando foi 2012, alguns jovens que participaram da atividade do Eparreh, que participaram desse movimento de agricultura urbana, que a gente encabeçou em Embu, esses jovens cresceram e tavam querendo retomar o Eparreh e dar continuidade as atividades que eles viram na juventude deles. Então, com o apoio dos próprios jovens que a gente formou, a gente refundou o Eparreh em 2012, e aí refundamos como Cooperativa de Educação Ambiental. Porque a gente já tava no segundo estágio, já tinha vários coletivos de agricultura urbana operando. Foi o momento também que se fundou o Hortelões Urbanos⁵, a gente deu muito apoio. A Rede Muda SP⁶, movimento de agroecologia, também o Eparreh participou da fundação do Muda, participou da campanha nacional contra os agrotóxicos. Então, a gente via que já tinha muita referência de ativismo rolando, que é um trabalho mais voluntário, mais livre. E aí, a gente começou a perceber que esses jovens, se eles não conseguissem emprego na área de educação ambiental, eles iam ser afogados pela demanda objetiva do dia a dia que é ganhar dinheiro.

A gente tava trabalhando com muitas pessoas que eram filhos de pedreiro, filhos de empregadas domésticas, que tinha se conscientizado ambientalmente e queria virar educadores ambientais. Até pela experiência da velha guarda, né?! Que eram mais estudantes da USP, precisaram ir trabalhar e arrumar emprego e deixar o ativismo, a gente resolveu consolidar o Eparreh como espaço para gerar renda também. Então, a gente migrou de coletivo pra Cooperativa de Educação Ambiental. Organizamos um portfólio de oficinas, um portfólio de cursos que a gente oferece. Começamos atuar também na divulgação e no marketing das cooperativas que estavam surgindo, porque parte dos membros do Eparreh - e do público também - , estavam fundando cooperativas. Cooperativa de construção de casa, cooperativa de tratamento de esgoto ecológico, cooperativa de paisagismo ecológico.

A partir desse trabalho, a gente conseguiu consolidar o Eparreh. Consolidamos a

4 O livro se chama “Horta Escolar: Uma sala de aula ao ar livre”. Disponível em <https://docplayer.com.br/7658853-Uma-sala-de-aula-ao-ar-livre.html>

5 Ver mais em <https://ecoativos.org.br/biblioteca/horteloes-urbanos/>. Acesso 25 de Novembro de 2019.

6 Ver mais em <http://muda.org.br/>. Acesso 25 de Novembro de 2019.

Ecobé, consolidamos o Horta de Gueto, consolidamos, agora mais recentemente último fruto desse processo, a oficina de bambu, que tá lá no Taboão. Então são várias frentes onde a gente pode discutir abertamente, pragmaticamente, como que a gente vai ganhar dinheiro e continuar regenerando o planeta, e continuar educando as pessoas, e continuar baixando o preço do orgânico.

Toda rede econômica que a gente organizou tem esse foco: Gerar renda com empregos ecológicos pra periferia, trabalhar sem patrão - que é a proposta das cooperativas -, e baratear o orgânico, de qualquer jeito. Todos esses espaços, são grupos de estudos que, no final das contas, estão voltados para o barateamento de orgânicos, né?!

Então hoje, boa parte do dinheiro que entra nas cooperativas, já não é mais gasto no Pão de Açúcar⁷. Os trabalhadores pegam esse dinheiro e investem nos alimentos orgânicos da Rede Mulheres do Vale, que são as quilombolas do Ribeira, ou investem esse dinheiro no Terra e Liberdade, que é a cooperativa de alimento agroecológico do MST. Então, a gente tá conseguindo costurar uma cadeia agora, né?

Um pouquinho depois da fundação do Horta de Gueto, a gente tem também a fundação do Permaperifa. A gente tinha três coletivos bem próximos, ou que são desdobramentos diretos do Eparreh, como é o Horta de Gueto, ou algum coletivos que passaram pelo Eparreh e se consolidaram na interação com o Eparreh, como o o Arte Horta. Esses três coletivos em determinado momento, resolveu fundar a Rede Permaperifa, a uns três, quatro anos atrás. Falamos: “Pô, já temos 3, 4 coletivos de ecologia na periferia. Vamos fazer uma rede já.”

A gente conversou com o pessoal do Quilombaque⁸, que tem parceria com o Arte Horte, eles liberaram espaço e a gente divulgou no facebook esse encontro. No primeiro encontro, apareceram 17 coletivos de ecologia na periferia que a gente nunca tinha ouvido falar. Então isso deu muita força pra Rede Permaperifa, que tem um programa bem pragmático, que a cada 3 meses a gente vai escolher algum dos bairros, dentro desses coletivos, e fazer uma ação que fortaleça o coletivo que já tá lá.

A Permaperifa não vai em um bairro onde não tem nada de ecologia, só vai em bairros que já tem educador ambiental fazendo trabalho de base no dia a dia. Conscientizando o povo; o que que é agrotóxico, o que é a bancada ruralista, porque que tem comer orgânico, porque que tem comprar do pequeno, porque tem que plantar no bairro, porque tem que

7 Rede de supermercado.

8 Ver mais em <https://www.facebook.com/quilombaque/>. Acesso dia 25 de Novembro de 2019.

usar ervas medicinais de novo. A gente vai fortalecer quem já tá fazendo isso. Então a gente se encontra no bairro, faz um mutirão das nove da manhã até às quatro da tarde. A gente faz um banquete vegetariano, todo mundo come e partilha. Nada é cobrado, e quando dá umas cinco ou seis da tarde, a gente faz a assembleia democrática. Um exercício de democracia direta, um exercício de autogestão. Tem como pauta principal definir onde é o próximo encontro, quem vai ser beneficiado e o que a gente vai fazer lá.

A gente senta em roda e; “ó pessoal, onde vai ser o próximo encontro?”. E as pessoas vão sugerindo: “olha, lá no coletivo Estradão da Zona Norte, estamos precisando montar uma parede de superadobe”, “ó, a Casa Ecoativa na Zona Sul tá precisando montar uma cisterna pra pegar água da chuva”. A gente levanta os mais urgentes, os que devem ter prioridade, e aí definindo coletivamente - a gente tenta construir pelo consenso, mas se não der a gente vota, porque tem horário, não tem a vida inteira pra definir o problema e ficar debatendo. Então, a gente utiliza todos os mecanismos democráticos.

Definido o grupo, marcamos dali dois, três meses, todas as periferias vão lá e se juntam nesse lugar, ajudando a fortalecer, a dar um *up grade* ali na estrutura do coletivo que tá fazendo educação ambiental todo dia. Se alguém chegar: “ah, no meu bairro não tem nada, vamos levar o Permaperifa pra lá”. A gente fala “não, se o seu bairro não tem nada, vamos ver qual é o coletivo que tá mais perto do seu bairro, e esse coletivo vai começar a te dar uma assessoria pra você criar um coeltivo no seu bairro”. Se você tiver já tiver uma horta consolidada no seu bairro, aí você chama o Permaperifa, porque aí é um evento que não vai ser um evento só grande, que vai fazer um *auê* e depois vai embora e nunca mais aparece. É um evento que vai e fortalece quem já está lá no dia a dia fazendo educação ambiental, pautando o acesso ao alimento sem veneno. Levando essa nova proposta, esse novo paradigma pros bairros construírem os ecobairros, né?!

A nossa atuação, pelo Eparreh, e indiretamente pelos coletivos mais próximos e à Rede Permaperifa, é uma educação ambiental que não é voltada só pra ter consciência ambiental pro indivíduo e ele começar a reciclar o lixo. Não, é uma educação ambiental voltada pra curar a relação do ser humano com o meio ambiental, através de nossas práticas e de nossas escolhas. E também, no próprio ato de plantar, de reciclar o lixo, de fazer a composteira, de pegar água da chuva. Mas é uma educação ambiental que visa também curar as relações humanas, através das assembleias de bairro - que o Permaperifa tenta dar o exemplo a cada encontro, explicar pro bairro como organizar uma assembleia de bairro, que ela seja autogestionada, que ela seja horizontal -, e que visa

fomentar as cooperativas, né?

Então, hoje, praticamente todo curso de permacultura tem um momento pra explicar o que é cooperativa, pra dar o exemplo das cooperativas que se desdobraram do Eparreh. Explicar o sistema de cooperativismo que o Eparreh tá desenvolvendo. Explicar pras pessoas: A gente não precisa viver num ambiente de trabalho desagradável, a gente não precisa de relações tóxicas. A gente pode criar ambientes de trabalho agradáveis, trabalhar entre amigos, decidir junto o horário da produção, decidir junto a carga de produção, decidir junto todas as questões relativas ao trabalho, à produção, à precificação de produtos. E vamo olhar pragmaticamente para nossa realidade, como que a gente consegue ganhar dinheiro sem ter que sofrer tanto e divulgando a nossa ideia para mais pessoas aderiram à essa ideia.

Entrevistadora: Você está falando sobre diferentes articulações, em locais diversos. Contudo, a metrópole, muitas vezes, acaba por sistematizar as políticas, que dá uma certa homogeneidade aos desafios enfrentados. Como você analisa essa questão hoje?

Lucas: Hoje eu acho que a dinâmica de relações humanas é um pouco mais determinante do que as diferenças estruturais de cada bairro - para o nosso objetivo. O nosso objetivo é implementar as hortas, assim, a hora é o carro chefe porque já traz o debate da alimentação, que questiona o elo principal com a natureza - que é a comida. Aqui na cidade, que já tá tudo artificial, que a gente já vive numa natureza muito transformada, qual que é o nosso vínculo mais direto, mais concreto com a natureza, que a gente vê e percebe? É o alimento.

A horta é só um ponta pé inicial pra gente levar várias referências de prática agroecológica. Então, depois da horta a gente cria composteira, a cisterna, faz o tratamento do esgoto ecológico, até chegar na construção bioecológica, que é o que demanda mais energia, tempo e dinheiro. Isso tem sido feito até nos bairros do centro, por outros grupos, por outras redes. Não tem fator limitante, qualquer espaço. Até em apartamento dá para implementar transformações permaculturais, ecológicas.

O que eu acho mais interessante de observar, são essas diferenças de relações humanas. Têm coletivos, por exemplo, que você tem meia dúzia de jovens adultos, que são ecologistas e ambientalistas, que conseguem trabalhar só com crianças. Talvez seja o

estágio mais inicial. No Horta de Gueto, que a gente tá lá desde 2004, a gente tem um movimento de adolescente pra adolescente, de jovens pra jovens. Se bem que os fundadores já cresceram, mas ele tem um perfil de ser de adolescente pra adolescente. O Quebrada Sustentável na Zona Leste - a Zona Leste a questão estrutural é interessante, tem pouquíssima área verde lá - , tinha um apoio institucional de ONG, de CNPJ, de edital. Lá se criou um trabalho mais para a terceira idade, por exemplo. O Espaço Disponível virou um oásis, atrai todo mundo aquela área verde no meio da Zona Leste, em São Miguel Paulista. Mas o perfil do projeto ficou focando mais em terceira idade, e é legal, o pessoal mais velho que participa, que dialoga, tão super sintonizados com as pautas. A ecoativa pegou muito esse movimento de sarau, então pega bastante a galera da cultura, que leva a pauta ambiental pros sistemas de cultura. Mas não é todo mundo da cultura que vem pra horta, que vem se sujar na terra.

Eu vejo fatores potenciais e alguns fatores limitantes em cada grupo. O interessante do Permaperifa é que essa troca de experiências pode ajudar a criar novos modelos, que vise a massificação. Hoje a gente tem um pouco de estudo e interesse, bem sério, em massificar. Como deixar de ser uma bolha dos 5, 6 ecochatos do bairro para que isso vire uma moda, que todo mundo comece a fazer horta, comprar alimento sem veneno e compostar o seu lixo?

Entrevistadora: A pauta ambiental hoje tem novos contornos. A gente vê vários coletivos novos, diferentes formas de atuar numa pauta onde tradicionalmente a gente vê organizações como o Greenpeace, por exemplo. Assim, expandiu mais a pauta ambiental e ganhou novos atores. Como você analisa isso?

Lucas: Acho que tem uma urgência psicológica das pessoas em ter um contato direto com a natureza. A gente analisa um pouco que viemos de uma cultura ambientalista de advocacy, de grandes campanhas, de defesa da Amazônia - existe um monte de agroecologista aqui em São Paulo defendendo a Amazônia, mas não olha para as questões ambientais da própria cidade. A gente teve o caso da Agenda 21, que foi muito importante. Pro trabalho do Eparreh, que foi na região de Embu e Taboão, foi muito importante que tivesse tido a Agenda 21 antes da gente.

Os trabalhos da Agenda 21 antes da gente começar a atuar lá, prepararam o terreno fértil pra gente. A Agenda 21 tinha uma metodologia que contemplava uma sen-

sibilização muito bem feita, um trabalho de conscientização muito bem feita. Mas eles não tinham tanta visão prática pra esse trabalho de conscientização ambiental que eles faziam. Então, depois de fazer todas as imersões, de sensibilização, conscientização, na hora de por na prática era implementar a coleta seletiva. E aí encerrava aí.

Observo que mudou muito favorecendo essa relação direta do cidadão com a natureza, e principalmente, do trabalho de base, que vai ser feito com comunidades vulneráveis, com população de baixa renda. Foi muito importante a permacultura e a agroecologia, porque elas trouxeram as “coisas” práticas, as “coisas” do dia a dia e “coisas” que melhoram nossa saúde, nosso bem estar hoje - e não uma promessa de que amanhã o mundo vai ser mais limpo se eu reciclar, que no futuro o mundo vai ser mais limpo. Não, a gente melhora a nossa vida hoje, quando a gente começa a plantar num viés terapêutico, quando a gente começa a se alimentar sem veneno, quando a gente começa a transformar terrenos baldios em áreas de lazer, que são as hortas. São áreas de trabalho, áreas de lazer, educacionais, tudo ao mesmo tempo. Bom, tem esse encantamento que se dá pela transformação da paisagem, que tem um apelo grande na adesão de pessoas. Eles veem a paisagem transformada e ficam mexidos, começam a se interessar. Quem passava ali, na frente do terreno baldio, de repente vê uma horta, começa a parar para ver a horta. Quando vê gente mexendo, começa a puxar conversa. Foi muito rico.

Um pouco do deslumbramento da permacultura acabou tirando um pouco o pessoal da educação ambiental. Então, hoje tem muito lugar fazendo permacultura, sem uma metodologia pedagógica. E isso, na nossa visão, é um prejuízo pro movimento permacultural. Então, o Eparreh de uns anos pra cá, até parou de se projetar tanto como agricultura urbana, que era nossa raiz, ou permacultura, que nossa pauta num segundo momento. E hoje a gente se projeta como educação ambiental, pra poder garantir que esse pessoal que tá fazendo permacultura, agroecologia, tenha as ferramentas pedagógicas pra dialogar com o povo, pra dialogar com a comunidade. Dialogar com o povo mais simples. Dialogar com outros povos, inclusive, como os imigrantes, com os indígenas.

Eu fiz a minha carreira acadêmica na linguística e me especializei na língua indígena, e tento levar isso pra educação ambiental. Como a gente se comunica com as pessoas pra explicar um novo paradigma. Explicar pra elas que a gente não precisa destruir a natureza pra viver bem, né?! Agora, eu fui num encontro em Brasília, de cidades e florestas, e as pessoas estavam apontando essa conjuntura, que o ecologismo e o ambientalismo no Brasil baixou muito nas campanhas nacionais. Nas campanhas do advo-

cacy. Esse ambientalismo do Greenpeace. Pegar os corais do litoral nordestino. Pegar a Amazônia. Defender essa ecologia mais distante, que também é importante. E estavam apontando como a agroecologia e a permacultura direcionou o ambientalismo aís para o trabalho de bairro, estavam apontando como um problema isso. E que diminuiu as campanhas nacionais, as campanhas de advocacy. Me posicionou, claramente, contra essa polêmica. Sendo que o ambientalismo de advocacy é totalmente alienado, se você não faz um trabalho de bairro antes.

Pra gente defender a Amazônia, a gente precisa tá cuidando do nosso quarteirão antes. Isso que vai trazer coerência pro discurso ambientalista. O ambientalismo hoje, vendo o amadurecimento, com vários debates de ecologia profundo. Entender que o ambientalismo não é só a relação do ser humano com a natureza. É a relação do ser humano com ser humano, também. A gente não ter relações tóxicas na família, no trabalho, na política, é ecologia também. Foi uma guinada pra esse ambientalismo mais prático, mais direto, mais de bairro, com uma permacultura e agroecologia. E agora a gente pode voltar um pouquinho pra educação ambiental. E até voltar um pouquinho com as pautas de advocacy e tentar fazer um ambientalismo completo, com todas essas partes do quebra-cabeça funcionando. Mas, metodologicamente, eu acho prioritário que se faça um ambientalismo de bairro e, depois, fazer ir para umas pautas mais globais. Talvez a gente tenha que fazer uma ação local, pra depois ter a visão global.

simada, que era a profissão de office boy, que hoje está praticamente extinta, por conta dos moto boys. Mas, office boy é uma figura que é própria muito da cidade. Ele é obrigado a fazer isso, porque ele circula muito pelo centro, pelo com junto da cidade. Tem muitos jovens mais velhos, por exemplo, que eram office boy, e tinham uma relação mais próxima com o centro do que muitos jovens têm atualmente, muito por conta dessa circulação. Isso fazia com que essa relação centro periferia também ficasse um pouco mais tranquila, principalmente no seguimento juvenil. A gente imaginar que era muito comum nas famílias, mesmo da periferia, ir para o centro pra assistir cinema, mesmo que você ia uma vez, duas vezes por mês, enfim. Mas, os espaços de lazer estavam concentrados no centro, e as pessoas tinham essa prática de ir, de fato, ao centro. Uma outra questão, também, tem a ver com o acesso a essa produção cultural, principalmente o que vinha do rock - o rock, o punk e mesmo o movimento hip hop. Toda essa produção chegava ali, você comentou da galeria do rock, chegava via galeria do rock. Então, o acesso que você tinha, para conseguir o LP, conseguir um disco e tal, você não encontrava isso em lojas dos bairros, por exemplo, você tinha que ir até o centro para poder adquirir. Então, de certo modo, você tinha uma organização da vida que favorecia um hábito maior das populações da periferia de frequentarem o centro. Dos anos 90 pra cá isso foi se alterando muito, então há uma série de políticas que foram feitas para poder confirmar as pessoas na periferia, então toda aquela ideia, muito antiga inclusive, de classificar a periferia, de não querer que a população da periferia circule por determinadas regiões do centro, há toda uma política de confinamento. A história do transporte público, hoje o que a gente paga de valor no transporte público é um absurdo, então as pessoas pensam muito antes de ir pra região central em uma atividade de lazer, porque gasta mais de 10 reais pra ir e voltar até centro. Então, isso são coisas que a gente pra pensar. Obviamente, com a internet você não precisa ir até uma determinada loja física para acessar músicas, porque você faz isso do computador de casa, do celular. A gente tem uma mudança, de fato, muito grande. O próprio movimento hip hop, né?! Quando começam suas músicas, quando começam a ser produzidas, a expressão maior do movimento hip hop surge na região central. Depois, como por exemplo os Racionais, que talvez seja a maior expressão do movimento no Brasil, talvez não, é a maior expressão, os Racionais começaram a produzir músicas no fundão da Zona Sul, trazendo já essa realidade mais da periferia. Os Racionais não são da primeira geração de hip hop, são de uma geração posterior. Já tem esse deslocamento do movimento, então, nas regiões periféricas. Então, de fato, hoje um dos maiores desafios é como a gente, de novo, se apropria do centro. Aliás, não só do centro, mas do espaço público de modo em geral. Há uma luta antiga, também, dentro da própria periferia, uma disputa dentro dos grupos de cultura com esse pensamento mais conservador, a de ocupar os mais variados espaços públicos, das praças, muita gente olha os jovens nas praças, alguma atividade cultural aconteceu na praça, já associa à criminalidade, já associa à vagabundagem. Então há todo um discurso de tirar o jovem da rua, é necessário tirar o jovem da rua por meio de ações de organizações, e a questão que a gente coloca é: Por que tirar o jovem da rua? Sendo que ficar na rua é tão bom, a rua é espaço público por excelência. Então um dos embates que os coletivos culturais vêm desenvolvendo eternamente nas periferias é ocupar os espaços públicos, de fazer atividade nas ruas, de fazer atividades nas praças. Então talvez um dos maiores exemplos disso, no passado que essa geração quer dar, são os fluxos de funk na rua. Inclusive, é como se a rua fosse tomada de forma violenta por esses jovens, olha, a gente quer a rua de volta, a rua foi tomada da gente, a gente agora não pode circular pela rua, então a gente quer ela de volta. As manifestações culturais revelam muito desses embates, desses conflitos que existem na cidade. Eu sou bastante contrário a essa leitura, acho que isso é cidadania, quem não tem absolutamente nada, passa por adquirir o mínimo de bens. Então o que é consumo na periferia? As pessoas não estão assim, ah, então porque agora eu tenho 4 celulares, 8 casas. Não, o que as pessoas consumiram nesses anos, passaram a ter um carro, mas aí fala ah, mas carro é absurdo. Geralmente, quem fala que carro é absurdo, tem um na sua casa. Então, vai circular aqui na periferia no fim de semana, por exemplo. Daqui de Guaiamases pra eu ir na casa da minha mãe em Itaquera. Faça esse exercício pra você ver. Faça com o carro e faça sem o carro, pra saber como é esse perrengue, se vai desejar ou não ter um carro. Eu, por muito tempo fui professor da rede pública, aqui e em outras regiões da periferia. Hoje eu dou uma aula numa faculdade em São Caetano, vou de trem, circular aqui pela periferia, é um negócio impressionante. Você gasta uma hora, uma hora e meia. Tenho mais facilidade de chegar até o centro, do que circular. Ter possibilidade de ter um carro, de ter uma casa, de ter uma geladeira decente, de ter uma tv, não sei se pode ser considerado como, ah, olha, agora você está se rendendo ao consumismo. Eu sou muito favorável - mesmo por uma tradição meio hippie meio franciscana - de que a gente não precisa de uma série de coisas que a sociedade impõe e diz que a gente precisa. No entanto, algumas coisas são necessárias, e passa por isso, pelo consumo, não tem como. A gente fala ah, mas olha isso, o governo ao invés de investir na educação, investiu no consumo. Primeiro, eu acho um erro dizer que o governo não investiu na educação, é um equívoco. Talvez, poderia ter investido mais, e tal, ok. Mas o governo criou universidades públicas, ampliou o acesso das pessoas às universidades. Públicas e particulares inclusive, por meio de bolsas e deu uma série de programas. Aumentou o recurso que chega para a educação básica. Criou uma série de políticas

